



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Rejane Gomes Carvalho

**Entre a qualificação profissional e a formação cidadã:
um árido desafio para o PNQ/PlanTeQ na Paraíba**

**João Pessoa
2011**

Rejane Gomes Carvalho

**Entre a qualificação profissional e a formação cidadã:
um árido desafio para o PNQ/PlanTeQ na Paraíba**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dr. Eliana Monteiro Moreira

João Pessoa
2011

C331e Carvalho, Rejane Gomes.

Entre a qualificação profissional e a formação cidadã: um árido desafio para o PNQ/PlanTeQ na Paraíba / Rejane Gomes Carvalho. - - João Pessoa: [s.n.], 2011. 346f. : il.

Orientadora: Eliana Monteiro Moreira.

Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA.

1.Sociologia. 2.Qualificação profissional - Paraíba. 3.Políticas públicas.

UFPB/BC

CDU: 316(043)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Rejane Gomes Carvalho

**Entre a qualificação profissional e a formação cidadã:
um árido desafio para o PNQ/PlanTeQ na Paraíba**

Este exemplar corresponde à redação final da
tese defendida por Rejane Gomes Carvalho e
aprovada pela comissão julgadora.
Data: / / 2011.

Prof. Dr^a. Eliana Monteiro Moreira

TERMO DE APROVAÇÃO

Rejane Gomes Carvalho

**Entre a qualificação profissional e a formação cidadã:
um árido desafio para o PNQ/PlanTeQ na Paraíba**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Eliana Monteiro Moreira (Orientadora) _____
Dr.^a. em Sociologia – Picardie – França e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPB

Antonio Almerico Biondi Lima _____
Dr. em Educação _ UFBA e Superintendente da Educação Profissional da Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Gonzalo Adrian Rojas _____
Dr. em Ciência Política _ USP e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFCG

José Henrique Artigas de Godoy _____
Dr. em Ciência Política e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPB

Roberto Vêras de Oliveira _____
Doutor em Sociologia – FFLCH/USP e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFCG

Renda-se, como eu me rendi.
Mergulhe no que você não conhece
como eu mergulhei. Não se preocupe
em entender, viver ultrapassa
qualquer entendimento.

Clarice Lispector

Agradecimentos

O período de realização deste trabalho representou um rico processo de construção e amadurecimento intelectual que, certamente, terão importantes repercussões na continuidade da minha vida acadêmica. Contudo, este trabalho intelectual não teria o mesmo sentido sem o encanto das relações humanas, manifestadas na sala de aula, nos novos colegas, nos sujeitos da pesquisa e, sobretudo, nos afetos que vão ficar para sempre, marcando as cores dessa trajetória.

Dentre os que fizeram parte nesta caminhada agradeço ao professor Ivan Targino pelo incentivo carinhosamente recebido e por ter acreditado na minha disposição para desenvolver esta tarefa. Também reconheço a importante contribuição do Departamento de Economia da UFPB ao ter concedido meu afastamento para qualificação, pelo período de quatro anos, o que pretendo retribuir com trabalho e dedicação.

Agradeço aos colegas Ana Adelaide Guedes, Edilane do Amaral, Wanderleya Farias, Jorge Alves e Jucelino Luna pelas ricas discussões no âmbito do grupo “Trabalho, pobreza e políticas públicas”, propiciando importantes contribuições para a concretização de meu projeto no doutorado.

Meu carinhoso agradecimento a Ana Adelaide Guedes, Angelina Duarte, Edilane do Amaral e Wanderleya Farias que, mais do que colegas, transformaram-se em amigas e companheiras muito queridas, compartilhando os conhecimentos, as angústias e as alegrias, próprios a essa caminhada acadêmica.

Sou muito grata à colaboração de Jefferson Palmeira, gerente operacional do PlanTeQ no estado da Paraíba, por entender, desde o princípio, a importância dessa pesquisa, e por colaborar, de forma séria, com as informações solicitadas, além de me convidar a participar das reuniões do Conselho Estadual de Trabalho e Emprego.

Agradeço ao professor Roberto Vêras por suas sugestões e orientações, sempre pertinentes mas, sobretudo, por sua generosidade e seu reconhecido compromisso acadêmico.

Um agradecimento especial a minha orientadora Eliana Monteiro Moreira, que se revelou uma profissional dedicada, disciplinada e incansável na arte de ensinar, tornando-se um exemplo de compromisso acadêmico. Além disso, não poderia deixar de reconhecer sua

amizade sincera e companheirismo como uma qualidade rara nos dias de hoje e que, certamente, vai marcar para sempre nossas vidas.

Agradeço ao meu companheiro Carlos Roberto, por saber compreender as minhas ausências e por sua cumplicidade.

Meus agradecimentos a todos os professores, funcionários do PPGS e colegas que, de diferentes maneiras, contribuíram para a concretização deste momento de aprendizado e crescimento.

Resumo

Entre a qualificação profissional e a formação cidadã: um árido desafio para o PNQ/PlanTeQ na Paraíba

Este trabalho tem como propósito estudar a política de qualificação profissional no estado da Paraíba a partir do Plano Nacional de Qualificação e do Plano Territorial de Qualificação - PNQ/PlanTeQ, no período compreendido entre 2003 e 2010, buscando investigar, principalmente, a capacidade desses programas atenderem, simultaneamente, às necessidades imediatas de qualificação profissional e de orientação para a formação cidadã dos sujeitos, num contexto de desinserções no mundo do trabalho. Diante da conjuntura de transformações, na dimensão da política e do trabalho, a partir dos anos de 1990, marcada pela expansão do processo de globalização da economia, pela produção flexível e pela reforma do Estado, novas demandas sociais passaram a compor a questão social com o aumento do desemprego e da pobreza. A política pública de emprego precisou ser reformulada de modo a intensificar o seu papel na intermediação e na formação profissional dos trabalhadores, como estratégia para encarar o problema da exclusão social pelo trabalho. O PNQ/PlanTeQ-Paraíba considera a qualificação profissional como um direito de cidadania e política pública, daí, ser pertinente analisar como os educandos se percebem nesse processo e se os cursos oferecidos vêm formando trabalhadores com capacidade e competência em condições de inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se propõem formar cidadãos críticos e conscientes do seu lugar na sociedade. É nesse contexto de redefinição das políticas públicas, mais propriamente com o PNQ e o PlanTeQ-Paraíba, que se propõe analisar as bases da concepção e os objetivos da qualificação profissional, especialmente sobre como articula a qualificação profissional com a formação cidadã; identificar os principais atores envolvidos na construção e condução do PlanTeQ-Paraíba e as relações de força estabelecidas entre eles; e, investigar os processos de definição dos planos de ação do PlanTeQ-Paraíba quanto às condições de execução, centrando-se sobre os conteúdos a serem trabalhados e o perfil dos responsáveis por sua execução considerando, principalmente, os modos de compatibilizar a qualificação profissional e a formação cidadã. Como principais recursos metodológicos utilizaram-se a pesquisa bibliográfica e documental, observação participante e pesquisa de campo. Para esta última, realizaram-se entrevistas com alguns dos vários sujeitos que atuam na gestão e na execução do PlanTeQ na Paraíba, a observação nos encontros do CETE-Paraíba e a participação em cursos de qualificação profissional, além da realização de um grupo focal com educandos de um curso profissionalizante, o que possibilitou reunir um rico material qualitativo, privilegiando uma análise crítica dos elementos objetivos e subjetivos que permeiam a implantação do PlanTeQ no estado. Adota-se a perspectiva de apreender a política pública como um processo em construção, com avanços, permanências ou retrocessos, em que lhe é próprio a luta e a disputa de poderes e de lugares sociais. Para expressar-se como um direito de cidadania e poder garantir a sua efetividade, entende-se que a política de qualificação profissional deve ser parte integrante de um projeto mais amplo de inserção social, estando sintonizada com o conjunto das políticas sociais para que, além da formação profissional, ao sujeito também sejam garantidos os direitos universais e a possibilidade de construção social por uma cidadania ativa.

Palavras-chave: trabalho, qualificação profissional, política pública e Paraíba

Abstract

Between the professional qualification and the citizen formation: a hard challenge to the PNQ/PlanTeQ in Paraíba

The aim of this work is to study the policy of professional qualification in the state of Paraíba based on the National Plan of Qualification and the Territorial Plan of Qualification - PNQ/PlanTeQ, in the period between 2003 and 2010, trying to investigate, mainly, the capacity these programmes have to simultaneously suit the immediate necessities of professional and orientational qualification to the citizen formation of the subjects, in a context of unemployment in the labour world. In face of the conjuncture of transformations in the dimensions of politics and work since 1990, marked by the expansion of the globalization process of the economy, by the flexible production and by the reform of the state, new social demands are now part of the social questions with the increase of unemployment and poverty. The public policy of employment needed to be reformulated in a way to intensify its role in the intermediation and the professional formation of the workers, as an strategy to face the problem of social exclusion by work. The PNQ/PlanTeQ-Paraíba considers the professional qualification as a right to citizenship and public policy, and this is why it is pertinent to analyse how the students perceive themselves in this process and if the courses offered are forming workers with capacity and competence in conditions of insertion in the labour market, at the same time it proposes to form citizens who are critical and conscious of their place in society. It is in this context of redefinition of the public policies, more specifically with the PNQ and the PlanTeQ-Paraíba, that the analysis of the basis of the conception and objectives of professional qualification is proposed, especially on how it articulates the professional qualification with the citizen formation; to identify the main actors involved in the construction and management of the PlanTeQ-Paraíba and the relations of the forces established among them; and also to investigate the processes to define plans of action of the PlanTeQ-Paraíba in relation to the conditions of execution, focusing on the contents to be dealt with and the profile of the people responsible for its execution, principally considering the ways to make the professional qualification and the citizen formation compatible. The main methodological resources used were the bibliographical and documental formation, observation of participants and field research. To the latter, interviews were done with some of the various subjects who act in the management and execution of the PlanTeQ in Paraíba, observations in the meetings of CETE-Paraíba and the participation in professional qualification courses, besides the realization of a focus group with students of a professionalization course, that made the reunion of a rich qualitative material possible, privileging the critical analysis of objective and subjective elements which permeate the deployment of PlanTeQ in the state. A perspective of apprehending the public policy as a process in construction, with advances, permanence or setbacks, in which the struggle and dispute of power and social places is common is adopted. To be expressed as a right to citizenship and to be able to guarantee its effectiveness, we understand that the policy of professional qualification must be an integral part of a wider project of social insertion, being

tuned with a set of social policies to, besides giving the professional formation, make the universal rights and the possibility of a social construction to an active citizenship possible to the subject.

Key-words: work, professional qualification, public policy and Paraíba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pg.
Gráfico 1 - Evolução da participação da qualificação profissional no total de despesas do FAT - Brasil 1996-2006 (em %)	224

LISTA DE TABELAS

	Pg.
Tabela 1 – Treinandos: 1995-2001 – PLANFOR/FAT e REP	220
Tabela 2 – Número de educandos inscritos nos cursos do PNQ	
– Brasil e regiões 2005, 2007 e 2008	220
Tabela 3 – Distribuição dos educandos inscritos nos cursos do PNQ por tipo de	
instituição executora – Brasil 2003-2007 (em %)	221
Tabela 4 – Taxa de evasão dos educandos dos cursos do PNQ por tipo de instituição	
executora – Brasil 2003-2007 (em %)	222
Tabela 5 – Distribuição dos educandos concluintes dos cursos do PNQ por forma de	
encaminhamento – Brasil 2003-2007 (em %)	222
Tabela 6 – Distribuição dos educandos concluintes dos cursos do PNQ por posição na	
ocupação – Brasil 2005 e 2007 (em %)	223
Tabela 7 – Demonstrativo de execução financeira do FAT – Brasil 2001 a 2004 (em R\$	
milhões)	224
Tabela 8 – Volume de recursos do PEQ/PlanTeQ-Paraíba e número de educandos e de	
municípios atendidos entre 1996 e 2004	230
Tabela 9 – Distribuição dos educandos inscritos nos cursos do PNQ para Brasil,	
Nordeste e Paraíba – 2005 e 2007 (em %)	231
Tabela 10 – Taxa de evasão dos educandos inscritos nos cursos do PlanTeQ-Paraíba –	
2003 a 2007 (em %)	231
Tabela 11 – Distribuição das entidades executoras contratadas para atuarem nos planos	
de qualificação da Paraíba entre 1996 e 2004	233

LISTA DE SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCQ – Círculo de Controle de Qualidade
CEF - Caixa Econômica Federal
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CET - Conselho Estadual de Trabalho
CETE – Conselho Estadual de Trabalho e Emprego
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CMT - Conselho Municipal de Trabalho
CMTE – Conselho Municipal de Trabalho e Emprego
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEQP - Departamento de Educação e Qualificação Profissional.
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRACOM – Federação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços
FETRONOR - Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
MEC- Ministério da Educação e Cultura
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
PARC - Parceria Nacional e Regional
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEA – População Economicamente Ativa
PEQ - Plano Estadual de Qualificação
PIPMO - Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-obra

PIS - Programa de Integração Social
PLANFOR – Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador
PlanSeQ - Plano Setorial de Qualificação
PlanTeQ – Plano Territorial de Qualificação
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
PPE – Política Pública de Emprego
PPETR - Política Pública de Emprego, Trabalho e Renda
PROEMPREGO - Programa de Expansão e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador
ProEsQ - Projeto Especial de Qualificação
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda
REP - Rede de Educação Profissional
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDH – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
SEFOR - Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC - Serviço Social do Comércio
SESI - Serviço Social da Indústria
SEST - Serviço Social do Transporte
SETRAS - Secretaria de Trabalho e Ação Social
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SPE – Sistema Público de Emprego
SPETR - Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
SPMA - Sistema Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
STB - Secretaria Estadual de Trabalho
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

	Pg.
Agradecimentos	VI
Resumo	VIII
Abstract	IX
Lista de ilustrações	XI
Lista de tabelas	XII
Lista de siglas	XIII
Introdução	17
CAPÍTULO 1	
Percurso metodológico	24
1.1 Qualificação profissional, cidadania e mercado	24
1.2 Suposições	36
1.3 Objetivos	36
1.3.1 Objetivo geral	36
1.3.2 Objetivos específicos	37
1.4 Orientação teórica	37
1.5 A pesquisa e seu desenvolvimento	41
1.5.1 Levantamentos efetuados e instrumentos de busca	41
1.5.2 A escolha dos sujeitos	47
1.5.3 A aproximação com os sujeitos e o diário de campo	48
CAPÍTULO 2	
Trabalho, sujeitos e riqueza nas teias da sociedade industrial	58
2.1 O trabalho humano nas sombras históricas do poder e da riqueza	60
2.2 Avanço da técnica e controle do trabalho no capitalismo	66
2.3 A condição de subsunção do trabalhador ao capital	83
CAPÍTULO 3	
Trabalho, poder e cidadania na sociedade industrial	90
3.1 Valor e trabalho nas engrenagens da produção capitalista	91
3.1.1 Adam Smith: trabalho e riqueza	91
3.1.2 Karl Marx: trabalho e exploração no capitalismo	93
3.1.3 Max Weber: a racionalidade do trabalho na sociedade industrial	98
3.1.4 Émile Durkheim: divisão do trabalho como construção social	102
3.2 Trabalho: superado ou mistificado?	105
3.3 A negação da centralidade do trabalho humano	109
3.4 A reafirmação da centralidade do trabalho humano	116
3.5 O lugar do trabalhador e a eterna busca pela qualificação profissional	120
3.6 Qualificação profissional e competência: o que há de novo?	127
	XV

3.7 Políticas públicas, qualificação profissional e cidadania	148
---	-----

CAPÍTULO 4

Trabalho, Estado e políticas públicas na sociedade global: entre a qualificação profissional e a cidadania	157
4.1 O lugar do trabalho na sociedade global	157
4.2 Exclusão social como expressão da dinâmica do capital	162
4.3 Políticas públicas e o novo caráter da intervenção frente ao problema do emprego	172
4.3.1 Qualificação profissional e controle social	175
4.4 Reforma do Estado, políticas públicas e cidadania no Brasil	179

CAPÍTULO 5

Os rumos da política pública de emprego e da qualificação profissional no Brasil: avanços e desafios	194
5.1 Percursos do Sistema Público de Emprego	194
5.1.1 Caracterização da política de emprego no Brasil	198
5.1.2 A celeuma da qualificação profissional no Brasil	201
5.2 Política Pública de Emprego no Brasil: proteção, competência e cidadania	206
5.3 Do PLANFOR ao PNQ: mudanças e permanências na política de qualificação profissional nos anos de 1990	210
5.3.1 PLANFOR: uma nova concepção de qualificação profissional	211
5.3.2 PNQ: uma reformulação da Política Pública de Qualificação Profissional?	215
5.3.3 PLANFOR e PNQ: ações e resultados	219
5.3.4 A atuação dos PEQs e PLANTEQs no estado da Paraíba	228
5.4 Principais desafios para o programa de qualificação profissional	234

CAPÍTULO 6

O árido terreno da qualificação profissional na Paraíba	240
6.1 PlanTeQ-Paraíba: um programa em construção	241
6.1.1 Gestão e execução do PlanTeQ-Paraíba	241
6.1.2 A atuação dos conselhos de emprego	249
6.1.3 Sobre o fundamento e envolvimento dos sujeitos nos cursos de hotelaria e de recepção e atendimento	253
6.2 Sobre a qualificação profissional e a questão da inserção social cidadã	258
6.2.1 O olhar dos gestores públicos	258
6.2.2 O olhar dos trabalhadores	261
6.2.3 O olhar das executoras	269
6.3 O papel político e o reconhecimento dos conselhos de trabalho e emprego	282
6.3.1 O controle social	290
6.4 A face dos educandos do PlanTeQ-Paraíba: sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional	293
6.5 Reflexões acerca do PlanTeQ na Paraíba	304
6.5.1 Política pública como construção social	304
6.5.2 Qualificação profissional x formação cidadã	309

Considerações finais	316
Referências bibliográficas	323
Anexos	
ANEXO A - Roteiro de entrevista para o coordenador do PlanTeQ-Paraíba	334
ANEXO B - Roteiro de entrevista Para o Sistema Nacional de Empregos – SINE – Paraíba e SINE municipal de João Pessoa	335
ANEXO C - Roteiro de entrevista para o Serviço Nacional do Comércio – SENAC e para o Serviço Nacional da Indústria – SENAI	336
ANEXO D - Roteiro de entrevista para a Secretaria de Desenvolvimento Social – João Pessoa	337
ANEXO E - Roteiro de entrevista para os sindicatos de trabalhadores	338
ANEXO F - Roteiro de entrevista para as ONGs	339
ANEXO G - Roteiro de entrevista para os alunos e para o grupo focal	340
ANEXO H - Curso de hotelaria: módulo de formação social	341
ANEXO I - Curso de hotelaria: módulo de bebidas	342
ANEXO J - Curso de hotelaria: módulo de alimentos	344
ANEXO L – Certificado: curso de recepção e atendimento – SENAC	346

Introdução

Neste trabalho, buscou-se como propósito estudar a política de qualificação profissional no estado da Paraíba a partir do Plano Nacional de Qualificação e do Plano Territorial de Qualificação - PNQ/PlanTeQ, no período compreendido entre 2003 e 2010, intentando investigar, principalmente, a proposta estabelecida pelos programas de relacionar a qualificação profissional e a formação cidadã dos sujeitos num contexto de desinserções, ocasionadas no mundo do trabalho.

Foram várias as contribuições que marcaram o desenvolvimento da pesquisa neste trabalho, originando indagações e angústias necessárias à formulação do objeto de análise, resultantes da experiência de gestores públicos, representantes dos trabalhadores e do empresariado, de instituições executoras dos cursos de qualificação profissional ou mesmo dos alunos envolvidos diretamente pelos programas de qualificação. Mas, uma expressão de impacto que serviu de companhia por meses seguidos, foi a de que: *sobram vagas, o que falta é trabalhador qualificado*. Tal afirmação, lançada com veemência por sujeitos integrantes da rede da formação profissional e da intermediação da mão-de-obra é, pelo menos, incômoda quando se consideram os índices de desemprego na economia brasileira e, em especial, num estado de pouco dinamismo produtivo, como é o caso da Paraíba, se comparado às regiões mais desenvolvidas.¹ Nesta afirmativa, foi possível perceber o forte conteúdo ideológico que responsabiliza o sujeito na sua condição de excluído, por não ser qualificado, minimizando a natureza excludente do capitalismo em função das inovações tecnológicas. O avanço frenético da técnica sempre criará a necessidade de qualificação para a força de trabalho, além de um contingente de inúteis que não mais serão absorvidos no processo produtivo. Desse modo, no contexto atual, as vagas que sobram não são para todos, mas para os que apresentam competência suficiente e podem adaptar-se aos novos padrões no processo de trabalho.

A nova ordem econômica global, pautada na flexibilização da produção e na desregulamentação do trabalho, vai fazendo surgir novos comportamentos, mentalidades e valores adequados ao ritmo da sociedade, agora mais indiferente e veloz, alterando as subjetividades dos sujeitos, a pretexto da maior competência e produtividade. Nenhum lugar e nenhum indivíduo estão seguros ou isentos das consequências desse movimento; mesmo que,

¹ Apesar de, nos últimos anos, a economia brasileira ter registrado índices de crescimento aceitáveis como positivos diante da conjuntura de crise, observada na economia mundial.

em grau e tempo diferenciados, todas as periferias sentem o ressoar da economia e da política global invadindo a sua relação com o trabalho e as subjetividades com ele criadas, devastando as comunidades com o apelo consumista e modificando a cultura em seus valores individuais e coletivos. Neste movimento incessante, que marca a história da própria humanidade, o que não se altera é a relação de poder entre os atores sociais na disputa de lugares; renovam-se apenas os instrumentais e as ideias que servem à dominação de uns sobre outros, dos que controlam e se apropriam de maior parcela da riqueza gerada sobre aqueles que a produzem diretamente. Aparentemente, surgem novos conceitos e valores, mas que, na verdade, funcionam como artifícios necessários à recriação dos mecanismos de controle do capital sobre o trabalho e de aprofundamento dos princípios neoliberais, ressignificando as ideias de autonomia, competência e empreendedorismo, como expressões da figura do “novo trabalhador” na sociedade atual.

A relação entre Estado e sociedade é também remodelada, pois novas demandas sociais são criadas em função do aumento do desemprego e da pobreza. No Brasil, a partir dos anos de 1990, as políticas públicas, voltadas para o mercado de trabalho, foram reformuladas, não podendo mais limitar-se ao papel de intermediação e formação de mão-de-obra com um caráter instrumental. Os programas públicos de emprego passaram a incorporar em seus objetivos a inserção social pelo trabalho. No caso mais específico do programa de qualificação profissional, como o PLANFOR, além da inserção social, o caráter da empregabilidade dos indivíduos foi considerado uma de suas principais características, congregando a noção de competência e o desenvolvimento de um sujeito com comportamento autônomo e empreendedor no mercado de trabalho. Estes elementos são o reflexo de como o sujeito passou a ser encarado no mercado, sendo aparentemente estimulado a desenvolver suas habilidades técnicas particulares e poder tornar-se autônomo e gestor ou empreendedor de sua própria força de trabalho. Esta mentalidade está permeada pelos preceitos neoliberais que norteiam, não somente o comportamento dos empresários, mas invadem o cotidiano dos trabalhadores despossuídos de meios de produção, determinando uma postura moderna e empreendedora para gerenciar ou contornar as dificuldades em tempos de crise ou de desemprego. É preciso desenvolver a postura de um sujeito “proativo”, “competente”, “flexível” o suficiente para ser instruído diante das exigências do mercado de trabalho, mudar de função e de lugar quando for necessário, sem que isso lhe cause danos insuperáveis, seja na vida material ou no mundo das subjetividades. Assim, assiste-se à formação de um novo sujeito _ um trabalhador flexível, não somente no trabalho, mas com valores também flexíveis _ adequado a um mundo onde as relações de trabalho e as relações pessoais também são

fluidas; um sujeito naturalizado às mudanças do seu tempo, acreditando ser mais autônomo e senhor de suas decisões. Este é o efeito devastador de renovação das forças produtivas do capital e do controle sobre o trabalhador no processo de criação de valores: fazer o sujeito pensar que detém todo o controle sobre o trabalho que realiza, que pode decidir como e quando quer trabalhar. Não se dá conta que a autonomia do trabalhador no mercado de trabalho, na verdade, é um artifício e representa a instabilidade e a insegurança do capitalismo contemporâneo, deixando o trabalhador aparentemente livre para dele aproveitar-se quando for conveniente, para reduzir os custos que o trabalho instável proporciona ou para se utilizar dos benefícios que o trabalho marginalizado, precário ou informal pode gerar, numa funcionalidade que se faz harmoniosa em meio às contínuas desinserções.

Em sua versão mais recente, com o PNQ, o programa de qualificação profissional assinala a responsabilidade do Estado para o enfrentamento do problema do emprego e concebe a política de formação profissional como um processo de construção social e como direito de cidadania, buscando resgatar a participação qualitativa dos vários sujeitos, envolvidos na edificação da política pública. Todavia, a prática parece revelar impasses e dificuldades na forma como esta participação vem sendo encaminhada, uma vez que as relações de poder, já sedimentadas, tendem a cooptar o Estado e os segmentos desprotegidos aos ideais de eficiência e modernidade, exigidos pelo mercado, em sintonia com os interesses privados. Desse modo, interessa investigar qual cidadão está sendo formado e qual participação está sendo possível acontecer, frente às transformações mais recentes nas relações sociais de trabalho, tendo em vista que o trabalhador encontra-se cada vez mais submetido às condições do capital para sobreviver. Como esperar um sujeito participante se as relações construídas pelo trabalho vão, tendenciosamente, sendo dissolvidas em função da vida moderna, flexível, de afetos ameaçados, em que os valores morais confundem-se com os valores do mercado, fazendo do consumismo desenfreado um princípio da felicidade?

Nesta sociedade multifacetária, é importante observar o caráter assumido pela política pública de emprego, especialmente, no tocante ao programa de qualificação profissional que surge com a proposta de (re)inserção profissional e social dos sujeitos acometidos pelo processo de desinserção. Ademais, é importante analisar se esta inserção pode ser promovida, simultaneamente, pela qualificação profissional e pela formação cidadã dos sujeitos, com o sentido de fazê-los conhecedores do seu lugar social e capazes de proposição e ação na construção da sociedade.

Toda a história da relação social capitalista se fez com a permanente renovação das formas de dominação do capital sobre o trabalho, adaptando a mão-de-obra aos avanços das

forças produtivas, encontrando-se o trabalhador num movimento incessante de revitalização do valor de uso da sua força de trabalho, no intuito de mantê-la como mercadoria “vendável” para o capitalista. Se assim tem sido, não é nada estranho que ainda perdure a mentalidade conservadora de que faltam trabalhadores qualificados no mercado, enquanto sobram empregos, pois a responsabilidade de vender força de trabalho é do trabalhador, assim como a de buscar qualificar incansavelmente a sua mercadoria. Desse modo, cabe-lhe também a responsabilidade da inserção ou de ter sido excluído, amenizando a responsabilidade do Estado e tornando menos importante o processo de desinserções como parte da natureza da reprodução do capitalismo.

O estímulo ao desenvolvimento de um trabalhador com uma postura individualista e empreendedora tem afetado sensivelmente a vida pessoal em seus vínculos familiares e valores, dismantelando a importância, antes atribuída à solidariedade construída com o trabalho coletivo. O sentido político da organização do trabalho e a consciência social com ele criada, se desfaz com o surgimento do trabalhador flexível que tem como meta principal manter o seu emprego no agora, relegando a segundo plano a reivindicação política por melhores condições de trabalho e garantia dos direitos sociais para uma vida de trabalho. A noção de cidadania, enquanto exercício dos direitos individuais e coletivos, se dissolve com a perda das identidades pelo trabalho, já que parece que o trabalho não é mais edificador da vida dos sujeitos. Da cidadania pelos direitos, passa-se ao cidadão enquanto consumidor, que pode garantir suas condições básicas de sobrevivência e, muito mais do que isso, pode conquistar o direito de ter o celular mais moderno, o notebook de capacidades inexploradas ou a TV de última geração para assistir aos jogos da copa, das olimpíadas ou mesmo aos programas de domingo que exageram no erotismo e desviam os sujeitos dos temas políticos que passam por seus olhos, sem lhes causar mais espanto ou indignação.

Para construir este trabalho, inicialmente, optou-se em apresentar o caminho metodológico percorrido, expondo o problema, os objetivos da pesquisa, as categorias teóricas utilizadas, os sujeitos, as técnicas e os procedimentos necessários ao desenvolvimento da pesquisa de campo. Como parte dos primeiros levantamentos bibliográficos, construiu-se uma análise que pudesse localizar o lugar histórico dos sujeitos envolvidos no processo de criação de riqueza, compreendendo este como uma relação social em que se faz presente a disputa de espaços e poderes. Adotou-se a perspectiva do trabalho humano como elemento determinante do processo social em que se desenvolvem os valores, as posturas políticas e as solidariedades dos sujeitos. Nesta discussão, considerou-se pertinente fazer a atualização sobre o tema do trabalho e da qualificação profissional, a partir da reestruturação econômica

com a produção e o trabalho flexível, buscando suas reverberações sobre a sociedade brasileira. Além disso, também foi muito importante, nas investigações, estudar as implicações do processo de globalização para a redefinição da relação entre Estado e sociedade e o caráter assumido pelas políticas públicas para atender às demandas sociais, diante do aprofundamento da questão social. Neste contexto, buscou-se entender a base de formulação dos programas de qualificação profissional no Brasil para o enfrentamento do problema do emprego.

A pesquisa de campo, realizada a partir do PlanTeQ, no estado da Paraíba, foi uma escolha importante para analisar como este programa vem atuando sobre o problema do emprego e da (re)inserção social, a partir da proposta de qualificação profissional e formação cidadã dos sujeitos, diante da realidade local.

No primeiro capítulo, tratou-se de orientar sobre as escolhas metodológicas, contextualizando o problema e apresentando os objetivos do trabalho. Na intenção de analisar o PNQ/PlanTeQ no estado da Paraíba, que procurou contemplar a qualificação profissional e a formação cidadã, como proposta de promover uma participação política mais ativa dos sujeitos na sociedade, conceitos como formação profissional, participação e cidadania apresentaram-se problemáticos. Por isso, compreende-se ser fundamental abordar, neste trabalho, as categorias relacionadas à discussão da qualificação profissional e da dimensão política da participação dos sujeitos, no processo de construção social da política pública de qualificação, assim como, os elementos necessários ao debate do trabalho humano como elemento central na vida dos sujeitos.

No segundo capítulo, buscou-se recuperar alguns aspectos históricos que marcaram as relações de poder, gestadas no capitalismo e que tiveram, como efeito principal, o controle do capital sobre o trabalho. A modernização e a tecnificação do processo de produção trouxeram novas configurações para as relações sociais de trabalho, de modo a exigir uma postura de adaptação ou qualificação da força de trabalho às forças da reprodução do capital, alterando também as subjetividades no tocante aos valores individuais e coletivos e a relação do Estado para com a sociedade.

O capítulo terceiro dedicou-se à fundamentação teórica, com uma investigação acerca do processo de trabalho, enquanto produção de valores no capitalismo e o trabalho como elemento central e edificante da vida dos sujeitos, apesar de o esforço empreendido por certas vertentes teóricas tentar desqualificá-lo na sociedade contemporânea. Também se buscou reconhecer as ações de políticas públicas, voltadas para a qualificação profissional, como iniciativas que tendem a reforçar a importância da mão-de-obra ou força de trabalho na sua

condição de mercadoria, que precisa ter seu valor de uso constantemente renovado para servir às necessidades da reprodução do capital. Para contextualizar o surgimento e o novo caráter da política de qualificação profissional, foi apresentado o debate em torno da passagem da noção de qualificação para a de competência.

As novas relações de trabalho, no contexto da sociedade globalizada, e a redefinição das estratégias de políticas públicas, voltadas para o enfrentamento do problema das desinserções pelo trabalho, foram abordadas no quarto capítulo. Adotou-se a perspectiva de que as relações sociais de trabalho constituíram relações de poder, próprias à dinâmica da reprodução de valores.

No quinto capítulo, procurou-se realizar um percurso sobre a formação da política pública de emprego no Brasil, tentando compreender como os programas de qualificação profissional trataram a questão do emprego num contexto de crescente desinserção, e como passaram a incorporar a noção de inserção social, considerando a qualificação profissional e a formação cidadã.

O último capítulo contemplou os resultados da pesquisa de campo, realizada nas cidades de João Pessoa e Cabedelo, a respeito do programa de qualificação profissional no estado da Paraíba _ PlanTeQ-Paraíba _, abordando, particularmente, a proposta de relacionar a qualificação profissional e a formação cidadã, localizando os sujeitos envolvidos no programa, os impasses da sua participação, os avanços e os retrocessos na execução da política. Importou reconhecer a política pública e o programa de qualificação no estado da Paraíba como um espaço em construção, em que se fez marcante a disputa de poder na redefinição dos lugares sociais, não se isentando de práticas assistencialistas e clientelistas, mas também se compondo num ambiente de diálogo e do reconhecimento mútuo da força dos sujeitos, envolvidos no movimento dialético de construção social da política.

Nas considerações finais, as reflexões foram tecidas em torno do que o trabalho de campo vislumbrou e como possibilitou atender aos objetivos perseguidos e a pertinência da suposição, concernente a atuação do PNQ/PlanTeQ-Paraíba em contemplar, não somente a qualificação profissional, mas situar esta numa dimensão mais ampla, que é a da formação cidadã, possibilitando a preparação de sujeitos mais mobilizadores, ativos e propositivos, a partir de suas experiências no trabalho, tornando-se sujeitos políticos com sentidos de vida. Assim, buscou-se perceber o lugar dos sujeitos no processo de construção e participação do programa de qualificação profissional no estado da Paraíba, bem como a sua compreensão sobre a relação entre a qualificação profissional e a formação cidadã. Como cenário dessas reflexões, não se deve esquecer que as capacidades exploradas e aviltadas dos trabalhadores,

no processo de construção da sociedade, ultrapassam o mero valor criado pelo trabalho, uma vez que, dignidades, ideias, valores humanos e a capacidade de ser livre plenamente, como sujeito político, estão sempre submetidos ao poder destruidor do capital. Por isso, recuperar a condição cidadã dos sujeitos torna-se fundamental para o enfrentamento das formas de desinserção social, possibilitando-lhes desenvolver uma presença mais marcante na sociedade.

CAPÍTULO 1

Percurso metodológico

Neste capítulo, procurou-se situar e justificar a escolha do objeto de trabalho e os elementos metodológicos que envolveram o desenvolvimento da pesquisa. Entende-se ser pertinente estudar a proposta da qualificação profissional, representada pelo PNQ/PlanTeQ-Paraíba, enquanto política pública concebida para enfrentar o problema do emprego, ao mesmo tempo em que surgiu como incentivo à formação cidadã dos sujeitos. Para tanto, apresentou-se o contexto em que se desenvolveu o programa de qualificação profissional, as suposições que nortearam o estudo, bem como os objetivos perseguidos. Além disso, destacou-se as categorias teóricas que serviram de base à discussão da qualificação profissional como política pública e da participação dos sujeitos no processo de construção social do PNQ/PlanTeQ-Paraíba. Em seguida, foram especificados os procedimentos e as técnicas de pesquisa, empregados na realização deste trabalho.

1.1 Qualificação profissional, cidadania e mercado

O interesse cultivado neste trabalho foi o de estudar a política de qualificação profissional no estado da Paraíba a partir do PNQ/PlanTeQ, no período compreendido entre 2003 e 2010, buscando investigar, particularmente, a relação estabelecida entre a qualificação profissional dos sujeitos e o impacto dessa formação para o exercício da cidadania. Desse modo, como problema fundamental, apresentou-se o desafio de pensar em que medida o PNQ/PlanTeQ-Paraíba tem sido capaz de atender às necessidades imediatas da qualificação profissional dos educandos e, simultaneamente, contribuir para a sua formação cidadã. Este problema surgiu-se como uma questão sociológica de grande relevância, na medida em que pôs em paralelo aspectos que têm sido motivo de acaloradas discussões no âmbito das ciências sociais e, mais especificamente, na Sociologia do Trabalho. Ou seja, colocou em

posição de confronto a necessidade do trabalhador de qualificação profissional, enquanto instrução técnica requerida pelo mercado de trabalho, com o modo como esta qualificação interfere ou vem interferindo na formação cidadã dos sujeitos, compreendida como capacidade a ser contemplada em um processo mais amplo da educação profissional.

A história das relações de trabalho, na sociedade industrial, tem demonstrado uma tensão permanente entre as exigências do mercado, por um trabalhador adequado e adaptado às mudanças no processo de trabalho, com a formação de um sujeito político disposto a se fazer atuante na vida em sociedade. Contudo, conciliar estas duas questões que devem compor a figura do trabalhador, não somente como força produtiva para o capitalismo, mas como sujeito político, pensante e ativo, tem sido um grande desafio para as ciências sociais e para a formulação de políticas públicas, quando se propõe enfrentar o problema do emprego.

O processo de criação de riqueza representa um movimento de incessante transformação das forças produtivas, fazendo com que os sujeitos estejam sempre mudando de lugares, ora ocupando novas funções, ora sendo expulsos de outras, reinventando as relações sociais com formas e intensidades diferentes. No sistema capitalista de produção, as metamorfoses na dimensão das relações do trabalho tornaram-se ainda mais intensas, em virtude dos avanços da ciência e da técnica, junto ao ambiente produtivo.

O surgimento de novas máquinas, instrumentos e matérias-primas alterou, significativamente, o lugar e o domínio do trabalho vivo no processo de trabalho. À medida que o trabalho morto (Marx, 1989) invadiu o espaço da produção e tomou o lugar do trabalho vivo, o trabalhador assalariado foi perdendo o controle sobre a produção e sobre o produto do seu trabalho, além de submeter-se ao ritmo de atividade imposto pela maquinaria. Esta constatação histórica revela a relação de poder, própria à produção capitalista, ao estabelecer o controle direto do capital sobre o trabalho, com o intuito de acumular e reproduzir riqueza (Mészáros, 2006). O progresso tecnológico, neste contexto, mais do que promover a modernização da produção e aumentar a produtividade do trabalho, significa maior controle sobre o trabalhador no processo de trabalho, uma vez que este representa a fonte de criação de valor e mais valor para o capitalista. Desse modo, o discurso de que os trabalhadores precisam sempre acompanhar as mudanças tecnológicas na produção, tem a intenção de preparar, ideologicamente, o sujeito para a sua adaptação ao sistema, servindo de valor-de-uso e mostrando-se sempre disponível para o capital (Marx, 1989; Braverman, 1987). Contudo, o contínuo avanço da técnica, como expressão do progresso da sociedade capitalista, contraditoriamente, também produz um rastro de trabalhadores desnecessários frente às novas exigências do mercado de trabalho, que passam a compor uma massa de desocupados e

miseráveis, configurando-se um grave problema social para a sociedade contemporânea (Castel, 1998).

O desenvolvimento da produção capitalista está pautado no controle do trabalho pelo capital que, com o aperfeiçoamento da divisão do trabalho, a mecanização e a modernização da atividade produtiva, constituem as condições para submeter os trabalhadores às condições da acumulação de capital. Entendida dessa forma, a qualificação profissional, que aparece como uma necessidade dos trabalhadores é, antes, uma necessidade do capital para acompanhar as transformações nos processos tecnológicos e atingir maiores ganhos de produtividade.

Desvendando o lado mais obscuro do capitalismo, a adaptação e a qualificação dos trabalhadores aos novos modelos de produção é, também, aperfeiçoamento das formas de controle do trabalho vivo, no processo de trabalho, em que o trabalhador é adestrado para realizar determinadas tarefas, metodicamente planejadas, para alcançar maiores índices de produtividade, controle este que assumiu destacada ênfase nos modelos taylorista e fordista², fundamentados diretamente em aperfeiçoar os métodos de controle do trabalho no processo produtivo. É especialmente pela necessidade de recriar as formas de controle do capital sobre o trabalho, como condição da própria essência do capitalismo, que a compatibilização entre qualificação profissional e cidadania parece um desafio difícil de ser enfrentado. Uma qualificação profissional que venha proporcionar ao trabalhador condições de autonomia no trabalho e na vida política, significa uma ameaça ao despotismo do capital, podendo fazer ruir as bases de sua existência. Por isso, a educação para a cidadania, como parte de um processo de formação profissional, constitui-se numa preocupação cujo interesse está mais próximo dos trabalhadores e menos do setor empresarial. De um modo geral, historicamente, o setor privado tem promovido uma formação profissional voltada para os interesses imediatos do setor produtivo, com base na instrução técnica adequada à demanda do momento e às tecnologias vigentes. Cada vez mais, o trabalhador encontra-se dependente no processo produtivo, sendo o ritmo da produção comandado por programas de computadores e por uma rede de informações externas que servem para monitorar e controlar o seu trabalho e as decisões internas. A capacidade de pensar do trabalhador encontra-se usurpada pelo lugar ocupado pelas máquinas no processo de trabalho, uma vez que estas podem acumular mais funções e estão mais adequadas aos critérios de eficiência e produtividade na atividade produtiva (Castells, 2006; Marx, 1989).

² Este tema será mais bem investigado no capítulo 2.

As sucessivas mudanças no padrão de acumulação de capital, marcadas pelo progresso tecnológico, alteraram sensivelmente as relações sociais de produção, fazendo parecer que o trabalho perdeu parte de sua importância no processo produtivo, bem como deixou de funcionar enquanto instrumento edificador da vida dos sujeitos e do conjunto dos valores morais, necessários à convivência social. Esta compreensão que defende o desmonte da centralidade do trabalho na sociedade (Offe, 1989; Habermas, 2006), foi desencadeada com a reestruturação produtiva, implementada nos países de capitalismo central, a partir da década de 1970, e alicerçada na flexibilização da produção e na desregulamentação das relações de trabalho. Ao mesmo tempo em que se abriu margem para a adaptação da produção à demanda, também foi criada a possibilidade de flexibilizar a utilização da força de trabalho às necessidades e ao ritmo da produção.

As transformações na economia também se fizeram acompanhar por profundas mudanças na política, em virtude do desmonte do Estado do bem-estar social nos países centrais (Rosanvallon, 1997), permitindo o abrandamento da legislação trabalhista e a exploração de força de trabalho com menores custos, o que contribuiu para a obtenção de maiores taxas de lucro. Este movimento representou uma das capacidades, inerentes ao capitalismo, de recriar as condições para a continuidade da acumulação de capital, o que se verifica naturalmente nas fases de crise de superprodução.

Considerando essas mutações mais recentes no âmbito do trabalho, notadamente a partir da década de 1970, as relações de trabalho sofreram grandes mudanças em função da passagem do modelo de acumulação fordista ao da produção flexível orientado, inicialmente, pelos países de capitalismo central, para depois se ver espalhado sobre todas as economias capitalistas, fazendo-se apoiar no processo de globalização. Baseado na adaptação da produção à demanda e na redução dos custos com o trabalho vivo, o modelo de produção flexível inaugurou um novo salto no movimento da acumulação de capital, sustentando-se ainda na desregulamentação dos direitos trabalhistas e na flexibilização das relações de trabalho (Leite, 2003; Toledo, 1997), com um trabalhador, aparentemente, mais livre para negociar, mas, na realidade, fragilizado na sua capacidade de organização coletiva, sujeitando-se aos contratos temporários de trabalho e à insegurança do mercado de trabalho em tempos de crise.

A reestruturação produtiva, impulsionada pela produção flexível e pela crise do Estado providência nos países de capitalismo central, constituiu um dos fatores principais para o enfraquecimento de um coletivo de trabalhadores organizados para a reivindicação e a conquista de direitos sociais e trabalhistas. Enquanto os trabalhadores podiam realizar suas

tarefas no processo de trabalho, organizados coletivamente, era possível se construir uma solidariedade em que a noção de cidadania advinha da vida no trabalho e era reflexo do pensar coletivo, da mobilização por direitos, com a intenção de interferir, participar e agir na construção da sociedade, resultado da defesa de interesses coletivos. A partir do momento que o modelo de produção vigente passou a privilegiar a flexibilização das relações de trabalho e a negociação individual, inaugurou-se uma fase de desconstrução da cidadania no sentido de menor participação e perdas de direitos coletivos. Promoveu-se, assim, o surgimento de um sujeito com uma postura mais individualista em busca de qualificação profissional que o capacitasse às novas exigências do mercado de trabalho, tornando-se um trabalhador adaptado às tarefas, competente e proativo, podendo lidar com desprendimento para a questão da insegurança e da desproteção social.

Com o desenvolvimento e aperfeiçoamento das formas capitalistas de produção, observou-se o aprimoramento do controle do processo de trabalho pelo capital, em função dos novos padrões tecnológicos. Mas, contraditoriamente, na medida em que se exigia mais qualificação do trabalhador verificava-se, também, a desinserção dos que não se adaptavam aos novos processos de trabalho, provocando o encolhimento da participação dos sujeitos na vida social, constituindo um movimento de desqualificação social, conforme denominou Paugam (2003). Isso ocorria porque as novas qualificações exigidas surgiam com o aprofundamento da divisão do trabalho em tarefas, cada vez mais específicas, realizadas em espaços e tempos diferentes, fazendo com que a produção de uma única mercadoria estivesse composta por um mosaico que reunia povos e nações diversas, o que só se tornou possível com o alargamento do processo de globalização (Ianni, 2000). O trabalhador desqualificou-se devido à perda de controle na produção, para qualificar-se em tarefas particulares e flexíveis; o trabalhador desqualificou-se socialmente, ao ver perdida a sua capacidade de organizar-se, coletivamente, a partir de uma identidade com o seu trabalho. Foi dessa forma que as mudanças mais recentes no mundo do trabalho, em todo o planeta, expressando transformações também de ordem política e social, indicaram o surgimento de um novo sentido para a cidadania, mais descolada da vida no trabalho, até porque este parece ser cada vez mais flexível e volátil e menos edificante da vida social, que ora privilegia mais o individualismo em detrimento da noção de solidariedade.

Com uma sociedade permeada por interesses fragmentados, corre-se o risco de assistirmos à gestação de um tipo de cidadania instrumentalizada, resultado da garantia institucionalizada de espaços públicos de participação, mas limitada ou tutelada por ações procedimentalistas e burocráticas. Apesar de representar o exercício e o aprimoramento dos

espaços democráticos, este desenho de participação pode também dificultar o desenvolvimento de posturas mais propositivas para o avanço e a discussão de políticas públicas, como é o caso dos modelos participativos com os conselhos gestores. Estes surgiram como nova forma de atuação da sociedade civil na fiscalização e execução de políticas sociais na gestão pública. É esta preocupação sobre qual noção de cidadania está se conformando na sociedade contemporânea, que serve de estímulo a olhar, com mais cuidado, para a relação estabelecida entre a qualificação profissional e a formação cidadã, num contexto em que as relações de trabalho tendem à fragmentação e ao individualismo.

Diante das transformações no mundo do trabalho e suas repercussões sobre a dimensão política que o envolve, observa-se que a noção de cidadania, hoje, vem sofrendo uma ressignificação em função da nova relação social, formada entre Estado, trabalho e capital e, em especial, da mudança no lugar social ocupado pelo trabalho com o processo de flexibilização da produção. As relações sociais de produção, historicamente, colocaram a qualificação profissional para o trabalhador como uma necessidade de acompanhar o avanço das forças produtivas em detrimento da formação política cidadã; hoje, esse processo se faz ainda mais intenso com o desmonte do lugar político, ocupado pelos trabalhadores. Por isso, compatibilizar a qualificação profissional com a formação cidadã, em tempos do trabalho flexível, precarizado e instável, não constitui tarefa fácil para a política pública de emprego, tendo em vista que o enfrentamento dessa questão representa o confronto com a natureza do capital que cria e recria as formas de controle sobre o trabalho utilizando-se, para isso, da desqualificação do trabalhador no processo de trabalho e na sua capacidade de organização política.

O processo de globalização mais recente, como já foi apresentado anteriormente, veio contribuir para o alargamento do novo padrão de acumulação, baseado na produção flexível, ao defender a abertura dos mercados e a reestruturação produtiva das economias nacionais às novas condições do mercado global (Ianni, 2000 e 2006; Santos, 2000). No âmbito político, renovaram-se os princípios neoliberais, que serviram como orientação para as nações em desenvolvimento implementarem medidas visando à estabilização da economia e o controle das contas públicas.

Para melhor compreender a profundidade das transformações no mundo do trabalho e a organização da sociedade globalizada, é necessário considerar, sobretudo, as suas reverberações sobre as economias locais e o contexto político em que ocorreram, como expressão da nova relação que vai se conformando entre Estado e sociedade. Concomitante a este novo momento de reorganização das forças produtivas, como resultado, verificou-se a

desregulamentação das relações de trabalho e a decadência do Estado de bem-estar social nos países de capitalismo central. No que se refere à realidade brasileira, é relevante reconhecer dois elementos de significativa importância: a necessidade da reestruturação econômica e o movimento para a redemocratização do país, este último buscando a recomposição dos movimentos sociais, dos sindicatos de trabalhadores e a conquista de espaços de participação da sociedade civil na política e na gestão pública. Contudo, apesar de ter sido um momento intenso de lutas e conquista de direitos, o que culminou na Constituição de 1988, como expressão do exercício e do amadurecimento da sociedade civil para a cidadania, na década de 1990, outro movimento surgiu, contrariando e limitando as conquistas populares, instrumentalizado no projeto que promoveu a reforma do Estado brasileiro (Nogueira, 2005).

Apoiada na concepção neoliberal e em consonância com o consenso de Washington³, a reforma da gestão pública no Brasil orientou-se por tentar construir um Estado mais eficiente, enxuto e menos corrupto, a partir do saneamento e controle rígido das contas públicas, contrariando a imagem de ineficiência, falência, instabilidade política e econômica, que se criou para o Estado brasileiro como decorrência do mau planejamento econômico e do caráter exageradamente paternalista e assistencialista que se instalou ao longo dos tempos. Se, por um lado, a reforma do Estado permitiu o alcance da relativa estabilidade econômica, por outro, se deu à custa do baixo crescimento econômico com o rígido controle das contas públicas, da privatização de empresas estatais, de maior abertura do mercado e do endurecimento das negociações com os movimentos de trabalhadores. A concorrência com as empresas estrangeiras promoveu um amplo processo de falências no setor interno e o enxugamento do setor privado (Dedecca, 1998).

No âmbito das relações de trabalho, a tendência à flexibilização e desregulamentação, apenas reforçou o processo de desinserções e de precarização (Antunes, 1999), fenômenos já presentes no desenvolvimento da economia brasileira, uma vez que, aqui, o mercado de trabalho sempre esteve aberto ao movimento da acumulação de capital. Foram as

³ A expressão consenso de Washington significa o revigoramento das idéias neoliberais, resgatadas pelo economista inglês John Williamson, a partir de 1989, por ocasião de uma conferência do Institute for International Economics (IIE), realizada em Washington, o que resultou em medidas de política econômica que serviram como orientação para os países latino-americanos saírem da crise. Dentre as principais orientações, destacaram-se: a abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros, as privatizações, a redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos e a desregulamentação do mercado de trabalho, com novas formas de contratação e redução de custos para as empresas. Tais recomendações foram aplicadas como imposições do governo norte-americano nas negociações das dívidas externas dos países menos desenvolvidos, durante a crise dos anos de 1990, configurando-se no modelo utilizado pelo FMI e pelo Banco Mundial para promover a estabilização daqueles países. Maiores informações, denunciando as consequências socioeconômicas negativas dessa política sobre as economias em desenvolvimento, ver em Stiglitz, 2002.

transformações na dimensão do trabalho e da política o que terminaram por gerar uma problemática de eliminação de postos de trabalho, em que o trabalhador via seu lugar ameaçado, em meio a um cenário de mudanças nas relações de trabalho, acompanhadas da desproteção e da instabilidade.

No plano ideológico, o movimento de desmonte da centralidade do trabalho foi reforçado, provocando mudanças significativas nas subjetividades dos trabalhadores, tendo em vista a desmobilização do trabalho coletivo e do referencial de uma vida construída pelo trabalho (Sennett, 2006). Assim, surgiu a necessidade do segmento dos trabalhadores reorganizarem sua forma de luta, buscando outros espaços de participação política para assegurarem seus lugares sociais e conquistarem seus direitos, num contexto de desregulamentação das relações de trabalho.

O aspecto mais marcante para o Brasil, na conjuntura política global nos anos de 1990, foi mesmo a reforma do Estado, surgindo pela imposição de medidas administrativas e fiscais, que tiveram como principais efeitos o controle da inflação, o aumento do desemprego e a estabilização da economia, apesar do baixo crescimento (Diniz, 1998; Nogueira, 2005). O cenário político da reforma do Estado, corroborado pelas mudanças estruturais na produção e nas relações de trabalho, se fez acompanhar por um discurso ideologicamente construído de que os avanços tecnológicos apontavam para a insuficiência de trabalhadores qualificados, o que poderia ocasionar em prejuízos para o crescimento econômico, compreensão esta que prevalece até hoje no meio do setor produtivo. Ao Estado, colocava-se a problemática de enfrentar a tarefa de manter os princípios da reforma neoliberal e, ao mesmo tempo, gerenciar a pobreza e o desemprego. O agravamento da questão social provocou novas posturas quanto à condução das políticas públicas, mediante a necessidade de medidas emergenciais para a transferência de renda e de alternativas de apoio à (re)inserção social do público mais atingido pelas desinserções, o que justificou o surgimento das políticas sociais, assim como novos investimentos na formação dos trabalhadores. No caso das ações voltadas para o mercado de trabalho, antes concentradas no seguro-desemprego e na intermediação e formação da mão-de-obra, também se verificou uma orientação que estimulava a ação mais efetiva sobre o problema do emprego, do fortalecimento dos programas de geração de emprego e renda e de formação profissional, a fim de promover e dinamizar a inserção social (Ortega, Ocanã e Farelo, 2004; Moretto, Gimenez e Proni, 2003).

O desemprego e a pobreza, como expressão de um processo de exclusão social em curso, exigiam a formulação e a implementação de políticas públicas, voltadas para o enfrentamento da questão social. Foi nesse contexto que, nos anos de 1990, as políticas

sociais orientaram-se para a assistência emergencial do público excluído e em situação de risco social, buscando garantir, principalmente, as condições básicas de alimentação. Com o aprofundamento da questão social, os programas de emprego e renda pautaram-se, fundamentalmente, para promover a (re)inserção dos sujeitos acometidos pelo desemprego ou com dificuldades de encontrar ocupação. Foi, portanto, numa conjuntura de baixa geração de emprego, enfraquecimento dos movimentos sociais, ressentidos pelo processo de flexibilização das relações de trabalho e da abertura do mercado, que as políticas públicas e, em especial, a política de emprego, com os programas de qualificação profissional, foram compelidos a dar respostas à sociedade com ações que impactassem positivamente na reversão da exclusão social. O principal desafio era tentar conjugar a adaptação e a preparação do trabalhador às novas exigências do mercado de trabalho, sem perder de vista a formação cidadã, até como reconhecimento das conquistas alcançadas nos movimentos para a reconstrução da democracia dos anos de 1980. Este é um dos dilemas ora vivenciados pelo programa de qualificação profissional com o PNQ: atender à demanda por qualificação da sociedade, frente às necessidades do mercado, das atividades econômicas, com a incorporação de novos conceitos e tecnologias e, ao mesmo tempo, contemplar a formação dos sujeitos para a cidadania e respeitar o processo de consolidação da democracia.

A partir de tais considerações foi que surgiu o interesse de perceber a compatibilidade entre a qualificação profissional e a formação cidadã, enquanto proposta de uma política pública; como essa questão vem sendo atendida pelo PNQ/PlanTeQ-Paraíba. Além disso, também faz parte das investigações analisar a percepção de gestores, executoras, educadores e educandos, a respeito da qualificação profissional e da formação dos sujeitos para a cidadania e o seu entendimento e posicionamento quanto ao controle social que deve ser exercido sobre a política pública.

Quanto à política de qualificação profissional, o que a revisão preliminar da literatura indicou foi uma maior preocupação com a questão da inserção social de modo a reorientar as ações da formação profissional, pensando o sujeito na sua condição de cidadão, consciente politicamente de seus interesses na sociedade, e não somente como indivíduo capaz de desenvolver instruções técnicas, voltadas exclusivamente para responder à questão da empregabilidade. Desse modo, tentar privilegiar a inserção dos trabalhadores por meio da qualificação profissional, enquanto instrução técnica e, ao mesmo tempo, preparar cidadãos em condições de participar ativamente na sociedade é o principal desafio que se apresenta para o programa de qualificação profissional, com o PNQ/PlanTeQ-Paraíba. Neste sentido, é importante considerar que a construção de uma política pública constitui um processo

dinâmico e que os trabalhadores, alvo do programa de qualificação, são influenciados pelas transformações na sociedade, mas também podem interferir na condução das políticas, uma vez que seus valores, comportamentos, solidariedades e relações de poder são o tempo todo modificados a ponto de criarem novas visões de mundo e estratégias de sobrevivência. Por isso, nesta pesquisa, o programa de qualificação profissional foi encarado como um processo dialógico entre Estado, setor privado e trabalhadores, em que muitas reações e posturas podem ser previsíveis, mas muitas outras podem surgir como elementos novos e importantes para a compreensão do movimento de construção social de uma política pública.

A necessidade da contínua formação profissional, advinda das imposições decorrentes do novo projeto de desenvolvimento, mencionado anteriormente, assim como a convivência com a insegurança e a ameaça do desemprego, passaram a fazer parte do cotidiano do trabalhador. Os sujeitos foram desenvolvendo um comportamento mais flexível e adaptável às condições do mercado, parecendo incorporar com naturalidade a ideia da qualificação e da competência como estratégias para conseguir ou para se manter num emprego. Contraditoriamente, este mesmo sujeito, com tendência a desenvolver uma postura individualista, competente e autônoma no mercado, foi instado a ser mais participante, conhecedor dos seus direitos e deveres, e capaz de exercer seu papel como cidadão. Esse novo caráter, assumido pelo trabalho e pelo trabalhador, termina por influenciar o processo de construção da política de emprego, no sentido de ter que responder às demandas da formação técnica e da formação política dos sujeitos. As observações da literatura sobre o tema indicaram que as políticas públicas e, em especial, o programa de qualificação profissional estão permeados por contradições e intencionalidades em sua construção, uma vez que se apresentam enquanto proposta de promoção da inserção social dos sujeitos, o que pode funcionar como instrumento atenuador da questão social, muito embora o sistema capitalista apresente o desemprego estrutural como uma tendência natural. Além disso, o fato que a realidade tem sinalizado é de que o programa de qualificação profissional não parece efetivo em promover a inserção social cidadã, tendo em vista ações que privilegiam a formação mercadológica e a participação política, instrumentalizada por interesses fragmentados, em que se valorizam mais a educação doméstica e a instrução profissional, em detrimento da participação crítica e propositiva sobre questões políticas de interesse coletivo.

Essa problemática, aqui construída, a partir da dimensão do trabalho, levou a considerar a possibilidade de uma crise de valores (Paugam, 2003; Telles, 2001) em que o trabalhador encontra-se perdido numa sociedade multifacetária que não tem mais, pelo menos na aparência, o trabalho como um referencial em sua vida; referência de uma profissão, de

classe, de coletividade, de lugar e de ideias. Por isso, a qualificação profissional deve ser encarada como um campo minado, repleto de contradições e intencionalidades, que precisa ser investigado, não somente em seus aspectos técnicos, mas deve contemplar a dimensão política, privilegiando um olhar crítico sobre as posturas assumidas pelo Estado e sobre as subjetividades dos vários agentes envolvidos neste processo.

O cenário socioeconômico, aqui evocado inúmeras vezes, só contribuiu para fortalecer o chão das buscas anunciadas _ no universo do trabalho e da qualificação profissional _, que numa realidade como a da economia paraibana, situada em posição periférica e de baixo dinamismo econômico, em relação aos estados mais desenvolvidos, apresenta peculiaridades na sua cultura política, cujas reverberações terminam por interferir na condução e nas ações de políticas públicas. Foi nesta conjuntura de reformulação das políticas públicas, mais propriamente do programa de qualificação profissional, como enfrentamento do problema do emprego, que surgiu o interesse para este trabalho, apresentando a intenção de investigar como estes fatores incidiram sobre a elaboração do PNQ e do PlanTeQ no estado, quais sujeitos vêm conduzindo este processo, quais os que participam da sua gestão e execução; como se dão as relações de força entre eles e como vêm sendo contemplados os interesses do público alvo. Conforme a literatura consultada indicou (Oliveira, 2007), o programa referido trata a qualificação profissional como construção social e como um direito de cidadania, o que levou a considerar a pertinência de investigar como os educandos vêm se percebendo nesse processo e, quanto à natureza dos cursos oferecidos, se eles vêm tendo a capacidade de formar trabalhadores capacitados, competentes e assegurando as condições de inserção profissional no mercado de trabalho; e, se os seus conteúdos se propõem a formar cidadãos críticos e conscientes do seu lugar na sociedade.

As condições políticas de representação e participação dos sujeitos nos processos decisórios, de construção e de fiscalização da política pública, também foram motivo de preocupação neste trabalho, considerando as particularidades da economia e da política no estado da Paraíba. Tal inquietação surgiu da necessidade de perceber como os sujeitos sociais e, em especial, o segmento dos trabalhadores, foram construindo e ocupando os espaços de participação política, reinventando novas formas de luta para garantir os lugares sociais, constantemente ameaçados pelos poderes vigentes, e se esta forma de participação se expressa como uma ação contra-hegemônica (Santos, 2006).

Como problema fundamental apresentado, buscou-se responder às seguintes questões: como o programa de qualificação profissional, por meio do PNQ/PlanTeQ na Paraíba, pode contemplar, simultaneamente, a qualificação profissional e a formação cidadã numa

conjuntura de desinserções pelo trabalho? Neste contexto, como formar cidadãos conscientes do seu lugar político num quadro de tantas carências que se localizam em deficiências como as de alimentação, educação, saúde e moradia? Como esperar que os sujeitos exerçam plenamente a sua participação, vindos de uma cultura política marcada por práticas de assistencialismo e paternalismo, ainda comumente reproduzidas? Como acreditar na efetividade de uma política de qualificação profissional como direito de cidadania, num espaço em que prevalece a tradição da não participação, minada pela sedução do consumo e por posturas individualistas em detrimento das solidariedades?

Desse modo, adota-se a perspectiva de apreender a política pública como um processo em construção, com avanços, permanências ou retrocessos, em que lhe é próprio a luta e a disputa de poder e de lugares sociais. Além disso, busca-se perceber se o PNQ e o PlanTeQ-Paraíba expressam-se, verdadeiramente, enquanto direito de cidadania ao qual se propõem e se estão sintonizados e integrados no conjunto das políticas sociais para garantirem sua efetividade na inserção social.

A relevância deste estudo encontra-se em investigar o problema do emprego como questão social e política num estado, historicamente caracterizado pela fraca capacidade de geração de emprego e renda.⁴ Aqui, o programa de qualificação profissional foi encarado como ação política sobre a realidade social e sobre os sujeitos, buscando identificar a capacidade dialética de transformar e de ser transformado no processo de sua construção; e, até que ponto o Estado pode interferir e determinar os espaços ocupados pelos indivíduos e orientar as ações de inclusão social, frente aos impasses da realidade socioeconômica e de posturas éticas e políticas, cimentadas em uma cultura política de mando e submissão.

As contribuições dos estudos que envolveram a questão das políticas públicas de emprego no Brasil e, mais especificamente, do PNQ e PlanTeQ-Paraíba, não têm privilegiado a dimensão política quanto à participação dos sujeitos no processo de construção social da política pública. O contributo deste trabalho é exatamente privilegiar uma análise da dimensão política que envolve a construção e a execução do PlanTeQ na Paraíba, questão que até o momento não recebeu o cuidado merecido. Pretende-se desenvolver um olhar sociológico e crítico sobre a dimensão política, contida no programa de qualificação profissional, a partir das posturas e das intencionalidades dos vários sujeitos envolvidos – governo, empresários e

⁴ Mesmo que, durante décadas, tenha recebido a atuação contínua de políticas públicas de estímulo a geração de emprego e renda e de inserção social, especialmente, na época em que a política regional se fez presente com a SUDENE.

trabalhadores __, para que se possa alcançar maior investigação e melhor compreensão da realidade local paraibana.

1.2 Suposições

As suposições que serviram de orientação para este trabalho contemplaram as seguintes questões:

- a) A qualificação profissional realizada pelo PlanTeQ-Paraíba não parece ser suficiente para formar cidadãos conscientes do seu lugar social, por estar mais orientada pela lógica da instrução profissional e apresentar dificuldades no processo de formação cidadã; e,
- b) O fraco envolvimento político dos sujeitos, pode dificultar o processo de construção, gestão e execução, bem como o controle social do PNQ/PlanTeQ-Paraíba, elementos fundamentais para que venha se consolidar como uma política pública.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar a capacidade do PNQ/PlanTeQ no estado da Paraíba atender, simultaneamente, às necessidades imediatas de qualificação profissional e de orientação para a formação cidadã dos educandos.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar as bases da concepção e os objetivos da qualificação profissional, propostos pelo PNQ/PlanTeQ-Paraíba, especialmente, sobre como articula a qualificação profissional com a formação cidadã;
- Investigar os principais atores envolvidos na construção e condução do PNQ/PlanTeQ-Paraíba, buscando apreender suas percepções sobre qualificação profissional e, mais particularmente, sobre a relação estabelecida com a formação cidadã;
- Analisar os processos de definição dos planos de ação do PlanTeQ-Paraíba quanto às condições de execução, os conteúdos a serem trabalhados e o perfil dos responsáveis por sua execução, tendo em conta, principalmente, os modos de compatibilizar a qualificação profissional e a formação cidadã.

1.4 Orientação teórica

O processo de construção de análise do PNQ/PlanTeQ-Paraíba não poderia alcançar uma melhor compreensão sobre a dimensão política que envolve o programa de qualificação profissional, enquanto uma política pública, se privilegiasse, apenas, os elementos técnicos e quantitativos. O acompanhamento e a análise do programa de qualificação na Paraíba requerem o reconhecimento de que o processo de construção de uma política pública sofre a influência do lugar, da conjuntura, dos valores, das ideias e das intencionalidades, estando passível de ser transformada a todo instante. Por isso, a análise qualitativa e crítica constitui a principal escolha metodológica, embora não tenham sido descartadas as contribuições de ordem quantitativa. Espera-se captar melhor as subjetividades que acompanharam a concepção, gestão e execução do programa de qualificação profissional, buscando o posicionamento dos sujeitos nos momentos de diálogo, disputas, seus julgamentos e posicionamentos a respeito das questões relacionadas ao trabalho, à qualificação profissional e à construção da política pública. A escolha por este método justifica-se por ele ser capaz “de incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes *aos atos, às relações, e às estruturas sociais*, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento

quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”⁵ (Minayo, 1996). Assim, espera-se compreender, com maior profundidade, o caráter social e político presente na construção do programa de qualificação profissional.

Neste trabalho, privilegiou-se a análise dialética e crítica, ressaltando-se a dimensão política dos fatos e a postura dos sujeitos, a partir de um olhar sociológico, apreendendo a política pública como um processo em construção, portanto, submetendo-a a sofrer interferências do espaço e dos sujeitos envolvidos. Buscou-se privilegiar a perspectiva do método dialético marxiano, que considera as pessoas e as coisas em um movimento incessante, podendo vir a definir outras formas e relações diferentes das anteriores, mas sem descaracterizar o fenômeno analisado. Assim, nenhuma relação social e nenhum movimento estão acabados, porque representam um processo dinâmico (Marx, 1989). Todo o tempo a política pública pode influenciar e ser influenciada pelos sujeitos que dela fazem parte e que justificam a sua formulação, podendo refletir intenções e ações diferentes e contraditórias àquelas traçadas quando do início de sua concepção, sem que isso lhe pareça estranho, mas natural ao movimento empreendido pela dialética (Minayo, 1996).

As avaliações já existentes por meio de relatórios elaborados pela UNITRABALHO, pelo Ministério do Trabalho, pesquisas acadêmicas e institucionais, serviram como ricos instrumentos complementares, considerando os relevantes esforços realizados por esses estudos para o monitoramento, a análise e a avaliação de políticas públicas (Oliveira, 2006b; Saul, Freitas e Pontual, 2007; Saul, Freitas, Koyama et al., 2007a e 2007b).

O principal referencial teórico utilizado nesta tese foi admitir o trabalho como fonte geradora de riqueza na sociedade capitalista e como elemento estruturante e fundamental da vida dos sujeitos. Esta compreensão tem como base a teoria do valor-trabalho de Marx (1989), que analisa as relações sociais da produção como expressão do movimento dialético, em que lhe são próprios a contradição, a negação e a recriação incessante das relações materiais e sociais, necessárias à acumulação de capital. Os sujeitos sociais presentes neste movimento são partícipes e responsáveis diretos pelas relações de poder estabelecidas na disputa de lugares e de riquezas. Portanto, o referencial, aqui seguido, é o da centralidade do trabalho na vida dos sujeitos (Antunes, 1999), influenciando não somente as condições materiais da sua existência, mas, servindo para desmontar relações sociais, mudar valores, ideias e posturas, na arquitetura de um movimento que pode significar a recriação das formas de controle do capital sobre o trabalho. O intenso processo de desinserções, em função da

⁵ Destaques em letras maiúsculas e itálico do autor.

modernização tecnológica e das novas relações de trabalho (Leite e Araújo, 2009; Druck, 1999; Antunes, 2006), exige a (re)qualificação profissional dos trabalhadores como requisito básico para se manter útil e poder garantir um lugar no sistema produtivo. Sendo assim, a força de trabalho tem sua condição de mercadoria cada vez mais reafirmada na necessidade do trabalhador torná-la valor de uso para o capital e tentar reduzir os riscos da exclusão frente às exigências do mercado de trabalho, alimentando ou comprometendo os possíveis ideais de participação dos sujeitos nos seus espaços de trabalho.

Orientando-se pela perspectiva da análise dialética, como já explicitada anteriormente, a política pública foi encarada como a expressão da dinâmica da relação entre o Estado e a sociedade, sujeita a ser cooptada pelos poderes dominantes e permeada por intencionalidades, contradições e avanços, uma vez que representa campo de disputas entre sujeitos com ideologias e histórias diferentes, como bem demonstraram as análises de Ianni (1996) e Nogueira (2005) a respeito do desenvolvimento do Estado no Brasil. A qualificação profissional, como matéria da política pública, é também permeada por intenções e poderes e, por isso, optou-se em analisá-la como uma relação social (Ramos, 2006; Castel, 1998) por estar consubstanciada em um processo de construção em que os sujeitos são ativos, manifestando seus conflitos, seus valores, seus anseios e carências, passível de reformulações frente aos interesses dominantes que estão sempre mudando de mãos, como resultado da luta entre governo, empresários e trabalhadores.

Compreendeu-se o conceito de qualificação como o processo necessário de formação dos trabalhadores para o desempenho de uma atividade no ambiente de trabalho e, mais do que isso, que possa lhes proporcionar o desenvolvimento de uma profissão, de valores e de consciência do seu lugar social. Contudo, as mudanças no modelo de acumulação terminaram por alterar o lugar do trabalho humano na sociedade, provocando transformações, também sobre as relações de trabalho, e fazendo com que a noção de qualificação profissional, enquanto formação para uma profissão e para uma vida com sentido social, fosse alterada para uma noção de formação mais próxima do trabalho flexível, da instrução e do caráter fugaz, ocupado pelo trabalho na sociedade contemporânea. A noção de competência foi abordada como sendo inerente ao conceito de qualificação profissional, porém, como expressão da sua resignificação, para proclamar uma instrução profissional ou uma habilidade ainda mais específica, diante da conjuntura de flexibilização da produção e das relações de trabalho. Ao invés de formado no sentido de possuidor de uma profissão, capaz de reunir princípios político-pedagógicos, o sujeito está mais afeito a desenvolver habilidades, mais fáceis de serem adaptadas ao mundo do trabalho fragmentado e flexível. Nesta

discussão, buscou-se resgatar e atualizar o debate clássico, desenvolvido inicialmente pelos franceses Friedman e Naville, na construção do conceito de qualificação ao de competência, na década de 1960, trazendo, também, a contribuição de autores que se dedicaram a estudar o tema como o resultado de uma relação social, abrangendo os campos da educação, da sociologia e da política, além das relações técnicas da produção (Friedman, 1972; Castel, 1998; Castioni, 2002; Stroonbants, 1998; Dugué, 1998b; Manfredi, 1998).

Uma categoria que nos serviu de referência analítica foi a noção de participação que, compreendida em seu significado político, refere-se à capacidade dos sujeitos de poderem agir como conscientes do seu lugar social e conduzir suas vidas como protagonistas, opinando, decidindo, tornando-se visíveis e capazes de transformar a sociedade (Nogueira, 2005; Telles, 2001). Foi a partir desse entendimento que se acolheu a noção de participação dos sujeitos, indispensável para examinar a sua capacidade de intervenção no processo de concepção, gestão e execução do programa de qualificação profissional com o PlanTeQ-Paraíba. Buscou-se enxergar como os sujeitos (des)constróem suas referências políticas e como se colocam diante da exigência institucional de se fazerem presentes nos espaços de representação, como é o caso dos conselhos estadual e municipais de trabalho e emprego. Foi importante observar as posturas políticas desempenhadas e a capacidade de decisão frente aos poderes já estabelecidos; a possibilidade de romper estruturas e influenciar na construção e condução do programa de qualificação, como suportes fundamentais da categoria controle social, outra que foi incorporada para enriquecer as análises, não somente por cumprimento às determinações dos órgãos gestores, mas como reflexo de uma presença qualitativa e consciente da sua importância transformadora na sociedade.

A categoria cidadania foi outra que surgiu com fundamental importância para analisar as intenções presentes no PNQ/PlanTeQ quanto a formar um sujeito consciente do seu papel político, fazendo-se ativo, crítico e proponente na sociedade (Teixeira, 2001; Nogueira, 2005; Telles, 2001). Estudos têm revelado a invasão da mentalidade neoliberal sobre o comportamento dos sujeitos, estimulando o desenvolvimento de atitudes individualistas e instrumentalizadas dos trabalhadores, com comprometimento sobre as posturas mais coletivas e solidárias, vulgarizando o sentido de cidadania e de participação de forma a reduzi-las à noção de *cidadão mínimo*, expressão utilizada para demonstrar esse vazio nas atitudes dos sujeitos, incitando a buscar com mais aprofundamento os seus desdobramentos.

A inserção social foi também considerada uma importante categoria em nas análises, com a intenção de perceber como o programa de qualificação concebia a inclusão dos sujeitos

no mercado de trabalho e nos espaços de construção da política pública. Foi relevante investigar como o PlanTeQ-Paraíba vem se propondo a privilegiar uma inserção social que também contemple a formação cidadã, além da formação profissional. Assim, observar como esta inserção está sendo orientada e como os sujeitos estão se percebendo neste processo, constituiu um interesse significativo, uma vez que se espera da inserção dos sujeitos pelo trabalho a conquista de direitos, de lugares e a possibilidade de uma interferência mais qualitativa na sociedade.

1.5 A pesquisa e seu desenvolvimento

Considerando a opção pela metodologia qualitativa, pretendeu-se perceber as intenções dos sujeitos, seus anseios, suas posturas éticas e políticas diante dos desafios encontrados no processo de construção social e execução do PlanTeQ-Paraíba, em que se manifestam relações de poder e contradições. Para tanto, este caminho foi construído a partir de dois momentos: o que tratou do levantamento bibliográfico, da pesquisa documental, das entrevistas, dos métodos da observação participante e do grupo focal; e, o que justificou a escolha dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

1.5.1 Levantamentos efetuados e instrumentos de busca

Um dos primeiros recursos utilizados para caracterizar e circundar o objeto foi a pesquisa bibliográfica, o que permitiu resgatar o contexto histórico em que se deram as mutações nas relações sociais de trabalho e na produção, proporcionando uma melhor compreensão das posturas e dos lugares dos sujeitos na construção de sua própria história. Além disso, o levantamento bibliográfico possibilitou resgatar as principais contribuições teóricas que serviram de sustentação na defesa da centralidade do trabalho com a teoria do valor de Marx (1989) e demais autores da sociologia do trabalho (Lipietz, 1989; Mészáros, 2009; Braverman, 1987; Antunes, 1999), mesmo que fossem admitidos os devidos ajustes e guardadas as proporções para entender o funcionamento da sociedade contemporânea. Ainda se procurou contemplar as contribuições que se encaminharam pela análise crítica, para

apreender a dinâmica das relações sociais, da política, da economia, aproximando o estudo para a realidade do Brasil e da Paraíba.

A pesquisa documental, ao reunir projetos, relatórios, pesquisas acadêmicas e avaliações sobre o PNQ e o PlanTeQ-Paraíba, foi fundamental para fazer entender os avanços alcançados com o programa de qualificação e os desafios enfrentados na sua implementação, fornecendo pistas importantes para a pesquisa de campo. Os dados estatísticos secundários, utilizados no trabalho, tiveram a finalidade de servir de ilustração e traçar um perfil da situação do PLANFOR, PNQ e PlanTeQ-Paraíba, sem a pretensão de fundamentar a análise ou formular conclusões, até porque a pesquisa quantitativa não seria suficiente para responder adequadamente às questões de ordem política e subjetiva. Os documentos utilizados foram oriundos dos projetos e relatórios do PLANFOR e PNQ, junto ao Ministério do Trabalho e, sobre o PlanTeQ, na Secretaria de Desenvolvimento Humano do estado da Paraíba, responsável pela coordenação do programa de qualificação, além de atas das reuniões do Conselho Estadual de Trabalho e Emprego - CETE.

Outro recurso utilizado foi o da observação, imprescindível em todos os momentos da pesquisa. Durante um período de treze meses, a presença na qualidade de pesquisadora e na condição de ouvinte, nas reuniões do CETE-Paraíba, permitiu que as posturas dos sujeitos fossem analisadas e comparadas, uma vez que nos primeiros contatos estabelecidos as pessoas tendiam a comportar-se de maneira formal, não manifestando abertamente suas opiniões. Na medida em que as barreiras foram quebradas e a pesquisa tornou-se mais naturalizada, elementos de grande relevância surgiram em colocações abertas ou subliminares que manifestavam as posições, os medos e os impasses dos membros do conselho, o que não se poderia captar somente por meio das entrevistas.

A técnica da observação participante (Minayo, 1996) foi desenvolvida em cursos de qualificação profissional, considerando que a interação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa foi de grande importância para melhor captar a realidade do objeto de trabalho, uma vez que os sujeitos encontravam-se desenvolvendo suas atividades em seus ambientes naturais. Apesar de a observação participante não poder se orientar especificamente por um roteiro de questões ou critérios bem delimitados, ficando o seu direcionamento sob a responsabilidade do pesquisador, foi uma técnica utilizada por se confiar na variedade de informações, impressões e situações vividas na realidade dos sujeitos, nem sempre captadas nas situações de entrevistas diretas. Assim, foi possível apreender a lógica interna de funcionamento dos cursos, uma vez que se puderam acompanhar e registrar as posturas dos

educandos, as relações de reciprocidade entre eles e a sua compreensão sobre a dimensão da qualificação profissional.

No tocante à observação participante, realizada nos cursos de qualificação profissional, o procedimento se deu em tempo e espaços distintos: o primeiro foi no curso de recepção e atendimento⁶ que teve a participação da pesquisadora na qualidade de aluna regularmente matriculada, com duração de 40 horas/aula, realizado por uma unidade do Sistema S, localizada em João Pessoa, entre os meses de fevereiro e março de 2010. A pretensão perseguida foi a de observar o comportamento dos alunos quanto às suas expectativas sobre a qualificação profissional e o seu comportamento político, diante das exigências do mercado de trabalho. No segundo momento, foram acompanhados os alunos do curso de hotelaria (alimentos e bebidas) como parte do PlanTeQ-Paraíba, referente à execução do projeto de 2009, entre os meses de abril e julho de 2010, com carga horária de 200 horas/aula, realizado na cidade de Cabedelo.⁷ A partir dos primeiros contatos, neste curso, os alunos foram informados sobre as intenções da pesquisa e sobre o objetivo de realizar um grupo focal, o que foi recebido com curiosidade, mas sem nenhum tipo de resistência. Foi assumida a posição de observador para não influenciar o comportamento dos instrutores e dos educandos, embora tentando participar das atividades coletivas para buscar a aproximação necessária à realização do grupo focal. Assim, os mesmos referenciais desenvolvidos para observar as posturas e as expectativas dos sujeitos, quanto ao mundo do trabalho, utilizados para o curso do Sistema S, foram mantidos ao longo do curso de hotelaria (alimentos e bebidas) do PlanTeQ. Intentou-se utilizar os elementos encontrados nos dois cursos para a comparação das posturas dos educandos e dos professores, quanto ao tema da qualificação profissional e da formação cidadã. Neste caso, o recurso da observação participante foi muito importante para compreender as posturas e o comportamento político dos sujeitos integrantes do grupo. Certamente, nem as entrevistas nem a técnica do grupo focal teriam sido suficientes para reunir a riqueza de respostas subjetivas que a cuidadosa observação do objeto, em sua realidade, possibilitou. A técnica da observação participante, desenvolvida ao longo dos cursos, permitiu captar certas posturas, somente reveladas no cotidiano das atividades em sala de aula, como a relação dos educadores com os alunos, os procedimentos pedagógicos e as

⁶ Este curso não fez parte do projeto do PlanTeQ para o ano de 2009, mas teve a intenção de servir de comparação com outros cursos oferecidos pelo programa, considerando que o Sistema S é executor de cursos do PlanTeQ em vários municípios da Paraíba e segue os mesmos parâmetros em termos metodológicos, recursos didáticos, educadores e infraestrutura (instalações e equipamentos utilizados).

⁷ A escolha por acompanhar este curso se deu em função das condições de deslocamento da pesquisadora e dos custos operacionais, já que os cursos do PlanTeQ são oferecidos em várias cidades da Paraíba, dificultando o seu monitoramento ao longo das 200 horas/aula.

escolhas metodológicas, tendo em vista que, ao serem diretamente entrevistados, os discursos dos sujeitos são construídos para transmitir uma imagem de prática e de posturas políticas corretas o que, em certas situações, a flagrante realidade pode vir a desconstruir.

A escolha pela técnica da entrevista se deu por compreender-se que havia informações importantes que poderiam ser colhidas de forma direta com sujeitos relacionados à gestão e à execução do programa de qualificação, bem como com os alunos participantes de cursos de formação profissional. As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro semi-estruturado (Minayo, 1996) que teve como embasamento as questões pertinentes ao tema da qualificação profissional e do PlanTeQ no estado, sendo que os informantes tinham a liberdade de discorrer sobre os temas propostos, relatar suas experiências, ou mesmo, levantar questões de forma espontânea, com a intenção de que a posição do entrevistado fosse valorizada.

Assim que o projeto de pesquisa foi aprovado junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal da Paraíba, logo se iniciou o trabalho de campo. Os contatos com os sujeitos entrevistados tiveram seu início em setembro de 2009 e foram concluídos em março de 2010. A realização das entrevistas encaminhou-se, primeiramente, de modo a contemplar aqueles que faziam parte do campo institucional, no tocante aos gestores e aos integrantes do CETE-Paraíba, buscando respeitar e abranger os membros deste conselho, segundo a divisão proposta pelo CODEFAT, a partir dos representantes do governo, dos empregadores e dos trabalhadores. Também foram efetivadas entrevistas junto às instituições executoras dos cursos de qualificação profissional, integrantes do Sistema S e de ONGs. Ao todo, realizaram-se 14 entrevistas: 4 no setor público, 3 com representantes de trabalhadores, 5 com o Sistema S e 2 com ONGs. Para este público, foi elaborado um roteiro semi-estruturado visando a atender às seguintes questões:

- a) o envolvimento e a percepção dos sujeitos no processo de construção social do programa de qualificação profissional no estado da Paraíba, para responder a questão da participação política dos sujeitos;
- b) o posicionamento em meio ao jogo de disputas de poder; e,
- c) a compreensão a respeito da relação entre qualificação profissional e formação cidadã.

Todos os roteiros das entrevistas buscaram contemplar estas diretrizes gerais, embora algumas questões específicas precisaram ser aproximadas do papel próprio, desempenhado

pela instituição ou entidade contatada⁸, pois o mesmo roteiro não poderia ser aplicado, literalmente para um sindicato e para uma unidade do Sistema S, por exemplo, já que cada um apresentava algumas funções muito particulares.

Quanto aos alunos, foram realizadas três entrevistas no curso de recepção e atendimento do Sistema S, na cidade de João Pessoa, em que se buscou privilegiar a compreensão sobre o seu lugar na qualificação profissional e a importância de ser qualificado como condição para exercer a cidadania. As primeiras questões objetivaram captar a visão do educando sobre a realidade do mercado de trabalho e sobre o nível de relevância da qualificação profissional na busca por emprego ou para se manter em uma colocação. Também se procurou investigar a frequência de cursos profissionalizantes, realizados pelos alunos, sua avaliação sobre a qualidade dos cursos quanto às instalações, o material didático e os instrumentos utilizados, bem como a capacidade dos professores em ministrar os conteúdos.

Para o exame da dimensão política, foram construídas questões visando a descobrir os assuntos tratados no cotidiano dos educandos com os seus colegas, no ambiente de trabalho ou da família, além de investigar sobre o sentido de transformação dos cursos de qualificação profissional na sua vida social e pessoal. De forma direta, questionou-se, junto aos alunos, a importância da vida no trabalho e sobre o exercício da cidadania; a importância, para eles, de participar politicamente na sociedade e sobre o reconhecimento de sua condição como cidadãos.

A técnica do grupo focal, caracterizada como um método qualitativo, foi utilizada com o intuito de captar as percepções dos educandos, participantes de um curso de qualificação profissional, a respeito de sua posição, diante das dificuldades do mercado de trabalho e dos desafios de buscar uma formação para a vida no trabalho e de tornar-se um cidadão. Para realizar a técnica do grupo focal, teve-se como base a literatura que trata sobre a pesquisa qualitativa, em que se permite utilizar um roteiro de questões que seja do interesse do pesquisador, embora os participantes tenham a possibilidade de colocar outras questões não contempladas no roteiro, privilegiando a interação entre pesquisador e pesquisado (Gondim, 2010). Para a efetivação dessa metodologia, geralmente indica-se um grupo com 6 a 10 pessoas como um número adequado, uma vez que um grupo maior poderia prejudicar a participação de todos os sujeitos. Nesta técnica, é comum o confronto de opiniões, o surgimento de ideias novas e mesmo o retraimento do participante para aquelas questões que

⁸ Os roteiros para cada instituição entrevistada, assim como para os educandos, estão disponíveis nos anexos.

possam não fazer parte do seu conhecimento, sendo a dinâmica do grupo importante para que o sujeito se coloque diante do assunto investigado e possa formar opinião a respeito do tema em questão. Ao pesquisador, cabe a tarefa de moderar o debate e orientar as discussões para que o tema investigado seja bem explorado ou para que o grupo não se desvie das questões centrais a serem trabalhadas.

A disposição por realizar a técnica do grupo focal nesta pesquisa, se deu pela pretensão de buscar mais subsídios que viessem a enriquecer a dimensão subjetiva do tema da qualificação profissional e, em especial, a apreensão dos educandos em relação à questão política da cidadania. Acreditou-se que, mesmo sendo as entrevistas diretas orientadas por questões semi-estruturadas e abertas, o fato de utilizar-se o recurso da gravação, por si só poderia desencadear atitudes de inibição por parte de indivíduos que não estavam habituados com a técnica, apesar de não ter havido nenhuma recusa para as entrevistas.

No caso da execução do grupo focal, a aproximação, ao longo de quatro meses (de abril a julho de 2010), junto aos educandos, criou as condições adequadas para a aplicação da técnica de forma natural, contando com a colaboração dos oito⁹ educandos que formavam o grupo presente, do total dos matriculados no curso de hotelaria (alimentos e bebidas), na cidade de Cabedelo, promovido pelo PlanTeQ-Paraíba e executado por uma ONG. O resultado foi considerado satisfatório, tendo em vista que houve a participação de todos nas questões colocadas, não tendo ocorrido nenhum tipo de constrangimento.

Foi seguido basicamente o mesmo conjunto de questões, elaborado como roteiro para as entrevistas diretas, aplicadas com os alunos da unidade do Sistema S, com a intenção de possibilitar a confluência do tema apresentado ao público investigado, assim como demarcar as possíveis diferenças na compreensão sobre o mesmo assunto. Para os educandos do curso de hotelaria, foram acrescentadas apenas questões que buscavam captar o nível de informação sobre as instituições promotoras e executoras dos cursos e, especialmente, sobre o PlanTeQ-Paraíba, ou seja, a visibilidade do programa de qualificação no estado, junto ao público alvo. De um modo geral, os resultados alcançados com o grupo focal foram importantes para o cruzamento das informações obtidas com a entrevista direta, em alguns momentos, manifestando o silenciamento ou a dificuldade das falas quanto às questões que investigavam as posturas e a compreensão a respeito da cidadania.

Tanto as entrevistas diretas como o grupo focal, deixaram silêncios e vazios que só puderam ser esclarecidos com a ajuda do método da observação participante, empreendido ao

⁹ Esse foi considerado um número adequado para a realização do grupo focal, já que a falta de assiduidade era frequente no curso.

longo do processo de construção da metodologia permitindo, assim, captar, nas relações com os colegas, nas posturas assumidas diante dos desafios que surgiram na sala de aula ou expostas como experiências do cotidiano nas atividades do grupo, a manifestação de medos, expectativas, desejos e simpatias políticas.

A utilização e a conjugação desses métodos de pesquisa foram necessárias para dar conta do objeto de trabalho e das diversas possibilidades de investigação que o estudo suscitou, enriquecendo o processo de construção e de análise empreendidos neste trabalho (Carvalho, 2003). Desse modo, compreende-se que todos os métodos e procedimentos de pesquisa desenvolvidos nesta tese, desde o levantamento bibliográfico até a pesquisa de campo, foram complementando-se e revelando-se verdadeiramente em um processo de construção científica muito rico, embora haja a consciência da distância em se esgotar o tema, quando a proposta é compreender uma das múltiplas dimensões das relações sociais e políticas que envolvem a questão do trabalho e da qualificação profissional.

1.5.2 A escolha dos sujeitos

Neste trabalho, foram considerados como sujeitos relevantes para a pesquisa de campo, indivíduos que faziam parte da gestão e da execução do PNQ/PlanTeQ no estado da Paraíba, bem como alunos inscritos como público alvo e prioritários dos cursos de qualificação profissional, oferecidos pelo programa. As entrevistas foram realizadas, inicialmente, com os gestores públicos, sendo o primeiro contato estabelecido com o secretário de Estado, que respondia pelo programa de qualificação, junto à pasta de Desenvolvimento Humano, seguido pelo gerente operacional do PlanTeQ-Paraíba e pelo gerente Executivo de Trabalho, Emprego e Renda do SINE estadual. A coordenadora da Proteção Social Básica do município de João Pessoa, responsável pelo PlanSeQ Bolsa Família e o gerente do SINE municipal, também foram entrevistados, enquanto representantes do setor público, ligados à qualificação profissional no estado, fazendo um total de cinco entrevistas.

Na esfera das executoras dos cursos do PlanTeQ-Paraíba, entrevistaram-se responsáveis pela coordenação pedagógica, intermediação dos egressos e pela gerência do Centro de Educação para o Trabalho e Cidadania (CETEC), no SENAC da Paraíba. No âmbito do SENAI, foi entrevistado um executivo responsável pela gerência do Centro de

Educação Profissional e outro que respondia pelo Setor de Negócios. Ainda como executoras, duas ONGs foram ouvidas para integrar a pesquisa.

Considerando o público do CETE-Paraíba, procurou-se realizar as entrevistas de maneira a contemplar as três bancadas¹⁰ de representação da sociedade civil, sendo duas entrevistas para o segmento dos empresários¹¹ (FIEP e SEST/FETRONOR), duas com representantes do governo (o gerente do SINE-Paraíba e o gerente operacional do PlanTeQ-Paraíba) e três da representação dos trabalhadores (CUT, FETRACOM e FETAG), fazendo um total de sete entrevistas.

Quanto aos sujeitos representados pelos educandos, foram realizadas três entrevistas com alunos do curso de recepção e atendimento, ministrado por uma unidade do Sistema S, em João Pessoa. A técnica do grupo focal foi realizada com a turma do curso de hotelaria (alimentos e bebidas), executado por uma ONG na cidade de Cabedelo, junto ao PlanTeQ-Paraíba, envolvendo oito alunos.

No campo institucional, a escolha dos sujeitos ocorreu de forma estratégica para atender ao interesse de buscar elementos analíticos sobre a participação da sociedade civil no processo de construção e controle social do programa de qualificação, bem como a sua percepção sobre a relação entre qualificação profissional e formação cidadã, abordando as suas posturas, a sua representatividade e a sua capacidade de influenciar o rumo do PlanTeQ-Paraíba.

No tocante aos alunos, a relevância da escolha justificou-se, principalmente, por constituírem o público alvo do programa de qualificação, dando o sentido de sua existência como política pública. A investigação sobre estes sujeitos ocorreu de modo a analisar a relação entre a qualificação profissional e a formação cidadã, proposta pelo PlanTeQ-Paraíba, e a pertinência desse conteúdo para a vida dos educandos, enquanto formação política.

1.5.3 A aproximação com os sujeitos e o diário de campo

A primeira tentativa de iniciar as entrevistas, após ter mapeado os sujeitos da pesquisa de campo, foi com o representante da Secretaria de Estado da pasta social, em que estava

¹⁰ Alguns dos entrevistados ocupavam várias funções, simultaneamente, podendo aparecer como membros do CETE-Paraíba, de outros conselhos ou em outras representações.

¹¹ Uma entrevista foi frustrada com a SEST/FETRONOR, devido à recusa da instituição que alegou a existência de muitos compromissos em sua agenda.

concentrada a gerência das políticas públicas sociais e de emprego do estado da Paraíba. Após a identificação do edifício onde se localizava a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), no centro de João Pessoa, foi procurado o gabinete do secretário na intenção de agendar uma visita. A atendente recebeu atenciosamente, tão logo houve a identificação como professora da UFPB, que realizava uma pesquisa sobre políticas públicas. A informação recebida foi de que o secretário de Estado receberia naquela manhã, mesmo sem ter agendado, previamente, a entrevista.

Enquanto esperava, foi percebido um intenso movimento de políticos, vindos de várias cidades do estado, representantes de movimentos sociais e outras pessoas com demandas administrativas que compunham um “entra e sai” contínuo, o que fez refletir se aquele gestor, tão ocupado em contendas, negociações políticas e interesses diversos, estaria disposto a ouvir uma pessoa proveniente de um espaço social como o da academia, tão diferente do seu. Após uma espera de mais de uma hora e meia, houve o encaminhamento ao gabinete do secretário de Estado onde, além do próprio gestor, encontrava-se um assessor da pasta social, com quem manteve diálogo paralelo, ao mesmo tempo em que era iniciada uma conversa referente à pesquisa. Este fato comprometeu o encaminhamento da entrevista. Contudo, procurou-se superar a dificuldade apresentando o interesse da investigação sobre o PlanTeQ-Paraíba. A primeira impressão que houve foi a de que, ao ouvir o termo “qualificação profissional”, o senhor secretário se liberou de qualquer interesse e obrigação em atender e participar da entrevista, indicando de imediato outra pessoa para substituí-lo na tarefa, no caso, o gerente operacional do PlanTeQ na Paraíba. Quanto mais se procurava convencê-lo da importância de seu posicionamento como gestor público, principalmente, por representar uma secretaria de políticas sociais, mais ele se apressava em anotar o telefone da referida pessoa, sem disfarçar em nada o intuito de despachar aquele episódio. Neutralizando sua postura de claro desinteresse, procurou se colocar a disposição para um possível retorno, caso houvesse necessidade de alguma complementação das informações.

A atitude desse gestor denunciou a sua falta de compromisso em colaborar com uma pesquisa sobre a realidade da qual ele fazia parte, podendo fornecer importantes subsídios para se entender o processo de construção de uma política pública, responsabilidade que foi delegada a outro. O comportamento do secretário de Estado permitiu ver que o cargo político que ocupava fazia dele mais um técnico, que delegava a outros a gerência das políticas sociais e de emprego, não sendo capaz de compreender a extensão e a essência de cada programa. Era como se esta questão não fosse de sua área de intervenção. Não por acaso ou desprezo, ele fez o encaminhamento ao gerente do PlanTeQ, mas porque não conhecia, a fundo, o programa e

nem podia responder sobre os objetivos, o andamento e as dificuldades da execução, apesar do seu nome estampar os documentos oficiais e aparecer na imprensa como responsável pela qualificação profissional no estado. O secretário de Estado pareceu assumir a posição de um articulador político entre poderes, municípios e entidades de classe, presentes na gestão pública, limitando-se a selecionar as demandas de acordo com os interesses do governo.

O segundo contato para a entrevista foi buscado na Secretaria de Desenvolvimento Social do município de João Pessoa. Após investigar, junto à própria secretaria, sobre o responsável pelo programa de qualificação profissional, encontrou-se a coordenadora da assistência social no município que, conforme agendamento prévio para uma entrevista, recebeu com interesse e disponibilidade. Apesar de se ter preparado um conjunto de questões para orientação do encontro, a entrevistada foi espontânea e logo se colocou de forma clara sobre o papel da secretaria na assistência social e o lugar da qualificação profissional enquanto política pública complementar. Os seus esclarecimentos fluíram tão bem que foi preciso intervir poucas vezes na tentativa de orientar a entrevista para as questões de interesse da pesquisa. O próprio ambiente de trabalho e as pessoas ali presentes passaram a impressão de um maior envolvimento com a política pública, no que se referia ao município, ficando patente a diferença na condução da política de qualificação profissional pelos gestores da prefeitura e pelos do estado.

Foi possível perceber que, a aproximação com o público alvo dos programas sociais, bem como do programa de qualificação profissional, era maior por parte dos gestores municipais em relação à gestão estadual. Também foi marcante o envolvimento pessoal e, até emocionado, da entrevistada para com o cargo público e a função que desempenhava, sempre ressaltando a responsabilidade social e ética, além do seu comprometimento e crença na capacidade de mudança da realidade social, embora consciente das dificuldades políticas, conjunturais, técnicas e sociais que envolviam a gestão de políticas públicas.

Após várias tentativas fracassadas, buscando contato com o SINE estadual e a coordenação do PlanTeQ, devido a desencontros e à própria agenda de compromissos dos gestores, conseguiu-se, finalmente, entrevistar o gerente do SINE do estado da Paraíba. Apesar de receber com cordialidade, o entrevistado demonstrou certo desconforto em falar, comportando-se com muita formalidade em relação ao cargo exercido e certo incômodo pela provisoriedade de sua função, uma vez que se tratava de indicação política. Este clima pouco amistoso, talvez tenha sido criado pelos acontecimentos mais recentes, no cenário político do estado da Paraíba, marcado pela cassação do governador em fevereiro de 2009, imediatamente assumindo o poder outro gestor de oposição, o que causou a substituição, em

massa, daqueles que ocupavam cargos de confiança. Diante de tal instabilidade política, pôde-se observar que os novos gestores dos programas de políticas públicas ainda estavam se inteirando de suas funções e contabilizando os prejuízos dessa traumática transição política para o estado. Talvez, essa particular conjuntura, em parte, tenha contribuído para justificar a dificuldade do gestor do SINE em responder questões relacionadas ao histórico do próprio órgão no estado e, mais especificamente, em demonstrar falta de conhecimento e intimidade com o PlanTeQ-Paraíba. Apesar de tais dificuldades, suas declarações indicaram que os acordos políticos e a forma inadequada com que foram criados os conselhos de trabalho e emprego, vinham causando prejuízos ao andamento e a execução do programa de qualificação profissional.

A entrevista com o gerente operacional do PlanTeQ-Paraíba, ocorreu após agendamento prévio por telefone. O contato foi facilitado, porque o escritório onde funcionava a gestão do programa de qualificação, encontrava-se no mesmo edifício em que estava localizada a gerência do SINE estadual. O entrevistado demonstrou interesse pela pesquisa e colocou-se à disposição para colaborar, não só com seu depoimento, mas oferecendo documentos e relatórios disponíveis do programa de qualificação. Apesar de também integrar a nova equipe de gestores do governo recém empossado, ocupando o cargo, há apenas três meses, o entrevistado demonstrou maior aproximação com sua função, mesmo admitindo ainda estar tentando se inteirar do funcionamento do PlanTeQ e recuperar informações dos períodos anteriores, uma vez que havia se deparado com casos de controle pessoal de dados do programa de qualificação, cometidos por gestores que o antecederam. Apesar dessas dificuldades na transição política, as declarações do gerente sempre privilegiaram o tom crítico, apontando problemas e dificuldades na execução do programa de qualificação profissional no estado quanto à definição das demandas dos cursos, a ação dos conselhos de trabalho e emprego e sobre a relação de força entre os sujeitos envolvidos. Como resultado desse contato, o próprio gerente do PlanTeQ-Paraíba, na época, suplente do secretário de Estado da SEDH que ocupava a presidência do CETE-Paraíba, convidou a pesquisadora para participar das reuniões do conselho, um importante espaço de participação na construção e controle social da política pública de emprego no estado, experiência que proporcionou compreender melhor as relações de força entre as entidades representativas da sociedade civil ali presentes.

Após algumas tentativas, buscando contato com o SINE municipal de João Pessoa, houve uma conversa com uma das pessoas integrantes da equipe responsável pelo PlanTeQ no município que, além disso, também desempenhava a função de educador nos cursos de

qualificação. Enquanto o gerente do SINE era aguardado, voluntariamente o funcionário foi relatando sua experiência como educador do PlanTeQ e do Projovem com um certo pessimismo, ao apresentar a realidade da sala de aula, ressaltando um cenário de carências de escolaridade e de educação doméstica, falta de interesse dos educandos e, a depender da comunidade, a existência de comportamentos violentos e atitudes de delinquência por parte dos alunos. Este relato também foi ratificado pela psicóloga, após se juntar aos presentes na sala de espera, também integrante da gerência desses programas e trabalhando como educadora. Desse contato, ficou a impressão que os educadores enfrentavam uma realidade de falhas na educação básica, que iam se arrastando até o momento dos educandos precisarem enfrentar a vida profissional. Os educadores não estavam preparados para essa realidade e “aprendiam junto com os alunos”, às vezes pela intuição, outras pelo ideal de estarem fazendo algo de positivo para aqueles indivíduos carentes. Esta entrevista indicou uma postura negativa dos gestores em relação ao público do SINE de João Pessoa que participava dos cursos do PlanTeQ, defendendo a posição de que as vagas sobravam porque não havia pessoas qualificadas. Para esses gestores, ficou marcante a fala de que a falta de qualificação profissional era o maior problema para as pessoas encontrarem emprego.

Quando houve o encaminhamento para a entrevista com o coordenador do SINE municipal de João Pessoa, apesar do bom acolhimento, foi preciso retomar as mesmas questões várias vezes, devido às interrupções no aparelho celular do entrevistado ou pelo intenso movimento em sua sala. O coordenador do SINE demonstrou pouco interesse em responder aos questionamentos, desviando o foco principal da entrevista para os problemas do cotidiano do SINE ou sendo insuficiente em suas colocações, dando a impressão de desconhecimento e pouca intimidade com o PlanTeQ-Paraíba. Em determinado momento, deixou claro o desconforto político e sua falta de cooperação com a gestão estadual do programa e com o CETE-Paraíba, fazendo evidenciar a falta de integração dos órgãos e dos gestores públicos dos programas de emprego, por motivo de diferenças político-partidárias, já que, na ocasião da pesquisa, os poderes estadual e municipal, em João Pessoa, compunham forças oposicionistas.

A primeira entrevista realizada no segmento dos trabalhadores foi com o presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços (FETRACOM) no estado da Paraíba e membro do CETE-Paraíba. Após a apresentação e a exposição dos objetivos da pesquisa, iniciou-se a entrevista com uma questão que buscava captar a compreensão do líder sindical sobre a qualificação profissional para a sua categoria. Contudo, o entrevistado começou a falar de forma prolixa sobre sua experiência na vida sindical, ressaltando somente

a política e as relações de poder. Quando se tentava reorientar a conversa para o assunto da qualificação profissional, o entrevistado novamente escorregava para outra matéria, com certa resistência em falar do tema, ficando, em vários momentos, a impressão de que ele não conhecia o assunto e menos ainda os princípios do PNQ/PlanTeQ-Paraíba. Contudo, foi importante a ressalva que fez sobre a presença dos trabalhadores no CETE-Paraíba como forma de controle das ações e dos recursos envolvidos na execução dos programas de emprego. Mesmo não se aprofundando nas questões, fez críticas sobre a falta de discussão na definição das demandas dos cursos e da burocracia excessiva, fazendo com que os conselheiros “servissem” apenas para assinar documentos.

Ainda no segmento dos trabalhadores, foi realizada outra entrevista com o ex-presidente da CUT no estado e membro do CETE-Paraíba. As várias atribuições do entrevistado dificultaram os contatos para a entrevista. Mas entre reuniões e compromissos conseguiu-se marcar um encontro. Apesar de educado e tentando ser atencioso, passou a impressão de estar atarefado e apressado. Suas colocações a respeito da qualificação profissional, na visão dos trabalhadores, foram, de certo modo, um tanto gerais, sem demonstrar conhecimento apurado sobre o tema, o mesmo ocorrendo com respeito ao PlanTeQ-Paraíba, apesar do seu longo histórico de atuação no CETE-Paraíba estar remetida à época do PLANFOR. Quanto à dimensão política, apresentou importantes dicas sobre a atuação do CETE-Paraíba, admitindo ser este um importante espaço de participação para os trabalhadores e não devendo deixar de se fazerem presentes. Por outro lado, confessou certo incômodo em participar como conselheiro, uma vez que não havia incentivos financeiros e nem infraestrutura para operacionalizar as ações e atribuições do conselho, além do não reconhecimento deste trabalho por parte dos seus representados e da sociedade civil.

Na entrevista realizada com um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) no estado e membro do CETE-Paraíba, apesar de também demonstrar a falta de conhecimento específico sobre o PlanTeQ-Paraíba, pôde-se perceber um envolvimento maior do entrevistado com o tema da qualificação profissional e com o sentido de participação dos conselheiros na execução e fiscalização das políticas públicas. Além de apontar certas dificuldades nas ações do programa de qualificação quanto à definição das demandas, a ausência de discussões na preparação dos projetos, a exiguidade dos prazos, entre outras, também destacou a falta de atenção do PlanTeQ-Paraíba com relação às realidades específicas, como é o caso dos trabalhadores na agricultura. Seu depoimento foi bastante marcante quanto a problematizar a participação da entidade que representa no CETE-Paraíba, assim como a própria atuação do conselho, alertando para o fato de que os

conselheiros, geralmente, eram representantes em outras entidades com pautas semelhantes, mas, mesmo assim, não conseguiam estabelecer a integração entre as políticas públicas. Contudo, demonstrou acreditar que o espaço do conselho, como resultado de um processo democrático, deve ser ocupado pelos trabalhadores, por ser “importante manter o diálogo e a correlação de forças”, mesmo admitindo a apatia das pessoas em participar e debater nos movimentos sociais.

Com o intuito de abordar algumas executoras dos cursos de qualificação oferecidos pelo PlanTeQ-Paraíba, inicialmente, buscou-se aproximação com o SENAC. Nos primeiros contatos, ficou nítido o tratamento amistoso dos funcionários, no sentido de disponibilizar informações e transmitir a imagem de uma instituição séria e comprometida com a formação profissional e a responsabilidade cidadã, como orientação a todos os seus educandos. Na entrevista, realizada com o gerente do CETEC/SENAC, durante todo o tempo, percebeu-se a preocupação do entrevistado em ressaltar a qualidade do ensino, a infraestrutura adequada e o histórico de uma atuação séria e respeitada do Sistema S, junto ao setor empresarial e à sociedade. O Sistema S demonstrou orgulhar-se de sua vocação em formar indivíduos para o mercado de trabalho e, mais do que isso, fazer a intermediação para inserir esses educandos no setor privado, dado o seu bom relacionamento com o segmento empresarial. Em outra entrevista, a diretora de educação profissional do SENAC, fez questão de destacar os procedimentos burocráticos, exigidos pelo PNQ/PlanTeQ-Paraíba e o controle e fiscalização adotados sobre os cursos oferecidos pela instituição, demonstrando claramente conhecer o programa de qualificação profissional e os objetivos de uma política pública. Considerando os aspectos pedagógicos envolvidos para a qualificação profissional, admitiu a dificuldade de ministrar conteúdos técnicos para públicos que vêm de realidades sociais precárias e escolaridade baixa, o que também se estendia aos temas relacionados à formação cidadã. De maneira mais informal, reconheceu que o mercado de trabalho ainda utilizava a boa aparência, a educação e a higiene dos indivíduos, como requisitos, para contratar funcionários o que, em muitos casos, não era atendido, devido ao meio social de alguns alunos chocar-se com as exigências do mercado. Essa realidade que desmascara as subjetividades, presentes na ocasião da intermediação da mão-de-obra, não aparece oficialmente e nem é encarada diretamente pelas políticas públicas, problema só constatado e admitido por ocasião de depoimentos como este.

As entrevistas realizadas junto ao SENAI, também se encaminharam de modo a sempre ressaltar o compromisso do Sistema S com a formação profissional, utilizando-se de infraestrutura adequada e profissionais competentes para desempenhar suas funções. Além

disso, acreditavam na sua capacidade em transformar a realidade social dos educandos, com a formação de uma postura profissional, melhoria na sociabilidade e na educação doméstica dos alunos. Ficou clara a compreensão de que, para o Sistema S, a qualificação profissional aparece como um importante meio de formação e inclusão de trabalhadores no mercado de trabalho, principalmente, porque mantém uma relação muito próxima com o setor privado, respondendo diretamente à sua demanda por profissionais e, ao mesmo tempo, fazendo o encaminhamento de trabalhadores às ocupações formais. Ainda no âmbito do SENAI, durante a entrevista com o gerente de aprendizagem e qualificação profissional, que também era membro do CETE-Paraíba, desde a época do PLANFOR, ficou presente uma compreensão mais apurada a respeito dos conteúdos dos cursos voltados para a formação cidadã, entendendo a cidadania como orientação para a vida, quanto à educação, direitos, conduta e valores, buscando diferenciar-se do SENAC, por mostrar maior preocupação com as metodologias utilizadas. De forma bastante consciente, o entrevistado atribuiu grande importância aos conselhos estadual e municipais de trabalho e emprego, enquanto instrumentos de controle social, embora tenha destacado problemas na sua formação e atuação, especialmente, quanto à definição das demandas dos cursos e à seleção das executoras. Além disso, admitiu a falta de interesse dos conselheiros, em participar das reuniões e discussões do conselho, assim como também de se encontrarem despreparados para exercer a função.

Os representantes das ONGs, contatados para a realização das entrevistas, na qualidade de executoras de cursos de qualificação por meio do PlanTeQ-Paraíba, receberam a pesquisa com simpatia e não demonstraram problemas em prestar informações. Tentaram passar a imagem de entidades responsáveis e comprometidas com a qualificação profissional e com os programas que participavam em parceria com o setor público. Apesar de procurar mostrar preocupação com as questões voltadas para a formação cidadã dos educandos, admitiram que a realidade de carência social dos alunos poderia aparecer como fator prejudicial na compreensão destes conteúdos. Mesmo assim, insistiram que a qualificação profissional representava uma oportunidade para a inserção social, ainda que enfrentando uma conjuntura econômica desfavorável do estado, o que se agravava no caso dos municípios menores. Uma importante revelação feita pelos entrevistados destas ONGs, foi a sua estratégia, utilizada para encaminhar ou inserir os alunos no mercado de trabalho, em muitos casos, ocorrendo pela criação de associações, cooperativas de trabalhadores ou ainda pela ajuda do poder público local que estimulava a absorção dos produtos ou serviços, gerados pelos trabalhadores ligados a estes espaços. Isso revelou a difícil realidade de inserção social

dos educandos e a permanência da prática de se recorrer ao setor público para garantir a empregabilidade, por meio da criação de serviços ou do apoio ao surgimento de cooperativas e associações de trabalhadores, o que deve ser encarado com cuidado, tendo em vista a possibilidade de manipulação de interesses particulares na criação dessas entidades. Apesar de tentar convencer de seu interesse na parceria com o estado, as ONGs não mostraram conhecer os princípios e objetivos do PlanTeQ-Paraíba, por vezes, confundindo-o com o Projovem. Além disso, a rica experiência adquirida ao acompanhar o curso de hotelaria (alimentos e bebidas), oferecido por uma ONG na cidade de Cabedelo, permitiu confrontar o discurso da mesma com a realidade de sua prática. Percebeu-se a má condução dos conteúdos ligados à formação cidadã, o despreparo dos educadores, a inexistência de infraestrutura própria, de utensílios e equipamentos para a realização das aulas práticas¹² e a ausência de estratégias para o encaminhamento e inserção dos educandos no mercado de trabalho. Apesar da tarefa, na condição de pesquisadora, ter flagrado e constatado essa realidade de descaso na realização de um curso, que pretendia ser profissionalizante, e que também tinha a intenção de formar cidadãos, o relatório produzido por outra ONG, como parte do monitoramento do PlanTeQ-Paraíba em 2009, identificou apenas pequenas falhas pontuais, como a ausência de um cartaz com a indicação do PlanTeQ na porta de entrada da sala de aula. Como conclusão, a ONG responsável pelo monitoramento do programa de qualificação, indicou que o curso oferecido foi capaz de formar profissionais capacitados para exercer qualquer atividade na área do referido curso de hotelaria, o que a realidade vivenciada e a análise crítica e séria conduziram a refutar.

As entrevistas com os educandos foram realizadas a partir da participação da pesquisadora como aluna do curso de recepção e atendimento, realizado por uma unidade do Sistema S. Não houve identificação do papel de pesquisadora logo no início do curso, para não causar intimidação na turma ou mesmo preconceitos, devido à possibilidade do universo universitário, do qual fazia parte, se confrontar com realidades escolares e profissionais diversas, com pessoas buscando um emprego ou tentando melhorar sua condição de trabalho. Além disso, a posição era a de observar os conteúdos ministrados, a postura do educador, a infraestrutura, a receptividade dos alunos e suas expectativas sobre o curso para a vida profissional.

Ao final do curso, que totalizou 40 horas/aula, quando houve a apresentação da intenção da pesquisa e buscaram-se os contatos para as entrevistas, não se percebeu nenhum

¹² As fotografias que atestam a precariedade e a ausência de infraestrutura no curso de hotelaria (alimentos e bebidas), que serviu de objeto de nossas análises, encontram-se disponíveis nos anexos.

constrangimento por parte dos colegas, mas uma atitude de colaboração para o trabalho, talvez devido a aproximação que já havia sido estabelecida ao longo das aulas.

Por ser um grupo muito heterogêneo em idade, escolaridade e experiências profissionais, as entrevistas ocorreram espontaneamente sem se fechar na seleção induzida por categorias de gênero, idade ou escolaridade, uma vez que a intenção era captar os elementos mais subjetivos dos educandos na sua relação com a qualificação profissional. A partir dos depoimentos dos mais jovens, naturalmente, foi possível sentir certa imaturidade, indecisão e falta de estratégias para se prepararem para o mercado de trabalho, quando se compararam com as declarações daqueles alunos que já haviam passado por algumas experiências profissionais. Essa diferença também se fez evidente nas questões relacionadas à política e à compreensão sobre cidadania, prevalecendo certo desinteresse e apatia dos alunos mais jovens, ao tentar relacionar sua vida profissional com a participação cidadã.

A experiência adquirida ao estabelecer estes contatos, as dificuldades, as surpresas que as relações humanas proporcionaram e a riqueza que as informações trouxeram como aprendizado, foram fundamentais para o processo de construção deste trabalho de tese. A aproximação com o objeto de pesquisa e o contato humano com os sujeitos, apesar de o exercício colocar o tempo todo com a responsabilidade de pesquisador, se traduziram em sensações que só contribuíram para o amadurecimento das questões pertinentes ao trabalho científico. Assim, entende-se que a experiência obtida com esta pesquisa de campo, com toda a sua complexidade e riqueza, foi o que constituiu a alma deste trabalho.

CAPÍTULO 2

Trabalho, sujeitos e riqueza nas teias da sociedade industrial

OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO¹³

Era Ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um
templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.

De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um
tijolo
Valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
Com pá, cimento e esquadria
Quanto ao pão, ele o comia...
Mas fosse comer o tijolo!
E assim o operário ia
Com suor e com cimento
Erguendo uma casa aqui
Adiante um apartamento
Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse, eventualmente
Um operário em construção.

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facão
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, Cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.

Foi dentro dessa compreensão
Desse instante solitário
Que, tal como a sua construção
Cresceu também o operário.
Cresceu em alto e profundo
Em largo e no coração
E como tudo que cresce
Ele não cresceu em vão
Pois além do que sabia
- Exercer a profissão -
O operário adquiriu
Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.

E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:

Notou que a sua marmita
Era o prato do patrão
Que a sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que o seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que a sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.

¹³ Trecho da poesia de Vinícius de Moraes, do livro "Nossa Senhora de Paris".

O “operário em construção” serviu como fonte de inspiração, para que fosse possível refletir sobre o lugar do trabalhador na sociedade industrial, marcado pela posição de submissão no processo de trabalho. A força da poesia conseguiu explicitar, de forma clara, a relação entre o operário e a coisa produzida, desvendando o processo de coisificação do sujeito. No entanto, a tomada de consciência do lugar social é, muitas vezes, desviada pelos interesses dos grupos dominantes e pela ideia de progresso que tem o poder de destruir o sentido das solidariedades. Os avanços tecnológicos vieram condicionar não apenas o ritmo do processo de trabalho, mas desconstruir a socialização promovida pelo trabalho coletivo, modificando as relações de trabalho e aprimorando os símbolos do neoliberalismo, que se fazem notar em um trabalhador cada vez mais flexível, individualista e “competente”. O resgate do “Operário em construção” foi pertinente para se reconhecer que, enquanto os meios de produção são transformados pelo trabalhador, este também é modificado pela relação social que envolve o processo de trabalho. No momento em que olha para a própria “mão” e se dá conta da sua importância na criação da riqueza, que é apropriada pelos outros, o operário pode se fazer forte e, assim, consciente da ação transformadora, do seu lugar e do seu papel como cidadão. Neste sentido, assumiu-se a perspectiva de que o trabalho humano, como expressão de uma relação social, não pode estar apartado da política; que o trabalhador é também sujeito político capaz de participar, interferir, agir e exercer uma cidadania ativa na comunidade. É este sentido que se busca neste trabalho, entender o lugar e o papel dos sujeitos na sociedade como protagonistas de sua história.

O objetivo deste capítulo é caracterizar historicamente como o trabalho foi adquirindo importância no processo de criação de valores e como os sujeitos foram se localizando neste movimento. O controle do processo de trabalho, bem como o valor gerado a partir dele, constituiu o principal elemento de disputa entre os produtores diretos da riqueza e os que passaram a exercer o domínio sobre os meios de produção, determinando os lugares sociais e os conflitos de poder. Contudo, foi na sociedade industrial que o controle da produção e do trabalho pelo capital se fez cada vez mais intenso, na medida em que ocorreu a modernização e a aceleração do processo tecnológico.

2.1 O trabalho humano nas sombras históricas do poder e da riqueza

O debate estabelecido, hoje, acerca do trabalho humano, como elemento central ou não para a determinação da riqueza, e o papel dos sujeitos na sociedade, pode parecer um tema superado, na medida em que se disseminou a ideia de uma vida liberta em que se pode gerenciar o próprio trabalho e o tempo livre. Mas, em contraposição a esta noção de liberdade, a realidade anuncia uma sociedade monitorada pelo avanço da técnica e do sistema de informação como sinal de racionalização da conduta humana, ao mesmo tempo em que se parece promover a ressignificação do trabalho na vida social, deixando um vazio na compreensão da formação da riqueza, assim como no papel dos sujeitos na execução desta tarefa.

Apesar das críticas sobre o trabalho, como instrumento estruturante e socializador, este estudo admite o trabalho humano como fundamento na vida dos sujeitos, além de tentar resgatá-lo como elemento necessário à construção social, indispensável para a compreensão da formação da riqueza e de sua ampliação. Ademais, é suporte central no entendimento da dialética das relações de poder que se estabelecem, sobretudo, entre os sujeitos no modo de produção capitalista.

Em toda história das relações de produção do homem, na sua luta incessante pela sobrevivência, estiveram presentes as relações de poder, necessárias ao controle dos bens produzidos pelo trabalho, quer seja como trabalho escravo, servil ou livre. Desse modo, é importante traçar uma breve trajetória histórica para tentar localizar como o trabalho humano foi elevado ao lugar de determinante da riqueza, como os trabalhadores foram tendo seus lugares definidos no processo de trabalho, na transição da sociedade medieval para a economia industrial, como foi sendo definido o controle do processo de trabalho e como o trabalho humano tornou-se subsumido, diante da insegurança e da imprecisão dos novos valores que emergiram da sociedade contemporânea.

Uma breve passagem sobre a organização socioeconômica que antecede a sociedade industrial, permitirá contextualizar e confrontar o papel do trabalho humano na formação da riqueza, a própria noção desta e os sujeitos envolvidos neste processo. Ainda que se reconheça a existência da troca de bens como uma atividade presente e, em algumas épocas, apresentando uma intensidade já reconhecida, somente no capitalismo foi que a troca de excedentes ganhou significado para a acumulação de riquezas.

Na medida em que se verificou, com maior vigor, a presença da atividade comercial, como foi o caso da sociedade montada sob o Império Romano, é provável que sejam identificadas tentativas bem sucedidas de mensuração dos produtos trocados, em que prevalecia a utilização de moedas, dando sentido ao rudimentar, porém eficiente, sistema monetário, que viria mais tarde selar o nascimento e consolidação do capitalismo. Apesar de terem proporcionado uma expansão comercial, estimulada pela conquista de novos territórios, os romanos não trouxeram maior contribuição para a compreensão das noções de valor _ trabalho e riqueza _ em relação aos filósofos gregos, uma vez que, notadamente na qualidade de homens conquistadores, de ação e de guerra, a preocupação com a filosofia foi relegada a segundo plano. O comportamento prático e o fato da sociedade romana também estar fundamentada sobre relações de trabalho escravo, apresentou-se como um limite natural à compreensão do valor e da riqueza por meio do trabalho. A riqueza acumulada era percebida como uma dádiva natural e divina, como merecimento pelas conquistas e pelo lugar social determinado em respeito às hierarquias, compondo uma harmonia própria daquele sistema produtivo¹⁴.

Os impasses históricos para a compreensão da noção de valor também foram verificados durante o modo de produção feudal, uma vez que a atividade produtiva estava organizada por uma estrutura fechada, em que os indivíduos, destinados ao trabalho, o realizavam a partir de uma relação de servidão com o senhor feudal, proprietário natural de terras, de onde partia todo o conjunto de normas políticas a serem obedecidas pelos servos (Huberman, 1986). Expressando a natureza econômica do feudo, a produção de bens tinha como destino o autoconsumo, não se atribuindo à produção de excedentes o sentido proposital da troca; esta ocorria muito eventualmente nos primeiros séculos do feudalismo, vindo a intensificar-se em sua fase final com o movimento das Cruzadas¹⁵. Apesar de se ter a terra como fonte fundamental para a produção, a esta não era atribuída a fonte imediata de valor para as coisas, visto que o sistema mercantil ainda viria a se desenvolver mais tarde com maior vigor.

A vida social era determinada pelos costumes do feudo, o que também tinha efeito de lei; a produção ocorria mediante o arrendamento das terras do senhor feudal para com os servos, fazendo parte de suas obrigações priorizar os cuidados com a plantação sobre a parte

¹⁴ Sobre o pensamento econômico e social na antiguidade e na Idade Média, consultar Feijó, 2001.

¹⁵ As Cruzadas constituíram-se em movimentos de europeus cristãos rumo à Terra Santa, sobretudo, entre os séculos VIII e XIII, motivados pelo desejo de resgatar a Terra Prometida que se encontrava nas mãos dos muçumanos, mas que, na prática, serviram como um estímulo significativo ao comércio, assim como na disputa por novos territórios. Maiores detalhes podem ser encontrados em Huberman, 1986.

que cabia ao senhor. Desse modo, a relação social de produção e o poder político eram determinados pelos grandes proprietários de terra, estando entre eles a Igreja, que não se diferenciava, de modo algum, no rigor com que eram cobradas as obrigações dos seus servos em relação aos outros senhores de terras.

Do ponto de vista do pensamento científico, as contribuições possíveis de registrar referem-se às investigações dos clérigos da Idade Média entre os séculos XIII e XIV (Feijó, 2001). A própria postura rigorosa e punitiva da igreja católica, na época, constituía um limite ao livre pensar ou a qualquer tentativa que pudesse ser entendida como contestação da explicação natural do divino sobre as pessoas e as coisas. O pensamento sobre a ordem social encontrava-se enclausurado pela religião, que agia severamente com o fogo da inquisição sobre os que ousassem desrespeitar os princípios do santo catolicismo. O saber estava reservado com exclusividade aos escolásticos e, ainda assim, permitido apenas se não viesse representar ameaça à sua ordem religiosa. A compreensão da vida social e econômica pelos clérigos aparecia com maior destaque em autores como Tomás de Aquino, Alberto Magno, Henry de Friemar, John Duns Scotus, Jean Buridan e Geraldo Odonis¹⁶, entre outros, instigados a demonstrar a harmonia social entre homem e natureza. De forma geral, estes pensadores continuavam inspirados nas contribuições de Platão e Aristóteles, pautando suas investigações em torno das noções de valor e riqueza, sendo o trabalho humano e a utilidade os principais elementos para suas investigações. Todavia, o fato de não se ter o trabalho livre como determinante da relação de produção, além da ausência de um mercado desenvolvido, impedia a compreensão de uma vida econômica orientada pela busca de valores, mas apenas guiada como atividade necessária à satisfação das necessidades da comunidade.

É importante reconhecer a dinâmica nas relações sociais de produção, bem como da própria sociedade, e a superação das formas presentes como uma necessidade histórica que levou à transição de um modo de produção¹⁷ para outro, neste caso, do feudalismo para o modo capitalista de produção. Vários fatores concorreram para o desmonte do sistema feudal, dando margem ao surgimento de novas relações sociais e econômicas. A própria estrutura fechada em que estava organizado o feudo, mais tarde, constituiu-se em fator de sua desintegração. Na medida em que a população crescia, a satisfação das necessidades das famílias nos arrendamentos de terra ficava mais difícil, forçando os indivíduos a buscarem alternativas fora da unidade feudal. Com isso, o artesanato, já presente como ocupação

¹⁶ Sobre a filosofia e a contribuição dos escolásticos na Idade Média, buscar também em Feijó, 2001.

¹⁷ Modo de produção é uma abstração metodológica que serve para identificar uma forma de organização socioeconômica, associada a uma determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

doméstica foi, lentamente, ganhando mais expressão como atividade produtiva e dando sentido a uma dinâmica maior na troca de excedentes (Huberman, 1986).

A atividade comercial significava a possibilidade dos produtores independentes e excluídos do feudo satisfazerem suas necessidades, mediante a troca de produtos do seu trabalho por outro bem que não produziam. Esse comércio intensificou-se ainda mais com o movimento das Cruzadas, possibilitando a ocorrência mais frequente de feiras, lugar onde circulavam mercadorias¹⁸ de vários cantos do mundo. Se a utilidade, o trabalho humano e a terra eram considerados possíveis fontes de valor, com a expansão do comércio, o dinheiro passou a encantar o pensamento dos intelectuais, interessados em compreender as motivações e o ritmo da vida da sociedade em transformação. Assim, na medida em que o artesanato, o comércio e o dinheiro se encarregavam de delinear o cenário de outra organização social, o feudo foi perdendo em importância econômica e social.

Outro fator que contribuiu significativamente para o esvaziamento mais rápido dos feudos foi a ocorrência da Peste Negra¹⁹, mazela que dizimou milhares de trabalhadores. Apesar de trágica, a redução da oferta de trabalhadores provocou o estímulo do trabalho por pagamento em detrimento do trabalho servil, ao mesmo tempo em que se observava o efeito de atração do trabalho urbano, arrebatando os camponeses para as cidades em formação. Com o passar do tempo, até o pagamento dos arrendamentos passou a ser feito em dinheiro, obrigação antes realizada por meio de bens. Os indivíduos que buscavam constituir suas vidas fora dos feudos, especialmente os artesãos e comerciantes, foram localizando-se às margens destes e formando o que se passou a denominar de burgos²⁰, vindo a constituir-se mais tarde nas primeiras cidades. Neste novo ambiente, com novos sujeitos sociais, outras relações foram formadas, não mais baseadas apenas nos costumes ou na palavra, mas como resultado do estabelecimento de regulamentos e leis que tinham a função de ordenar as trocas, a produção de mercadorias, a circulação de indivíduos e a vida social como um todo. Em lugar do senhor feudal, fortalecia-se a nobreza como a expressão política moderna e, junto originava-se um

¹⁸ Nessa retrospectiva histórica, este foi o primeiro momento em que se utilizou a noção de mercadoria, o que não se deu por acaso, mas porque é, no mercado ampliado pelas feiras onde ganha vulto a troca, não de bens, e sim de mercadorias, em que o dinheiro, na forma de metal precioso, ganha significação mais precisa nas transações.

¹⁹ Talvez a mais grave epidemia registrada pela História no século XIV, teve início na Ásia Central e espalhou-se rapidamente pelo Oriente, dizimando cerca de 24 milhões de pessoas, e pela Europa, onde deve ter acometido metade de sua população. Ver Huberman, 1986.

²⁰ Os burgos resultaram de moradias que se desenvolviam fora das muralhas do núcleo do feudo. Seu surgimento data da Baixa Idade Média (séculos XI ao XV), época da decadência feudal, dando sentido ao crescimento comercial e urbano.

conjunto de instituições que moldavam a estrutura estatal necessária à emergência da economia capitalista, com os supostos requisitos de neutralidade e liberdade.

Com a sociedade mercantil em plena ascensão, os limites e tabus às trocas foram quebrados; a prática do empréstimo a juros não era mais considerada como usura, da forma como ocorria na Idade Média, e a circulação do dinheiro agora expressava progresso e riqueza, tanto de nações como de indivíduos. Na fase do mercantilismo, marcando a transição do feudalismo ao capitalismo, especialmente entre os séculos XV e XVII, o comércio era considerado atividade central e, desse modo, a principal fonte de riqueza e valor. Portanto, homens ricos e promissores eram aqueles que atuavam no mercado, possibilitando a circulação de excedentes e a acumulação de riquezas. Se, no feudalismo, a sociedade estava dividida em servos e senhores feudais, no mercantilismo, destacavam-se os comerciantes e artesãos. Estes últimos estavam classificados de acordo com sua função na produção, que contemplava uma organização rigorosa nas etapas de elaboração do produto e do aprendizado dos trabalhadores, seguindo uma hierarquia do mestre artesão ao aprendiz (Huberman, 1986).

Na produção artesanal e, posteriormente, manufatureira, a organização social ainda encontrava-se em transformação, podendo o dono dos meios de produção²¹ confundir-se como produtor, mestre artesão ou comerciante. Mas, já era possível verificar certas relações de poder que se iam formando em torno da nova atividade produtiva, como era o caso das corporações de ofício dos mestres artesãos. Nestas organizações, eram estabelecidas as regras de cada setor, a serem cumpridas por seus membros (quanto à técnica, matéria-prima utilizada, habilidades requeridas, entre outras) submetidos a penas e represálias, em caso de transgressão dos princípios da corporação. Esta também podia funcionar como um importante instrumento de poder, junto ao rei, para a conquista de benefícios fiscais e proteção contra a concorrência estrangeira. Assim, formava-se, lentamente, uma fidalguia mercantil própria da cidade, ao mesmo tempo em que a aristocracia rural se mantinha ainda como proprietária de terras, embora sofrendo o processo de adaptação para o novo sistema produtivo, em que o arrendamento de terras passou a funcionar como sua principal fonte de renda (Hunt, 1989).

Na medida em que a atividade mercantil foi se expandindo, especialmente com o grande influxo de mercadorias, oriundas das colônias exploradas pelos países da Europa, a sociedade foi ganhando contornos mais claros, voltados para a produção urbana organizada para o mercado. A atividade artesanal transformou-se em produção manufatureira, que

²¹ Os meios de produção consistiam nos bens necessários à realização da atividade produtiva, formados por meios de trabalho (ferramentas, instalações, máquinas, equipamentos etc.) e objetos de trabalho (matérias-primas).

divergia da forma anterior, basicamente, devido a um salto qualitativo na organização do processo de trabalho. Na fase da manufatura, já era possível perceber um melhoramento técnico nos instrumentos de trabalho e uma tendência a maior especialização do trabalho. Também se observavam mudanças na relação social da produção, com a tendência à separação dos produtores diretos dos meios de produção, o que se aprofundou ainda mais mediante o aumento da divisão do trabalho. Na fase artesanal, o produtor direto era capaz de executar todas as etapas da confecção de um produto, exercendo autonomia e domínio no seu ofício. Mas, com a necessidade premente de se produzir mais mercadorias em menos tempo, aquele trabalhador foi relegado a realizar apenas algumas operações no processo produtivo e, finalmente, dedicar-se somente a uma etapa da produção, contribuindo com uma fração do trabalho necessário à confecção da mercadoria (Huberman, 1986).

A consolidação dessa nova relação social foi fundamental para a compreensão da natureza da produção capitalista. Na manufatura, ainda se podia reconhecer, como um esforço de abstração, a figura do produtor como comerciante, gerente, entre outras funções, apesar de proprietário dos meios de produção. Mas, quanto mais este sujeito se distanciava dessas tarefas, ligadas à execução da mercadoria, e se identificava com a figura de dono dos meios de produção, delegando as funções da execução aos trabalhadores, mais se aproximava da postura de capitalista. Assim, aos trabalhadores, historicamente, mas não ingenuamente, foram sendo destinadas as funções da produção direta, sob as ordens capitalistas. Desse modo, abstraindo-se mais uma vez das minuciosidades que envolveram essa transição, considera-se produção capitalista verdadeiramente, a que se desenvolve da relação entre capitalistas, proprietários dos meios de produção, e trabalhadores assalariados, destituídos desses meios e restando-lhes apenas a força de trabalho para sobreviver (Marx, 1989).

A partir das considerações anteriores, é possível assegurar que a destituição dos meios de produção de seus produtores diretos, a consolidação do trabalho assalariado e a ampliação da divisão do trabalho, foram fatores essenciais para deslanchar o modo de produção capitalista, além de demarcar as duas classes sociais que são características deste sistema. Se, antes desse sistema produtivo, não se atribuíam à produção de excedentes o objetivo imediato da atividade econômica, foi a produção de mercadorias para o mercado, buscando a realização e a reprodução de valores, o que passou a fundamentar o capitalismo europeu, marcadamente, a partir do século XVIII.

2.2 Avanço da técnica e controle do trabalho no capitalismo

Com o avanço da relação social que definiu o surgimento do capitalismo, capital e trabalho assalariado, o valor e a riqueza produzidos passaram a ser assimilados como frutos da atividade produtiva do trabalho humano, submetido a uma determinada base técnica. Portanto, somente o comércio, compreendido pelo pensamento mercantilista como a principal fonte de riqueza, não era mais suficiente para explicar o movimento da produção capitalista; a atividade mercantil é necessária à circulação dos valores, mas são os avanços técnicos no processo de trabalho que determinam o montante da riqueza produzida.

A atividade produtiva sofreu um significativo salto qualitativo a partir dos aperfeiçoamentos nas técnicas de trabalho, com o auxílio de ferramentas mais bem elaboradas permitindo uma maior potencialização do trabalho humano em suas tarefas produtivas. O desenvolvimento progressivo de novos equipamentos fez surgir a máquina-ferramenta e, finalmente, a máquina a vapor, marcando uma nova era para o processo produtivo com a produção mecanizada²². Os limites do trabalho muscular do homem sobre o processo de trabalho foram transpostos pelo novo ritmo que a máquina foi capaz de impor na produção de mercadorias, deixando para trás, definitivamente, os ranços da produção doméstica sob o controle do trabalhador direto. Com o surgimento da maquinaria, o domínio sobre a atividade produtiva industrial encontrava-se nas mãos do capitalista, proprietário dos meios de produção. Com isso, ganhou sentido o conceito de produtividade²³ do trabalho, possibilitando aos capitalistas a melhor eficiência na relação trabalhadores/meios de produção e, conseqüentemente, a maior concentração de riquezas. Por outro lado, a busca pela opulência, por parte dos capitalistas, mostrou-se como o verdadeiro sentido do sistema, o que só poderia ser alcançado com o aumento do grau de exploração da força de trabalho, refletindo-se numa das faces mais perversas do capital, na sua ânsia por lucros.

Foram vastos e tocantes os relatos de pesquisadores que constataram a ampliação das condições de exploração da classe trabalhadora, como consequência da revolução industrial. Uma importante contribuição para compreender essa condição foi a de Huberman (1986), que

²² Sobre o desenvolvimento da máquina-ferramenta e suas conseqüências no processo de trabalho ver Marx, 1989.

²³ O conceito de produtividade do trabalho refere-se à possibilidade de se produzir mais mercadorias em menos tempo com a utilização das máquinas no processo produtivo. O efeito mais imediato seria a diminuição do valor individual da mercadoria, embora se verifique o aumento da massa de bens produzidos.

apresentou, com detalhes, a exploração a que estavam submetidos os trabalhadores industriais na Grã-Bretanha, na primeira metade do século XIX, sujeitos a condições insalubres de trabalho, com jornadas de trabalho extenuantes de 14, 16 ou até mais horas de trabalho por dia; as moradias reduzidas a acomodações completamente precárias, naturalizando-se a fome, as doenças e a miséria nos bairros, característicos das classes trabalhadoras. Nem mesmo as crianças eram poupadas da exploração do trabalho industrial, cumprindo jornadas de 15 horas, como sendo um tempo normal. Apesar de absurdo, era comum presenciar crianças de menos de 10 anos de idade, ocupando-se do trabalho industrial, ou mesmo de até 2 ou 3 anos. Diante de tal perversidade, Huberman descreveu o depoimento de um senhor de escravos das Índias Ocidentais, indignado com tamanha exploração:

Sempre me considerei infeliz pelo fato de ser dono de escravos, mas nunca, nas Índias Ocidentais, pensamos ser possível haver ser humano tão cruel que exigisse de uma criança de 9 anos trabalhar 12 horas e meia por dia, e isso, como os senhores reconhecem, como regra normal (Huberman, 1986, p. 165).

A princípio, o desenvolvimento do instrumental de trabalho e a introdução da maquinaria na atividade produtiva, poderia indicar menor esforço e exploração sobre o trabalhador. No entanto, o progresso técnico, muito mais do que representar avanço científico, concorreu, de modo eficiente, para aperfeiçoar e renovar as formas de controle do capital sobre o trabalho. De acordo com Marx, ao empregar máquinas no processo produtivo, o capital não objetivava “aliviar” o trabalhador,

Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais valia (Marx, 1989, p. 424).

Estava claro que a natureza da produção capitalista se fundamentava no processo de acumulação de riqueza, possível unicamente por meio da exploração da força de trabalho. Na produção artesanal simples, a posse dos meios de produção, as técnicas utilizadas, assim como o saber do ofício, estavam distribuídos entre os próprios trabalhadores, de modo a lhes pertencer também o produto do seu esforço de trabalho. A riqueza produzida podia ser distribuída de forma comum, resultado da divisão e da cooperação no trabalho. No capitalismo, a divisão do trabalho e a cooperação, presentes no processo produtivo, foram organizadas de maneira a propiciar ao capitalista o aumento da produtividade, possibilitando-lhe a apropriação de maior massa de riqueza, ao mesmo tempo em que promove a redução do

valor da força de trabalho. Na produção capitalista, o benefício do trabalho coletivo é riqueza de um só _ o capitalista _ por ser este o proprietário dos meios de produção. É esta condição que lhe garante extrair mais valia²⁴ do processo produtivo, o que é potencializado na medida em que a técnica vai sendo aperfeiçoada.

De acordo com Marx (1989), a produção mecanizada teve como principal efeito para o capitalista o aumento do número de mercadorias produzidas, a diminuição do valor individual do produto e o aumento da massa de riqueza apropriada. Já para os trabalhadores, a consequência principal revelou-se no aumento da exploração, uma vez que a maquinaria impôs um ritmo de atividade maior, intensificando o trabalho humano com a intenção de produzir mais mercadorias. O aumento da produtividade e o aumento da intensidade, são dois fatores que operam conjuntamente com a expansão da maquinaria no processo de produzir mais valores para o capital. Com as máquinas, também se tornou possível a utilização do trabalho de mulheres e crianças na produção; antes considerados trabalhos inferiores em comparação ao dos homens, devido a sua capacidade física pouco útil ao trabalho pesado, agora são capazes de manipular as máquinas e funcionar como força produtiva. Além disso, o salário daquele sujeito que recebia um montante para a sobrevivência de toda a família foi reduzido, uma vez que, afora o aumento da produtividade do trabalho provocar a diminuição do valor dos bens-salário e, assim, da remuneração recebida, houve também o aumento da oferta de trabalho, visto que cada membro da família, supostamente, poderia trabalhar para a garantia de sua própria sobrevivência. Com isso, toda a família passou a ser um potencial de exploração pelo capital.

A presença mais forte da maquinaria, no processo de trabalho, também manifestou o maior controle do capital sobre o trabalhador, fazendo com que o sujeito tivesse que se submeter ao ritmo do capital constante²⁵. Assim, é de interesse do capitalista fazer com que as máquinas estejam em atividade no maior tempo possível, o que contribuiu para o aumento da jornada de trabalho, submetendo os trabalhadores a trabalho extenuante e desumano. Portanto, a maior intensificação do trabalho, a exploração da força de trabalho suplementar _ de mulheres e crianças_, e o aumento da jornada de trabalho, foram as principais consequências da utilização das máquinas no processo de produção de mercadorias (Marx, 1989).

²⁴ A mais valia resulta da exploração do capital sobre o trabalho para Marx, conceito a ser investigado posteriormente no capítulo teórico.

²⁵ Parte do capital empregado é dividido em capital fixo, que tem um tempo de vida útil maior, como máquinas e equipamentos, e capital circulante, que se desgasta num período de tempo mais curto, como é o caso das matérias-primas.

Por mais que a divisão do trabalho e a cooperação, como formas de organização da produção de bens, tenham se desenvolvido em outros modos de produção, foi somente no sistema capitalista que ganharam expressão como formas necessárias para a produção de valores para o mercado, ou seja, de mercadorias. Portanto, foi sob a égide do capitalismo que o trabalho humano assumiu o caráter particular de produzir valores, mas não como trabalho individual e, sim, como trabalho coletivo, importando-se considerar a noção de trabalho social médio²⁶, conforme asseverou Marx: “A lei da produção do valor só se realiza plenamente para o produtor individual quando produz como capitalista, empregando, ao mesmo tempo, muitos trabalhadores, pondo em movimento, desde o começo, trabalho social médio” (Marx, 1989, p. 372). Desse modo, a mistificação do processo de produzir valores, pode ser compreendida a partir dos efeitos do trabalho coletivo e cooperado e do aperfeiçoamento da divisão do trabalho, fazendo com que o trabalho individual seja reduzido a trabalho social, ao mesmo tempo em que provoca o distanciamento do produtor direto do bem produzido. Contudo, essa nova relação no processo de trabalho só pode ser verificada em função da gradual e definitiva destituição do trabalhador dos meios de produção, ficando o processo de trabalho sob as ordens e o domínio do capitalista. O controle do trabalho coletivo pelo capitalista constituiu a condição indispensável para promover a acumulação de riqueza produzida socialmente, uma vez que proporcionou a maior economia de meios de produção e o aumento de mercadorias produzidas em menos tempo, o que significa elevação da produtividade do trabalho. É por isso que Marx (1989) classificou a posição do capitalista no processo de trabalho, ao mesmo tempo, como dúplice e despótica. É dúplice, por objetivar, além da produção de valores, a criação de mais valia, e despótica, por exercer o controle sobre o processo de trabalho e poder apropriar-se dos valores excedentes produzidos. A condição de despotismo, exercida pelo capital, permite-lhe também ser reconhecido e agraciado, enquanto força “criadora” de riqueza e, portanto, responsável pelo progresso social o que, em realidade, é apenas um dos efeitos mistificadores do processo de produzir valores no capitalismo. Segundo Marx,

Quando cooperam [os trabalhadores], ao serem membros de um organismo que trabalha, representam apenas uma forma especial de existência do capital. Por isso, a força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é a produtividade do capital. A força produtiva do trabalho coletivo desenvolve-se gratuitamente quando os trabalhadores são colocados em determinadas condições, e o capital coloca-os nessas condições. Nada custando ao capital a força produtiva do trabalho coletivo, não sendo ela por outro lado desenvolvida pelo trabalhador antes de seu trabalho pertencer ao capital, fica parecendo que ela é força produtiva natural e imanente ao capital (Marx, 1989, p. 382).

²⁶ Os conceitos relacionados à teoria do valor trabalho, desenvolvidos por Marx, foram explicitados no capítulo 3.

A capacidade que o capitalismo tem de aperfeiçoar a produção de valores em um processo social, com o trabalho coletivo, e sob o comando do capitalista, decorre da necessidade do capital reproduzir-se, dinamizando a força produtiva do trabalho para apropriar-se de mais riqueza. Na medida em que o processo produtivo vai experimentando os avanços e as inovações técnicas e ampliando a divisão do trabalho, mais o capital encontra facilidade em subordinar e controlar os trabalhadores, o que se estende cada vez mais com a utilização da maquinaria moderna (Marx, 1989). Enquanto a produção ocorria mais determinada pelo ritmo e pela força produtiva do trabalho humano, naturalmente, o capital encontrava limites em expandir-se, mediante a insubordinação dos trabalhadores quanto à aceitação de jornadas de trabalho mais prolongadas e a intensificação do trabalho; quando a máquina passou a determinar o ritmo de trabalho, ampliando a divisão do trabalho e naturalizando a continuidade do trabalho parcial nas fábricas, essas barreiras limitantes foram sendo rompidas. Desse modo, o desenvolvimento e o avanço das máquinas alteraram significativamente o controle da produção e a relação social de trabalho, de modo a aperfeiçoar o domínio do capital sobre o trabalho. Assim, “a maquinaria é meio para produzir mais valia” (Marx, 1989, p. 424) e não tem o objetivo de diminuir a labuta do trabalhador; ao contrário, surgiu para intensificar a utilização do trabalho humano no processo de produção de mercadorias. A maior presença das máquinas na atividade produtiva fez com que as etapas da produção parecessem mais independentes do trabalho humano, fazendo com que este necessitasse adaptar-se, como um autômato, às vontades da maquinaria. Conforme nos indicou Marx:

Antes de tudo, o movimento e a atividade do instrumental de trabalho se tornam, com a maquinaria, independentes do trabalhador. O instrumental passa a ser animado por um movimento perpétuo e produziria ininterruptamente se não fosse tolhido por certas limitações naturais dos auxiliares humanos, a debilidade física e os caprichos. Como capital, esse autômato possui, na pessoa do capitalista, consciência e vontade, e está dominado pela paixão de reduzir ao mínimo a resistência que lhe opõe essa barreira natural, elástica; o homem. Além disso, essa resistência diminui ante a aparente leveza do trabalho a máquina e com o afluxo de elementos mais dóceis e flexíveis, as mulheres e as crianças (Marx, 1989, p. 460).

Esta mudança na base técnica da produção representou um movimento que tendeu progressivamente a objetivação e racionalização do processo de trabalho, consequentemente aprofundando a subordinação do trabalho ao capital e promovendo a maior “emancipação” das máquinas dos limites do trabalho vivo. Com a objetivação do processo de trabalho, as diferenças entre as habilidades dos trabalhadores tenderam a ser minimizadas, uma vez que as

funções exercidas pelos operários para manusear ou auxiliar a operação das máquinas eram realizadas de forma padronizada. Os trabalhadores foram tendo que desenvolver habilidades para encontrarem-se aptos a essa operação. Assim, “para trabalhar com máquinas, o trabalhador tem que começar sua aprendizagem muito cedo, a fim de adaptar seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo de um autômato” (Marx, 1989, p. 481). Funcionando o trabalhador como uma peça parcial da máquina, a sua capacidade de controle sobre o trabalho viu-se cada vez mais reduzida, o que também se mostrava em menor expressividade do trabalho, enquanto categoria subjetiva da produção e do trabalhador como sujeito social, caracterizando definitivamente o processo de “reificação” do trabalho ao capital.

Em sintonia com a análise marxiana, para Mészáros, a estrutura do sistema capitalista reduziu “(...) *os seres humanos à condição reificada* (por meio da qual eles são trazidos a um denominador comum com as ‘locomotivas’ e outras máquinas e tornam-se substituíveis por elas) e à posição ignominiosa de ‘carcaça do tempo’”²⁷ (Mészáros, 2007, p. 43). A importância desse processo encontra-se exatamente na possibilidade de mudança do lugar social do trabalho, em função da expropriação de parte do saber do trabalhador, o que veio significar menor domínio, exercido por este sujeito, no trabalho de concepção da produção. Assim, o trabalhador foi sendo expropriado no processo de trabalho quando as máquinas invadiram a produção, tomando o seu lugar, separando o trabalho intelectual do manual e submetendo-o a um novo ritmo no processo de trabalho. Desse modo, “o instrumental de trabalho liquida, então, o trabalhador” (Marx, 1989, p. 494), destruindo o lugar dos trabalhadores de ofício, o saber e a liberdade dos sujeitos, exigindo a contínua adaptação ao sistema das fábricas e a incessante qualificação profissional, num movimento contínuo de alienação e aperfeiçoamento do controle do capital sobre o trabalho. Conforme o destaque de Marx:

O trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual. Até as medidas destinadas a facilitar o trabalho se tornam meio de tortura, pois a máquina em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo interesse. Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. Mas, essa inversão só se torna uma realidade técnica e palpável com a maquinaria. Ao se transformar em autômato, o instrumental se confronta com o trabalhador durante o processo de trabalho como capital, trabalho morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure (Marx, 1989, p. 483-4).

²⁷ Todas as citações respeitam os destaques originais dos autores nos formatos de itálico, negrito ou aspas.

A produção capitalista, considerando o grau de desenvolvimento técnico, vai se orientar sempre de modo a aperfeiçoar o controle do capital sobre o processo de trabalho, renovando as formas de apropriação dos valores gerados pelos trabalhadores, bem como as relações de poder que se vão estabelecendo para a legitimação do sistema. Nesse movimento, o embate entre exploradores e explorados, cria um cenário permanente de luta para existir: o capitalista, buscando a permanência e manutenção do seu controle, e os trabalhadores subsumidos, requerendo espaços perdidos e sentidos de vida.

Uma importante referência histórica sobre as condições do trabalho industrial foi a contribuição trazida por Engels (2008) sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, que descreveu com riqueza de detalhes a chocante condição de degradação humana dos trabalhadores industriais na primeira metade do século XIX. A obra deste autor, além de sua importância histórica, procurou mostrar a mentalidade e o lugar social ocupado pelos trabalhadores em fases anteriores e depois da revolução industrial. Para Engels, antes do surgimento do trabalho industrial, os trabalhadores ocupavam uma posição de comodismo, sujeitando-se a uma vida religiosa regrada, seguindo as determinações do seu senhor, no caso daqueles que ainda se mantinham na terra. Uma vida pacata também era o cenário descrito para os que estavam envolvidos pelo ritmo do trabalho artesanal, realizado no interior de suas residências e sob o seu domínio. Até mesmo os trabalhadores que já desempenhavam funções na indústria nascente na Inglaterra no século XVII, antes da presença mais intensa das máquinas, encontravam-se:

(...) isolados e retirados, sem vida intelectual e levando uma existência sem sobressaltos. Raramente sabiam ler e, menos ainda, escrever, iam regularmente à igreja, não faziam política, não conspiravam, não refletiam, apreciavam atividades físicas, escutavam com a tradicional devoção a leitura da Bíblia e, em sua singela humildade, tinham boas relações com as classes mais altas da sociedade. Por isso mesmo, estavam intelectualmente mortos, viviam exclusivamente para seus interesses privados e mesquinhos, para o tear e para a gleba e ignoravam tudo acerca do grandioso movimento que, mais além, sacudia a humanidade. Sentiam-se à vontade em sua quieta existência vegetativa e, sem a revolução industrial, jamais teriam abandonado essa existência, decerto cômoda e romântica, mas indigna de um ser humano. De fato, não eram verdadeiramente seres humanos: eram máquinas de trabalho a serviço dos poucos aristocratas que até então haviam dirigido a história; a revolução industrial apenas levou tudo isso às suas consequências extremas, completando a transformação dos trabalhadores em puras e simples máquinas e arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma _ mas, precisamente por isso, incitando-os a pensar e a exigir uma condição humana (Engels, 2008, p. 47).

Tendo como parâmetro as intuições de Engels, a revolução industrial pode ser encarada como um movimento necessário à transformação, na posição ocupada pelos trabalhadores no processo de trabalho, forçando-os a assumir uma posição política no

confronto com os capitalistas, mediante a consolidação do seu lugar de submissão na sociedade. Com a presença cada vez mais intensa do capital fixo na atividade produtiva, o ritmo e o controle do processo de trabalho, foi sendo estabelecido pela maquinaria, enquanto os indivíduos viravam meras “coisas” a serviço do capital. O trabalho industrial, além de reduzir o trabalhador a um simples autômato do capital, também alterou o cenário urbano, as relações sociais, os valores morais, a política e a família. Não é por acaso que a citação seguinte, expressando a realidade de Londres de 1845, continua mantendo sua atualidade, uma vez que atesta o conseqüente avanço do capitalismo sobre a vida em sociedade como uma guerra de “todos contra todos”:

É por isso que a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui explicitamente declarada. (...) os homens só se consideram reciprocamente como objetos utilizáveis: cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de *tudo*, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida (Engels, 2008, p. 68).

Um “resto de vida” foi o que sobrou para a classe trabalhadora, por isso, relegada à condição de proletariado que tinha unicamente a força de trabalho para vender e lhe servir como meio de troca para sobreviver e, ainda assim, sem nenhuma garantia de que esta troca fosse ocorrer. Desse modo, a concorrência e a eficiência passaram a funcionar como os requisitos indispensáveis ao trabalho industrial mas, por outro lado, foi a sombra da insegurança que perseguiu toda a existência do trabalhador, disputando espaços com seus próprios semelhantes, na batalha para conseguir emprego e tentar manter seu farrapo de vida.

Ao relatar a situação deplorável da classe trabalhadora na Inglaterra, durante a revolução industrial, descrevendo a imundície das habitações, dos bairros; a violência urbana, as doenças e o alcoolismo; os altos índices de mortalidade infantil por abandono ou pela exploração e pelos acidentes de trabalho e a degeneração moral das pessoas, Engels classificou como “assassinato social” as conseqüências da revolução industrial sobre a classe trabalhadora. Ficou evidenciada a nítida formação de duas classes antagônicas, sendo que para a classe explorada restava a inconformação e o reconhecimento de sua condição para reunir forças na luta contra a classe exploradora. A relação de poder, estabelecida entre capitalistas e proletariados, foi expressada, com veemência, no trecho seguinte:

A classe dominante não descura e despreza os trabalhadores apenas física e intelectualmente, mas também moralmente. A única atenção que dedica aos trabalhadores consubstancia-se na lei, que os controla de modo a que não se aproximem muito dela. Em seus embates, ela se vale _ como para os animais irracionais _ de *um único* recurso: o látigo, a força bruta, que, sem persuadir, somente intimida. Tratados como bestas, não surpreende que os operários se

transformem em verdadeiros animais ou só possam salvaguardar a consciência e o sentimento da própria humanidade através de um ódio feroz, de uma permanente revolta interior contra a burguesia dominante. Eles só são homens na medida em que se rebelam contra a classe dominante; tornam-se animais quando se ajustam pacientemente ao seu jugo, quando procuram tornar sua vida agradável sob esse jugo, ao invés de tentar destruí-lo (Engels, 2008, p. 154).

Diante da exploração a qual estava submetida a classe trabalhadora, alguma reação deveria ocorrer em contestação à cômoda posição, ocupada pela classe proprietária dos meios de produção. A revolta dos operários, constantemente açoitados pelo capital e aviltados pela riqueza crescente da burguesia, logo se fez perceber na luta pela redução das jornadas de trabalho e na busca por representação política, através dos sindicatos e de parlamentares que se identificavam com a causa operária. Da situação de letargia e resignação da classe trabalhadora, a qual se referiu Engels, a propósito da fase inicial da revolução industrial, o proletariado assumiu outra postura e se fez ouvir como massa ameaçadora contra a maquinaria, pensando ter encontrado seu inimigo maior. Apesar de se fazer mais presente e visível na sociedade, resultando em importantes conquistas históricas, a luta da classe trabalhadora contra a exploração capitalista faz parte das contradições próprias desse sistema de produção, uma vez que a existência de tal padrão econômico só é possível mediante a expropriação contínua do capital sobre o trabalho. As importantes conquistas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, contraditoriamente, também escondiam a renovação das formas de controle do capital sobre o processo produtivo. Esta foi a consequência imediata do avanço técnico e do aumento da produtividade do trabalho, ou seja, o aperfeiçoamento do domínio das máquinas sobre o trabalho humano.

É fundamental para o sistema capitalista que o controle sobre o processo de trabalho saia das mãos do trabalhador e passe para as mãos do capitalista, pois, sendo a força de trabalho fonte de lucro para ele, é de seu interesse poder determinar o grau de exploração sobre o trabalhador. Claro que a condição indispensável desse controle só pode ocorrer com a propriedade dos meios de produção. Na medida em que o trabalhador foi perdendo o controle do processo de trabalho, sob a direção capitalista, ficou parecendo que a função do trabalho e o lugar do trabalhador, no ambiente produtivo, era menos importante em relação às máquinas, podendo até ser dispensável. Por isso, a relação social de trabalho deve ser encarada sempre como uma relação de poder entre proprietários de meios de produção e donos de força de

trabalho, configurando um movimento que tende para a alienação do trabalhador ao capital, uma vez que só a este interessa a mercadoria força de trabalho²⁸.

De acordo com as investigações de Braverman (1987), relativas ao estudo dos processos de trabalho na sociedade capitalista, o controle do trabalho humano pelo capitalista teve seu fundamento na separação entre os atos de concepção e execução na produção de mercadorias, um milagre do capital que veio alcançar seus melhores resultados com a implementação da “gerência científica” no processo de trabalho. Esta “(...) significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (Braverman, 1987, p. 82). A gerência científica ganhou relevo a partir dos estudos de Frederick W. Taylor, na segunda metade do século XIX, sobre o desenvolvimento dos métodos e da organização do trabalho, de modo a alcançar a maior eficiência na utilização dos meios de produção e da força de trabalho, levando aos mais altos índices de produtividade do trabalho. O modelo de Taylor, muito mais do que buscar a melhor alocação técnica dos recursos produtivos, objetivava o controle do trabalho humano no processo de trabalho, uma vez que, naturalmente, existia um conflito de interesses entre a função da gerência e a dos trabalhadores. Estes, segundo Taylor, não estavam afeitos a cumprir rotinas e ordens na atividade produtiva, sem que lhes fosse dado incentivos. Com isso, de forma espontânea, houve uma oposição por parte dos trabalhadores à perda do controle e do ritmo do processo de trabalho, no momento em que se perceberam, sob o domínio do ritmo das máquinas. Consciente desse embate de forças, Taylor não mediu esforços para empreender o controle capitalista sobre a produção, o que ficou explicitado na passagem seguinte:

Para mudar esta situação, o controle sobre o processo de trabalho deve passar às mãos da gerência, não apenas num sentido formal, mas pelo controle e fixação de cada fase do processo, inclusive seu modo de execução. Na busca desse fim, amargura alguma é demasiado grande, nenhum esforço é excessivo, porque os resultados compensarão todos os esforços e despesas liberalmente feitas neste esforço continuado e oneroso (Braverman, 1987, p. 94).

Realmente, Taylor não enxergava limites em seus estudos sobre a gerência científica e na aplicação das técnicas desenvolvidas, recebendo o apoio e financiamento daqueles industriais que acreditavam poder aumentar ainda mais o controle do trabalho humano com o melhoramento das técnicas de trabalho. Numa busca obsessiva e enfrentando a insatisfação e oposição dos seus pares, quando de sua experiência como torneiro mecânico na Midvale Steel

²⁸ Os conceitos de alienação e força de trabalho como mercadoria, serão abordados à luz da teoria marxiana no capítulo que trata da abordagem teórica neste trabalho.

Works, Taylor empreendeu uma procura pelo homem ideal, para servir aos seus propósitos, na aplicação das técnicas desenvolvidas. Este homem deveria ter capacidade física e mental para obedecer e cumprir o ritual de trabalho, sem que isso lhe parecesse um avilte ou exploração, como bem foi retratado no trecho seguinte:

Quanto à seleção científica dos homens, é fato que nessa turma de 75 carregadores apenas cerca de um homem em oito era fisicamente capaz de manejar 47,5 toneladas por dia. Com as melhores das intenções, os demais sete em cada oito não tinham condições de trabalhar nesse ritmo. Ora, o único homem em oito capaz desse serviço não era em sentido algum superior aos demais que trabalhavam na turma. Aconteceu apenas que ele era do tipo do boi _ espécimen que não é tão raro na humanidade, nem tão difícil de encontrar que seja demasiado caro. Pelo contrário, era um homem tão imbecil que não se prestava à maioria dos tipos de trabalho. A seleção do homem pois, não implica encontrar algum indivíduo extraordinário, mas simplesmente apanhar um entre os tipos comuns que são especialmente apropriados para esse tipo de trabalho. Embora nessa turma apenas um homem em oito fosse adequado para fazer o trabalho, não tivemos a mínima dificuldade em obter todos os homens de que necessitávamos _ alguns deles ali mesmo na turma e outros nas vizinhanças _ que eram rigorosamente apropriados para o serviço (Taylor *apud* Braverman, 1987, p. 99-100).

Segundo o próprio Taylor, este era classificado como homem boi, imbecil ou retardado, deixando escapar, nas entrelinhas, que, apesar de sua preocupação estar concentrada nos estudos técnicos para o controle, quanto maior o domínio da gerência sobre o trabalhador, menor sua capacidade de raciocínio, de consciência política e de tomada de posição, frente ao aumento do grau de exploração²⁹ no processo de trabalho.

De forma concisa, os princípios norteadores da gerência científica podem ser apresentados como: “dissociação do processo de trabalho das especialidades do trabalhador”; “separação entre a concepção e a execução da produção”; e, “utilização do monopólio do conhecimento do processo de trabalho para controlar cada fase desse processo e seu modo de execução” (Braverman, 1987). A partir de tais princípios, Taylor explicitou sua intenção de controlar o processo de trabalho, o que seria possível com a fragmentação das tarefas necessárias à produção das mercadorias e o maior distanciamento do trabalho intelectual em relação ao trabalho manual. Todas as tarefas eram ensinadas aos operários a partir de instruções minuciosas e ritualísticas, de modo a fazer o trabalho parecer cada vez mais fácil, sendo o sujeito transformado quase numa peça inanimada, como um componente da mecânica da máquina, um mero autômato.

Ao mesmo tempo em que este controle avançou e assumiu formas mais modernas, o trabalhador foi perdendo sua identidade com a atividade que exercia; deixou de ter uma profissão, um ofício, não sendo mais dono de um saber. Este destino do trabalhador foi bem

²⁹ Para Taylor, o maior esforço e exigência eram entendidos como maior eficiência e, não exploração.

asseverado por Braverman, quando comentou sobre os efeitos da gerência científica no trabalho: “Assim como o ofício é destruído e cada vez mais esvaziado de seu conteúdo tradicional, os restantes vínculos, já tênues e enfraquecidos, entre a população trabalhadora e a ciência, estão quase que completamente rompidos” (Braverman, 1987, p. 117).

Os ensinamentos de Taylor e o desenvolvimento científico de novas técnicas de controle do processo de trabalho e, conseqüentemente, o insulamento do sujeito nesse avanço, foram sendo aperfeiçoados ao longo das gerações seguintes de capitalistas e pesquisadores. A aplicação dos “princípios de administração científica” no processo produtivo, elaborados por Taylor, no início do século XX, tinha o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho. Para isso, baseava-se no aperfeiçoamento da divisão do trabalho e no rígido controle de tempos e movimentos de cada operação realizada, obedecendo à separação clara entre a concepção e a execução da produção e consolidando a noção de controle do processo de trabalho pela gerência científica. Os fundamentos científicos e as experiências realizadas por Taylor para atingir maiores ganhos de produtividade, foram compreendidos, na sua essência, e aplicados por Ford, ainda na primeira metade do século XX que, além de introduzir os princípios da gerência científica, empreendeu o seu aperfeiçoamento com a inovação da esteira rolante na indústria automobilística, com a Ford Motor Company, permitindo o aumento da produtividade e a realização da produção em massa. Conforme observou Harvey:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (Harvey, 2006, p. 121).

Com o modelo fordista de acumulação, baseado na produção em massa, surgiu os fundamentos de uma nova sociedade, guiada pelo consumo de massa. Além disso, o trabalhador também precisava adaptar-se ao ritmo do processo produtivo, alterando as relações sociais e da família, considerando a necessidade de dar condições a esse trabalhador de consumir os bens produzidos e assim dar vazão às mercadorias produzidas em massa, estimulando o livre curso da reprodução e da acumulação de capital. A política adotada pelo fordismo favoreceu os ganhos salariais dos trabalhadores, como uma medida adequada para estimular o consumo na economia, aplicada e defendida, especialmente, nos anos que

marcaram a grande depressão da década de 1930, como estímulo para a demanda agregada³⁰ e para a retomada da confiança dos investidores. Sem dúvida, os problemas causados pela crise, nos países de economia industrial mais avançada, a respeito dos impasses sobre a melhor política econômica a ser adotada, diante da fatídica constatação de que o mundo capitalista estava suscetível às crises, representou uma excelente oportunidade de expansão dos princípios fordistas, apoiados na política keynesiana³¹, que surgia como única alternativa para conter a crise. A oposição dos trabalhadores a aceitar as condições de trabalho impostas pelo fordismo, quanto aos processos de aprendizagem, ao tempo de trabalho e à perda de controle da produção, juntamente com a falta de regulamentação dessas condições em alguns países, funcionaram como fatores limitantes do fordismo, que logo foram rompidos com a constatação da crise econômica (Harvey, 2006).

As economias de capitalismo central viviam uma conjuntura de falta de confiança, o que provocava a recusa de novos investimentos, o aumento dos preços e do desemprego, com o claro sinal de que a economia não voltaria ao equilíbrio pelo mecanismo de autoregulação. A política keynesiana surgiu na década de 1940, como proposta revolucionária, contrapondo-se à crença do mercado automático, por aceitar o Estado como interventor e regulador da economia, com o objetivo principal de estimular a demanda agregada por meio do incentivo ao consumo. Com isso, admitia-se o aumento dos gastos públicos, seja como acréscimo de salários seja como investimentos produtivos, gerando o que se denominou de efeito multiplicador, já que o consumo reaquecido estimularia novos investimentos, mais contratações de trabalhadores e mais consumo, servindo para realimentar novamente o ciclo positivo de crescimento econômico até que a estabilidade pudesse ser alcançada. Em conformidade com estas medidas, iniciou-se uma fase de regulamentação da presença do Estado na economia, em especial, das relações de trabalho, com a criação de direitos e proteção social com o Estado de bem estar social, medidas que caminhavam em parceria com os interesses de expansão da produção e do consumo no fordismo. É bem verdade que a ocorrência da segunda guerra mundial também representou um importante fator de contribuição à expansão do fordismo, na medida em que favoreceu o aumento do emprego e

³⁰ A demanda agregada refere-se, na teoria keynesiana, ao somatório do consumo realizado por governo, empresas e famílias que, quando é estimulado, pode significar o aumento de novos investimentos e a retomada de um ciclo positivo de crescimento da economia. A demanda agregada pode ser estimulada pelo Estado, através da combinação de políticas fiscal e monetária, podendo variar o grau de intervenção de país para país.

³¹ A teoria keynesiana versa sobre um conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na economia, por meio de uma política fiscal, orientada para estimular o crescimento da demanda agregada, com o objetivo de equilibrar a economia e proporcionar o pleno emprego. As ideias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência após a crise de 1929, representando a renovação das teorias clássicas e a reformulação da política de livre mercado.

do consumo, naqueles países, em que se concentrava a força da indústria bélica. Portanto, a reorganização das forças produtivas e institucionais, neste período, serviu à consolidação do fordismo como modelo de acumulação. Também proporcionou um crescimento “glorioso” da economia mundial no pós-guerra, o que veio a se estender até o início dos anos de 1970.

Ao mesmo tempo em que ocorreu o movimento de reorganização das forças produtivas, o fordismo também representou uma fase intensa de redefinição dos lugares e dos sujeitos sociais como expressão da luta e disputa de poderes entre Estado, capital e trabalho. De acordo com a assertiva de Harvey:

O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão do pós-guerra, não foi alcançado por acaso _ resultou de anos de luta (Harvey, 2006, p. 125).

Considerando o segmento dos trabalhadores, muitas conquistas foram alcançadas como resultado do seu posicionamento combativo e reivindicativo por melhores condições de trabalho no setor industrial. A força política dos trabalhadores no fordismo foi favorecida pela própria organização do trabalho coletivo e pela conjuntura econômica que tendia a uma maior regulamentação das relações trabalhistas, com a concessão de direitos e proteção social, marcando a consolidação do Estado de bem estar social, sobretudo, nos Estados Unidos e nos países da Europa. Contudo, apesar de representarem conquistas trabalhistas importantes, foram adquiridas em meio à perda e, ao mesmo tempo, à legitimação, por parte dos trabalhadores, do controle do processo de trabalho pelo capital, viabilizando a continuidade do movimento da acumulação, ao contribuírem com disciplina e competência com os princípios da mecanização para aumentar os ganhos de produtividade do trabalho. Além dos benefícios da proteção trabalhista, alcançados pelos trabalhadores, a possibilidade do consumo fácil também enfeitiçava as mentes e aparecia como sinal de progresso e de ganhos para todos, enquanto as economias gozavam da fase de crescimento vigoroso. Foi por isso que Harvey (2006) compreendeu o fordismo como “um modo de vida total”, com impactos sobre as relações subjetivas, uma vez que a produção em massa implicou no consumo em massa, alterou a cultura, a ética do trabalho, a relação entre Estado e sociedade, transcendendo a noção estreita de modelo de acumulação, para expressar a magnitude da reestruturação do capital. O modelo fordista também provocou fortes mudanças na configuração do mercado

mundial com a definição de uma nova geopolítica, liderada pelos Estados Unidos, indicando que o crescimento e o desenvolvimento das nações não ocorria de modo igualitário, anunciando, naturalmente, uma característica da expansão capitalista.

Considerando o caráter desigual de expansão da acumulação de capital, Lipietz (1989), denominou de “fordismo periférico” a forma como a industrialização se processou nos países periféricos entre as décadas de 1950 e 1960, correspondendo, no Brasil e em outros países da América Latina, à política de substituição de importações. Porém, o modelo de industrialização, pautado nos princípios do fordismo e servindo para garantir a expansão do imperialismo norte americano, não foi implantado sobre os mesmos padrões técnicos, existentes no primeiro mundo e, muito menos, representou o amplo conjunto de conquistas quanto à proteção social para os trabalhadores, conforme o que fora alcançado nas nações desenvolvidas. Segundo Lipietz (1989), algumas particularidades foram marcantes para definir o caráter do fordismo periférico como: a existência de uma classe operária heterogênea e não qualificada; mercados limitados e com baixo poder de compra, contrapondo-se à noção do consumo em massa; e, a existência de déficits comerciais e endividamento do Estado, comprometendo o planejamento econômico. Desse modo, o processo de industrialização, expressando um “subfordismo”, conseguiu dinamizar a cesta de produtos dessas economias periféricas, no comércio com os países desenvolvidos, mas dependentes de suas tecnologias e de seus mercados, portanto, servindo à exploração dos países centrais e consolidando uma nova divisão internacional do trabalho. Internamente, o processo de industrialização promoveu o crescimento econômico e a urbanização acelerada dos centros industriais, ao mesmo tempo em que provocou o acirramento das desigualdades regionais e de renda e o endividamento do Estado, naquele momento, caracterizando o desenvolvimento industrial de países periféricos como o Brasil.

No início da década de 1970, os primeiros sinais de crise do modelo de acumulação fordista, começaram a aparecer com o aumento do endividamento dos países desenvolvidos e a incapacidade do governo norte americano em manter a estabilidade monetária com o padrão-dólar, uma consequência da política keynesiana. Além disso, a capacidade de expansão do capital sobre os países periféricos já encontrava limites, dado o grau de endividamento e a redução da demanda para os bens produzidos. A rigidez do processo de produção fordista, juntamente com a regulamentação do trabalho e da proteção social, passou a representar fatores impeditivos para a redução de custos e para a contratação de novos investimentos, com o intuito de manter e aumentar os ganhos de produtividade. Tal situação exigia das empresas a necessidade de reestruturação produtiva, com o desenvolvimento de

novas tecnologias e produtos, bem como outras estratégias de expansão do capital em nível mundial. Estes condicionantes, entre outros, foram os que mais marcaram o esgotamento do ciclo de expansão do modelo fordista de produção e abriram a passagem para outro padrão produtivo, a chamada “acumulação flexível” (Harvey, 2006). Essa transição se deu ao longo das décadas de 1970 e 1980, com um amplo movimento de reestruturação econômica, política e social, iniciado pelos países desenvolvidos e, a partir dos anos de 1990, seguido e adaptado nos países em desenvolvimento a pretexto do processo de globalização da economia.

A acumulação flexível estava baseada no modelo Toyota de produção e veio romper com o fordismo, na medida em que se utiliza da flexibilização da produção, fundamentado em inovações tecnológicas e gerenciais, partindo da compreensão de que a oferta tem de adaptar-se à demanda e, com isso, estabelecendo um rígido controle sobre os estoques de matérias-primas, processo que ficou conhecido como *just in time*.

No intenso jogo de recomposição das forças sociais, na passagem do fordismo ao modelo de acumulação flexível, o Estado também precisou reformular suas formas de intervenção, o que ocorreu a partir do desmonte do Estado de bem estar social (Rosanvallon, 1997). Um amplo processo de reformas, visando à desregulamentação das economias capitalistas e das relações de trabalho, foi construído como planejamento estratégico para desonerar o Estado, romper barreiras e dar condições para a retomada da estabilidade econômica e da acumulação de capital. Do ponto de vista das relações de trabalho, foram empreendidas mudanças significativas, no sentido de limitar a capacidade de organização dos trabalhadores. Foi verificado o encolhimento da ação dos sindicatos, em todo o mundo, em decorrência da perda de poder, diante das exonerações provocadas pelo desemprego estrutural e pela diminuição da capacidade de mobilização, tendo em vista que a produção flexível também implicou em trabalho flexível, que pode ser realizado em qualquer parte do planeta, com custos mais competitivos para o capital. Desse modo, com a perda das conquistas da era fordista e o encolhimento da capacidade de organização dos operários, foram recriadas as condições necessárias ao aumento do controle social do trabalho pelo capital, com a instauração dos contratos de trabalho parcial, temporário ou subcontratado, negociados individualmente em detrimento dos acordos coletivos. Também se observou o reforço para a contínua necessidade de qualificação profissional, tendo em vista o desenvolvimento frenético de novas tecnologias, como parte da dinâmica do mercado global.

É importante considerar que todo esse movimento de reorganização da produção e das relações de trabalho, também foi favorecido pelo avanço do sistema de comunicações, em todo o mundo, com o desenvolvimento de novos softwares, permitindo o controle da

produção e o giro dos estoques entre países de diferentes línguas e culturas, alcançando altos índices de produtividade, em função da diminuição de custos de produção (Castells, 2006). As novas tecnologias permitiram romper com os paradigmas quanto à cultura do tempo de vida útil dos produtos, aprofundando o conceito de sociedade de consumo na medida em que diminuía esse tempo e criavam-se bens descartáveis, fazendo circular mais rapidamente as mercadorias e inaugurando, com isso, uma nova concepção de tempo-espaço da produção. A cultura, as sociabilidades e a identidade dos sujeitos, em relação ao trabalho, foram profundamente afetadas, contribuindo para formar gerações com um comportamento mais individualista, com atitudes adaptáveis e naturalizadas, em meio ao trabalho flexível, à desproteção social com a desregulamentação do trabalho, à necessidade incansável de qualificação profissional e com valores sedimentados em uma vida de consumo (Sennett, 2006).

Todo esse processo de aparente desconstrução do capitalismo contemporâneo sobre a produção e as relações sociais de trabalho significa, sobretudo, a recomposição das forças produtivas do sistema, no intuito de recuperar sua capacidade de acumulação de capital, reafirmando-se, cada vez mais, soberano, no controle do processo de trabalho e do trabalhador, na medida em que consegue transformar, massificadamente, os gostos, as atitudes e os valores dos sujeitos em mercadorias fugazes. As reflexões de Harvey são bastante pertinentes para expressar os efeitos mais subjetivos na passagem do fordismo à acumulação flexível:

(...) o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil _ tendo essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso de incremento do controle do trabalho _, o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível (Harvey, 2006, p. 161).

Sempre que a relação técnica entre trabalho e capital sofre novos aperfeiçoamentos, elevando a produtividade do trabalho humano, torna-se mais evidente o caráter que este trabalho desempenha como propriedade social a serviço do capital. Renovam-se ou modernizam-se as formas de exploração de mais valia, enquanto, aparentemente, é reduzida a presença do trabalhador como elemento gerador de riqueza, bem como são limitados ou negados os meios para reivindicar uma parcela maior do valor produzido pelo seu trabalho. De acordo com Braverman:

A aclimatação aparente do trabalhador aos novos modos de produção surge da destruição de todos os modos de vida, a contundência das barganhas salariais que permitem certa maleabilidade dos costumeiros níveis de subsistência da classe trabalhadora, o emaranhado da rede da vida capitalista moderna que torna finalmente todos os outros meios de vida impossíveis. Mas por baixo dessa aparente habituação continua a hostilidade dos trabalhadores às formas degeneradas de trabalho a que são obrigados, como uma corrente subterrânea que abre caminho para a superfície quando as condições de emprego permitem, ou quando a tendência capitalista a maior intensidade de trabalho ultrapassa os limites da capacidade física e mental. Renova-se em gerações sucessivas, exprime-se no incontido sarcasmo e repulsa que grandes massas de trabalhadores sentem por seu trabalho, e vem à tona repetidamente como um problema social exigente de solução (Braverman, 1987, p. 133-4).

Assim, essa forçada habituação do trabalhador às necessidades da produção capitalista, a qual se refere o autor, significa destruição de vidas humanas, no sentido da subsistência, mas também das relações sociais e políticas, das identidades, dos valores e da moral de sujeitos que têm sua existência construída em função de uma vida de/no trabalho. Todo esse movimento que conduz à transformação da base técnica na produção e à mudança de lugar do sujeito, representa a tentativa de objetivar o trabalho humano no processo de trabalho, diminuindo a sua importância na geração de riqueza, assim como a visibilidade do sujeito na sociedade. O contraditório é verificado na inversão de posição entre trabalhador e capitalista, quando a este último é atribuído, vulgarmente, o mérito de sujeito empreendedor, gerador de empregos, benfeitor e o mais importante contribuinte para o progresso da nação, desprezando o papel desempenhado pelo trabalhador. Quanto mais a divisão do trabalho é ampliada e mais técnicas se tornam as funções no fabrico das mercadorias, mais o trabalhador é associado a uma ferramenta apenas necessária ao livre funcionamento das máquinas. Desse modo, o sujeito aparece cada vez com menos conteúdo político e associado ao atraso e à falta de iniciativa.

2.3 A condição de subsunção do trabalhador ao capital

Os elementos históricos aqui abordados, deixaram escapar claramente que a consolidação do trabalho assalariado constituiu também a história de exploração e de luta da classe trabalhadora no modelo industrial de produção. Apesar de a forçosa necessidade do trabalhador vender sua força de trabalho ao capital, submetendo-se às atividades fragmentadas na produção de mercadorias e à perda de controle desse processo, a adaptação e a entrega do trabalhador ao capital não tem sido uma trajetória de pura resignação no seu sentido prático.

As numerosas perdas de vidas por exaustão, acidentes no trabalho ou a própria miséria, provocada com a exploração nas fábricas, a partir da revolução industrial, inspiraram os movimentos de operários que deram origem aos primeiros sindicatos de trabalhadores na Inglaterra, motivando a busca por representatividade dessa classe e criando uma forma de se fazer ação, no reivindicar de espaços e direitos, diante do crescimento do poder dos capitalistas (Marx, 1989).

A divisão da sociedade se fez notória, assim como os interesses por ela defendidos, estabelecendo uma relação de força em que muitas vezes a confirmação do poder político e econômico dos capitalistas foi sancionado mas, em outros momentos, a sociedade foi obrigada a reconhecer direitos como conquista também do segmento dos trabalhadores. É a história de uma luta desigual e sangrenta, mas que representa a força de uma categoria de sujeitos, a presença e o lugar de homens que construíram uma vida pela identidade no seu trabalho. Este, talvez tenha sido um dos elementos essenciais que deram sentido à luta dos trabalhadores: o trabalho como central para a vida social e o caráter de coletividade, criado a partir dessa noção. Porém, o senso de coletividade e solidariedade, construído no ambiente de trabalho, só poderia se sustentar até o momento em que a técnica no processo de trabalho permitisse a convivência social dos trabalhadores. A ampliação da divisão do trabalho e a maior utilização de máquinas na produção, se encarregaram de fragmentar e racionalizar as funções dos operários. Com isso, a integração dos trabalhadores ficou mais difícil e a atuação dos sindicatos encontrou limites também em sua ação.

Com o comando técnico do trabalho pelo capital, presenciou-se a solidificação do domínio mais eficaz e implacável sobre os trabalhadores, o controle subjetivo. O capitalismo conseguiu exercer o maior comando de todos, na medida em que fabricou sujeitos imobilizados sob o terror do desemprego e sem identidade profissional. Este destino se fez, amparado sob o princípio de que o trabalhador só dispunha do capitalista como comprador de sua força de trabalho, da inevitável substituição do trabalho humano pela máquina em função do progresso técnico _ trazendo a ameaça permanente do desemprego _, e da criação de um sujeito refém de um padrão consumista escravizador. Dito de outro modo, o capitalismo sequestrou, sem nenhum pudor, a liberdade e a capacidade de pensar e agir dos sujeitos, esvaziando os seus ideais e o sentido da luta contra a opressão do capital e, finalmente,

vendendo-lhes novas fantasias e formas de vida, em que se recriava o comportamento individualista e consumista dos sujeitos³².

A conduta da classe trabalhadora, inevitavelmente, se deixou contaminar com as transformações, ocorridas no processo de trabalho. Se se reconheceu a necessidade de adaptar-se às novas técnicas produtivas, o mesmo ocorreu no plano das ideias, precisando adaptar-se aos novos conceitos, resultantes das mudanças nas relações sociais de trabalho. Alterou-se, portanto, o sentido da luta da classe trabalhadora. Durante o século XX, os trabalhadores buscavam melhores salários e menos exploração, assim como a conquista de direitos sociais, sob o ideal de construir uma sociedade mais justa e igualitária, a partir da reestruturação do modelo de produção, pautados no princípio de coletividade e solidariedade. Já na sociedade do século XXI, a classe trabalhadora encontra-se mais preocupada em manter seus salários e seus empregos, absorvendo perigosamente uma postura individualista e empreendedora³³, deixando-se de lado o ideal reformador.

Refletindo sobre a ação sindical, a partir da segunda metade do século XX, Hobsbawn (2000) tentou problematizar sobre o que significa a consciência de classe, visto que, historicamente, a luta dos trabalhadores, apesar de ter trazido importantes conquistas, por outro lado, também pode ser compreendida como uma história de confinamentos e resignações. Analisando a ação sindical britânica, a partir da década de 1970, reconheceu o momento de instabilidade e crise dos movimentos de trabalhadores, pois “(...) as forças e os mecanismos históricos, nos quais os socialistas confiavam para produzir um proletariado cada vez mais militante e uma classe dominante capitalista cada vez mais vulnerável, não estão funcionando como se supunha que funcionassem” (Hobsbawn, p. 405, 2000). Contudo, o autor entendeu que esta situação vem sendo causada pelo desmoronamento do próprio capitalismo, que tem encontrado dificuldades para manter o artifício da estabilidade e do progresso crescente, sobre o qual se sustentou durante décadas. Mas, apesar de todas as inseguranças e incertezas que o momento induz para os sujeitos, atesta que, a despeito da fragmentação dos movimentos de trabalhadores, estes só poderão ser sujeitos visíveis através da organização coletiva, caso contrário, só serão objetos do sistema.

O processo tendencioso de objetivação da produção e das funções do trabalhador no ambiente de trabalho, devido ao avanço da técnica e da divisão do trabalho, só veio contribuir para aperfeiçoar o controle do capital sobre o trabalho e, sobretudo, mistificar a produção de

³² Neste momento, o comportamento individualista e consumista dos sujeitos foi abordado apenas como anúncio das investigações a serem desenvolvidas no decorrer do trabalho, uma vez que ainda não dispomos de elementos suficientes para tratar o tema nesta fase inicial da pesquisa.

³³ Contraditoriamente, um comportamento mais próprio da classe capitalista.

valores. O distanciamento do trabalhador dos meios de produção, assim como do produto do seu trabalho, fez parecer diminuir a sua importância na produção. Isso só foi possível devido à própria objetivação da relação social de trabalho, uma vez que transformou a força de trabalho em mercadoria e o trabalhador em autômato, no processo produtivo, servindo de auxiliar às máquinas e dispensável quando não for mais útil ao capitalista. Considerando a compreensão de Mészáros a respeito do funcionamento do capitalismo:

(...) o capital como um sistema orgânico onívor pode afirmar sua vigência nos últimos três séculos como produção generalizada de mercadorias. Reduzindo e degradando os seres humanos à condição de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar até mesmo o trabalho vivo como nada mais que “mercadoria comercializável”, igual a qualquer outra, sujeitando-se às determinações desumanizadoras da coerção econômica (Mészáros, 2007, p. 56).

A nova dinâmica, alcançada pelo processo de trabalho em função do advento da maquinaria, do seu aperfeiçoamento e do aprofundamento da divisão do trabalho, dilapidou o saber profissional do trabalhador de ofício – outro importante elemento de ponderação –, obrigando-o a estar condicionado e adaptado às funções determinadas pelas máquinas. Diante dessa acomodação do trabalho, é necessário reconhecer que a existência do capitalismo alterou, não somente a base técnica da produção, mas também a subjetividade do trabalhador. Na medida em que naturalizou a noção do trabalho coletivo e parcelizado, fez com que a formação profissional estivesse voltada para atender aos interesses diretos da produção, em detrimento da construção do saber para a vida social do sujeito e de sua individualidade.

Considerando a natureza expropriadora do capital, realmente não se poderia esperar outro interesse do capitalismo sobre a formação profissional dos trabalhadores que não fosse para promover a sua adaptação às novas condições técnicas, exigidas no processo de trabalho, pois uma educação que contemplasse interesses que fossem além da instrução profissional, poderia implicar no desenvolvimento de um pensamento crítico e despertar posturas políticas e ações classificadas como subversivas pelos capitalistas. Se assim fosse, estaria ameaçado também o controle do capital sobre o processo de trabalho. Educar e instruir o trabalhador para o trabalho industrial é necessário, mas também é vital para o capital condicionar essa formação de modo que não ameace os limites da submissão do trabalhador ao sistema produtivo. Essa armadilha do capital, arquitetada para preservar a aparente superioridade das máquinas no processo produtivo, só pode se perpetuar mediante a manipulação ideológica dos valores relativos à dimensão do trabalho e da vida política, consoante aos interesses da reprodução do capital. Neste sentido, Mészáros construiu a seguinte reflexão:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu _ no seu todo _ ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2005, p. 35).

Para o capital, é importante ter trabalhadores resignados e sempre dispostos a servi-lo. Não se pode esperar, como regra geral, que no capitalismo seja promovida uma educação que contemple outras necessidades da vida dos sujeitos, como a política, a cultura e o lazer, e que não esteja diretamente conectada com o trabalho e com uma vida para o consumo de mercadorias, já que este constitui a fonte de renovação do sistema. É por isso que o sistema educacional e de formação profissional, tal como se desenvolveu para dar sustentação à expansão do capital, não pode oferecer condições plenas para a emancipação dos trabalhadores no capitalismo, tendo em vista a força ideológica para a acomodação e sujeição dos trabalhadores, naturalizados em suas funções limitantes. Conforme assinalou Mészáros:

(...) fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente *primária* que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, *por si só*, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa _ ou mesmo mera tolerância _ de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental (Mészáros, 2005, p. 45).

Considerando o caráter preponderante e as forças alienantes do capital sobre o trabalho, tornou-se relevante pensar como a educação profissional vem sendo orientada, tendo em vista a necessidade de adaptação da força de trabalho ao desenvolvimento do instrumental técnico ao longo dos tempos. Também é importante compreender que somente a instrução técnica para o trabalho, não contribui com uma educação para a vida, que tenha o sentido de formar um cidadão capacitado para emancipar-se politicamente e de reconhecer-se como sujeito social. Para a manutenção do sistema “sociometabólico” do capital, é mais seguro formar um sujeito adaptável, resignado, e que exerça a função de autômato, ou seja, que sirva funcionalmente ao capital. Ainda em conformidade com Mészáros (2005), apesar da educação formal ser orientada ideologicamente e exercida pelas instituições a serviço do capital, a educação do indivíduo deve representar um processo que comporte não somente o aprendizado formal e profissional, mas também as histórias de vida em sua complexidade,

marcadas pelas experiências familiares, pelas relações sociais, pelos afetos e pelos conflitos, o que termina por contribuir para formar visões de mundo e possibilitar o desenvolvimento de uma reação dos sujeitos diante da realidade social de alienação, condicionada pelo capital.

O grande desafio da sociedade presente é exatamente tentar empreender uma formação para o trabalho que esteja diretamente conectada com uma educação para a vida social, em que se conceba um sujeito pleno em suas habilidades técnicas, útil para o trabalho, mas que também possa exercer o direito à cidadania, capaz de pensar, criticamente, e posicionar-se, politicamente. Além disso, deve estar incluído em um aprendizado amplo quanto à cultura, ao lazer, aos afetos e à espiritualidade, ao invés do desenvolvimento de um indivíduo autômato, resignado e instrumentalizado. A destituição dos meios de produção, sofrida pelo trabalhador, expressou não somente a perda de controle sobre os elementos materiais da produção, mas a perda de controle sobre a sua própria vida. O controle do capital sobre o trabalho significou, portanto, o comando dos processos técnicos da produção, mas representou, sobretudo, o controle da formação do sujeito no sentido de pensar, agir e existir. Assim, na medida em que o sistema do capital recria a necessidade inesgotável de qualificação profissional para os trabalhadores, considerando-os sempre desqualificados, diante do frenético avanço tecnológico, na verdade, está promovendo o adestramento em massa da força de trabalho, tornando-os civilizados e educados para o trabalho, uma vez que instruídos, tornam-se competentes e úteis para a sociedade. Portanto, a formação profissional, disseminada nos moldes tradicionais e conservadores do capitalismo, só pode contemplar, limitada e tutelada, a intenção de tornar útil a força de trabalho para ser explorada; é uma educação voltada para o mercado que considera a força de trabalho como uma mercadoria, que precisa ter seu valor de uso sempre renovado para ser consumida no processo produtivo. Segundo Mészáros (2005), diante do caráter alienante do capital, não se pode esperar de uma formação profissional técnica a condição para a emancipação política do trabalhador. Esta só será alcançada se a sociedade compreender a necessidade de recuperar a relação entre trabalho e educação, como um processo amplo que se apresenta como aprendizado para a vida dos sujeitos, ao invés de tornar-se mecanismo de legitimação do capital.

Desse modo, é da essência do sistema capitalista, buscar a acumulação de riqueza por meio do controle e da exploração do trabalho alheio e pela reificação do processo produtivo, fazendo com que toda a força produtiva do trabalho pareça capacidade criadora do capital, sacrificando, não somente a posição do trabalhador na relação material da produção, mas corrompendo a sua individualidade, o seu saber profissional e a sua capacidade de pensar e

agir como sujeito social. A respeito do processo de reificação do trabalhador, no processo de produção, a reflexão de Arendt foi bastante reveladora:

(...) a liberação da força de trabalho como processo natural não se restringiu a certas classes da sociedade, e a apropriação não terminou com a satisfação das necessidades e desejos; o acúmulo de capital, portanto, não levou à estagnação que se vê tão claramente em ricos impérios que precederam a era moderna, mas infiltrou-se por toda a sociedade e deu início a um fluxo constantemente crescente de riqueza. (...) o processo de acúmulo de riqueza, tal como o conhecemos, estimulado pelo processo vital e, por sua vez, estimulando a vida humana, é possível somente se o mundo e a própria mundanidade do homem forem sacrificados (Arendt, 2009, p. 267-8).

O despotismo do capitalismo só pode ser exercido mediante a subsunção do trabalhador, quer seja pela relação formal de compra e venda de força de trabalho, pelo domínio da técnica no processo de trabalho, quer pela ideologia. São, portanto, armadilhas que o capitalismo se utiliza para dominar os trabalhadores e poder legitimar-se enquanto sistema de exploração. Sob os signos da desvalorização do trabalho, da fragmentação e mecanização do processo de trabalho e desqualificação do trabalhador, o sistema consegue alcançar efeito ainda mais devastador com a objetivação do trabalho humano, contribuindo para minar a integração política e a ação dos sujeitos, enlamear suas identidades, seus valores e sua dignidade, submetendo-os ao controle cruel pelo medo do desemprego, que traz a ameaça permanente da não sobrevivência, ao mesmo tempo em que renova a premissa fundamental da perpetuação do capitalismo: a submissão do trabalho ao capital.

CAPÍTULO 3

Trabalho, poder e cidadania na sociedade industrial

Para o desenvolvimento deste capítulo, adotou-se a defesa do trabalho humano como elemento central no processo de criação de riquezas, na sociedade contemporânea, podendo encontrar-se manifestado em múltiplas espécies de trabalho, como resultado da flexibilização da produção e das relações sociais de trabalho.

Neste debate, procurou-se mesclar as contribuições dos autores de forma a confrontar a riqueza de suas argumentações. Observou-se uma convergência nas perspectivas em mostrar como a mercadoria força de trabalho, apesar de aparentemente subsumida diante do avanço da técnica e ocultada na forma do trabalho autônomo, flexível, temporário ou em situações de trabalho precário, permanece cada vez mais presente como fundamento criador de valores. Por outro lado, as abordagens destacaram o quanto é necessário reconhecer que as transformações no mundo do trabalho alteraram, sensivelmente, o lugar do trabalho humano e a subjetividade com ele criada, exigindo do trabalhador nova postura para ser reconhecido como sujeito útil pelo seu trabalho, qualificando-se e mostrando-se competente, ao mesmo tempo em que deve ter a capacidade de participar como sujeito político e exercer o seu papel de cidadão. Essas mutações expressam a dialética das relações de poder, admitindo os sujeitos com a capacidade de agir, interferir e modificar a sua realidade, bem como ter condições de criar alternativas contra-hegemônicas na sociedade capitalista. Com base nestas discussões, foram desenvolvidas as principais categorias teóricas de sustentação deste trabalho.

3.1 Valor e trabalho nas engrenagens da produção capitalista

3.1.1 Adam Smith: trabalho e riqueza

Antes de iniciar a discussão em torno do papel central, desempenhado pelo trabalho na sociedade contemporânea, é importante que seja resgatada a tese que dá origem e sentido a essa celeuma: o trabalho humano como conteúdo para a determinação do valor das mercadorias. Apesar de já conhecida, desde a antiguidade, como propriedade de valor, somente no século XVIII, com Adam Smith, em sua obra de 1776 _ A riqueza das nações _, foi que o trabalho humano passou a ser reconhecido como determinante do valor das mercadorias e da riqueza de um país. Entretanto, essa riqueza podia ser verificada, fundamentalmente, por meio de dois aspectos: “(...) primeiro, pela habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; em segundo lugar, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e dos que não executam tal trabalho” (Smith, 1983, p. 35). Ainda, segundo a afirmação do pensador:

O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações (Smith, 1983, p. 35).

Nesta breve passagem, ficou evidente a importância que Smith atribuiu ao trabalho produtivo e útil para o crescimento de uma nação, considerando que esta espécie de trabalho esteja condicionada à utilização racional do capital e ao progresso técnico. Segundo a sua compreensão, todo o desenvolvimento de um país dependia do aprimoramento das forças produtivas do trabalho, o que poderia ser alcançado com a ampliação da divisão do trabalho. Utilizando o exemplo clássico de uma manufatura de alfinetes, Smith observou como as várias etapas da produção do bem podiam ser distribuídas por diferentes trabalhadores, de modo a fazer com que se tornassem tão habilidosos que pudessem atingir um aumento na quantidade de alfinetes muito superior ao que cada trabalhador produzisse, caso se dedicasse a todas as tarefas para fabricar um único alfinete. Assim, a divisão do trabalho proporcionava maior destreza, uma vez que o trabalhador poderia se dedicar a poucas ou a uma só tarefa no processo produtivo; maior economia de tempo por não precisar mais mudar de tarefa; e,

ainda, possibilitava ao trabalhador inventar ou contribuir com o desenvolvimento de novas máquinas que iriam servir para facilitar o processo de trabalho. Esses três fatores, agindo em conjunto, contribuiriam para levar o progresso a toda sociedade. Conforme a expressão do autor: “É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios _ multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho _ que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até às camadas mais baixas do povo” (Smith, 1983, p. 45).

Embora, em sua análise, Smith tenha defendido a noção de riqueza expandida e disseminada para todos, sua compreensão sobre o trabalho humano se orientou expressamente para o desenvolvimento do comportamento individualista e altruísta, numa defesa ferrenha do livre mercado como prerrogativa do liberalismo. A noção de riqueza distribuída resultava do trabalho útil e do capital empregado eficientemente, permitindo a geração de renda para aqueles que, por direito, participavam em sua produção³⁴. Portanto, a partir da conduta racional e da ambição pessoal, considerando sempre uma proporção maior dos que realizavam trabalho útil, era que a riqueza social poderia ser ampliada, estendendo os seus benefícios a todos.

Para Smith, a diferença de talentos ou as habilidades naturais dos indivíduos constituíam elementos importantes para que se estabelecesse a divisão do trabalho e, com isso, pudessem intensificar o processo de troca e a circulação de riqueza. Considerava a troca um elemento essencial para a reprodução capitalista, uma vez que esta capacitava os produtores a poder intercambiar o produto dos seus trabalhos. Seguindo este raciocínio, Smith elaborou o conceito de valor, como resultado do “trabalho humano incorporado”, admitindo a clara intenção dos produtores em confeccionar mercadorias para a troca. Muito mais do que objetivar a satisfação de necessidades, esta atitude fazia com que os produtores adquirissem os bens que não produziam através do seu trabalho. Esta compreensão contribuiu para que Smith elaborasse a noção de trabalho comandado ou valor comandado³⁵. Segundo a assertiva do autor:

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela

³⁴ Capitalistas, trabalhadores assalariados e proprietários fundiários.

³⁵ Embora Smith reconhecesse o trabalho humano como a medida real do valor das mercadorias, admitia ser mais fácil medir o seu preço no mercado pelo uso do dinheiro. Essa polêmica não será aqui explorada, uma vez que não constitui interesse central neste trabalho.

própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Consequentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias (Smith, 1983, p. 63).

A relevância da teoria de Smith deve ser reconhecida, entre outros aspectos, por sua originalidade em associar o trabalho humano à produção e distribuição de riqueza na sociedade capitalista, sendo o trabalho útil e a divisão do trabalho os maiores responsáveis pela potencialização dos valores gerados. A partir desse entendimento, a noção de valor pelo trabalho humano, pode ser estendida a todas as atividades, tornando relevante e municiando de sentido o conceito de “valor social” produzido. Diferentemente dos pensadores da antiguidade³⁶, para Smith, o trabalho humano útil estava relacionado positivamente ao progresso e à riqueza. Ainda, segundo o autor, essas noções de valor social e de riqueza distribuída, encontravam-se em observância aos princípios liberais do mercado, na medida em que considerava que todos os indivíduos tinham as mesmas oportunidades, cabendo a cada um desenvolver melhor as formas de aproveitar suas capacidades, sob a crença de ser o mercado igual para todos. Nesta perspectiva, o que definia o lugar social dos indivíduos eram as suas capacidades específicas para intercambiar o produto do seu trabalho e conseguir ascender socialmente. Assim, a ideia de liberdade e igualdade só poderia ser compreendida, segundo o livre mercado, não sendo tarefa de Smith investigar as desigualdades sociais ou as relações de poder no capitalismo já que, na sua concepção, as desigualdades podiam ser equacionadas no mercado, mediante a habilidade e iniciativa particular dos sujeitos, visto que as relações de poder resultavam da capacidade pessoal de trocar ou comandar trabalho.

3.1.2 Karl Marx: trabalho e exploração no capitalismo

O desenvolvimento teórico acerca do trabalho humano como determinante do valor e da riqueza no capitalismo, teve continuidade com outros autores³⁷ na economia política mas, foi com Karl Marx que a teoria do valor trabalho desenvolveu-se de modo a privilegiar a análise da natureza da produção capitalista com contornos mais críticos, visando a desvendar as relações de poder que determinavam a exploração do trabalho neste sistema. Metodologicamente, Marx (1989) iniciou sua investigação com o estudo sobre a mercadoria,

³⁶ Sobre o pensamento econômico na antiguidade e na idade média, consultar Feijó, 2001.

³⁷ Como David Ricardo, Thomas Malthus e John Stuart Mill, entre outros. Ver Hunt, 1989.

esta considerada a célula do modo de produção capitalista. Para ele, compreender os determinantes do seu valor e as relações sociais que envolviam a sua produção, significava entender a essência da dinâmica da produção burguesa.

Em sua construção teórica, o trabalho humano é a categoria central e aparece como a essência do valor das mercadorias. Considerando um estágio mais simples da produção, foi através do trabalho humano concreto, trabalho particular, que se atribuíram as propriedades úteis à mercadoria, sua qualidade, por isso, ela tem “valor de uso”. Mas, ao capitalismo, não interessava somente o valor de uso do bem, pois este representava apenas o conteúdo material da riqueza, finalizando-se com o seu uso; realizando-se, portanto, na esfera do consumo. Para que a mercadoria cumprisse o seu papel no capitalismo, interessava, principalmente, que ela tivesse “valor de troca” e realizasse valor no mercado para o seu possuidor. Porém, a mercadoria só poderia ter valor de troca se nela tivesse sido incorporado trabalho humano e se pudesse ser comparada com outra mercadoria, que também trouxesse a mesma essência de valor. É exatamente esta comparação entre mercadorias de espécies diferentes que faz com que o valor se manifeste, não como resultado de trabalho individual, mas como decorrência do trabalho social ou trabalho abstrato (Marx, 1989).

Compreender a noção de trabalho social/abstrato ou valor social/abstrato, na perspectiva marxiana³⁸, é fundamental para desvendar o movimento da reprodução da riqueza no capitalismo. Pois, não são o esforço, o tempo e nem as habilidades particulares de um indivíduo que determinam o valor da mercadoria, mas o tempo de trabalho social/abstrato, trabalho simples apenas, considerando a média das forças produtivas e da técnica utilizada para a confecção daquela espécie de mercadoria³⁹. Portanto, o que importa para a reprodução dos valores é o quanto de trabalho social é mobilizado no processo produtivo, sendo maior ou menor o valor da mercadoria de acordo com a maior ou menor quantidade de trabalho incorporado para a sua produção.

Um dos aspectos que vem diferenciar a análise de Marx em relação a de Smith é que, quanto à noção de riqueza social produzida, para o autor d’O Capital, o processo capitalista de produção está baseado na exploração da força de trabalho, portanto, parte da riqueza gerada

³⁸ Adota-se a utilização do termo “marxiano” para caracterizar as ideias de Marx pela obra do próprio Marx, ao invés de ter como referência a análise “marxista” como um todo, uma vez que nesta estão todos os que se dedicaram a criticar a obra de autor, independente da filiação teórica ou política.

³⁹ A abordagem das categorias trabalho concreto e trabalho abstrato, em Marx, tem a intenção apenas de resgatar a importância do conceito de trabalho social e justificar a centralidade do conceito de trabalho na sociedade contemporânea, considerando a sua manifestação nas mais diversas formas de atividade produtiva, seja por trabalho qualificado ou não qualificado. Para uma demonstração e o aprofundamento teórico dessas categorias, ver Marx, 1989.

pelo trabalho é naturalmente apropriada pelo capital, denotando relações de força desiguais, inerentes à produção, e uma distribuição de valores do mesmo modo dessemelhante.

O movimento que assinala essa relação de poder, está representado no modelo marxiano da circulação dos valores das mercadorias. Para iniciar o estudo das mercadorias, na dimensão do mercado, Marx considerou a produção de mercadorias voltada para a troca, em que o dinheiro já participava como intermediário de valor, na função de capital, representado pela fórmula $D - M - D'$ ⁴⁰. Nesta espécie de circulação de valores, o possuidor do dinheiro entrava no mercado para comprar mercadoria e depois, em outra etapa, obtinha valor maior com a venda desta; seu objetivo era o valor de troca da mercadoria⁴¹, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Desse modo, torna-se irrelevante a diferenciação entre trabalho qualificado e não qualificado, superior e inferior, quando se trata da riqueza social produzida pelo trabalho, como ficou evidenciado na afirmação do autor:

O valor da mercadoria, porém, representa trabalho humano simplesmente, dispêndio de trabalho humano em geral. Com o trabalho humano ocorre algo análogo ao que se passa na sociedade burguesa, onde em geral um banqueiro desempenha um papel importante e fica reservado ao simples ser humano uma função inferior. Trabalho humano mede-se pelo dispêndio de força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. *O trabalho simples médio* muda de caráter com os países e estágios de civilização, mas é dado numa determinada sociedade. Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples (Marx, 1989, p. 51).

Assim, era no movimento $D - M - D'$ que ocorria a produção de valor e de mais valor, dada a partir da relação de troca entre produtores e vendedores de mercadorias. Aí se encontrava, segundo Marx, todo o mistério que envolve a reprodução do capital. No primeiro ato, $D - M$, compra, considera-se como comprador o capitalista possuidor de dinheiro em busca de mercadorias que lhe conttenham valores de uso, não para o seu consumo pessoal, mas para lhes serem úteis no processo produtivo. O M representa as mercadorias meios de produção _ máquinas, ferramentas, equipamentos e matérias-primas _ e força de trabalho. Ao realizar-se a compra, o capitalista adquire o direito de usufruir de suas mercadorias, de realizar o seu valor de uso no consumo produtivo. A força de trabalho, por ser trabalho vivo, é uma mercadoria especial, por ter a capacidade _ valor de uso _ de criar “valor novo” no processo produtivo. Todavia, tem seu valor determinado como o de qualquer outra mercadoria

⁴⁰ A expressão representa o movimento: dinheiro – mercadoria – dinheiro.

⁴¹ Diferentemente da troca capitalista, no processo de circulação simples, ocorre a troca de um bem por outro, podendo até, em estágios mais primitivos, realizar-se a troca sem a interferência do dinheiro, já que o objetivo é o valor de uso do bem, expressando-se na fórmula $M - D - M$ ou mercadoria – dinheiro – mercadoria.

no mercado, por tempo de trabalho socialmente necessário, neste caso, pelo valor necessário para adquirir o conjunto dos bens de subsistência para a reprodução do trabalhador. Enquanto D – M é compra de mercadorias para o capitalista, para o trabalhador, este ato constitui a venda da única mercadoria que possui, a força de trabalho, logo, deixando de ter sua posse, uma vez concretizada a transação de compra/venda no mercado, mesmo que por uma jornada de trabalho⁴². Neste instante, o mercado aparecia conforme a aceção de Smith, no sentido de tornar os indivíduos iguais como compradores e vendedores de mercadorias na condição de possuidores _ como se as desigualdades de classe pudessem ser minoradas no ato racional da troca e na impessoalidade do mercado. Era exatamente este caráter impessoal o que permitia ao capitalista explorar o trabalhador, segundo Marx, pois, ao comprar a mercadoria força de trabalho, por determinado tempo (dia, jornada, hora etc.), o fazia pagando o valor correspondente ao tempo de reprodução das capacidades vitais do trabalhador, o que não significava o pagamento por todo o valor que a força de trabalho era capaz de criar em um dia de trabalho, por exemplo. A diferença entre o tempo que o trabalhador executava, produzindo valor para si, seu salário, e o valor produzido que excedia esse tempo, dentro de uma determinada jornada de trabalho, foi o que Marx denominou de “mais-valia”. Esta é a origem do lucro na produção capitalista, o resultado da exploração do trabalho excedente, legitimamente aceito, mediante as relações formais estabelecidas no mercado (Marx, 1989).

Contrariando a análise de Smith, a produção da riqueza no capitalismo foi compreendida por Marx como o exercício da relação de poder do capital sobre o trabalho, aprofundando-se e renovando-se na medida em que se desenvolviam e intensificavam as inovações tecnológicas, conforme vimos no capítulo anterior. Longe de parecer isento no movimento da criação de valores, o progresso técnico estava carregado de conteúdo ideológico ao alimentar e fortalecer, no processo de trabalho, uma conduta voltada para o aperfeiçoamento das habilidades, das competências, da divisão do trabalho e do aumento de produtividade, o que implicava em maior racionalidade no uso dos fatores produtivos, especialmente, da força de trabalho. Com a modernização da técnica na produção das mercadorias, o trabalho humano foi tendo o seu lugar tomado pelo capital morto e este passou a ser sinônimo de eficiência e produtividade. O capital constante foi ocupando, progressivamente, a maior parte do capital investido em relação ao capital variável⁴³,

⁴² Tempo em que o trabalhador executa trabalho útil para o capitalista, negociado como resultado de acordo “livre” entre as duas partes no mercado.

⁴³ Movimento denominado por Marx de lei geral da acumulação capitalista.

provocando o aumento do número de trabalhadores desocupados ou marginalizados, que passaram a compor o que Marx denominou de “exército industrial de reserva” (Marx, 1989).

Para os capitalistas, o progresso tecnológico é uma necessidade vital para a existência e reprodução do capital, uma vez que expressa a busca pelo aumento da produtividade do trabalho e a diminuição de custos, frente à concorrência intercapitalista, embora provoque a diminuição do valor das mercadorias e da taxa média de lucro, de acordo com a teoria da lei geral da acumulação capitalista (Marx, 1989). Em relação aos trabalhadores, o avanço técnico não veio significar menos esforço no processo de trabalho e, muito menos, alterar a relação de dominação na produção social de valores⁴⁴. A busca por maior lucro pelo capitalista funcionou como um estímulo permanente para aumentar o grau de exploração da força de trabalho ou a taxa de mais-valia, disfarçada na concessão de prêmios, como estímulo ao aumento da produtividade, no trabalho em domicílio, na flexibilização das tarefas, entre outras.

O que se mostrou evidente na relação social de produção foi o aperfeiçoamento das formas de controle do capital sobre o trabalho, por meio do progresso tecnológico, a pretexto da modernização e racionalização do processo produtivo. Desse modo, os argumentos de Smith sobre os benefícios das inovações tecnológicas, estendidos a toda a sociedade, perderam sua solidez, ao se considerarem as relações de poder implícitas na natureza do progresso do capitalismo.

Diante das contribuições teóricas de Marx, a noção de liberdade não podia mais ser encarada como uma qualidade isenta, própria do livre mercado. Neste ambiente, o simples ato de compra e venda de mercadoria representava apenas uma relação formal em que o preço, como expressão de valor, consolidava a ideia de troca justa entre as partes envolvidas o que, de fato, ocorria apenas na aparência, quando se tratava das grandezas de valor. Todavia, no que se refere à compra da mercadoria força de trabalho, por mais que o pagamento do salário, sua forma “preço do valor”, refletisse uma relação justa e formal, era no momento da produção que o valor de uso dessa mercadoria especial potencializava os valores, antes adquiridos pelo capitalista, criando mais valor ou mais-valia. Portanto, era o valor de uso da força de trabalho em ação como trabalho produtivo – útil – que permitia ao capitalista apropriar-se de mais valor ou lucro, já que, após comprar uma mercadoria, ao seu possuidor era dado o direito de usufruir do valor de uso ou dos benefícios que este bem podia proporcionar. Assim, a ideia de troca justa foi desmascarada, na essência, ainda mais se se

⁴⁴ A discussão sobre o aperfeiçoamento das formas de controle do capital sobre o trabalho, em função do progresso técnico, já foi abordada no capítulo 2.

considerasse que a suposta liberdade que o trabalhador possuía estava condicionada à vontade do capitalista em comprar força de trabalho, pois, só ao dono do capital interessava essa mercadoria. Além disso, segundo Marx, o trabalhador só podia ser livre, obedecendo a duas condições específicas: “que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho e que não venda mercadoria em que encarne seu trabalho”, ou seja, precisava ser trabalhador assalariado, destituído dos meios de produção (Marx, 1989, p. 188).

O que Smith chamava de liberdade de mercado, para Marx, denotava uma relação de submissão real do trabalho ao capital, como uma maquiagem produzida para disfarçar as condições de exploração e dominação nas quais se arquiteta o sistema capitalista. Segundo Marx, o movimento que garante a manutenção dessa base produtiva e a sua reprodução é dependente da contínua recriação das formas de controle e exploração do trabalho. Este movimento, ao mesmo tempo em que representa as forças que promovem a existência do capitalismo, com base na submissão do trabalho, também pode convergir para a sua decadência e destruição, na medida em que estimula a centralização do capital, a queda da taxa geral de lucro, a crescente pauperização da classe trabalhadora e, conseqüentemente, a diminuição do potencial consumidor, indispensável à realização dos valores das mercadorias e do lucro. Esta aparente incoerência, segundo Marx, reflete o princípio dialético da contradição existente na reprodução do capital, sendo a renovação das forças produtivas e das relações de poder uma necessidade vital para a sua perpetuidade. Assim, o trabalho humano é considerado indispensável à reprodução do capital e continua sendo central para a renovação das relações de poder, ainda que pareça estar desvanecendo-se em relação ao capital morto no processo produtivo. Mesmo que, por meio de artifícios e com formas de trabalho que criem a ilusão do trabalho livre, a subsunção do trabalho ao capital mostra-se cada vez mais viva na sociedade contemporânea.

3.1.3 Max Weber: a racionalidade do trabalho na sociedade industrial

Entrando no debate mais sociológico sobre a questão do trabalho, considera-se a contribuição trazida por Weber. A investigação realizada pelo autor sobre o capitalismo privilegiou certa diversidade na organização social, esforçando-se, demasiadamente, para negar o determinismo econômico. Sua crítica foi dirigida diretamente a Marx, apesar de reconhecer o trabalho como elemento central nas relações sociais e a dimensão econômica

importante na condução da vida dos indivíduos e na determinação de sua posição de classe. Para Weber (2007), o instinto capitalista, ou mais notadamente, a ganância pelo lucro, podia ser encontrada em outras sociedades mais antigas, não sendo uma marca exclusiva do capitalismo. Contudo, foi neste último que o sentimento empreendedor e a busca permanente do lucro adquiriram racionalidade e dinâmica próprias permitindo, assim, o aprofundamento e a consolidação das relações capitalistas. Conforme seu entendimento:

(...) o capitalismo, porém, identifica-se com a busca do lucro, do lucro sempre *renovado* por meio da empresa permanente, capitalista e racional. Pois assim deve ser: numa ordem completamente capitalista da sociedade, uma empresa individual que não tirasse vantagem das oportunidades de obter lucro estaria condenada à extinção (Weber, 2007, p. 26).

Segundo o pensador, foi somente na sociedade ocidental européia que se desenvolveu uma espécie de capitalismo diferente dos demais países, em que se privilegiou “a organização capitalística do trabalho livre, (...) conjugado a dois outros fatores: a separação dos negócios da moradia da família e o desenvolvimento de uma contabilidade racional” (Weber, 2007, p. 28-9). Estes elementos contribuíram, assim, para que se deixasse o capitalismo “aventureiro” e partisse para um sistema de administração e regras legais, privilegiando os investimentos racionais, baseados em cálculos objetivos sobre o capital e as técnicas utilizadas, orientando o homem para uma conduta racional e prática. Isso só se tornou possível à medida que a sociedade pôde romper com certos preceitos religiosos que determinavam uma conduta espiritual impeditiva da busca e da acumulação de riquezas, como se fosse algo pecaminoso diante da prática da “abnegação” como ética da salvação.

Assim, Weber observava que o rompimento da Igreja Católica tradicional _ que pregava a “resignação” _ com as ideias protestantes, constituiu fator fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que seria possível justificar o comportamento empreendedor e a ambição pelo lucro como algo “dignificante” para o homem, podendo gerar benefícios para a sociedade, como resultado do esforço e do trabalho humano.

O trabalho assalariado era visto como a possibilidade de organizar a relação de trabalho de forma racional e calculista, com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho e os benefícios, tanto para os empregados como para os empregadores; o esforço e a ambição de cada um, materializados no trabalho, poderiam lhes garantir uma vida abundante. Era isso que diferenciava o trabalho da economia pré-capitalista da economia moderna. Weber observava que os protestantes dedicavam uma vida inteira ao trabalho em suas atividades, objetivando construir patrimônios e garantir a riqueza para seus filhos, sendo o

trabalho um “fim em si mesmo, como uma vocação necessária ao capitalismo” (Weber, 2007, p. 58). A constante motivação para o trabalho como elemento de prosperidade e de dignidade, constituiu o que denominou de espírito do capitalismo. Todavia, não se poderia ter no protestantismo a única explicação para a gênese do capitalismo, mas apenas uma representação, um tipo ideal, da conduta racional do homem diante da vida. Como ele mesmo destacou:

(...) o desenvolvimento do espírito capitalista seria mais bem compreendido como sendo parte do desenvolvimento do racionalismo como um todo, e que poderia ser deduzido das posições fundamentais do racionalismo sobre os problemas básicos da vida. Nesse processo, o protestantismo deveria ser considerado apenas na medida em que representa um estágio anterior ao desenvolvimento, ou simplesmente como filosofia racionalista (Weber, 2007, p. 67).

Aqui, o trabalho era visto como vocação e obrigação necessária para o indivíduo construir um modo de vida aceitável para “Deus”. Ao contrário de Marx, as relações de trabalho não eram entendidas como exploração, mas como papéis desempenhados de acordo com os esforços particulares do trabalho de cada um para construir uma vida digna.

Weber não admitia que as relações econômicas, estabelecidas pelos indivíduos, constituíssem relação de exploração em si mesma, como fundamento do capitalismo, e não colocava os indivíduos em posição de classes antagônicas, pois a sua aceção de classe era muito mais abrangente, se comparada a definição apresentada por Marx. Para Weber, classe era compreendida como “todo grupo de pessoas que se encontra em igual situação de classe” e esta, por sua vez, era determinada segundo três aspectos: “abastecimento de bens, posição de vida externa e destino pessoal, resultante da posição ocupada pelo indivíduo na aquisição de bens e renda, de acordo com uma certa ‘ordem econômica’” (Weber, 2004a, p. 199). Definiu, ainda, três categorias de classe: classe proprietária, classe aquisitiva e classe social. Segundo o pensador, classe e situação de classe apenas indicavam que certos grupos tinham interesses semelhantes, o que não, necessariamente, significavam interesses homogêneos, sendo possível a transição do indivíduo de uma classe a outra. As diferenças entre as classes também não implicavam no conflito ou na revolução no sentido marxiano. Poderia até haver lutas entre as associações de indivíduos proprietários, mas apenas com o intuito de reivindicar acesso à propriedade e aos bens e, não no sentido de transformar a estrutura econômica. O conflito não se estabeleceria entre as classes, uma vez que era admitida a migração de acordo com a sua disposição sobre os bens e a propriedade. Os trabalhadores em geral, a pequena

burguesia, os intelectuais, os proprietários e os privilegiados por educação, constituíam as classes sociais (Weber, 2004a).

Contrariando a noção de poder em Marx, como resultado da propriedade privada dos meios de produção e do seu uso para a exploração do trabalho, Weber não relacionou poder necessariamente com o aspecto econômico, mas via este como uma faceta da dominação. Segundo Weber, dominação:

(...) é um caso especial do poder. Como ocorre nas outras formas de poder, também e em especial na dominação, seus detentores não pretendem, exclusivamente e nem mesmo em regra, perseguir, apoiados nela, interesses puramente econômicos, como conseguir para si um farto abastecimento de bens econômicos (Weber, 2004b, p. 187).

A dominação podia aparecer sob diversas versões, destacando-se a dominação por interesses no mercado, pela autoridade e pelo carisma. Entendia dominação como a possibilidade do dominador impor sua vontade aos outros. Sociologicamente, o que interessava para Weber, era a existência efetiva da obediência diante do poder de mando.

Foi nesta perspectiva que Weber observou a sociedade capitalista, montada em um conjunto de regras e condutas racionais que expressavam dominação em várias instâncias (família, instituições, empresas, entre outros), o que não significa exploração, mas a determinação dos elementos necessários à constituição de um sistema, respeitando a burocracia e a administração. A relação de assalariamento, por exemplo, era vista como uma clara relação de dominação e obediência, uma vez que o salário seria pago mediante a disciplina e o cumprimento das regras, conscientemente aceitas e expressando a condição de obediência, considerando que, na sua função social, o trabalhador exerce um trabalho com habilidade e dignidade.

O modelo de estratificação social, desenvolvido por Weber, dificultou o entendimento sobre a noção da consciência política de classe, prejudicando a revolução do proletariado na linguagem marxista e tornando-a pouco provável. A análise de Weber não privilegiava a crença na ação coletiva das classes, dadas as suas diferenças materiais, intelectuais e a diversidade de interesses. Entendia que a sociedade capitalista estava montada no avanço da racionalidade, manifestada nas ações calculadas com base na eficiência, no benefício e na obediência às regras, como manifestação de autoridade, o que ganhou forma na burocracia, com base no conhecimento profissional e no cálculo (Grint, 2002). Na seção seguinte, observa-se como Durkheim se posicionou sobre essas questões.

3.1.4 Émile Durkheim: divisão do trabalho como construção social

Considerando a contribuição de Durkheim, a respeito da organização da sociedade capitalista, a divisão do trabalho era fundamental no desenvolvimento intelectual e material das sociedades, sendo determinante para a construção do significado de coletividade, além de aumentar a força produtiva e a habilidade dos trabalhadores. Para o autor, as relações entre as pessoas só se mantinham pela divisão do trabalho; nem mesmo o matrimônio e a amizade podiam sustentar-se por si só, pois, somente a convivência dos homens por meio de sua atividade no trabalho, criava laços suficientemente fortes para serem mantidos, dando sentido à noção mais importante dentro da sociedade, a “solidariedade”. De acordo com a assertiva de Durkheim, a divisão do trabalho deveria ser considerada sob o aspecto do efeito moral que era capaz de criar:

(...) de fato, os serviços econômicos que ela [a divisão do trabalho] pode prestar são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade. Como quer que esse resultado seja obtido, é ela que suscita essas sociedades de amigos, e ela as marca com seu cunho (Durkheim, 2004, p. 21).

Os efeitos da divisão do trabalho na sociedade superavam aqueles obtidos meramente com a maior habilidade nas tarefas ou o aumento de produtividade. Acima de qualquer sentido, a divisão do trabalho permitia a transformação da sociedade em uma organização mais solidária para além do produtivismo, pois conseguia criar uma “conduta moral” e uma “ordem social” própria à sociedade industrial, fazendo com que os indivíduos fossem unidos pelos mesmos interesses, reproduzindo-os e mantendo-os, segundo a motivação coletiva, dando sentido ao que entendia por “coesão social”.

Reconhecia a existência das “coisas” e das pessoas na sociedade, mas não era simplesmente a ligação entre estes dois elementos o que representava a solidariedade necessária à construção de uma sociedade evoluída. As “coisas” eram importantes na medida em que podiam satisfazer interesses materiais e sua ligação com as pessoas dava-se pelas relações jurídicas, o que chamou de direito real. Esta ligação era vista apenas como uma relação de troca e o cumprimento do direito de propriedade. Durkheim (2004) não identificou nenhuma relação de poder ou de exploração, como sugeriu Marx, ao tratar da propriedade privada como um instrumento de poder e de exploração da mais-valia. Segundo a sua

compreensão, a consideração das relações de troca e a garantia jurídica da propriedade eram importantes na medida em que tornaram evidentes que, por si só, a relação entre pessoas e “coisas” não representava a solidariedade no sentido positivo, porque não unia as pessoas, apenas fazia com que as “coisas gravitassem em torno das vontades”. A solidariedade positiva só poderia ser conseguida por meio da divisão do trabalho.

Um dos interesses de Durkheim localizava-se na solidariedade, fruto da divisão do trabalho, que contribuía para a “coesão social” e representava a integração dos indivíduos na sociedade, de forma a construir uma organização superior, em que o indivíduo só teria sentido enquanto coletividade. Metodologicamente, Durkheim (2004) entendia que o direito poderia expressar a principal forma da solidariedade social por meio das regras jurídicas. Sendo assim, partiu para o estudo dos seus diferentes tipos para entender a solidariedade social. A partir dessa investigação, indicou dois tipos de solidariedade: mecânica e orgânica. A primeira dizia respeito ao “conjunto de crenças e sentimentos comuns” presentes na sociedade, transmitidos de geração a geração e com vida própria, mas que, apesar de ser um fenômeno fruto da coletividade, não era determinante na condução das sociedades superiores, entre elas a sociedade industrial desenvolvida, podendo ser chamada de “consciência coletiva ou comum”. No segundo tipo de solidariedade, a orgânica, que representava a sociedade industrial superior, o mais importante era a ação coletiva, em que os indivíduos tinham suas ideias, suas características particulares superadas pelo “ser” coletivo, resultado da divisão do trabalho. Conforme suas reflexões:

(...) essa solidariedade só pode crescer na razão inversa da personalidade. Há em cada uma de nossas consciências, como dissemos, duas consciências: uma, que é comum a nós e ao nosso grupo inteiro e que, por conseguinte, não é nós mesmos, mas a sociedade que vive e age em nós; a outra, que, ao contrário, só nos representa no que temos de pessoal e distinto, no que faz de nós um indivíduo. A solidariedade que deriva das semelhanças se encontra em seu apogeu quando a consciência recobre exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela. (...) No momento em que essa solidariedade exerce sua ação, nossa personalidade se esvai, podemos dizer, por definição, pois não somos mais nós mesmos, e sim o ser coletivo (Durkheim, 2004, p. 106).

Com o desenvolvimento da sociedade, segundo Durkheim (2004), a solidariedade mecânica tendia a se enfraquecer, pois os vínculos sociais determinados pela política, religião, família, costumes, sexo, entre outros, iam sendo superados por outras formas de manifestação, resultantes das ligações entre os homens. As sociedades novas que surgiam terminavam por reconhecer-se cada vez mais unidas, não pela tradição ou costumes, mas como reflexo do aprofundamento dos laços criados pela divisão do trabalho. Logo, a divisão do trabalho era o que permitia o fortalecimento da solidariedade social e da integração da sociedade, à medida

que a solidariedade mecânica se enfraquecia. Assim, “é a divisão do trabalho que, cada vez mais, cumpre o papel exercido, outrora, pela consciência comum; é principalmente ela que mantém juntos os agregados sociais dos tipos superiores” (Durkheim, 2004, p. 156). Este posicionamento contrariou a ideia de Marx de que o avanço da sociedade capitalista teria como consequência o aumento das desigualdades e dos conflitos sociais, devido à maior intensidade da acumulação de capital, demonstrando a natureza desigual da sociedade industrial.

Para Durkheim, a divisão do trabalho, observada na sociedade industrial, funcionava como força libertadora dos indivíduos do seu isolamento, devido à integração proporcionada pela divisão do trabalho, mas, isso não significava liberdade no sentido marxiano de revolução. A evolução da sociedade conduzia à “coesão social”, à harmonia; representando uma sociedade superior, resultante da transformação social por meio da regulação e da solidariedade pela divisão do trabalho. Só assim, seria superada a “anomia social”, entendida como reflexo dos problemas criados na sociedade. O sentimento de anomia social era provocado pelos desajustes, ocorridos na transição da sociedade antiga para a sociedade industrial, quando os sentimentos e a consciência comum da solidariedade mecânica tornavam-se enfraquecidos, gerando tensões e conflitos com a perda das “normativas morais” (Durkheim, 2004).

Na sociedade moderna, a divisão do trabalho é capaz de aumentar a complementaridade e a interdependência entre os indivíduos, construindo e mantendo a unidade do conjunto, do organismo. Segundo Durkheim (2004), o funcionamento harmonioso e perfeito da sociedade, só seria possível com o fortalecimento das instituições, capazes de exercer a função social e manter a ordem social. A “integração social” da coletividade seria possível pela educação moral da sociedade, em que o indivíduo teria reconhecida a sua função na comunidade, proporcionada pela divisão do trabalho e desenvolvida pelas instituições. O Estado seria responsável pelo cumprimento das condições sociais que permitissem a construção de uma sociedade de caráter “laico” e sem conflitos, contrariando a noção marxiana de que o Estado estaria estimulando a acumulação de capital e a desigualdade social, na medida em que garantisse a reprodução da propriedade privada dos meios de produção.

As categorias teóricas, presentes nas contribuições dos clássicos da sociologia _ Marx, Weber e Durkheim _, foram fundamentais para a compreensão de que o desenvolvimento da sociedade industrial não pode ter como único fator explicativo as relações materiais da produção, mas se verifica como resultado de um processo dinâmico em

que pesam também a cultura, a política e as subjetividades. Portanto, na sua relação com o trabalho, aqui os sujeitos são encarados, não somente como objeto de exploração e dominação, mas capazes de protagonizar posturas contra-hegemônicas, a partir das solidariedades, construídas pelo trabalho. Assim, assumimos a postura de ser o trabalho um elemento central na sociedade contemporânea, apesar da campanha ideológica que se esforça em atestar a sua perda de importância e despreza o papel político do sujeito que precisa do trabalho para sobreviver. Este ponto constitui o eixo da próxima seção.

3.2 Trabalho: superado ou mistificado?

O esforço dos autores que viram pertinência na análise marxiana para expressar o movimento da reprodução do capital e com ele a renovação das relações de poder deste sobre o trabalho, na sociedade contemporânea, pode ser reconhecido, principalmente, na atualização do conceito de classe social e na defesa da centralidade do trabalho, ponderadas as devidas proporções históricas e metodológicas.

Sendo o sistema capitalista dinâmico e em permanente movimento, é natural que as relações sociais e a subjetividade dos trabalhadores também sejam afetadas, resultado de mudanças ou perda de lugares sociais. A classe assalariada ou sociedade salarial, conforme denominado por Castel (1998), foi sofrendo transformações, ao longo do século XX, de forma a dar lugar a uma “nova classe operária” permanecendo, no entanto, a sua condição de destituída do poder de decisão e dos benefícios do seu próprio trabalho.

A necessidade do capital em modernizar as formas de controle sobre o trabalho, no processo produtivo, concatenada com os avanços técnicos, a partir de finais do século XIX, com o taylorismo, foram lentamente desmoronando a suposta posição de estabilidade do trabalho assalariado, para expressar uma situação de enfraquecimento e retraimento dos trabalhadores, a partir da segunda metade do século XX, na sociedade industrial européia (Castel, 1998). A partir de então, uma nova configuração foi sendo dada sobre a organização das atividades produtivas e sobre as relações de trabalho, com uma heterogeneidade maior de ocupações, com o crescimento de atividades instáveis e temporárias e a expansão do setor de serviços, provocando sensíveis mudanças nas identidades, nos valores dos indivíduos e no

sentido de coletividade⁴⁵. Neste contexto, é inevitável reconhecer o crescimento da quantidade de indivíduos que não servem mais para o trabalho industrial, amontoando-se na pobreza e carentes da assistência social do Estado ou inserindo-se em atividades precárias de trabalho, constituindo-se no que Castel denominou de “supranumerários”.

Esta nova realidade também promoveu transformações na relação entre o Estado e a sociedade, com a reorientação da intervenção pública, voltada para desenvolver e fortalecer as políticas de assistência e inserção social, diante da situação de desemprego e exclusão social. Enquanto preponderava a condição do trabalho assalariado estável, ao Estado cabia o gerenciamento, a regulamentação e a garantia dos direitos sociais pelo trabalho, caracterizando o Estado do bem-estar social (Rosanvallon, 1997). Mas, com as mudanças no padrão de produção e a prevalência do trabalho flexível, a partir dos anos de 1970, a desregulamentação do trabalho, o alargamento da precarização e das desinserções sociais, ampliaram-se as demandas sociais sobre o Estado. Se, na sociedade industrial do século XIX, o pauperismo aparecia como a principal questão social, para Castel, na sociedade pós-industrial, a contínua “degradação da condição salarial” constituía o mais grave problema social, consequência das mudanças estruturais no capitalismo. Para o pensador:

(...) o problema atual não é apenas o da constituição de uma “periferia precária”, mas também o da “desestabilização dos estáveis”. O processo de precarização percorre algumas das áreas de emprego estabilizadas há muito tempo. Novo crescimento dessa vulnerabilidade de massa que, como se viu, havia sido lentamente afastada. Não há nada de “marginal” nessa dinâmica. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma “nova questão social” que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX (Castel, 1998, p. 526-7).

Esta situação das novas condições de trabalho, em função do alargamento da precarização e das formas diversas de trabalho, parecia ser uma novidade que marcou o final do século XX para as economias de capitalismo central, após terem gozado uma situação de crescimento econômico e desenvolvimento social durante décadas. Assim, algumas das características, próprias dos arranjos da pobreza nas economias de capitalismo periférico, passaram a fazer parte da realidade das economias desenvolvidas, com a instabilidade e a insegurança contornando as relações sociais do trabalho. Como bem expressou Castel, os estáveis foram desestabilizados, portanto, não havendo mais lugar seguro. A contínua perda de lugares e a não criação de ocupações supridoras e garantidoras de renda denunciava o

⁴⁵ Essa discussão já foi abordada com mais profundidade no capítulo 2.

avolumar de trabalhadores sem utilidade, sem lugar e sem identidade, sendo a sua existência, por si só, um problema social, após constatada a condição de desnecessários.

Para Castel, o aparente desmoronamento do trabalho como edificador da vida social, tanto para os trabalhadores produtivos como para os descartados, dada a atomização de atividades produtivas, regularmente inseridas ou não no processo produtivo, podia significar a perda de identidade pelo trabalho, pela pressão ou condição de desinserido. Mas, apesar de tudo, o trabalho não deixava de ser um elemento integrador dos diversos segmentos que compunham a subjetividade dos indivíduos, como família, escola, cultura, afetos e espaço social, entre outros, mantendo-se como instrumento edificador e referência moral na determinação da vida social. O pensador, resgatando a tradição durkheimiana, foi enfático ao defender a centralidade do trabalho como elemento de interação na sociedade, quando afirmou que: “O trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm” (Castel, 1998, p. 578).

A nova configuração das relações de trabalho, na sua dimensão ideológica, deslocou o trabalho humano de seu *status* socializante e criador para um vazio desestabilizador e não integrador, desqualificando o trabalhador para a espécie de um “inútil social”, tendo em vista passar a ocupar a posição de desnecessário para o trabalho e, conseqüentemente, para a vida social. Desse modo, também se encontra corrompida a identidade do sujeito, enquanto agente coletivo, capaz de construir valores e transformar a sociedade. Seguindo a compreensão de Castel, a sociedade contemporânea vivencia a crise da integração pelo trabalho, devendo haver formas de recomposição das forças coletivas de solidariedade, o que só pode ocorrer por intermédio de um Estado presente e regulador e que promova a integração social, dada a ruptura dos valores sociais e o enfraquecimento das identidades pelo trabalho.

Orientando-se pelo referencial marxiano, Mészáros (2009) se esforçou em demonstrar a lógica de funcionamento do capitalismo, apresentando este sistema, especialmente, como uma manifestação do princípio dialético da contradição, indicando que o movimento que rege a reprodução do capital não pode ocorrer sem desencadear os mecanismos de seu próprio aniquilamento, sendo as duas maiores conseqüências desse movimento: a destruição e/ou precarização da força de trabalho e a degradação do meio ambiente. É contra essa natureza autodestrutiva que o sistema do capital está sempre procurando se desviar e viabilizar a sua perpetuidade, renovando as formas de exploração e controle das forças produtivas. Sob esta perspectiva, alertou que para entender o capitalismo é preciso perceber o conceito de “sociometabolismo do capital”, descrito como “(...) o complexo caracterizado pela divisão

hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital”, constituído por três dimensões fundamentais: capital, trabalho e Estado, que se interrelacionam para dar sustentação ao sistema (Mészáros, 2009, p. 15-6). Para o autor, esta composição, que também denota uma estrutura de controle, expressando fortemente o caráter totalitário da investigação de Marx, só poderia ser arranhada se um projeto “socialista radical” surgisse como alternativa ao sociometabolismo do capital. Sabendo-se que a forma de gestão do capital é, por natureza autoritária, o próprio autor reconheceu que “(...) toda conversa de dividir o poder com a força de trabalho, ou de permitir a sua participação nos processos de tomada de decisão do capital, só existe como ficção ou como camuflagem cínica e deliberada da realidade” (Mészáros, 2009, p. 28). A própria sociedade do capital encarregou-se de determinar os lugares dos sujeitos quando, no imaginário geral, construiu uma figura positiva do capitalista como produtor, empreendedor, enquanto o trabalhador aparecia, fantasmagoricamente, como um agente independente que se beneficiava dos favores do capital. Esta imagem, muito mais do que ilusória, é ideológica, facilitando a aceitação e a legitimação da amputação do trabalho como categoria central no processo de produção de valores.

De acordo com Mészáros, o domínio do capital sobre o trabalho foi consagrado a partir do momento em que a força de trabalho foi encarada como mercadoria, gerando-se aí as condições necessárias para a sua utilização como valor de uso. Além disso, na medida em que se deu o aumento do controle técnico sobre o processo de trabalho, verificou-se também o aumento da “desumanização” do trabalho vivo, aparecendo este como um mero acessório para o capital e consolidando a submissão real do trabalhador às forças da reprodução do capitalismo. Conforme assinalou o pensador:

Graças à desumanização do próprio trabalho vivo, transformado em uma *mercadoria* que só pode funcionar (como uma força produtiva) e biologicamente se sustentar (como um organismo) adentrando a estrutura _ e se submetendo às exigências materiais e organizacionais _ das *relações de troca* dominantes, os principais obstáculos que limitavam pesadamente o escopo e o dinamismo dos sistemas produtivos anteriores são removidos com sucesso (Mészáros, 2009, p. 622).

A sustentação teórica do autor encaminhou-se para demonstrar o caráter contraditório em que se estruturou o sistema do capital, “não podendo separar avanço de destruição, nem progresso de desperdício”, sendo a crise e o desequilíbrio a sua tendência inevitável, apesar das políticas macroeconômicas tentarem negar esta circunstância com as medidas de reequilíbrio (Mészáros, 2009, p. 1010). Desse modo, o “desemprego crônico” e a superprodução de mercadorias, como expressão dos sintomas mais evidentes da crise de

reprodução do capitalismo, são consequências naturais da própria estrutura em que se baseia o capital, do antagonismo entre capital e trabalho. Para Mészáros, representante de uma crítica voraz sobre o capitalismo, este sistema não pode apresentar solução para tais problemas porque são intrínsecos a sua essência, devendo existir enquanto perdurar o sociometabolismo do capital, como renovação das formas de exploração do trabalho. Conforme destacou o autor:

(...) a “força bombeadora” do capital, que extrai o trabalho excedente, não conhece *fronteiras* (embora tenha *limites estruturais*, que as personificações do capital recusam, e devem recusar, reconhecer), e assim pode-se corretamente considerar que tudo o que se puder imaginar como extensão quantitativa da força extratora de trabalho excedente corresponde à própria natureza do capital, ou seja, está em perfeita sintonia com suas determinações internas. Em outras palavras, o capital ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes _ aparentemente em discordância com seu caráter e funcionalmente “híbridas” _ se as condições o exigirem (Mészáros, 2009, p. 103).

Assim, a ocorrência de crise nada mais é do que o renovar de forças sociometabólicas que concorrem para a manutenção do controle do trabalho e dos valores produzidos por ele, vitais à contínua reprodução do capital, não importando se este controle se dará pela submissão direta ou indireta do trabalhador, pelo trabalho regular ou atípico, qualificado ou não qualificado. Importa apenas a grandeza do trabalho social e a acomodação dos sujeitos a esta estrutura de dominação. Contudo, a dura investida do capitalismo para desmoralizar o trabalho vivo, como determinante da vida social, fez com que, por vezes, a sua presença e importância definidora dos papéis sociais e das estruturas de poder no sistema do capital, aparecesse negada ou duvidosa.

Contrariando as perspectivas que defenderam a centralidade do trabalho, na estruturação da vida social e das sociabilidades, entendeu-se ser importante considerar outras argumentações que tenderam a refutar esta ideia, conforme apresentado a seguir.

3.3 A negação da centralidade do trabalho humano

Se, durante muitas décadas, como vimos, o trabalho humano foi unânime no pensamento sociológico clássico como elemento central para a determinação das sociabilidades na economia industrial, para alguns autores contemporâneos, essa assertiva não parece mais se confirmar ou, pelo menos, é passível de questionamento. Segundo Claus Offe,

o *status* ocupado pelo trabalho assalariado como fato social e, por isso, influenciando “os sistemas familiares e morais, a urbanização e a religião”, além de conduzir as políticas sociais, hoje não pode mais ser verificado como verdade inquestionável (Offe, 1989, p. 7). Para ele, estudos sociológicos sobre a “vida cotidiana” indicaram que, além do trabalho, outros aspectos tendiam a influenciar a “consciência e a ação social”, localizados fora da vida no trabalho, como é o caso da família, da sexualidade, da intervenção pública, entre outros. Por outro lado, o autor problematizou o próprio conceito acerca do trabalho assalariado, dada a heterogeneidade de ocupações com significativa importância para o “trabalho social”, delineando atividades realizadas, dentro de situações das mais diversas, quanto à renda, qualificação, ascensão social, visibilidade e autonomia o que, segundo o crítico de Marx, veio desqualificar o trabalho assalariado como categoria enquadrada numa divisão formal do trabalho. Do mesmo modo, o conceito de exército industrial de reserva perdeu seu sentido, uma vez ponderado que os sujeitos poderiam encontrar alternativas de sobrevivência em ocupações improváveis ou irregulares, mesmo que, em atividades não regulamentadas, mas consideradas como parte do trabalho social.

A novidade dessa configuração, no mundo do trabalho, foi que também ocorreram alterações na dimensão política, uma vez verificada a desvalorização da posição do sujeito “empregado” e da noção de coletividade, em decorrência da aceitação da heterogeneidade das ocupações de trabalho assalariado, bem como do trabalho homogêneo. Assim, esta nova organização do trabalho social ou coletivo, em que prevalece o caráter heterogêneo, não aparece mais como referência para as ações políticas, as organizações culturais, ou seja, para a construção de uma identidade coletiva, com base no trabalho.

Outro aspecto, utilizado por Offe para justificar a perda da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea refere-se ao “declínio da ética” do trabalho, visto que se tornou cada vez mais difícil perceber trabalhadores que, hoje, ocupem atividades produtivas onde não sintam falta de reconhecimento e não sofram de depreciação moral. Além disso, observa-se a “desintegração do *milieux* de vida que estão organizados de acordo com as categorias do trabalho e da ocupação e complementados por tradição familiar, filiação organizacional, consumo de lazer e instituições educacionais” (Offe, 1989, p. 13). Para o autor, o papel central do trabalho na vida social, influenciando a conduta dos indivíduos e propiciando a sua integração, parece ter perdido a sua função, sendo pouco provável sua recuperação através das políticas públicas, como tentativa de humanizar e “remoralizar” o trabalho, já que a busca da reversão dessa situação consiste muito mais na ratificação da crise do trabalho, dadas as

condições estruturais nas quais se baseia a economia. Desse modo, Offe foi enfático ao afirmar a perda de *status* do trabalho na vida social:

Uma sociedade capitalista industrial, altamente desenvolvida e conduzida por um *welfare state* igualmente desenvolvido, tende evidentemente a excluir crescentes porções da força de trabalho social da participação na esfera do trabalho assalariado. Tampouco esta sociedade tem à sua disposição os recursos culturais ou as sanções econômicas necessárias para estabilizar a centralidade subjetiva da orientação para o trabalho, a realização e os salários, através de regras culturais ou da coerção silenciosa dos processos do mercado. O trabalho foi não só objetivamente deslocado de seu *status* de fato da vida, central e auto-evidente; como consequência desta evolução objetiva, mas inteiramente contrária aos valores oficiais e aos padrões de legitimação desta sociedade, o trabalho está sendo privado também de seu papel subjetivo como a força motivadora central na atividade dos trabalhadores (Offe, 1989, p. 17).

Numa das mais contundentes críticas direcionadas à análise marxiana, especialmente quanto ao materialismo histórico e ao trabalho humano, como categoria centralizadora e determinante das subjetividades na sociedade capitalista, Jürgen Habermas construiu outra perspectiva de como se processam as relações de poder, a partir do que denominou de razão ou ação comunicativa.

Suas contribuições perpassaram o debate sobre a “justiça universal cindida”, enquanto um processo de constante reconhecimento _ problema central da Teoria Crítica⁴⁶. Considerou a “razão instrumental ou racional” o elemento determinante para explicar a deformação dos valores na sociedade e, em decorrência disso, a perda do sentido de justiça, já que a noção de comunidade também se encontra desfigurada. Para Habermas, a razão instrumental se desenvolveu e funciona sob a lógica da economia, em que se privilegiam os meios e os fins. O avanço da razão instrumental terminou por colonizar o “mundo da vida” e o “mundo dos valores”⁴⁷, fazendo com que a anomia na sociedade invadissem a dimensão política em função da corrupção de valores, o que constituiu motivo de preocupação para o autor.

Para lidar com esses dilemas, Habermas propôs a “razão comunicativa” como modelo ideal, que apresenta a possibilidade de se alcançar o consenso por meio da comunicação entre os homens. Para isso, teve como pressuposto a igualdade entre eles, encaminhando-se para o “evitamento” do conflito e a busca do consenso. A razão comunicativa se esgota em si mesma e está baseada na lógica dos valores; representa a possibilidade dos indivíduos exporem seus interesses e dilemas, atingindo o entendimento e a justiça sem o uso da violência. Esta razão

⁴⁶ Dentre os que contribuíram com este debate na Teoria Crítica, encontram-se Adorno, Marcuse, Horkheimer e Nietzsche. Ver Habermas, 2006.

⁴⁷ Diz respeito à esfera privada da família, dos afetos, da esfera pública e das dimensões culturais e políticas, ver Repa, 2008.

constitui algo, além do simples diálogo ou troca de informações, representando, sobretudo, a possibilidade de interação social. Assim,

A ação comunicativa é um tipo de interação social em que o meio de coordenar os diversos objetivos das pessoas envolvidas é dado na forma de um acordo racional, do entendimento recíproco entre as partes, alcançado através da linguagem. Ou seja, comunicação se refere a um determinado uso da linguagem, o uso da linguagem orientado para a obtenção de um acordo, de um consenso. Esse uso não deve ser entendido, no entanto, em um sentido instrumental, como se a comunicação para um consenso fosse apenas um meio para a realização das finalidades de cada participante da interação social, pois, ao tentar fazer uso da linguagem em uma atitude comunicativa (também chamada de atitude performativa), os falantes têm de restringir seus planos individuais às condições necessárias para o entendimento mútuo (Repa, 2008, p. 166).

Com a intenção de alargar o debate e reformular o conceito de “racionalidade”, proposto por Weber,⁴⁸ Habermas associou o processo de racionalização na sociedade moderna aos avanços da ciência e da técnica, como um movimento que invade as velhas estruturas, influencia as instituições e sua legitimidade e determina novas relações de poder, como expressado na passagem seguinte:

(...) a “racionalização” progressiva da sociedade depende da institucionalização do progresso científico e técnico. Na medida em que a técnica e a ciência pervadem as esferas institucionais da sociedade e transformam assim as próprias instituições, desmoronam-se as antigas legitimações. A secularização e o “desencantamento” das cosmovisões orientadoras da ação, da tradição cultural no seu conjunto, é o reverso de uma “racionalidade” crescente da ação social (Habermas, 2006, p. 45-6).

Apoiando-se na crítica de Marcuse, quanto ao conceito weberiano de racionalidade, Habermas aceitou a ideia de que, na sociedade industrial, a razão instrumental ou racional, assumiu o caráter peculiar de “dominação” sobre a natureza e sobre o homem, consubstanciando-se, assim, também num processo ideológico, uma vez que a técnica, metodicamente calculada, representa forma de controle (Habermas, 2006). O processo produtivo, submetido ao ritmo dos avanços técnicos, aprisionou os homens numa racionalidade prática, voltada para o aumento de produtividade, incorrendo na perda de liberdade do sujeito. Ao mesmo tempo, a dominação da técnica sobre os sujeitos foi legitimada quando estes se viram parte de uma organização racional da produção, determinando, não só a sua função no processo de trabalho, mas, influenciando, também, o seu comportamento pessoal e o seu cotidiano. Considerando a dominação exercida pela racionalidade técnica da produção sobre as esferas institucionais e sobre a vida social e, ainda, pautando-se na orientação de Marcuse, para Habermas, é impensável conceber uma

⁴⁸ Para um maior aprofundamento do debate do conceito de racionalidade, ver Habermas, 2006.

emancipação, sem antes haver uma transformação da base científica e técnica, que forma a estrutura de dominação. Todavia, isso não parece provável de ocorrer tão facilmente. Conforme asseverou o filósofo:

Se, pois, se tem presente que a evolução técnica obedece a uma lógica que corresponde à estrutura da acção racional teleológica e controlada pelo êxito _ e isto significa: à estrutura do trabalho _ então, não se vê como poderíamos renunciar à técnica, isto é, à nossa técnica, substituindo-a por uma qualitativamente distinta, enquanto não se modificar a organização da natureza humana e enquanto houvermos de manter a nossa vida por meio do trabalho social e com a ajuda dos meios que substituem o trabalho (Habermas, 2006, p. 52).

O que Habermas propôs não foi a substituição ou a criação de uma nova técnica, mas compreender a natureza como um modo de “interação” e não como resultado de exploração _ conforme a defesa de Marx_, que, aos homens, seja possível reconhecer a natureza como um “outro sujeito” e reconhecer-se como parte dela. Assim, como alternativa à técnica enquanto dominação, Habermas acredita na interação simbolicamente mediada da natureza ou ação comunicativa:

Seja como for, as realizações da técnica que, como tais, são irrenunciáveis, não poderiam ser substituídas por uma natureza que abre os olhos. A alternativa à técnica existente, o projecto de uma natureza como interlocutor em vez de objecto, refere-se a uma estrutura alternativa da acção: a interacção simbolicamente mediada, que é diferente da acção racional teleológica. Mas isto quer dizer que os dois projectos são projecções do trabalho e da linguagem, projectos, pois, do gênero humano *na sua totalidade*, e não de uma época singular, de uma classe determinada ou de uma situação ultrapassável (Habermas, 2006, p. 53).

Mais do que um aparelho funcional, Habermas entendeu que a racionalidade técnica, alcançada na sociedade industrial, invadiu o “mundo da vida” e determinou uma “forma de vida” o que, para ele, não foi percebido pelos autores com quem dialogou. Assim, buscando reconstruir a noção de racionalidade, propôs partir da distinção entre as categorias trabalho ou ação racional teleológica, ou escolha racional e interação ou ação comunicativa.⁴⁹

Numa tentativa de desconstruir o materialismo histórico de Marx, argumentou sobre o fato de que o progresso técnico, na sociedade moderna, encarregou-se de alterar as formas de dominação das sociedades tradicionais, pautadas na cultura, na religião, na tradição ou em outras imagens distorcidas da ação racional. Com a sociedade industrial, uma nova razão comunicativa foi desenvolvida e, com ela, erigiu-se uma forma de dominação, baseada num

⁴⁹ Aqui nos limitaremos apenas a mencionar as categorias trabalhadas pelo autor, já que a sua demonstração poderia nos orientar para outra discussão, além da proposta deste capítulo que é localizar o debate sobre o trabalho na sociedade industrial. O desenvolvimento dessas categorias está exposto em Habermas, 2006.

sistema racional e estratégico de produção, teleológico, desestruturando a legitimidade da dominação, oriunda da sociedade tradicional.

Para introduzir o conceito de reciprocidade como uma ideologia capitalista, Habermas utilizou-se da imagem do mercado, como o ambiente regulador e legitimador das trocas entre os possuidores da mercadoria força de trabalho e os donos do capital. Mas, a reciprocidade, enquanto mais um aspecto da ação comunicativa, pôde ser compreendida como dominação que vem de baixo, da base do trabalho social e da racionalidade técnica em que este está inserido. O que há de novo na crítica habermasiana é a demonstração de que a “dominação política”, característica da sociedade tradicional, no capitalismo, aparece como “dominação da produção”, da base técnica em que se realiza o trabalho, legitimada no mercado e na troca, estendendo-se às esferas institucional e pessoal. O filósofo procurou demonstrar a influência dessa dominação da produção a partir de baixo, caracterizando-a como “uma permanente pressão adaptativa” sobre indivíduos, instituições e “coisas”, como uma verdadeira “sujeição” da sociedade à lógica da ação racional e estratégica. Conforme afirmou o autor: “[O capitalismo] (...) oferece uma legitimação da dominação que já não desce do céu da tradição cultural, mas que surge da base do trabalho social” (Habermas, 2006, p. 64).

A partir destas considerações, Habermas buscou desconstruir a análise marxiana, que tem na contradição entre capital e trabalho o fundamento para entender o modo de produção capitalista como um sistema de exploração. Na concepção habermasiana, a reciprocidade das trocas e a sua legitimidade pelos sujeitos envolvidos, como expressão da ação comunicativa, desqualificou a noção de exploração de uma classe social por outra, assim como esvaziou de conteúdo o sentido de “dominação política” por cima, já que, dominação, nos termos de Habermas, ocorre pela base técnica do trabalho. Do mesmo modo, desmoronou a ideia de superestrutura em Marx, visto que, as instituições e, com elas, os instrumentos de regulação do direito e da economia, estão sujeitados à lógica instrumental da produção, não intervindo mais por um suposto “apaziguamento” das irregularidades econômicas ou das injustiças sociais, mas por uma ação mais técnica e menos política, com legitimidade institucional, desqualificando, também, por seu turno, a ação política. Segundo o autor:

Na medida em que a actividade estatal visa a estabilidade e o crescimento do sistema económico, a política assume um peculiar *carácter negativo*: orienta-se para a prevenção das disfuncionalidades e para o evitamento dos riscos que possam ameaçar o sistema; portanto, a política visa não *a realização de fins práticos*, mas a *resolução de questões técnicas* (Habermas, 2006, p. 70).

E mais:

(...) a nova política do intervencionismo estatal exige, por isso, uma *despolitização* da massa da população. E, na medida em que há exclusão das questões práticas, fica também sem funções a opinião pública política (Habermas, 2006, p. 71).

O argumento que levou à desqualificação da ação política da tese marxiana por Habermas, seguiu o rumo da destruição do papel central que o trabalho e a força de trabalho ocupariam na produção. Para o crítico de Marx, o progresso das forças produtivas faz com que seja estabelecida a supremacia da ciência e da técnica sobre o trabalho, caracterizando o que denominou “cientificação da técnica”, colocando-se como fonte independente no processo de criação de valores. Conforme sua assertiva:

Já não mais tem sentido computar os contributos ao capital para investimentos na investigação e no desenvolvimento sobre a base do valor da força de trabalho não qualificada (simples), se o progresso técnico e científico se tornou uma fonte independente de mais-valia frente à fonte de mais-valia que é a única tomada em consideração por Marx: a força de trabalho dos produtores imediatos tem cada vez menos importância (Habermas, 2006, p. 73).

Assim, não atribuiu mais sentido à teoria do valor-trabalho, já que a ciência e a técnica, ou seja, a razão instrumental pareceu assumir a dianteira do progresso socioeconômico e orientar as vontades políticas sob a lógica da racionalidade e da funcionalidade, em detrimento das questões práticas. Neste momento, Habermas admitiu que a supremacia da ciência e da técnica na produção, significa também uma construção ideológica que implica em um processo de “despolitização” da população e a legitimação da força dominante do progresso técnico sobre a natureza e o homem: “(...) a autocompreensão culturalmente de um mundo social da vida é substituída pela autocoisificação dos homens, sob as categorias da acção racional dirigida a fins e do comportamento adaptativo” (Habermas, 2006, p. 74).

Para o autor, foi sendo observado um enquadramento/adaptação, cada vez maior, das instituições e dos indivíduos a um comportamento racional e objetivo, desqualificando as condutas mais críticas e a política contestadora que dava sentido à “luta de classes”, fundamentada no antagonismo entre trabalho e capital. Se se considera a ciência e a técnica como categorias centrais em substituição ao trabalho, o processo de criação de valor torna-se independente e distanciado da noção de exploração, além de desvalorizar o *status* do trabalhador. Por esta ótica, não havendo mais o antagonismo clássico entre as classes sociais, já que elas estão cada vez mais diluídas em função do progresso técnico, se perde o sentido da luta entre elas, dada a dificuldade de identificar e personificar o oponente. Isso não significa a extinção do conflito de classes, visto que as diferenças culturais, sociais, de renda, interesses

políticos, entre outros, continuam existindo. O que ocorre é uma “latência das oposições de classes”, devido à diversidade de interesses daqueles trabalhadores da classe assalariada, denominados “grupos de subprivilegiados” que, apesar de representarem um potencial de conflito, por encontrarem-se em situação de pobreza e privação de direitos, não conseguem expressar os interesses do conjunto da população que contempla uma realidade ainda mais complexa. No entanto, “a sua privação de direitos e a sua pauperização já não coincide com a exploração, porque o sistema não vive do seu trabalho” (Habermas, 2006, p. 79). Foi assim que Habermas rompeu definitivamente com Marx, ao desconstruir a teoria do valor, baseada na exploração do trabalho e no antagonismo entre as classes sociais, do mesmo modo, esvaziando de conteúdo a capacidade de emancipação da classe trabalhadora por meio da consciência política e da ação participativa. Este debate foi arrefecido, ainda mais, com o surgimento de perspectivas afinadas com a reafirmação da centralidade do trabalho, conforme tratado a seguir.

3.4 A reafirmação da centralidade do trabalho humano

Com a proposta de atualizar a discussão sobre o papel do trabalho e os rumos da classe trabalhadora à luz da teoria marxiana, Antunes (1999) defendeu a tese da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e do trabalho social, como elementos indispensáveis à criação de valores. Destacou o caráter de movimento e contradição que caracteriza o capitalismo, funcionando como um sistema de metabolismo ao qual os indivíduos e as “coisas” estão inseridos. Neste sentido, considerou-se importante sua reflexão:

Não sendo uma *entidade material* e nem um *mecanismo* que possa ser racionalmente controlável, o capital constitui uma poderosíssima estrutura *totalizante* de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar. Esse sistema mantém domínio e primazia sobre a totalidade dos seres sociais, sendo que suas mais profundas determinações estão *orientadas para a expansão e impelidas pela acumulação* (Antunes, 1999, p. 23).

Além disso, o capitalismo carrega, em sua natureza, uma lógica expansionista que, na atualidade, vem promovendo um contínuo processo de “dessociabilização” pelo trabalho, expressando sua natureza destrutiva e contraditória mas, nem por isso, alheia à lógica da reprodução do capital. Visto por esse ângulo, o capitalismo está sempre promovendo a

renovação das forças produtivas, o que também significa a recriação das formas de controle do capital sobre o trabalho. É comum que essas fases de mudanças também sejam encaradas como momentos de crise porque, além de alterar a estrutura produtiva, também sacodem os lugares dos sujeitos, os poderes, os valores morais e coletivos. Contudo, a dialética da crise demonstra que, do aparente caos, é possível a gestação das forças necessárias à superação dos entraves que impedem a livre acumulação de capital. É assim que certas formas de reprodução e trabalhos realizados, aparentemente, desconectados com o sistema produtivo, na verdade podem configurar e caracterizar as novas relações materiais e sociais que respondem à lógica da reprodução capitalista. Desse modo, a crise do trabalho deflagrada na segunda metade do século XX, nos países centrais, assinalou um novo recomeço das formas de acumulação no capitalismo, marcado pela flexibilização. Como observou Antunes: “Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital” (Antunes, 1999, p. 34).

Estas mudanças foram consequência da metamorfose, ocorrida no padrão de acumulação ao fazer a passagem do fordismo ao toyotismo,⁵⁰ alterando as ações e intenções dos trabalhadores para a construção de um projeto contra-hegemônico ao sistema do capital. Assim, as transformações estruturais não foram somente técnicas e isentas mas, trouxeram, em suas entranhas, o caráter ideológico do controle e da submissão dos trabalhadores, sempre superando as formas anteriores de exploração.

Nos países de capitalismo central, a partir dos anos de 1970, como visto anteriormente, observou-se o encolhimento da atividade sindical ao mesmo tempo em que os trabalhadores se viram em situações que lhes forçaram aceitar ocupações instáveis e desfavoráveis, além da perda de direitos, numa conjuntura de desemprego crescente. A contínua desconstrução e enfraquecimento da vida social pelo trabalho, aprofundando situações já existentes de precarização, assim como o surgimento de outras tantas, na medida em que se expandiu a internacionalização do capital, abalou as estruturas do pensamento sociológico clássico em torno do trabalho, como instrumento socializador e, conseqüentemente, o conceito de classe social. O crescimento das atividades e ocupações múltiplas de trabalho, a expansão do setor de serviços, o trabalho temporário e instável e o

⁵⁰ Conforme tratado no capítulo 2, o toyotismo ou produção flexível constituiu um novo padrão de acumulação que se expandiu, inspirado no modelo japonês de produção, marcando a flexibilização da produção e das relações de trabalho, com a introdução de novos conceitos gerenciais, estabelecendo maior controle sobre o processo de trabalho. Em decorrência, observou-se o desmonte da atividade sindical e o encapsulamento dos sujeitos, o que foi reforçado com a implementação da política neoliberal, a partir dos anos de 1980, com Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos. Ver Antunes, 1999.

reforço de atividades, até então pouco notadas, como o trabalho em domicílio e artesanal, compondo o cenário da desregulamentação e flexibilização, ocuparam espaço cada vez maior em complementaridade às atividades ditas formais/organizadas. As ocupações, consideradas irregulares, não puderam mais ser abordadas somente como alternativas precárias de sobrevivência de trabalhadores desqualificados, mas sim, forma de reprodução de pessoas qualificadas, que não servindo mais à estrutura formal da divisão do trabalho, se afirmaram cada vez mais fortes na composição harmoniosa das forças produtivas que contribuem para a acumulação de capital. Considerando esta ampliação das formas de trabalho, Antunes procurou atualizar e conferir validade ao conceito de classe trabalhadora, na concepção de Marx, para uma noção que expressasse mais adequadamente a fragmentação das ocupações e o trabalho social dela decorrente. Assim, para o autor, a “classe-que-vive-do-trabalho” representa melhor esse movimento dos trabalhadores, em meio ao trabalho flexível e instável na sociedade contemporânea, sem que o trabalho humano deixe de ser central. Conforme destacado por Antunes:

(...) como o capital tem um forte sentido de desperdício e de exclusão, é a própria “centralidade do trabalho abstrato que produz a não-centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo” que, uma vez (des)socializados e (des)individualizados pela expulsão do trabalho, “procuram desesperadamente encontrar formas de individuação e de socialização nas esferas isoladas do não-trabalho (Tosel *apud* Antunes, 1999, p. 121).

O autor desconstruiu o argumento da não-centralidade do trabalho ao resgatar o conceito marxiano de trabalho social, este abrangendo todas as espécies de trabalho, dos mais aos menos qualificados, regulares ou não, protegidos ou entregues à própria sorte, marcando o complexo trançado, sobre o qual a reprodução dos valores está organizada, sendo a fragmentação e a heterogeneidade do trabalho o que compõe o valor abstrato na sociedade de hoje. Antunes defendeu com acuidade:

(...) a tese de que a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista (Antunes, 1999, p. 119).

Mostrou-se evidente que o conceito de trabalho social continua com validade para expressar o sentido da acumulação de capital, uma vez que se utiliza de todas as espécies de trabalho para extrair mais valia, quer estejam enquadradas ou não na divisão formal do trabalho. Mesmo que, na aparência, o trabalho morto esteja ocupando mais espaço e

promovendo mudanças na “dinâmica societal” do trabalho, é essencial reconhecer a impossibilidade da produção e reprodução de riqueza, sem a utilização do trabalho, ainda que na aparência este tenha perdido o sentido para a construção de uma história pessoal pelo trabalho, bem como a referência para a orientação dos valores morais e coletivos dos sujeitos.

Este dismantelamento ideológico do trabalho como elemento central na vida social, não poderia ocorrer de modo diferente, tendo em vista que a reprodução da acumulação capitalista só pode se dar, mediante o controle do trabalho subjetivo com a alienação do trabalho. A única função social do capital é a acumulação. Que isso se verifique com o progresso da sociedade e da técnica, é apenas uma consequência positiva, pois a sua não ocorrência não seria fator impeditivo à acumulação, uma vez que a concentração de riqueza é possível, mesmo que se dê por meio de técnicas arcaicas e trabalho não livre. Como constatou Gorz:

A tecnologia capitalista e a divisão capitalista do trabalho não se desenvolveram, portanto, por causa da sua eficácia produtiva *em si*, mas em razão da sua eficácia no contexto do trabalho alienado e forçado; ou seja, trabalho dominado por um objetivo que lhe era desconhecido (Gorz, 1996, p. 83).

Assim, a artilosa habilidade do capitalismo consiste em fazer com que o trabalhador não perceba esse controle como obra pessoal e direta do capitalista, mas como uma consequência do progresso técnico, como uma exigência do ritmo das máquinas, despersonalizado e incontestável. Desse modo, o capitalista pode exercer o seu despotismo sobre o trabalho, sem que as reações contrárias o impeçam de seguir com o seu projeto de dominação e acumulação. Para Gorz (1996), o progresso técnico é também processo de “desqualificação” dos trabalhadores nas suas funções de agentes sociais e nas atividades que exercem, enquanto instrumento para a acumulação capitalista.

Ao mesmo tempo em que o trabalhador é preparado tecnicamente, qualificando-se para ocupar atividades com um grau de habilidade superior, é desqualificado duplamente: primeiro por estar condicionado a exercer funções cada vez mais parceladas e específicas, dada a ampliação da divisão do trabalho; e, segundo, porque a suposta qualificação adquirida está submetida à perda de autonomia no processo de trabalho, no aprendizado da submissão, na disciplina, na hierarquia e no conhecimento codificado, seguido da ausência da cultura fora do trabalho e de socialização. E é assim que entra em cena a busca pela qualificação profissional, objeto da próxima discussão.

3.5 O lugar do trabalhador e a eterna busca pela qualificação profissional

As transformações mais recentes sobre as forças produtivas, em função do padrão de produção flexível, atendendo ao movimento renovador da acumulação de capital, têm provocado significativas mudanças nas relações sociais de produção e no mundo cotidiano dos indivíduos.

Mostrou-se notória a constatação de que o trabalho encontra-se em metamorfose, redefinindo sua forma e o seu lugar. Mas, essa nova morfologia se, por um lado, pode fazer emergir atividades atípicas com relações de trabalho precárias⁵¹, com outras formas de solidariedade, localizadas fora do trabalho assalariado, aparentemente, desvinculando o trabalhador da sociedade industrial, por outro lado, marca uma fase mais intensa do processo de mercantilização da força de trabalho, em que se faz necessária a sua afirmação, enquanto mercadoria que “existe”.

O *status* do trabalhador, na condição de assalariado, pode estar se perdendo em meio ao amplo progresso técnico que seleciona e exclui os sujeitos do cenário da produção tradicional, mas não significa que o trabalho humano deixou de ser importante no processo de produção de valores e de mais-valia, mesmo que isso ocorra, indiretamente, com o trabalho social. Assim, cabe aqui reforçar o conceito de força de trabalho como mercadoria que se renova. Nesta condição, a força de trabalho, para existir, tem que ter valor e valor de uso⁵², como qualquer outra mercadoria. A força de trabalho só é valor para o seu possuidor _ o trabalhador _, o que é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução dos bens de subsistência ou bens de salário que compõem as necessidades vitais e sociais do trabalhador. Portanto, a sobrevivência do trabalhador está condicionada à venda da mercadoria força de trabalho que, por sua vez, só dispõe de um comprador no mercado _ o capitalista. Mas, a venda desta mercadoria só será efetuada se, para o comprador, a força de trabalho representar utilidade, ou seja, só é valor se nela contiver valor de uso. Para o capitalista, a força de trabalho é valor de uso se, no processo produtivo, tiver a capacidade de transferir o valor dos meios de produção ao novo bem produzido, criar valor e o seu próprio

⁵¹ Por atividade ou trabalho precário entendem-se as atividades que se desenvolvem por meio da subcontratação, do trabalho temporário e parcial, sem vínculo contratual, do rebaixamento arbitrário da remuneração, da ausência de proteção e segurança para o trabalhador, podendo, ainda, ocorrer, ou não, em espaços insalubres e instáveis, entre outras.

⁵² Para o aprofundamento sobre a teoria do valor e o processo de compra e venda da força de trabalho, ver Marx, 1989.

valor correspondente ao salário e produzir mais-valia, que se converterá em lucro para o dono do capital. Mesmo que o trabalhador possua certas habilidades, se estas não estiverem adequadas às condições produtivas, a força de trabalho não representa valor de uso para o capitalista e, desse modo, não pode funcionar como trabalho produtivo. Assim, apesar de livre no mercado, para vender sua mercadoria força de trabalho, o trabalhador precisa ter nela incorporado valor de uso, ser mercadoria útil para o capital (Marx, 1989).

Desde o princípio, o esforço do trabalhador foi para ser reconhecido como força útil de trabalho e encontrar-se apto às condições da compra e da venda, esta entendida como uma relação social entre capital e trabalho. Desta relação, depende a sobrevivência do trabalhador na satisfação de suas necessidades vitais e na construção de sua identidade social, enquanto sujeito útil e necessário ao sistema. Além disso, depende a sobrevivência do capitalista, enquanto dono do capital, porque é da compra e venda de força de trabalho que estão dadas as condições da exploração e apropriação de mais valia. Outro aspecto a se considerar é que, no processo formal de divisão do trabalho assalariado, ao capitalista interessa especialmente o consumo produtivo da força de trabalho, aquele que surge quando o trabalhador transforma os meios de produção em novas mercadorias em que nelas está contida a mais-valia. Porém, o consumo considerado improdutivo, por definição, aquele que ocorre fora do ambiente de trabalho, é cada vez mais relevante no processo de reprodução de valores, dada a nova morfologia do trabalho, marcada pela heterogeneidade das formas de trabalho e atividades produtivas.

O consumo do trabalhador, ao ter convertido seu salário em bens de subsistência, deve ser considerado consumo produtivo para o capitalista, pois é dessa forma que as novas mercadorias são absorvidas no mercado, promovendo a sua circulação e a não ocorrência de crises de superprodução (Marx, 1989). Levando-se em conta o alargamento das atividades produtivas,⁵³ todos os indivíduos que disponham de algum tipo de renda, representam potencial consumidor a ser explorado para o capital, portanto, independente da condição em que o trabalhador se encontre _ se fora ou dentro da produção _, é consumo produtivo para o capitalismo. Como destacou Braverman:

(...) o ambiente da sociedade capitalista é enlaçado na teia trançada de bens-mercadoria e serviços-mercadoria da qual há pouca possibilidade de escapar mediante parcial ou total abstenção da vida social tal como existe. Isto é reforçado de outro lado por um desenvolvimento que é análogo ao que continua na vida do trabalhador: a atrofia da competência. No fim, a população acha-se, quer queira quer não, na situação de

⁵³ Consideram-se, aqui, todas as atividades que utilizam o trabalho humano para criar bens-mercadoria, quer utilizem o trabalho assalariado formal ou não.

incapacidade de fazer qualquer coisa que facilmente não possa ser feito mediante salário no mercado, por um dos múltiplos ramos novos do trabalho social. E enquanto do ponto de vista do consumo isso signifique total dependência quanto ao mercado, do ponto de vista do trabalho significa que todo o trabalho é efetuado sob a égide do capital e é suscetível de seu tributo de lucro para expandir o capital ainda mais (Braverman, 1987, p. 239).

Neste sentido, o capitalismo não tem pudores na hora de oferecer suas mercadorias no mercado, ávidas para realizarem seus valores nas mãos de um comprador e dar espaço a outra massa de mercadorias. E é assim que o capital se reproduz, fazendo circular as mercadorias cada vez mais velozmente, criando desejos e necessidades, persuadindo as mentes enfeitiçadas pelo novo, pelo moderno, penetrando os estômagos, as casas e as ruas à procura de qualquer consumidor que obedeça à única condição exigida: ter dinheiro para comprar ou crédito fácil, não importa qual a sua origem.

No mundo das mercadorias nenhuma delas está isenta de sofrer as influências do mercado quanto à concorrência, qualidade, marketing, entre outros aspectos; muito menos no que se refere à força de trabalho. Hoje, dada a necessidade de circulação sempre mais rápida, as mercadorias têm um tempo de vida útil cada vez menor, tornando-se facilmente substituíveis e ultrapassadas, descartáveis. É assim também com a força de trabalho que, a princípio, já se encontra submetida às condições da concorrência entre os próprios trabalhadores. Na tentativa de manter seu lugar, no caso do trabalho assalariado, o trabalhador se esforçará para acompanhar as mudanças tecnológicas, além de ser eficiente e produtivo, ou seja, funcionando como valor de uso para o seu empregador. Ademais, as suas horas vagas que, supostamente, seriam dedicadas ao ócio, ao lazer, à família e à cultura, são cada vez mais ocupadas com a formação profissional, como forma de compensar as inevitáveis lacunas na sua condição de trabalhador útil, diante dos avanços tecnológicos, fazendo parte de uma educação em prol do capital (Mészáros, 2005).

Desse modo, a qualificação profissional ressurgiu como mais um espaço ocupado na vida do trabalhador, assalariado ou não, para ser funcional à reprodução do capital, pois, devido à necessidade de servir como consumo produtivo ao capital, qualquer instrução profissional a mais adquirida pelo trabalhador, também funcionará como instrumento de seleção no momento de se admitir trabalhadores, jogando, para os campos da exclusão, aqueles que não conseguiram ter valor de uso em suas mercadorias força de trabalho, suficiente para torná-las aceitáveis e vendáveis. Estes trabalhadores excluídos, portadores de força de trabalho inútil, são fáceis de serem substituídos e descartáveis _ desnecessários (Castel, 1998).

Assim, ao contrário do que a aparência indica, os trabalhadores nem são livres realmente e nem vivem para si o tempo livre fora do trabalho: primeiro, porque necessitam submeter-se ao capital para sobreviverem, vendendo sua única mercadoria, a força de trabalho; e, segundo, porque a relação social da troca precisa ser sempre renovada, o que implica a renovação/adaptação do valor de uso da força de trabalho para o capitalista. É esta submissão que permite ao capitalista tomar para si, ainda que indiretamente, todo o tempo livre do trabalhador, quer seja pelo consumo de bens e serviços, produzidos pelo capital, quer pelo tempo dedicado à educação e à formação profissional. Portanto, todo o consumo do trabalhador opera como consumo produtivo para o capitalista.

Apesar de a teoria clássica de Marx, a respeito da forma mercadoria da força de trabalho, ainda ser pertinente para entender as relações sociais de produção, no capitalismo contemporâneo, é oportuno tornar a análise mais atual, referindo-se ao estreitamento dessa relação com o Estado, não somente no campo institucional, mas como parceiro necessário para a continuidade da reprodução do capital.

Segundo a tese de Oliveira (1998), a partir da ampla aceitação e adoção da política keynesiana, como solução para a crise do capital, verificou-se um alargamento da esfera pública, como financiadora da expansão capitalista e das condições de reprodução da força de trabalho. O Estado do bem estar social constituiu-se num incentivador indispensável ao consumo de massa, juntamente com o fordismo e o progresso técnico, tendo como principal consequência os crescentes déficits públicos. Por outro lado, teoricamente, essa intromissão acentuada do Estado, como agente econômico no funcionamento do capitalismo mundial, alterou a lógica da criação e reprodução do valor, uma vez que os recursos públicos passaram a funcionar como capital. Quanto à força de trabalho, os investimentos em bens sociais públicos, como saúde, educação, habitação, formação profissional, entre outros, alteraram a forma de sua reprodução, pois na determinação do salário, já não é mais possível considerar os bens sociais como bens salário, resultado do esforço direto do trabalhador, conforme a definição original de Marx. Assim, os bens sociais, produzidos pelo Estado, e disponibilizados a toda sociedade, passaram a funcionar como salário indireto. Foi o que ocorreu com os investimentos em políticas públicas, que atuaram na assistência direta às pessoas em situação social vulnerável, ou ainda, com os programas de auxílio ao desemprego e de formação da mão-de-obra. Considerando que o financiamento em bens públicos e em infraestrutura, realizado pelo Estado, não objetiva o lucro direto, mas a criação das condições de desenvolvimento do capital, para Oliveira, o fundo público funciona, então, como “anticapital”, produtor de “antimercomodias” ou “antivalores”, visto que, a oferta dos bens

públicos, influencia na determinação do valor do salário social. Conforme destacou o autor, esta relação entre o fundo público e cada capital em particular,

(...) leva o fundo público a comportar-se como um anticapital num sentido muito importante: essa contradição entre um fundo público que não *é valor* e sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor (Oliveira, 1998, p. 29).

A partir dessas considerações, o autor defendeu a tese de que este movimento, na reprodução de valores, incorreria num processo de “desmercantilização” da força de trabalho, pois, o seu valor já não era mais criado somente pelo esforço ou o tempo de trabalho necessário no processo produtivo, devendo-se considerar, com isso, o salário indireto, determinado pelos bens públicos. Não obstante, Oliveira também admitiu que este pudesse representar o novo feitiço da reprodução de valores, em que o capital social encontra-se formado pelo capital privado e pelo fundo público. Este modelo modificaria também a produção do excedente social, fazendo com que o capital pudesse se espalhar em setores e localidades onde a sua racionalidade não permitiria avançar sem o apoio do Estado, por não o favorecer em rendimentos compatíveis aos investimentos realizados.

Para Oliveira (1998), a crise do capitalismo contemporâneo foi atribuída, em especial, à desmercantilização da força de trabalho, devido à participação do Estado com o “anticapital”, o que provocou o estreitamento da base de exploração de mais-valia, visto que o tempo de trabalho social reduziu-se com o aumento do progresso técnico e com a maior oferta de bens públicos, provocando, duplamente, a redução da mais-valia relativa. O que a teoria do antivalor deixou de ressaltar, como saída para a crise, foi o fato de que o capital conseguiu explorar e apropriar-se de valor através do estímulo continuado ao consumo e, para isso, contou com a presença ativa do Estado mesmo que, aparentemente, este viesse modificar o curso normal da reprodução do capital. É, neste contexto, que está inserida a política pública de qualificação profissional, como investimento público na força de trabalho, para a formação e adaptação às novas condições do processo de trabalho, servindo para baratear os custos da mão de obra, ao mesmo tempo em que garante força de trabalho útil e potencial consumidor para o capital, quando lhe convier.

O setor privado, historicamente, utilizou-se do fundo público, este, funcionando como parte do capital social para financiar e auxiliar a reprodução do capitalismo. Esta relação funcional serviu, em muitos momentos, para recompor o cenário das relações de troca e garantir a manutenção do potencial dos consumidores de massa, embora, indiretamente,

também fosse financiada a necessidade decrescente do capital por trabalho vivo. A sustentação do consumo dos trabalhadores é essencial à sobrevivência do capital, o que não significa menor exploração e controle do trabalho no sistema produtivo, como bem expressou Mészáros, em suas considerações:

O trabalhador como consumidor ocupa uma posição de crescente importância para a manutenção do curso tranquilo da produção capitalista. Todavia, permanece completamente excluído do controle tanto da produção como da distribuição – como se nada houvesse ocorrido na esfera da economia durante o último ou os dois últimos séculos (Mészáros, 2009, p. 990-1).

Na sociedade do capitalismo contemporâneo, os contornos entre as classes sociais parecem menos definidos e o sucesso pessoal possível de realizar-se. Os indivíduos parecem mais iguais em seus anseios de felicidade e consumo; o capital parece menos desumano. Antes, a igualdade era buscada pelo nível de renda; agora é a capacidade de consumo que equaliza os indivíduos e os torna cidadãos. Esta é a arma invisível e mais eficiente do capitalismo: fazer da aparência a realidade, fantasiando a igualdade dos sujeitos pelo mercado como forma de esconder a legitimação da exploração e da desigualdade social. O capitalismo não modificou, até hoje, sua base de exploração, ele apenas atualiza e renova as formas de alienação do trabalho ao capital.

A qualificação profissional pode ser encarada, então, como contínua necessidade de renovação do valor de uso da mercadoria força de trabalho podendo, também, ser traduzida na luta para existir, enquanto sujeito produtivo na sociedade capitalista, mesmo que seja de forma indireta, pelo consumo de bens e serviços ou em atividades funcionais ao sistema produtivo. Por isso, a política pública de qualificação da mão-de-obra pode vir a consubstanciar-se, ainda, em aperfeiçoamento das formas de exploração e controle da força de trabalho, conforme indicam Castel (1998) e Ortega, Ocanã e Farelo (2004), o que não é surpresa quando se trata do capitalismo. O que surgiu como novidade neste movimento de renovação do valor de uso da força de trabalho foi a evocação de um comportamento individualista e empreendedor sobre a conduta do trabalhador, passando a influenciar a formulação da política pública de emprego. Aparentemente o sujeito tornou-se mais “visível” na sociedade, saindo da sua condição de “paisagem”, esta como expressão do não reconhecimento dos sujeitos sem trabalho, como bem lembrou Telles (2001). Contudo, a falsa noção de trabalhador livre, apenas veio reforçar a sua condição de submissão às novas necessidades de qualificação impostas pelo mercado.

Hodiernamente, a qualificação profissional aparece como uma necessidade particular do indivíduo na busca por sua inserção ou manutenção no mercado de trabalho, como se a instrução técnica, por si só, fosse garantia de empregabilidade. É natural que a orientação profissional seja um requisito importante para a formação de uma vida pelo trabalho. O que não é aceitável, como sendo máxima inquestionável é que, o desemprego ou a desinserção social, seja justificada somente pela falta de qualificação dos trabalhadores, sem que se questione o desemprego estrutural como sendo consequência do progresso da ciência e da técnica, ou expressão da natureza excludente do capitalismo.

O que vem marcar o caráter da qualificação profissional, nos dias atuais, é a autoresponsabilização pela condição de vulnerabilidade ou exclusão do trabalhador, no mercado de trabalho, tendo em vista o amplo processo de flexibilização da produção e das relações de trabalho desencadeado, especialmente, a partir da segunda metade do século XX, em todo o mundo. Antes, a qualificação do trabalhador aparecia como responsabilidade para as atividades ligadas ao segmento industrial. Mas, com a ampliação da massa de trabalhadores, em situação de desinserção social, a qualificação profissional passou a ser tratada como instrumento de reinserção, inclusive assumindo o caráter de política pública (Dedecca, 1998 e Azeredo, 1998). Neste contexto, resgatou-se o sentimento de ambição pessoal intrínseco ao ser humano e basilar do neoliberalismo, mobilizando um exército de trabalhadores para as frentes da qualificação. Como lembrou Dugué (1998), nesta batalha pela técnica, sobressaem-se os que forem mais ambiciosos, hábeis, competentes e produtivos, símbolos do novo trabalhador proativo.

Ao trabalhador, não basta ser somente possuidor de força de trabalho. É preciso, sobretudo, ser um empreendedor de si mesmo, saber produzir e vender a sua mercadoria força de trabalho. Portanto, aos que não conseguiram alcançar tal façanha, restou assumir o fracasso pessoal e o seu lugar de excluído; o mercado de trabalho oferece lugar para todos, o trabalhador é que não sabe aproveitar as oportunidades. Esta é a mentalidade que prevalece. Forma-se, então, um “novo trabalhador”, em decorrência do trabalho flexível, ambientado com a insegurança e a instabilidade, buscando um lugar em disputa permanente. Com ele, outra subjetividade é gestada com a apologia ao individualismo e ao empreendedorismo pessoal, fazendo com que o trabalhador aproxime-se mais do comportamento e da moral capitalista, ao mesmo tempo em que se vê perdendo o sentido de coletividade em relação àqueles que dependem do seu próprio trabalho para viver. Assim, além de servir de mecanismo para atualizar e reforçar as formas de controle do capital sobre o trabalho (Antunes, 1999), o caráter ideológico sobre o qual a qualificação profissional tem sido

encaminhada, no atual modelo, ainda pode criar um falso sentido de autonomia e participação do sujeito (Nogueira, 2005 e Telles, 2001), quando o faz acreditar ser capaz de gerenciar a sua própria força de trabalho ou de se libertar do processo de exclusão. Como bem asseverou Braverman:

(...) a estrutura social, erguida sobre o mercado, é tal que as relações entre indivíduos e grupos sociais não ocorre diretamente, como combates cooperativos humanos, mas através do mercado como relações de compra e venda. Assim, quanto mais a vida social se transforma em uma densa e compacta rede de atividades interligadas nas quais as pessoas são totalmente independentes, tanto mais atomizadas elas se tornam, e mais seus contatos com os outros as separam em vez de torná-las mais próximas (Braverman, 1987, p. 235-6).

Nesta sociedade multifacetária, é importante destacar as novas subjetividades, criadas a partir das mudanças nas relações sociais de trabalho, nos valores morais e, portanto, na conduta dos indivíduos, além da metamorfose no processo de produção da riqueza. Se a busca pela inserção do trabalhador é uma necessidade vital, com a venda da mercadoria força de trabalho, nos dias de hoje, é a reinserção em função do desemprego o novo elemento que compõe a questão social. Foi desse modo que a inclusão social surgiu como preocupação na orientação das políticas públicas. Todavia, a desinserção pelo trabalho também implica em desintegração e desmobilização política, como bem destacou Castel (1998), tendo em vista a heterogeneidade de funções e atividades produtivas a descaracterizar a antiga organização da divisão do trabalho, com base na venda formal da força de trabalho.

Mais do que antes, a força de trabalho ocupa o lugar de mercadoria que precisa ser renovada para manter-se como valor de uso para o seu comprador. A diferença é que esta venda, não necessariamente, precisa ocorrer como trabalho assalariado, mas pode emergir como trabalho temporário, atípico, autônomo, dentre tantas outras formas, caracterizando uma nova sociabilidade, embora estejam mantidas e aperfeiçoadas as condições do controle do capital sobre o trabalho. Na próxima seção, discute-se o modo como a noção de qualificação profissional foi encarada diante das mudanças no mundo do trabalho.

3.6 Qualificação profissional e competência: o que há de novo?

Como se tem demonstrado ao longo das reflexões neste trabalho, as transformações verificadas sobre as relações de produção e de trabalho, com a mudança do padrão de

acumulação taylorista/fordista para a produção flexível, também implicaram na reformulação de conceitos e no surgimento de outros tantos relacionados ao mundo do trabalho, com a intenção de compreender o caráter subjetivo da produção e as novas exigências do sistema produtivo.

Com as mutações, no âmbito do processo de trabalho, a noção de qualificação profissional, enquanto formação ampla do sujeito para a vida no trabalho, foi alterada, dando espaço para o desenvolvimento do conceito de competência em conformidade com o surgimento de um indivíduo mais adequado ao trabalho flexível.

Abordar o tema sobre qualificação e competência não representa tarefa simples, uma vez que indica uma análise multidimensional em que metodologias diferentes são utilizadas, além de que também implica considerar disputas de poderes, aspirações, interesses e estratégias políticas divergentes e contraditórias. Por isso, aqui se buscou compreender os conceitos de qualificação e competência como parte de um processo de construção social e como relação social, integrando a dinâmica das transformações no sistema capitalista.

A questão da qualificação ganhou relevo para a Sociologia do Trabalho, a partir do século XX, com a introdução da administração científica do trabalho no processo produtivo, durante o taylorismo/fordismo. Este tema, inicialmente, despertou o interesse dos autores franceses, por relacionar o sistema educativo com o sistema produtivo e por requerer uma organização institucional que contemplasse, simultaneamente, a capacitação dos indivíduos e as exigências do mercado de trabalho, valorizando uma formação profissional formal.

No modelo fordista de produção, o nível de formação do trabalhador guardava certa correspondência com sua qualificação, garantindo o desenvolvimento de uma vida no trabalho em consonância com uma carreira profissional estável e previsível, permitindo ao sujeito planejar sua formação educacional em conformidade com uma profissão definida, determinando, assim, correspondência com a construção de uma sociabilidade, relacionada com a vida no trabalho. Compreendida desse modo a:

(...) estabilidade e solidez presentes na estrutura profissional do chamado "modo de regulação fordista" implicavam uma certa maneira de compreender a qualificação: uma vez que as qualificações se referiam a uma hierarquização das profissões de cada ramo específico, hierarquização esta estabelecida pelo tempo de formação; uma vez que, adquiridos o saber e o "saber-fazer" de uma dada categoria profissional, o trabalhador poderia ali permanecer de uma vez para sempre; uma vez que, portanto, apenas os conhecimentos explícitos eram codificados; a qualificação foi e ainda é assimilada, por muitos, a um estoque de saberes *especializados, formais e estáticos* (Tartuce, 2004, p. 4).

Com a crise do modelo fordista de acumulação, observou-se maior exigência por um trabalhador proativo, polivalente, com capacidade de se adaptar rapidamente à flexibilidade e imprevisibilidade do modelo de acumulação flexível, exigindo que o trabalhador fosse “competente” para ter atitude e decidir com eficiência e autonomia quando fosse necessário. Assim, criou-se uma nova forma de organização do trabalho social, elegendo outros elementos para fazer o recrutamento dos trabalhadores, para determinar os salários, as contratações e a hierarquia no processo de trabalho, baseada no princípio subjetivo que envolve a noção de competência.

De acordo com estudo de Manfredi (1998), a noção de qualificação ganhou maior expressão nos anos de 1950 e 1960, no âmbito das discussões da economia da educação. Naquele momento, a qualificação estava associada somente à necessidade de preparar a mão de obra para o sistema produtivo, com base na chamada teoria do capital humano⁵⁴ e no modelo norte americano de produção e de modo de vida. A partir dessa referência, ressaltava-se a ideia de expansão do conhecimento e do desenvolvimento de habilidades particulares, como contribuição para o progresso político e econômico da nação. Assim, o conceito de qualificação formal, surgiu em função do desenvolvimento do modelo de produção e das exigências do mercado de trabalho, dada a necessidade da formação de um sistema educacional que contemplasse a formação profissional, passando a ser utilizado largamente, ao longo das décadas de 1960 e 1970 (Manfredi, 1998).

Do ponto de vista da produção e da organização do trabalho no taylorismo e fordismo, a noção de qualificação profissional estava associada às técnicas e às regras dos cargos ocupados, impondo-se como instrução, treinamento e adestramento do trabalhador. Por essa ótica, Manfredi asseverou que:

Tendo como parâmetros o posto/função estabelecidos a partir da inserção e posição no mercado formal de trabalho, a qualificação é privatizada, isto é, entendida como bem conquistado de forma privada e constituída por um conjunto de conhecimento técnico-científicos, destrezas, habilidades, um acúmulo de conhecimentos e experiências adquiridas ao longo de uma trajetória de vida escolar e de trabalho, encarada numa ótica processual, individualizada, personalizada, sem nenhuma conotação ou condicionamento sociocultural (Manfredi, 1998, p. 19).

Sendo assim, a noção de qualificação do trabalhador veio harmonizar-se com a lógica de funcionamento do modelo de acumulação, focando objetivamente para a adequação

⁵⁴ Não pretendemos desenvolver a teoria do capital humano nesta abordagem teórica, mas apenas tê-la como referência para contextualizar a discussão sobre qualificação e competência. Para maior aprofundamento da questão ver Paiva, 2001 e Frigotto, 2001.

técnico-operacional dos sujeitos às funções determinadas pelo processo de trabalho, aprofundando a separação entre o trabalho manual e o intelectual, hierarquicamente organizados de acordo com o nível de instrução técnico-científico.

A discussão teórica a respeito da noção de qualificação, ganhou maior relevo na sociologia francesa do trabalho por volta dos anos de 1950, apresentando importantes contribuições sobre a organização do trabalho na sociedade capitalista e sobre a sua relação social. A abordagem de Friedmann (1972) sobre o tema, marcou a Sociologia do Trabalho enquanto concepção substancialista, sendo realizada a partir da investigação de como a divisão do trabalho se aprofundava, em função da produção industrial, promovendo a inadequação dos operários às novas qualificações. Citando o caso de uma fábrica suíça de relógios, o autor criticou o aumento da especialização e a desqualificação do trabalho:

Muitas operárias conhecem seis operações e algumas ainda mais: mas constatando o amesquinamento da aprendizagem pela formação dita “racional”, repugna ao sindicato ver o aumento dessa pluriespecialização, que encerra a condenação dos derradeiros ofícios qualificados da relojoaria (Friedmann, 1972, p. 34).

Com o aumento da fragmentação das tarefas, também diminuía o tempo exigido para a qualificação dos operários, dada a simplificação das operações. Para Friedmann, o distanciamento do trabalhador dos meios de produção, o adestramento e a separação do trabalho manual do trabalho intelectual, igualmente representavam desqualificação do trabalhador, por limitar e controlar as funções dos operários. Apesar da exigência de mais qualificação, esta ocorria, em geral, por meio de instruções simples de manuseio das máquinas e com baixo grau de conhecimento científico sobre a maquinaria e o processo produtivo. Conforme destacou o autor:

“(...) entre numerosos trabalhadores considerados como “superqualificados” e que são operários especializados ou pluriespecializados, isto é, operários que juntam diversas operações parceladas, o conhecimento do material praticamente desapareceu com a mecanização muito adiantada e com a minuciosa divisão do trabalho (Friedmann, 1972, p. 38).

Para Friedmann, a especialização e o progresso técnico favoreceram o surgimento de trabalhadores polivalentes, com diferentes graduações de qualificação, mas úteis para realizar muitas tarefas e suprir possíveis ausências, com certa mobilidade e conhecimento flexível. Este tipo de trabalhador foi denominado de “utility man”, destinado a solucionar possíveis falhas no processo de trabalho, embora se diferenciasse do “trabalhador especializado”. Desse modo, a noção de qualificação foi construída pelo autor como um problema essencial, que

teve implicações na permanente desqualificação do trabalhador, tendo em vista as exigências de adaptação do indivíduo ao processo de trabalho.

Já para Naville, representando a concepção relativista sobre a qualificação, esta foi concebida como “relação social” em que devem ser consideradas algumas “operações técnicas” e as “estimativas do seu valor social”, como sendo uma relação complexa e de múltiplos “elementos”. Nesta perspectiva, é importante relacionar a qualificação do trabalhador e a do trabalho, em posição de confronto com as exigências de qualificação da indústria. Considerando a qualificação como construção social, Naville destacou que:

(...) o que mais choca, quando aprofundamos essa questão, é que a qualificação não pode jamais ser apreendida por si mesma. Ela se apresenta sempre como uma relação, e uma relação de elementos múltiplos, que parecem muito heterogêneos ao analista menos advertido. Fundamentalmente, é uma relação entre algumas operações técnicas e a estimativa de seu valor social, e esta parece ser a visão sociológica mais abrangente que dela se pode ter (Naville apud Castioni, 2002, p. 115).

Como relação social, a qualificação aparece não somente sendo resultado e necessidade do progresso técnico, mas, em sua definição, também devem ser considerados os conflitos entre capital e trabalho e os aspectos socioculturais da nação, para que se possa compreender a noção de trabalhador qualificado e as necessidades da sociedade em relação a este. Desse modo, para Naville:

(...) os níveis de qualificação do trabalho exprimirão, afinal de contas, os valores econômicos que lhe são inclusos e, em resultado, o julgamento mais ou menos favorável trazido sobre eles. Ao passo que a capacidade de trabalho é o objeto de um mercado _ mercado privado e mercado de Estado _, é inevitável que ela seja avaliada diferentemente conforme o custo de sua formação e a necessidade que a economia tem dela: daí resulta sua apreciação qualitativa como qualificação (Naville apud Tartuce, 1994, p. 8).

Ainda para Naville, a qualificação representou um processo mais amplo de formação do trabalhador, localizado ao longo do tempo, reunindo outros elementos mais subjetivos como as formas de aprendizagem e a experiência, estendendo-se, além das capacidades individuais. Diferentemente de Friedmann, entendeu que as diferenças das funções, do tempo e do grau de formação dos trabalhadores não constituíram variáveis determinantes para a qualificação, mas contribuíram como elementos gerais de valorização social. Sua análise sobre o progresso técnico na produção, levando a uma fragmentação das tarefas e à classificação dos trabalhadores em suas funções, implicava em fazer julgamento de valor na comparação das diferentes qualificações, admitindo a separação do trabalhador do seu trabalho, bem como a mobilidade e a hierarquia das tarefas no processo produtivo. Assim

sendo, foi exatamente esta dinâmica da qualificação, o que autor justificou como uma relação social.

Referindo-se à compreensão da qualificação como construção social, Castione (2002) chamou atenção para a tensão existente na análise de Naville sobre a definição de trabalho qualificado, que termina sendo associada ao caráter da eficiência técnica no mercado de trabalho. Considerando as reflexões do autor, a qualificação como construção social:

(...) se explica pela estrutura social e suas formas hierárquicas socioeconômicas e políticas, aí compreendidos os valores sociais. Decorre dessa construção a imprecisão no entendimento do que seja trabalho qualificado, apresentando-se quer como qualificação, quer como habilidade. De qualquer modo, como o trabalho se desenvolve na esfera produtiva, definindo-se, de modo específico ou não o que seja qualificação e trabalho qualificado, ambos caem no domínio da avaliação econômica, ou seja, o que se considera é a sua eficiência técnica (CASTIONI, 2002, p. 111).

A análise de Touraine (1962), a respeito do processo de automação da Renault, na França, também constituiu importante referência para a sociologia do trabalho, uma vez que desenvolveu a noção de qualificação social como sendo um “estatuto reconhecido num sistema social de produção, associado a um potencial de participação na vida técnica dos ateliês” (Dubar, 1998, p. 90). Para a definição de qualificação, considerou a existência de uma política do pessoal da empresa e também de uma política da nação, já que o estatuto social da produção estava organizado por normas gerenciais. De acordo com Touraine (1962), o grau de automação determinava a situação profissional dos trabalhadores na indústria, fazendo com que fosse verificada a substituição de operários qualificados por outros com especialidades técnicas de aprendizagem rápida e em funções limitadas. Para o autor, a qualificação foi compreendida como princípio de organização do trabalho, em que é mais importante o poder de decisão e de comando do que o nível de conhecimento do trabalhador e de sua relação com as máquinas. Nesta perspectiva, “a qualificação do operário, portanto, não depende das condições concretas em que foi empregada, exatamente porque tais condições são mutáveis e, em grande parte, imprevisíveis” (Touraine, 1962, p. 448).

Touraine considerou a evolução profissional do operário industrial a partir da:

(...) passagem de uma fase A, caracterizada pela predominância da ação autônoma do operário qualificado, a uma fase B, em que a predominância da organização centralizada do trabalho se alia à manutenção do trabalho de execução direta, e a uma fase C, que surge quando as tarefas operárias só indiretamente se ligam à produção (Touraine, 1962, p. 451).

Esta mudança profissional é relevante para a demonstração do aumento dos trabalhadores especializados em tarefas mais simples, que necessitam de instrução técnica específica em detrimento daqueles de trabalho qualificado, na dinâmica da produção em série. Assim, Touraine entendeu que a automação da produção definia um trabalhador especializado em função da sua capacidade de adaptar-se às condições da produção mecanizada e em grande série; aqui lembrou o operário polivalente ou o *utility man*, mencionado por Friedmann. O autor enxergava o homem como elemento do sistema de produção, asseverando ser impossível “(...) analisar a situação profissional do operário em função do seu posto de trabalho” (Touraine, 1962, p. 457). Pois, os operários estavam sujeitados a uma organização técnica da produção que se orientava para a fragmentação das funções e da organização social do ambiente de trabalho, rompendo com a antiga autonomia profissional do trabalhador, visto que aparecia integrado à organização gerencial da empresa. Portanto, para Touraine, a qualificação do trabalhador deveria ser considerada em relação às condições exigidas do modelo produtivo, denotando uma qualificação social para o sistema.

Segundo a análise de Dubar (1998), a partir da contribuição de Touraine, foi possível obter os subsídios para se chegar ao conceito de competência, pois tratou as capacidades profissionais do trabalhador como “qualidades gerenciais e relacionais” integradas à organização social da empresa. A passagem do conceito de qualificação para o de competência foi estimulada, significativamente, com as mudanças ocorridas no padrão taylorista/fordista para o de acumulação flexível, em que se privilegiou uma nova mentalidade gerencial sobre a organização da produção e sobre as relações sociais de trabalho. Já por volta da década de 1980, os teóricos da Sociologia do Trabalho foram relacionando a organização do trabalho na produção flexível à noção de “gerenciamento social”, em que os recursos humanos são orientados para aumentar a competitividade, associados à noção de competência. Nesse contexto, as duas maiores referências para a definição de competência foram Zarifian e Schwartz (Dubar, 1998).

Zarifian (2003), outro importante teórico francês da sociologia do trabalho, surgiu como um dos grandes expoentes dos novos procedimentos gerenciais das empresas, denominado de “modelo de competência”, em substituição à noção de qualificação. Segundo o autor, este modelo estava fundamentado em cinco elementos:

1. Novas formas de recrutamento, privilegiando o nível do diploma e dificultando a contratação de profissionais com “baixo nível”;

2. Valorização da flexibilidade do trabalhador, propiciando o acompanhamento individualizado da carreira profissional do candidato com a formação de currículo e de competências;
3. Novos critérios de avaliação que valorizavam elementos como: responsabilidade, autonomia, eficiência, trabalho em grupo, entre outros, considerados competências;
4. Estímulo à formação profissional contínua; e,
5. Desmonte do antigo sistema de classificação baseado na qualificação, nos acordos e negociações coletivas (Dubar, 1998).

Assim, na compreensão de Zarifian (2003), a competência foi definida do seguinte modo:

Competência é a tomada de iniciativa e o assumir de responsabilidade⁵⁵ do indivíduo sobre problemas e eventos que ele enfrenta em situações profissionais; Competência é uma inteligência prática das situações que se apóia em conhecimentos adquiridos e os transforma à medida que a diversidade das situações aumenta; Competência é a faculdade de mobilizar redes de atores em volta das mesmas situações, de compartilhar desafios, de assumir áreas de responsabilidade” (Zarifian, 2003, p. 137-139).

O autor entendeu a competência como um novo modelo da qualificação, acreditando que seu vigor teria tempo determinado. Representante de uma crítica contundente a respeito do surgimento da noção de competência, Zarifian descartou a necessidade de uma diferenciação conceitual entre qualificação e competência, tendo em vista que esta última constituía apenas a expressão de um novo modo de “construção da qualificação”. Conforme assinalou o autor:

Todos sabemos que a qualificação é uma construção social cujo objeto é qualificar os indivíduos assalariados, tanto do ponto de vista do modo de apreciação da relação, mantida no que se espera deles (seu “trabalho”), quanto do ponto de vista da hierarquia na escala dos estatutos sociais e dos salários. A competência é uma maneira de qualificar (Zarifian, 2003, p. 36).

Seguindo a sua perspectiva, o modelo de competência surgiu como um paradoxo, porque apresentava elementos práticos muito frágeis na explicação dos modelos de gestão, localizando-se apenas como formas modernas do processo de trabalho e com uma extensão limitada sobre as empresas.

Tornou-se importante acrescentar que, além do mais, o modelo da competência vem provocando transformações mais relevantes na dimensão da sociabilidade e subjetividade do

⁵⁵ Conceito já reformulado pelo autor em relação a sua definição inicial, por considerar que a responsabilidade é uma “ética profissional” e não “uma moral”.

trabalho do que propriamente sobre as empresas. É neste sentido que Zarifian afirmou estarem os sindicatos ainda parados nas discussões dos anos de 1970, e os intelectuais da Sociologia do Trabalho esforçando-se em explicar a noção de competência, sem perceberem, exatamente, as consequências sociais desse modelo. Para o autor, é importante apreender que a competência, enquanto forma de construção da qualificação, não pode desconsiderar as relações de força, resultantes do embate entre capital e trabalho, correndo o risco de limitar-se aos modelos superficiais de gestão de negócios. Considerando sua assertiva:

Existe um sério risco de que o modelo da competência “afunde” e se torne desacreditado no exato momento em que aparece. Enfim, apenas algumas empresas mostrarão uma escolha clara em prol da lógica da competência e terão um papel pioneiro. Na maioria, porém, o modelo da competência ainda não consegue impor-se no debate social e político. E a palavra começa a decompor-se: quase qualquer coisa pode ser chamada de gestão de competências (Zarifian, 2003, p. 65).

Do ponto de vista da subjetividade, para os trabalhadores, o conceito da competência possibilitou o surgimento da autonomia, da individualidade, sendo o sujeito colocado em uma situação em que se viu assumindo responsabilidades e capacidades para agir e tomar decisões em momentos de incertezas. Para Zarifian, o grande desafio da “competência é a *volta do trabalho para o trabalhador*”, como “uma volta da atividade no sujeito que age”, pois, em sua relação com o trabalho, a competência representa o trabalho voltar a ser a expressão da “competência possuída e utilizada pelo indivíduo que trabalha”, das capacidades necessárias à realização do trabalho dos sujeitos (Zarifian, 2003, p. 75 e 77).

Com base no modelo de competência de Zarifian, tendeu-se a construir, no trabalhador, uma atitude de individualização e uma identidade social que valoriza a organização gerencial e comportamental da empresa, desqualificando a forma de organização coletiva do trabalho sob a égide do fordismo como uma relação social dinâmica. Para Dubar é importante reconhecer que:

A noção de competência serve, nessa perspectiva, para significar o caráter fortemente personalizado dos critérios de reconhecimento que devem permitir recompensar cada um em função da intensidade de seu empenho subjetivo e de suas capacidades “cognitivas” em compreender, antecipar e resolver os problemas de sua função que são também os de sua empresa (Dubar, 1998, p. 98).

De acordo com a apreensão de Castioni (2002), a respeito da contribuição de Zarifian, em sua investigação houve uma naturalização da relação entre capital e trabalho:

A nosso ver, Zarifian, a partir da inspiração dos clássicos do liberalismo, toma o indivíduo como precursor da sua história pela abstração que faz das relações sociais mercantis capitalistas. Com isso, opera uma centralidade no indivíduo, objeto agora da definição da competência. Parece-nos que, de forma apressada, Zarifian encantou-se com as novas formas de organização do trabalho, promovendo assim, uma naturalização das relações entre capital e trabalho. Isso é apreendido por esse centramento no indivíduo, considerando-o como prolongamento do trabalho e este daquele, graças ao fato da inversão que efetua da definição do trabalho como execução, em que os critérios desta definição são transpostos para o trabalhador, indivíduo, sob a noção de competência (Castioni, 2002, p. 134).

Alargando a discussão sobre a noção de competência, destacou-se também Schwartz (1998), representante da abordagem ergológica e inspirado nas contribuições de Georges Canguilhem, filósofo francês da Sociologia do Trabalho. Os seguidores da ergologia tiveram suas ideias expandidas na década de 1980, utilizando o princípio de que o homem transforma o seu “meio”, sem que este se lhe imponha, a partir do estudo do conhecimento e da experiência no trabalho, contrariando a noção de ergonomia que estuda a transformação do meio, buscando antecipar os movimentos e normatizar a ação humana (Castioni, 2002, p. 129).

Considerando as contribuições de Schwartz (1998), o tratamento a respeito da qualificação/competência conduziu à separação destas categorias, pois, hoje, o conceito de competência é muito mais abrangente em questões subjetivas do que a abordagem da relação técnica ou dos postos de trabalho, como o faz a qualificação. Para o autor, existe uma dificuldade em identificar o trabalhador ao posto de trabalho, em “verbalizar” a atividade de trabalho desempenhada, devido o surgimento de variadas atividades de trabalho, a fragmentação das funções e as novas capacidades criadas. Por isso, contrariando a qualificação, a noção de competência não poderia restringir-se ao posto de trabalho, já que as capacidades desenvolvidas, para realizar cada tarefa no trabalho, exigem do trabalhador a mobilização de elementos presentes em seu cotidiano e na dimensão da linguagem, bem como da técnica, do direito, dos valores e da cultura, entre outros. Assim, para o autor:

(...) A competência é uma realidade vaga que recebe um conteúdo em tendência no campo das atividades sociais; sendo assim, buscar definir suas "condições nos limites" equivaleria à busca absurda do que poderiam ser as "competências necessárias para viver". Pela mediação do "corpo-si", da linguagem, dos valores, entre o uso industrioso de si e os outros momentos da vida biológica, psíquica, política, cultural, múltiplas circulações em todos os sentidos cristalizam um núcleo comum e vago de "competências para viver" e das polaridades específicas, segundo as características concretas em que cada indivíduo há de pô-lo em prática (Schwartz, 1998, p. 5).

Para Schwartz (1998), a definição da competência é tão ambígua quanto o próprio conceito de trabalho, não podendo ser tratada somente no âmbito da “indústria humana” e

nem deixada de ser considerada como forma do “trabalho social” e das relações mercantis. Como a sua definição envolve a dimensão dos valores, gerou-se um problema para a sua avaliação, uma vez que não se poderiam utilizar critérios meramente racionais. Desse modo, para uma melhor compreensão da competência, Schwartz propôs cinco ingredientes que, segundo ele, poderiam indicar o melhor caminho a se seguir na compreensão do que seja competência.

O primeiro ingrediente da competência industriosa “(...) contempla e mede o grau de apropriação do primeiro momento, isto é, em que a situação se desenrola em conformidade à imagem de um protocolo experimental”, buscando amenizar os efeitos “conjunturais” sobre as situações de trabalho e só podendo se localizar no nível das generalidades (Schwartz, 1998, p. 6). O segundo ingrediente da competência tratava de ajustar a ação para lidar com a “infiltração no histórico do protocolo” das tarefas, sendo mais importante a capacidade de tomada de decisão. Esta competência não poderia ser verbalizada, transmitida ou avaliada, mas construída com o tempo por meio da “experiência histórica” e da intuição do trabalhador, o que a torna difícil de ser definida. O terceiro ingrediente da competência estava relacionado com os dois anteriores, na medida em que exigia o desenvolvimento de capacidades que identificassem a necessidade de “atualização circunstanciada”, proporcionando a redefinição de operações ajustadas às mudanças tanto nos protocolos quanto de ordem conjuntural. O quarto ingrediente justificava-se pela necessidade de problematizar como o ingrediente terceiro iria determinar o ajuste das operações, redefinindo os postos de trabalho e os meios de produção, como formas de organizar as “normas de vida da pessoa” e o “cotidiano industrioso”, uma vez que também diziam respeito à dimensão dos valores. Assim, questionava “(...) a relação entre a qualidade das *dramatiques* do uso de si, a qualidade da instauração dessa dialética, bem como os valores com base nos quais se constrói o que vale, para cada um, como meio” (Schwartz, 1998, p. 15). O quinto ingrediente tratava da dificuldade em considerar a “competência coletiva”, tendo em vista ser impraticável definir “coletivos estáveis e circunscritos”, por serem influenciados pela conjuntura, terem suas predisposições individuais e não poder antecipar com precisão as forças convergentes. A partir do modelo de competência, Schwartz pretendia demonstrar o quão complexo era a definição do conceito, sendo necessário decompô-lo em ingredientes para melhor proceder na tarefa de compreender a dimensão da competência.

Considerando as colocações de Schwartz, na produção flexível, a validação social das capacidades era feita pelos centros de certificação de competências, contrapondo-se ao

reconhecimento social da qualificação, determinado a partir do posto de trabalho. Sobre este aspecto, Castioni expressou-se do seguinte modo,

(...) é a dimensão experimental que norteia a discussão atual sobre a chamada competência, no sentido de que nela está presente a relação linear entre a técnica e o indivíduo ou, entre o trabalho prescrito e o realizado, ou seja, o experimento. Este determinismo que na origem da Sociologia do Trabalho tem a técnica como determinante, aparece como sendo um dado. A qualificação que antes era determinada pelo posto de trabalho, surge como sendo característica do indivíduo racional capturado nas suas várias dimensões, enquanto sujeito da sua trajetória no mercado de trabalho (Castioni, 2002, p. 98).

O autor considerou, ainda, que o conceito de competência, proposto por Schwartz empobreceu a noção de qualificação, o que ficou claro ao afirmar que:

No deslizamento do conceito de qualificação para a noção de competência que nos aponta Schwartz, ocorre, a nosso ver, um empobrecimento do conceito de qualificação, pois as dimensões a que o autor se refere foram esvaziadas, principalmente a social, para dar vazão ao modelo experimental, verificado em situações de trabalho (Castioni, 2002, p. 143).

De acordo com Roche (2004), a noção de competência, apreendida por Schwartz, só poderia ser associada ao conceito de qualificação se fosse considerada a dimensão experimental desta última, por se tratar das capacidades das pessoas e do conteúdo do trabalho. A competência exige do trabalhador uma atitude adaptada permanente, contrariando a lógica da certeza e da estabilidade presente na qualificação. Assim,

Parece que, passando do conceito de qualificação experimental ao conceito de competência, o indivíduo evolui de uma lógica do ter (ter uma qualificação, ter conhecimento), a uma lógica do ser (ser competente, ser qualificado). Essa mudança de lógica tem consequências importantes sobre a gestão dos recursos humanos. Na verdade, quando se tem alguma coisa, é por toda a vida; quando se é alguma coisa, é momentaneamente, de maneira transitória e contingente (Roche, 2004, p. 46).

A análise sociológica mais crítica a respeito da noção de qualificação profissional, que tende a privilegiar a visão marxiana quanto à forma de organização capitalista da produção, compreendeu a formação do trabalhador como um movimento dialético de qualificação e desqualificação do sujeito. Já foi demonstrado como o avanço da técnica, no processo de trabalho, criou a necessidade de maior qualificação do trabalhador, com o desenvolvimento de habilidades para funções específicas, como também promovendo o distanciamento entre o trabalho de execução e o de concepção, a perda de controle e a submissão do trabalhador no processo de trabalho, significando sua desqualificação como sujeito social. Por outro lado, igualmente, tem se procurado reconhecer os aspectos positivos da qualificação do trabalhador,

na medida em que o trabalho humano foi colocado como categoria dinâmica, representando uma relação social, transformando-se e sendo capaz de criar novas sociabilidades, como sendo parte de um processo dialético, localizando o sujeito num jogo de poderes em que influencia e é influenciado na construção da sociedade (Manfredi, 1998).

A partir dos estudos de Bravermann (1987), sobre o processo de automação e de organização do trabalho, com base no taylorismo, foi possível constatar o aperfeiçoamento da divisão do trabalho e da perda de controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho, conforme já discutido em seção anterior deste trabalho. Para o autor, a introdução do modelo de gerência científica sobre a produção, com o trabalhador sendo reduzido a um simples autômato da máquina, implicava reconhecer a progressiva desqualificação do trabalhador e o aprofundamento da separação entre concepção e execução do trabalho no processo produtivo. Contudo, a pesquisa empreendida por este estudioso, alcançou somente uma fase preliminar das transformações na organização do trabalho com base na produção flexível. Este modelo anunciava o surgimento de trabalhadores com mais responsabilidade dentro das empresas, com novas capacidades e atitudes, contrastando com a forma de controle do trabalho no taylorismo, induzindo Bravermann acreditar que o novo modelo de acumulação promoveria a volta dos trabalhadores no controle sobre o processo de trabalho. Todavia, o desenvolvimento do modelo de produção flexível veio representar a renovação da subsunção do trabalho ao capital, embora tenha criado a ilusão de uma maior independência e autonomia dos trabalhadores no processo de produção. A respeito da análise equivocada de Bravermann, Castioni destacou que:

(...) ao contrário do que pensava Bravermann, quanto ao retorno do controle da produção às mãos de quem executa, ou seja, da eliminação da separação entre atividades de concepção e atividades de execução _ trabalho teórico (prescrito) e trabalho real _, o que vem se configurando desde o advento da nova organização da produção é o aprofundamento dessa separação. Isso tem lugar, no nosso entendimento, pelo fato do trabalhador estar realizando outras atividades, além daquelas que até então realizava, isto é, o trabalhador é convocado a exercer no trabalho outras atividades, antes circunscritas à “gerência científica”, e, ao mesmo tempo, a gerenciá-las, individualmente e em “grupo” e/ou em “equipe”. Essas atividades são denominadas pela gerência de multifuncionalidade ou polivalência ou, ainda, flexibilidade do trabalho (Castioni, 2002, p. 120-1).

O avanço do conhecimento técnico-científico, contribuindo, significativamente, para aperfeiçoar o controle objetivo e subjetivo do processo de trabalho, foi um dos elementos que estimulou o debate acerca da mudança do conceito de qualificação para o de competência, sendo este mais apropriado às características do trabalho no modelo de acumulação flexível. Conforme já discutido, com o surgimento do princípio da competência, foi exigido do

trabalhador um comportamento mais proativo, sendo necessários capacitação e treinamento o tempo todo, mediante o desenvolvimento de uma atitude dinâmica, diante dos problemas que pudessem surgir no ambiente de trabalho, admitindo ainda a mobilidade de cargos e tarefas. Segundo Manfredi (1998), a noção de competência, criou para o trabalhador um modelo comportamental semelhante ao do mundo empresarial, estimulado pelas mudanças ocorridas no processo de trabalho que privilegiaram um novo gerenciamento da produção, dando-lhe, aparentemente, a capacidade de intervir e decidir sobre a produção, contanto que dispusesse de capacidades e competências específicas.

Considerando, ainda, as colocações de Manfredi (1998), a noção de competência está associada à capacidade do indivíduo apresentar um perfil que lhe permita mobilizar saberes para poder agir em situações inesperadas, o que implica no “saber fazer”, no “saber ser” e no “saber agir”. Nesta passagem da noção de qualificação à de competência, Manfredi chamou atenção de que não houve uma mudança substancial nos dois conceitos quando se considera a dimensão da organização capitalista da produção. Para a autora, a qualificação ressaltou mais os elementos da formação técnico-científica formal, enquanto a competência trouxe à tona o aspecto valorativo e mais subjetivo da formação profissional, atribuindo declarada importância ao comportamento empresarial e gerencial do trabalhador no processo de trabalho. Segundo Manfredi, a ampliação da noção de qualificação para a de competência implicou assumir que:

(...) o conceito de qualificação não se reduz à dimensão técnico-científica, mas também possui conotações sociais e político-ideológicas, que passam a ser explicitamente valoradas pelo capital. Esse aspecto nos remete à outra questão crucial, qual seja a de desvelar as conotações valorativas e simbólicas presentes na noção de competência, expressas pela sua ambivalência, percebendo-a como inscrita num campo simbólico de disputa ideológica entre capital e trabalho (Manfredi, 1998, p. 30).

A autora destacou, também, o caráter “simbólico” da formação profissional para o capitalismo, que carrega a intenção de sempre renovar as formas de racionalizar e controlar o processo de trabalho como princípio da sua reprodução.

É com base nos posicionamentos mais críticos, a respeito das noções de qualificação e competência, que se defende, neste trabalho, uma compreensão da qualificação profissional enquanto uma relação social. Visto desse modo, é importante reconhecer o conceito de qualificação, como sendo um processo permanente de ressignificação em prol da adaptação do trabalhador aos avanços do processo produtivo, mas também parte do desenvolvimento da vida do sujeito em que se deve considerar a educação, a cultura, os afetos, a política, entre

outros, integrando um processo amplo de formação. Para tanto, essas mudanças não ocorrem de maneira isenta, mas estão sendo influenciadas, o tempo todo, pelos interesses ideológicos do capital, destruindo e criando novas sociabilidades para os trabalhadores. Assim, a noção de competência veio representar, também, a noção de qualificação ressignificada, para expressar a sociabilidade do trabalho no modelo da acumulação flexível, demonstrando a recomposição da relação entre capital e trabalho.

Na compreensão de Paiva (2002), a sociedade contemporânea demanda, não somente habilidades práticas, adequadas às novas formas de trabalho, mas um conjunto de forças psíquicas e virtudes pessoais, que estão além da simples noção de qualificação e de competência, representando atributos e condutas que se fazem necessários ao funcionamento da vida. Assim, assiste-se à criação de um comportamento adaptado ao aumento da competição, em que os sujeitos são desafiados a superar as dificuldades, ter iniciativa própria e elaborar alternativas para sobressair-se no trabalho em relação aos seus colegas. No modo da vida atual, faz-se necessário cada vez mais conhecimento, qualificação e competência, até mesmo como forma de facilitar a vida doméstica, que exige o domínio de informações variadas para a utilização de equipamentos eletroeletrônicos, de computadores, na movimentação financeira, entre outros, como parte de um sistema de informação, elaborado por meio formal e codificado, invadindo o mundo das pessoas mais simples e de lugares antes inimagináveis. Neste contexto, a noção de “qualificação real” surge como necessária não somente ao mundo do trabalho, mas para a própria funcionalidade do cotidiano. Assim,

Na medida em que parcela substantiva das ocupações escapem aos ditames “sistêmico-organizacionais” das firmas e à lógica estrita e direta da maquinaria industrial, parece haver maior espaço para que a qualificação real molde as formas sociais de inserção. Do mesmo modo, para o bem ou para o mal, o nível de qualificação e de conhecimentos da população tenderá a influir na reorganização das políticas sociais e trabalhistas a que vamos assistir. Em um panorama nebuloso em relação às profissões, disposições e virtudes adquirem mais peso que a proficiência específica; não basta conhecimento, mas interesse, motivação, criatividade. Não se trata apenas de qualificar para o trabalho em si, mas para a vida na qual também se insere o trabalho, com uma flexibilidade e um alcance suficientes para enfrentar o emprego, o desemprego e o auto-emprego e para circular com desenvoltura em meio a muitas “idades” de tecnologia, com a possibilidade de entender e usar as máquinas mais modernas e de fazer face a suas inúmeras consequências na vida social e pessoal (Paiva, 2002, p. 56).

Paiva admitiu, ainda, que a sociedade que hoje se apresenta está orientada pela racionalização e pela flexibilização do trabalho, fazendo com que a noção de meritocracia seja reorientada e reforçada sobre a aquisição de conhecimento, especialização e empenho individuais. Antes, a obtenção do diploma tinha uma importância definitiva para se conseguir

um emprego, assim como a existência marcante do cartorialismo e da tradição como prática social. Mas, este tipo de comportamento em relação ao trabalho foi sendo substituído pela formação de uma atitude mais individualista dos sujeitos que buscam adquirir competências e capacidades para adaptação em um mundo flexível, com ocupações também flexíveis, onde o mérito passou a ser determinado pela competência. Por outro lado, Paiva alertou para a falsa impressão de “tempo livre” que esta sociedade flexível criou sobre o indivíduo. Até o tempo fora do trabalho encontra-se ocupado pela necessidade permanente de aprender, conhecer pessoas, lugares, consumir cultura, informação e ideias, integrando-se às competências necessárias às exigências do trabalho, do cotidiano e da socialização que se estabeleceu com a era da informação rápida e eficiente. Assim, a tecnologia invadiu o espaço doméstico das famílias e as subjetividades foram modificadas, passando a exigir dos sujeitos comportamentos adaptados às novas tecnologias, adquirindo hábitos e ideias próprias de uma vida fugaz e flexível, não somente no trabalho, mas, sobretudo, nos afetos e nos valores. De acordo com a autora:

(...) as condições objetivas do mundo contemporâneo estão a exigir qualificação real, ou seja, formação de base sólida e de qualidade bem como qualidades capazes de assegurar uma adaptabilidade constante _ para a qual é preciso dispor de um elevado patamar de resistência psíquica em geral e um baixo nível de irritabilidade, difícil de ser obtido em tais circunstâncias (Paiva, 1995, p. 79).

Segundo Paiva, a problematização em torno do conceito de qualificação se deu a partir da crise da sociedade assalariada e pela nova lógica de racionalização, trazida com o modelo de produção e de trabalho flexível. Em função disso, o conceito de competência passou a refletir melhor a condição assumida pelo trabalhador em meio à concorrência e à necessidade de empregabilidade, atribuindo maior importância ao caráter da “socialização” como uma “construção social mais complexa”. Para a autora,

(...) As “competências” não teriam um sentido mais restrito que qualificação; mas certamente supõem um atendimento mais estrito das necessidades do capital, por um lado, e a um preparo adequado aos novos tempos em que é preciso encontrar alternativas ao desemprego, por outro. Virtudes pessoais são acionadas como parte das competências em escala incomensuravelmente maior que quando se tratava de qualificação, mensurável por mecanismos mais objetivos num momento em que os empregos ou a inclusão dependiam menos do capital cultural e social dos indivíduos (Paiva, 2002, p. 57).

Contudo, admitiu que, sendo representante de uma nova mentalidade em relação ao trabalho, a noção de competência tende a naturalizar a fragmentação, a precarização e a intensificação do trabalho. Pois, implica na perda de direitos, na aceitação da incerteza, na

desinserção social, na valorização das virtudes individuais, na busca da empregabilidade e na formação de uma sociedade menos democrática, expressando, assim, um modo de vida. Com isso, verificou-se a transferência da responsabilidade pela (re)inserção social dos trabalhadores do plano social para o individual, fazendo com que a formação de habilidades, atitudes e esforços passassem a compor as competências necessárias de um currículo em condições de competir em um mercado dinâmico. Desse modo, para a autora, as instituições voltadas para a educação profissionalizante, públicas e privadas, foram sendo cobradas para se adaptar às novas exigências do mercado na formação de competências, orientando-se para o aprofundamento da subsunção da educação ao capital. Por outro lado, evitando uma visão fatalista, a ação das políticas públicas não deve ser vista exclusivamente como a legitimação desse controle, uma vez que pode representar uma alternativa possível, se obedecer aos critérios da formação cidadã dos sujeitos, para promover a (re)inserção social, frente a um cenário de desinserções, mesmo que esta inserção seja incentivada pelo símbolo da competência, do empreendedorismo ou do individualismo. Ou seja, parece ser mais desejável a situação de inclusão, mesmo que isso venha ocorrer pelas vias tortas do trabalho flexível e da mentalidade das competências, do que a aceitação da condição de exclusão social.

Com o abandono da noção de qualificação e o surgimento da noção de competência, Paiva (2002) considerou haver um “desperdício de qualificação” na sociedade contemporânea. Para ela, ocorre uma “valorização negativa da memória social e profissional” dos trabalhadores e dos lugares sociais ocupados por eles, quando se compara à época em que preponderava a organização do trabalho coletivo, a valorização dos postos de trabalho, em função da condição salarial, e as conquistas políticas. Parece que a qualificação real, monitorada pelas competências, encarregou-se de desvalorizar a organização política dos trabalhadores e elevar as virtudes e a negociação individual, símbolo do novo trabalhador na sociedade flexível.

Sob a égide da competência, observou-se um processo amplo de desvalorização das profissões tradicionais em todos os níveis, provocando o aprofundamento da estratificação social. Tal processo fez com que a formação profissional fosse complexificada em função da fragmentação de operações e funções, o que implicou em aumento da qualificação média dos trabalhadores, embora não signifique mudança essencial na estrutura social e na distribuição da riqueza. A maior consequência da desvalorização das profissões é o enfraquecimento do papel político dos trabalhadores e das suas formas de organização no embate contra o domínio do capital. Assim, para a autora, verificou-se:

(...) juntamente com a abundância da força de trabalho qualificada, uma espécie de “refeudalização das relações e do mercado de trabalho”, fazendo crescer a importância do capital social para a inserção e permanência no mercado formal de emprego. Esta é uma consequência muito pouco democrática. No entanto, a natureza geral e abstrata das qualificações básicas exigidas conduz à possibilidade de uma visão crítica da tecnologia e da sociedade (Paiva, 1995, p. 88).

Desse modo, a necessidade de aumentar a qualificação, ou mesmo a formação de competências, enquanto novo modelo de socialização do trabalho, implica em um grande desafio para as novas gerações de trabalhadores em meio a exigência de se tornarem capazes, de terem atitudes positivas diante das incertezas e de serem proativos com o objetivo de incluírem-se, diante da crescente exclusão social. Aliás, é sobre esse estado de necessidades que o capital se aproveita, sempre recriando novas exigências de admissão no mercado de trabalho e submetendo os sujeitos ao seu controle. Assim, o aumento da qualificação veio representar mais um instrumento de exclusão social pelo trabalho daqueles trabalhadores que não conseguem fazer-se competentes e proativos, além de submeter aqueles que se mantêm ocupados sob o seu domínio e às necessidades da acumulação de capital.

O grande desafio da política pública de qualificação no Brasil se apresenta na necessidade de qualificar o trabalhador, diante das novas exigências no mundo do trabalho e, especialmente, preparar os sujeitos para a vida, adquirindo condições para saber se posicionar politicamente, sem se deixar engolir, acriticamente, pelas tecnologias que tendem a racionalizar tanto a organização do trabalho quanto os valores morais.

De acordo com a análise de Tartuce (2004), a noção de competência apareceu apenas como um dos elementos da qualificação e não, necessariamente, significou o rompimento para um novo modelo de definição e organização do trabalho, quando se considera a passagem da categoria de qualificação à de competência. Esta se encontra submissa à noção de qualificação, uma vez que se refere ao desenvolvimento das capacidades individuais de trabalho. Assim, adotando a perspectiva navilliana de compreender a qualificação como uma relação social, a autora concluiu que:

(...) é a qualificação que pode comportar tanto a dimensão individual - as competências dos indivíduos, suas qualidades - quanto a social - a maneira de qualificar essas qualidades, de reconhecer-lhes um valor. A definição das qualificações refere-se assim a um triplo desafio individual e coletivo, de aquisição de competências e de acesso aos empregos, de organização do trabalho e de evolução dos empregos, de *status* e de consideração social (Tartuce, 2004, p. 15).

Corroborando essa perspectiva crítica, para Castioni houve um esvaziamento do conteúdo operado pela competência, ao contrário do caráter enriquecido e socialmente construído da qualificação. Além disso, destacou que não se verificou:

(...) ruptura do taylorismo [...], ou que esteja exigindo novos “atributos” no trabalho; ocorre ao contrário, como nos apontaram também autores como Friedmann e Naville. Não é o trabalhador que não tem “atributos”, é o capital que está exigindo cada vez mais do trabalhador, exigência esta que vai no sentido de que ele seja mais “submisso” ao novo ideal de empresa, o da empresa como organização qualificante” (Castioni, 2002, p. 169).

De acordo com as reflexões de Hirata (1994), a noção de competência teve seu fundamento no discurso empresarial, aparecendo de forma imprecisa, denotando um apelo político e ideológico, além de distanciar-se, em sua formulação, da noção de relação social, contida no conceito de qualificação. Para a estudiosa,

Diferentemente desta acepção multidimensional da qualificação, o modelo da competência corresponderia a um novo modelo, pós-taylorista, da qualificação no estágio de adoção de um novo modelo; pós-taylorista, de organização do trabalho e de gestão da produção. Sua gênese estaria associada à crise da noção de postos de trabalho, e a de um certo modelo de classificação e de relações profissionais (Hirata, 1994, p. 133).

Desse modo, sugeriu repensar a noção de competência, não somente como modelo técnico de gestão, mas apreendendo seus componentes e suas repercussões sobre as subjetividades e as sociabilidades no trabalho, entendidas como categorias centrais das relações de produção.

Já para Ramos (2006), o deslocamento do conceito de qualificação para o de competência surgiu como forma de interrogar e ordenar as novas práticas sociais, permitindo que a competência assumisse a centralidade do debate, o que não significa a superação ou a substituição da noção de qualificação, uma vez que esta mantém sua importância, enquanto expressão de uma relação social. Segundo sua apreensão,

(...) o próprio significado do conceito de qualificação vem sendo historicamente atualizado, como resultado de disputas teórico-filosóficas e sócio-empíricas, à medida que os processos de produção se modificam. Por essa ótica, o conceito de qualificação como relação social seria absolutamente atual, expressando contradições das relações sociais de produção (Ramos, p. 41).

Contribuindo com o debate sobre competência, Ramos (2006) destacou que a lógica deste conceito é a de responsabilizar os trabalhadores para criarem as condições de suas promoções pessoais no trabalho. Desse modo, “(...) a competência é apresentada como um

bem privado que se deve permutar no mercado ativo e bem informado. Assim, os modos de negociação, paritárias, nacionais e classistas, sobre os quais repousava a qualificação, perdem a importância” (Ramos, 2006, p. 63).

O destaque assumido pela noção de competência, em detrimento da qualificação, parece refletir a conduta a ser seguida pelo trabalhador, diante das exigências do mercado de trabalho no capitalismo atual, estabelecendo-se certo consenso social de igualdade, perante o mercado, em que capacidades e habilidades particulares precisam ser desenvolvidas para que um lugar seja alcançado dentro da nova organização do trabalho. Desse modo, o conceito de competência encaixa-se muito bem no sistema da produção flexível, naturalizando a insegurança e a instabilidade do trabalhador na vida e no trabalho. A competência se apresenta com uma apreensão dispersa e imprecisa, que pode relacionar, desde a formação profissional técnica até os elementos mais subjetivos que contribuíram para tornar o trabalhador em condições de decidir, gerenciar e dar respostas rápidas às situações mais imprevisíveis no trabalho, dificultando a identificação do sujeito com um trabalho específico, com uma profissão e com um lugar. Assim, ficou mais fácil de ser deslocado de funções e de posições, prejudicando a construção de uma identidade coletiva no trabalho e de organização política. Contribuindo para esta perspectiva de análise, Ramos entendeu que os espaços de unificação coletiva são “fundamentais para a construção da identidade social, que se vê, agora, atomizada em nome de uma ética individual” (Ramos, 2006, p. 302).

Com a noção de competência privilegiou-se as condutas individualistas e a ideia do mercado, enquanto regulador das relações sociais do trabalho como falsa liberdade, distanciando-se da compreensão de que a qualificação, enquanto formação profissional, constitui um processo amplo, que deve ser apreendido também como formação humana em que são construídos os conhecimentos, as sociabilidades, as histórias de vida e os valores dos sujeitos. Ou seja, como uma relação social.

A crítica contundente de Dugué (1998) indicou que a noção de competência promove o disfarce das confrontações existentes nas relações sociais, aparentemente diminuindo a diferença entre os postos de trabalho e o nível de conhecimento. Além disso, faz com que seja desmontada a negociação coletiva e aberta, propiciada pela noção de qualificação, para transformar-se em negociação individual e implícita, seguindo a lógica das competências, legitimada, socialmente, pela organização do trabalho flexível. Portanto, a elevação da noção de competência, arregimentando a conduta social dos trabalhadores, enxergando-os no mercado como iguais e em condições de desenvolver suas habilidades e capacidades, oculta

as relações de força, próprias da relação entre capital e trabalho, enquanto relação de poder e como relação social.

No momento em que a lógica da competência foi assimilada como princípio norteador da organização social do trabalho na empresa, criou-se a falsa impressão de que a subordinação e a exploração sobre os trabalhadores foram suprimidas, já que a estes foi atribuído um grau de responsabilização e autonomia sobre as tarefas, dando-lhes liberdade e capacidade de decisão. Criou-se a imagem da empresa como sendo a de uma comunidade, em que todos são responsáveis pelo seu sucesso. Assim, de assalariados e subordinados passaram a ser colaboradores dinâmicos, proativos e competentes (Dugué, 1998). Contudo, o outro lado obscuro incutido na lógica da competência é o aumento do controle do capital sobre o trabalho, estimulando o distanciamento do trabalhador sobre o processo de produção em função da multiplicação e fragmentação das tarefas. O controle maior verificou-se na dimensão das subjetividades, porque o trabalhador perdeu-se na sua relação com o trabalho, acreditando ser livre e capaz. Desse modo, a lógica da competência contribuiu definitivamente para a desconstrução das solidariedades, edificadas no trabalho sob a noção da qualificação, enquanto relação social, enfraquecendo os trabalhadores e desmobilizando-os, politicamente, no confronto com as formas de dominação do capital.

As sociabilidades foram transformadas na ordem da competência, com relações superficiais, beirando a cordialidade ou instrumentalizadas pelo interesse pessoal, tendo em vista o apelo à conduta individualista dos sujeitos, estimulando o aumento da concorrência entre os trabalhadores que não se reconhecem mais como classe, mas passaram a se confrontar diretamente, enquanto indivíduos independentes e possuidores de competências particulares (Dugué, 1998). O consenso social de que o mercado pode equalizar as diferenças, velado pela competência, que constitui fator determinante para a manutenção de um coletivo de trabalhadores livres, individualizados e desmobilizados politicamente, pode contribuir para o “evitamento” de uma ação contra-hegemônica e a legitimação do controle do capital sobre o trabalho.

De acordo com a análise de Stroobants (1998a), reforçando as críticas ao modelo de competências, as argumentações dos sociólogos do trabalho sobre a noção de competência não representaram a renovação do paradigma da qualificação, mas apenas a mudança de “critério formal de apreciação”. Com o surgimento da noção de competência, cada vez mais ganhou sentido o “saber ser” como qualificação social, colocando os trabalhadores no *status* de negociadores de seus saberes, de suas competências no mercado de trabalho. Assim, a competência, simbolicamente, veio representar um momento em que a organização social do

trabalho tendeu a privilegiar as capacidades individuais dos trabalhadores, deslocando a análise a partir das condições estruturais do capitalismo e do trabalho como uma relação social. Desse modo, para a autora:

À medida que o saber perde seu estatuto de objeto para ganhar em atributo do sujeito, e que a relação cognitiva tende a se definir sobre o modo do ser (ser competente) e não mais no do ter (ter conhecimentos, risco de perdê-lo), a competência do agente enriquece-se do sentido que dá às categorias da prática até participar da construção ou da formalização dessas categorias” (Stroobants, 1998a, p. 31).

A autora procurou, ainda, desmistificar a noção de competência caracterizando-a como um conjunto de categorias comuns que determinam o perfil de um trabalhador competente que, se consideradas como parte do processo de organização do trabalho, também devem ser reconhecidas no movimento amplo da qualificação e como seu atributo. Para ela, o que se modifica com a noção de competência “(...) é a maneira de falar, a maneira de descrever o perfil do trabalhador, efeito simbólico por excelência e que indiretamente, toma parte no processo de qualificação que se tratava de compreender” (Stroonbants, 1998, p. 97). A relação de submissão do trabalho ao capital e do distanciamento entre trabalho e trabalhador, continua expressando a natureza da produção capitalista, independente do trabalhador ser considerado competente e responsável.

3.7 Políticas públicas, qualificação profissional e cidadania

Em se tratando do modelo de acumulação capitalista vigente, pautado na produção e no trabalho flexível, é necessário considerar também as transformações na relação do Estado para com a sociedade. Conforme já discutido anteriormente, o modelo de acumulação flexível alterou significativamente as sociabilidades construídas a partir do trabalho, influenciando as formas de sobrevivência e o papel político dos trabalhadores. Contudo, o conjunto de mudanças no mundo do trabalho, fazendo-se mais presente, a partir dos anos de 1970, nos países desenvolvidos, representou um momento importante de reorganização das forças produtivas para recuperar a capacidade de acumulação de capital, tendo em vista o esgotamento do ciclo de crescimento com o fordismo e a necessidade do capital recompor suas margens de lucro e reduzir custos.

Após a consolidação de uma série de conquistas políticas e da proteção social, em virtude da emergência do Estado de bem estar social, o segmento dos trabalhadores sofreu um duro golpe, em função do processo amplo de desconstrução das relações trabalhistas e da perda de direitos sociais do trabalho, a pretexto do aumento do desemprego. Como consequência, verificou-se a ampliação da exclusão social, uma característica do capitalismo contemporâneo, confrontando-se com a já ultrapassada noção de pleno emprego nos países desenvolvidos. O mercado de trabalho tornou-se ainda mais competitivo e excludente, criando contingentes de trabalhadores sem serventia para o processo de trabalho, tendo em vista as novas tecnologias exigir indivíduos com qualificações e competências/habilidades específicas, além de aumentar o tempo médio de desemprego para aqueles que ainda se encontravam ativos no mercado de trabalho. O aumento das desinserções e a flexibilidade das relações de trabalho, tornando os trabalhadores mais vulneráveis e com suas representações enfraquecidas, contribuíram como fatores eficientes para a aceitação e legitimação social das novas regras desse mercado. Com isso, inaugurou-se uma fase de naturalização do desemprego de longa duração, dos contratos temporários, da subcontratação, da retração dos direitos trabalhistas, da desproteção social e da instabilidade no trabalho. Uma nova sociabilidade foi sendo construída em torno do trabalho, contribuindo também para a formação de um novo trabalhador, mais flexível e individualista, compondo uma mentalidade coletiva sobre como este trabalhador deveria comportar-se dentro da lógica das competências⁵⁶ (Ortega, Ocanã e Farelo, 2004).

Considerando, mais particularmente, esse campo das subjetividades do trabalho, é importante destacar o caráter ideológico, construído sobre os sujeitos que se encontram em condição de excluídos. A estes foi atribuída a responsabilidade do desemprego, como sinal de fracasso pessoal e incompetência, representando um peso para a sociedade e para os trabalhadores empregados, por terem que utilizar os serviços da assistência social e os subsídios aos desempregados. A esse respeito, Ortega, Ocanã e Farelo (2004) assinalaram uma tendência de aproximação da política social com a política de emprego, como demonstração de um novo posicionamento do Estado em relação à questão social, uma vez que o crescimento da pobreza encontrava-se diretamente relacionado com o aumento do desemprego, a partir dos anos de 1980. Esta tendência aparecia preocupante na medida em que uma assistência mais emergencial, considerando o sujeito pobre e desempregado e numa situação de vulnerabilidade social, se se fizesse por prazo indefinido e sem estratégias de

⁵⁶ Conforme discutido no item anterior.

reinserção social, poderia virar assistência permanente. Além disso, poderia desvirtuar a noção de direitos universais, processo que Ortega, Ocanã e Farelo, denominaram como “desmercantilização de direitos sociais”, tendo em vista que é ao Estado que cabe a assistência ao contingente de excluídos. Desse modo, assistiu-se lentamente ao reposicionamento do Estado, diante da questão social no capitalismo contemporâneo: o crescimento do desemprego e da pobreza.

Sobre esse novo caráter, atribuído à questão social, em que se ressaltou, ideologicamente, a responsabilização individual pela exclusão, Iamamoto destacou que:

Por uma artimanha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo. A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta na *autonomização de suas múltiplas expressões* _ as várias “questões sociais”, _ em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas que assume (Iamamoto, 2001, p. 18).

O Estado foi reformulando sua intervenção de modo a amenizar as consequências sociais do desemprego com ações que ganharam expressão, por meio da política social e de emprego, voltadas para assistir os excluídos, intermediar a mão de obra, orientar para a formação social, além de apoiar mecanismos que facilitassem a (re)inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, com incentivos fiscais aos empregadores. Segundo Ortega, Ocanã e Farelo (2004), formou-se um sistema de informações com profissionais e estudiosos, especializados em tratar o problema do emprego, classificando esta ação de “psicologização” do problema do emprego, com uma tendência a individualizar os desocupados e desviar da discussão fundamental que provoca o desemprego _ o processo da reestruturação produtiva e a acumulação de capital. Os autores chamaram atenção para o fato de as políticas públicas agirem, apenas no apaziguamento do desemprego e da pobreza, tratando-os como problemas isolados e deixando de lado suas verdadeiras causas estruturais. Desse modo, reforçou-se a responsabilização individual do sujeito pela situação de desempregado, assim como o desenvolvimento de estratégias para inserir-se no mercado de trabalho.

Um dos instrumentos de ação da política pública tem sido o incentivo à formação profissional dos trabalhadores que, ao mesmo tempo em que assume a necessidade de qualificação, diante das transformações técnicas na produção, numa conjuntura de crise de emprego, também vem funcionar como resposta política do Estado para o problema da desinserção. Estas ações voltadas para a orientação profissional, tendem a reforçar a responsabilidade do sujeito para a formação de competências e desviam-se das discussões

mais qualitativas sobre o problema. Com o foco da política pública, voltado sobre a qualificação profissional, sendo esta reformulada para a noção de competência, o Estado voltou-se para interpretar o problema do emprego de forma individualizada, cultivando a ideia conservadora de que existe emprego e o que falta é trabalhador qualificado. Além disso, Ortega, Ocanã e Farelo (2004), destacaram a possibilidade de instrumentalização política dos programas de qualificação profissional pelas empresas envolvidas na educação para o trabalho e pelos governos que utilizam esse argumento em seus programas eleitorais, como solução para o desemprego.

O tempo requerido para a qualificação profissional também pode funcionar como adiamento da entrada ou (re)inserção do trabalhador no mercado de trabalho e como justificativa para o longo tempo de espera por uma ocupação, iludindo e criando expectativas positivas no sujeito ao classificá-lo como indivíduo “em formação” e não como desempregado. Conforme destacaram os autores:

(...) los poderes públicos han puesto en primer plano la formación debido principalmente a dos motivos: el primero es que cuando no hay empleo, los políticos tienen que ofrecer una alternativa y la formación es un sucedáneo aceptable _ entretiene y crea esperanzas a los parados _. El segundo es que achacar la responsabilidad del paro a la formación permite construir una explicación poco problemática y fácilmente controlable, que desvía la atención de otras causas más espinosas y enormemente más costosas a la hora de explicar a la ciudadanía un fenómeno como el paro. Prometer formación es así una garantía para obtener el respaldo electoral. Ofreciendo formación ocupacional, los políticos utilizan el valor mediático que hoy en día ha acumulado la educación y, además, pueden dar la idea de estar encaminándose hacia la solución del desempleo: el “derecho al cursillo” ha sustituido al “derecho al trabajo” (Ortega, Ocanã e Farelo, 2004, p. 241-2).

Uma das questões mais importantes, observadas na reformulação do papel do Estado, por meio das políticas públicas, sobre o problema do emprego, tem sido o tratamento focalizado sobre o desemprego e a (re)inserção social pelo trabalho, desviando o tratamento da questão da inserção no mercado de trabalho como sendo um problema de assistência social, já que a garantia de uma ocupação, com a geração de renda, pode reverter a condição de pobreza absoluta pela falta de renda. Com isso, a empregabilidade e a qualificação profissional aparecem imediatamente como os fatores mais importantes para a (re)inserção social e para a “garantia” da cidadania, uma vez que pode recompor o acesso do sujeito a certos direitos sociais e garantir sua presença, enquanto consumidor. Sendo assim, Ortega, Ocanã e Farelo (2004), consideraram a inserção social pelo emprego com um caráter cada vez mais assistencial. Nesta perspectiva, a política pública, expressão da presença do Estado na sociedade, distancia-se do sentido clássico de integração social, defendido por Durkheim e, mais tarde, recuperado por Castel (1998), pois a necessidade e o imediatismo de enfrentar o

problema do emprego poderiam instrumentalizar as ações do Estado em medidas paliativas e superficiais, levando ao menosprezo das causas estruturais das desinserções. Além disso, a desconstrução da sociabilidade criada com o trabalho coletivo, sob a égide do fordismo, para dar vigor à individualização no trabalho, contribuiu significativamente para desmoralizar o sentido político da integração social, tendo em vista o caráter competitivo, proativo e individual que compõe a figura do novo trabalhador flexível. Assim, ter uma formação profissional pode ser a condição de estar inserido na sociedade como resultado dos esforços, das competências e das habilidades individuais do sujeito, podendo assim existir como gente e ser consumidor, invertendo o sentido político de “ser” social, pois o que interessa na sociedade atual é o “ter para ser”.

A inserção profissional pelo trabalho aparece como condição para a inserção social, esta compreendida como possibilidade de ter uma renda e, minimamente, garantir as condições de sobrevivência, em meio a uma conjuntura de exclusão social acelerada e de perda de direitos sociais. Assim, uma nova compreensão sobre o que seja inserção social encontra-se em gestação, aproximando-se mais da recondução aos direitos básicos e ao consumo dos “desinseridos” e excluídos socialmente pelo desemprego e pela pobreza, em detrimento de uma inserção mais qualitativa, com sentido político e de fortalecimento das solidariedades e do trabalho coletivo.

Ao Estado não cabe garantir o emprego, mas deve garantir a empregabilidade do trabalhador, investindo em qualificação profissional. Neste sentido, as políticas públicas passaram a contemplar uma qualificação profissional voltada para a empregabilidade, com a formação de competências, deixando descoberta uma formação que estivesse em sintonia com uma educação profissional voltada para a construção política do sujeito, com a valorização do trabalho, enquanto categoria necessária à consolidação de valores e ao fortalecimento da noção de solidariedade na sociedade.

Esta nova subjetividade, arquitetada com as mudanças nas relações do trabalho flexível, repercutiu de forma devastadora sobre a dimensão política e a organização dos trabalhadores. Pois, num cenário de crises e desinserções, a política pública pode ter suas ações fortalecidas sobre o conteúdo da assistência social, aparecendo como asseguradora de direitos aos pobres excluídos, colocando-os numa posição de fragilizados e, por isso, incapazes de buscar esses direitos.

Na época do Estado de bem estar social e do trabalho coletivo organizado, favorecido pelo fordismo, conforme já discutido anteriormente, montou-se um cenário em que os direitos trabalhistas e a proteção social apareciam como conquista e resultado da ação dos

trabalhadores organizados e fortes politicamente, com lugares bem definidos na sociedade. Nos tempos atuais, o trabalho flexível veio contribuir para a desarticulação política e para a negociação individual, fazendo com que as garantias de proteção trabalhista, ainda que limitadas, e os direitos universais, parecessem concessão do Estado e, quando focalizados em segmentos mais vulneráveis pela exclusão social, aparecessem como assistência onerosa para a sociedade. Nesta direção, Ortega, Ocanã e Farelo (2004), assinalaram que:

La propagación de la ideología y de la racionalidad económica que se observa en otros ámbitos de las relaciones sociales también se concreta en el de las políticas de empleo: la acción pública en este terreno se subordina progresivamente a la lógica del mercado. El ‘proceso de producción de la inserción’ por parte de los servicios públicos cada vez está más teñido por los criterios económicos y se diseña a imagen y semejanza de los nuevos estilos de gestión empresarial (Ortega, Ocanã e Farelo, 2004, p. 248-249).

De acordo com Iamamoto (2001), com o fim do Estado providência e a produção flexível impondo o remodelamento das relações de trabalho, a questão social precisou sofrer outro encaminhamento em consonância com os princípios reguladores do mercado, com políticas mais focalizadas para “gerenciar” o problema do desemprego, da pobreza e, em consequência, da exclusão social crescente. Para a autora:

“(...) a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (Iamamoto, 2001, p. 10).

Desse modo, é importante observar a mudança de lugar social do trabalhador no processo de trabalho e a nova postura do Estado como regulador da relação entre capital e trabalho, embora não isento, como relações de força e disputa de poderes próprios do sistema capitalista de produção. Portanto, a questão social, remetida à exclusão social, não é nada estranha ao capitalismo, mas faz parte da sua natureza para promover a acumulação de capital.

No âmbito da sociedade do trabalho flexível, verificou-se o resgate e o fortalecimento dos princípios reguladores do mercado com o neoliberalismo, que determina conceitos, ideias, valores e atitudes, tendo o comportamento individualista e empreendedor, próprio do capitalismo, estendido ao trabalhador, naturalizado pela noção de igualdade de oportunidades no mercado. Alguns princípios da gerência administrativa passaram a determinar a atitude dos desempregados na busca da formação de competências, fazendo com que o indivíduo estivesse sempre predisposto para o trabalho, sabendo vender-se, ser eficaz e ter capacidade

de organização, além de saber utilizar bem as informações e ter motivação. A diferença é que o capitalista gerencia a reprodução e a acumulação do seu capital e o trabalhador gerencia a venda da única mercadoria que lhe resta, a força de trabalho, autoresponsabilizando-se pela necessidade da qualificação profissional e, em muitos casos, pela situação de desempregado, culpando-se por seu fracasso pessoal.

O Estado também tendeu a assumir uma postura mais racionalizadora quando, por meio da política pública, passou a selecionar e classificar os tipos de excluídos, definindo públicos prioritários e orientando suas ações para alcançar níveis expressivos de empregabilidade, como demonstração de eficiência, desviando-se da questão fundamental que é o problema da má distribuição de renda, expressando a natureza excludente do sistema capitalista. Assim, o novo trabalhador, na sociedade flexível, formou-se sobre o *ethos* individualista e empreendedor, buscando suas competências particulares e naturalizando a insegurança e a desproteção social, além de ver perdido o sentido político de sua presença na sociedade. Conforme destacaram Ortega, Ocanã e Farelo:

De la integración a la inserción, del progreso al proyecto, de la igualdad de derechos a la igualdad de oportunidades, del ciudadano al usuario. Si se trasladan estas concepciones de una sociedad de empresa a la práctica de la inserción, es fácil comprender sus efectos: la subordinación de la acción pública a la racionalidad económica ha fragilizado las instituciones y los principios en los cuales se sostenía la pertenencia y la identidad social de los colectivos más vulnerables de la sociedad salarial. La nueva lógica de la inserción reclama ahora un proyecto de participación personal basado en la autoresponsabilidad y en el aprovechamiento de la igualdad de oportunidades, esto dará derecho al arsenal de medidas de inserción y de discriminación positiva para los grupos con dificultades de empleabilidad (Ortega, Ocanã e Farelo, 2004, p. 251).

Estas considerações serviram para confirmar, cada vez mais, a recomposição das forças materiais e subjetivas que objetivam a “perpetuação” do controle do capital sobre o trabalho, valendo-se de uma poderosa força ideológica que faz o trabalhador identificar-se mais com os ideais capitalistas, de progresso e sucesso pessoal, do que com os interesses coletivos dos seus pares, vivendo em situação de vulnerabilidade e degradação humana e social. O sucesso pessoal e o encantamento que o mercado pode oferecer, moldaram um cidadão consumidor, distanciado da noção de cidadania, como resultado de uma prática política ativa, propositiva e transformadora da sociedade. De um sujeito pacificado e naturalizado com a forma da exploração e exclusão social e do assentimento do Estado, só se pode esperar a legitimação da ordem social de reprodução do capital. O direito mais importante do trabalhador, que ainda se apresenta na pauta dos coletivos organizados, é o de

encontrar um emprego, mesmo sabendo que, no capitalismo, nem todos o encontrarão, restando-lhe saber administrar a exclusão.

Toda essa discussão nos remeteu à intenção do capitalismo em desqualificar o trabalho humano como elemento edificante da vida social e como força produtiva indispensável ao processo de produção de valor e da acumulação de capital. Considerando que a produção flexível provocou o deslocamento do trabalho e do trabalhador na sociedade, fazendo-os parecerem menos importantes em relação às novas tecnologias, o controle do processo de trabalho ficou mais facilitado. Contudo, o aparente esmaecimento do trabalho humano, como categoria fundante das sociabilidades, é parte do processo de alienação, imposto pelo capital, como estratégia de sua própria sobrevivência para dar continuidade à exploração do trabalho. Por outro lado, é fundamental lembrar que, ao mesmo tempo em que este processo representa controle e exploração do trabalho, também significa a possibilidade de ação dos trabalhadores para um projeto contra-hegemônico, como expressão do movimento dialético de negação e afirmação das condições de exploração do capital. É por meio das sociabilidades construídas com o trabalho que os trabalhadores podem encontrar mecanismos para diminuir e combater as formas de sua exploração e exercer uma cidadania ativa no reivindicar de direitos e de melhores condições de vida. No entanto, não se podem alimentar ilusões sobre esse processo, pois, se admitida a lógica do capital, é indispensável reconhecer que a liberdade, a participação e a cidadania, serão exercidas de forma vigiada e limitada, uma vez que o capital sempre encontrará e renovará as condições de alienação do trabalho ao capital.

Para o segmento dos trabalhadores e de outros grupos de excluídos, é importante reconhecer a natureza de reprodução do capital no intuito de saber posicionar-se e também renovar as formas de luta para a garantia de seus lugares sociais, com a compreensão de que este é um campo de eternas disputas de poderes e contradições, mas que é próprio da sociabilidade, construída na relação entre capital e trabalho. É por isso que, ao considerar as políticas públicas, como expressão também da reformulação da intervenção do Estado, neste cenário de disputas de poderes, observou-se uma tensão permanente no modo de relacionar a qualificação profissional com a formação cidadã dos sujeitos. Pois, o agravamento da questão social, ocasionado pelo aumento das desinserções, exige do Estado políticas públicas de enfrentamento do desemprego e da pobreza, voltadas para a inserção social pelo trabalho, muito embora, por tudo o que já foi discutido anteriormente, deva-se reconhecer a impossibilidade estrutural do capitalismo gerar empregos para todos que querem trabalhar. Assim, a política pública encontra-se envolvida numa ação contraditória, limitando-se ao

apaziguamento da questão social e à assistência social continuada aos desinseridos do mercado de trabalho.

Dado o limite estrutural do capitalismo, a política pública de inserção social pelo trabalho, ao mesmo tempo em que aparece como garantidora das condições para que o sujeito possa encontrar uma ocupação, munido de qualificação profissional, exercendo um direito social, não pode dar garantias absolutas do emprego, além de desqualificar, socialmente, os que não têm formação profissional. Desse modo, como parte de um movimento dialético, a política pública ora aparece como asseguradora de um direito social do trabalhador, ora como negação social desse direito, pois se encontra numa situação em que está sempre sendo desafiada a encontrar estratégias de (re)inserção social e profissional dos sujeitos excluídos pelo capital. Por isso mesmo, a questão nevrálgica desta política pública de inserção pelo trabalho é conseguir atender às necessidades da qualificação profissional e da formação cidadã dos trabalhadores.

Pela lógica de reprodução do capital, a permanente desconstrução da qualificação profissional, como direito social e como política pública, convertendo-a, ideologicamente, em uma necessidade técnica e racionalizadora do processo de trabalho, representou um duro golpe para a sociabilidade, construída pelo trabalho, visto que a desqualificação do trabalho e do trabalhador afetou diretamente a ação política e o exercício da cidadania. O apelo do mercado para a qualificação e a formação de competências confundiu os sujeitos sobre o seu papel na sociedade e sobre a importância do trabalho como categoria socializadora, edificadora de valores morais, e os desviou de uma vida política ativa, em que pudessem exercer, plenamente, seu direito à cidadania, considerando os limites naturais do capital. Não obstante, o segmento dos trabalhadores encontra-se desafiado a construir alternativas possíveis, contra-hegemônicas, para assegurar seu lugar social e solidificar uma vida digna pelo trabalho, buscando recuperar valores, direitos e afetos que lhe deem sentido de existir como sujeito social. No próximo capítulo, prosseguiu-se esse debate, a partir da perspectiva e das transformações na sociedade global.

CAPÍTULO 4

Trabalho, Estado e políticas públicas na sociedade global: entre a qualificação profissional e a cidadania

Com o alargamento do processo de globalização, a partir dos anos de 1990, a relação entre trabalho e capital foi remodelada para dar expressão a um novo padrão de acumulação de capital, impulsionado pelos avanços tecnológicos. Este movimento tem provocado mudanças, não somente na dimensão da produção, mas vem transformando ideias, pessoas, culturas e nações. Neste contexto, a reformulação da relação do Estado com a sociedade, ocorreu de modo a privilegiar os interesses da política global, com o projeto neoliberal, e a tentar responder às demandas sociais, criadas em função do crescimento do desemprego e da pobreza. Esta foi a discussão encaminhada no presente capítulo, procurando mostrar como o Brasil foi afetado pela política global e como a política pública foi remodelada por este processo no enfrentamento do problema do emprego e, mais particularmente, como a política de qualificação profissional foi repensada, enquanto forma de buscar a (re)inserção social, tentando contemplar a orientação profissional e a formação cidadã.

4.1 O lugar do trabalho na sociedade global

Os efeitos do processo de reestruturação produtiva sobre o trabalho se mostraram extremamente perversos, pois a relação de força entre o capital e o trabalho foi reorganizada de forma a reconstruir e solidificar as condições de exploração do trabalho, fazendo com que o trabalhador encontre-se enfraquecido e não tenha outra opção a não ser colocar-se a serviço do capital. Na égide do fordismo, mesmo com o maior domínio exercido sobre o trabalhador na atividade produtiva, em função do ritmo da maquinaria, os operários ainda conseguiam manter uma rotina através da sua atividade laboral, reconhecendo-se, mutuamente, com interesses afins e ocupando um lugar na sociedade através do seu trabalho. Com a

reestruturação produtiva das empresas e o investimento crescente nas novas tecnologias, a partir dos anos de 1970, observou-se a retração da mão-de-obra empregada, a diminuição do controle dos trabalhadores no processo produtivo e a fragilização do movimento operário. À medida que os novos modelos gerenciais da produção foram modificando o papel do trabalhador, parcelando ainda mais as funções na produção, apoiada na tecnologia da informação, na robótica, nos softwares, supostamente, precisava-se, cada vez menos, do trabalho humano, modificando também o próprio conceito de trabalhador qualificado. Como já foi ponderado anteriormente, qualificado é aquele que sabe operar determinado programa, ou tarefas, cada vez mais específicas, como parte da alienação do trabalhador no processo produtivo⁵⁷.

Os trabalhadores pareciam não se reconhecer mais como fundamentais ao processo produtivo, lutando para se manterem empregados, em meio à concorrência com milhares de outros trabalhadores, diante da iminência do desemprego. A promessa de maior liberdade, trazida com o movimento do processo de globalização, na verdade, veio representar um controle ainda mais voraz do capital sobre o trabalho, utilizando a ameaça do desemprego como arma principal para inibir a capacidade de reação dos trabalhadores contra a exploração e a perda de espaço. Foi um disfarce a encobrir a nova configuração das relações de poder. O trabalhador terminou por legitimar esta relação, na medida em que, forçado pela conjuntura de crescente desemprego, aderiu à política de flexibilização das relações de trabalho, como solução aparente para a crise no mercado de trabalho e, quando se entregou à ideologia consumista do mercado, contraditória e irreversivelmente, servindo como estímulo ao aumento da produtividade e à eliminação de postos de trabalho (Ianni, 2000).

As transformações no modelo de acumulação e os novos caminhos da política mundial, a delinear os contornos da sociedade global, no final do século XX, pareciam anunciar uma maior proximidade entre as nações, num mundo, até então, marcado pelas diferenças. Este novo cenário anunciava-se a partir do desmonte das fronteiras econômicas, políticas e culturais, como sinal de uma possível integração mútua entre os países, marcando, supostamente, o início de uma era com maior igualdade e justiça social. Contudo, mais do que a noção fantasiosa de homogeneidade, trazida com a globalização, este processo estava a proclamar uma nova fase de expansão do capitalismo, possibilitando o aprofundamento das condições de exploração da força de trabalho e disseminando um modelo de distribuição de

⁵⁷ Discussão já desenvolvida nos capítulos anteriores.

riqueza desigual. Finalmente, sob o discurso da globalização, o sistema capitalista encontraria espaços para se reproduzir em todos os cantos do mundo.

O processo de globalização não pode ser enxergado como algo associado somente aos avanços da modernização pois, sendo mais um momento da expansão do capitalismo, este processo também trouxe, na sua essência, os elementos que aprimoraram, ao mesmo tempo em que mascararam o desenvolvimento desigual e a exclusão social. Com as mudanças ocorridas no processo produtivo e na esfera comunicacional, observou-se o surgimento de novos sujeitos sociais, bem como a mudança de postura dos velhos, determinando distintas relações de poder entre o capital, o Estado e o trabalho, e dando outra configuração para a sociedade atual, com novos conflitos e desafios a serem enfrentados. No tocante ao mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e, como consequência, a flexibilização do processo e das relações de trabalho, teve impactos profundos sobre o papel do trabalhador e de seu lugar no processo produtivo, fazendo-o parecer dispensável e contribuindo para enfraquecer a capacidade de organização e a unidade da classe trabalhadora (Antunes, 2006).

Expressando a natureza própria do modo de produção capitalista, dialeticamente, a globalização está recheada de contradições e longe de representar um desenvolvimento igual e homogêneo. Não se pode negar o expressivo avanço nas condições técnicas de produção, nos sistemas de informação, como bem contextualizou Castells (2006), na resignificação dos povos e culturas e na diversidade de ideias. Mas, também é fundamental reconhecer as formas de dominação que surgiram com os novos atores sociais, a perda de espaço dos velhos atores, o enfraquecimento da luta dos trabalhadores na disputa da riqueza com o capital e a sua perda de identidade, diante da ideologização do livre mercado. Além disso, a soberania do Estado nacional foi posta em questão, frente à noção de sociedade global. Ao mesmo tempo em que foram aprofundadas as velhas desigualdades, outros conflitos foram surgindo, mascarados pela falsa ideia de integração e homogeneização. Assim, de acordo com Ianni:

No âmbito do globalismo pode florescer o multiculturalismo. A despeito das tendências mais ou menos acentuadas no sentido da integração e às vezes da homogeneização avassaladora, na sociedade global multiplicam-se as diversidades, as hierarquias, as desigualdades e os antagonismos. Na mesma medida em que a sociedade global pode ser vista como uma vasta e intrincada formação social, compreendendo nações e nacionalidades, tribos e clãs, povos e etnias, religiões e línguas, formas sociais de vida e trabalho, culturas e civilizações, nessa mesma medida pode ser vista como o cenário das diversidades sócio-culturais, do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, das perspectivas múltiplas. A mesma dinâmica da globalização, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais, gera e desenvolve as condições da diversificação e da fragmentação (Ianni, 1996, p. 246-7).

A fragmentação do Estado-nação, diante da emergência da sociedade e da política mundiais, só foi percebida diante da globalização das questões sociais, o que significa considerar a pobreza, o desemprego, o racismo, o meio ambiente, a justiça e as relações de trabalho, preocupações que passaram a compor o cenário da sociedade global.

Em referência ao mundo do trabalho, a ideia de espaço global permitiu reconhecer a possibilidade das inovações tecnológicas avançarem rapidamente, modificando os cenários da atividade produtiva em todos os recantos do mundo, mesmo que ocorrendo em graus e ritmos diferentes. O sentido da produtividade e da modernização passou a influenciar os comportamentos e a dança de lugares entre o capital e o trabalho sem, no entanto, alterar a lógica da exploração capitalista. Esta apenas foi redesenhada na renovação das condições necessárias à reprodução do capital e na subsunção do trabalho, questões que balizam este modo de produção.

Sendo a globalização um momento da expansão do capital, expressando mudanças estruturais no processo produtivo a partir dos avanços na técnica e nos sistemas de informação, é natural que possam ser observadas alterações significativas nos processos e nas relações de trabalho. Para tanto, é importante ter em mente que, no processo produtivo, as relações entre capital e trabalho, sempre significaram a luta pelo controle do processo de trabalho ou o domínio do ritmo da produtividade do trabalho, como vimos no capítulo 2.

Para Santos (2000), o processo de globalização, compreendido como globalização do capitalismo, manifestou um estado superior das condições técnicas de produção, dominado pelos atores hegemônicos e possibilitando a exploração da mais valia em escala global. O aspecto político também é importante, pois tem a função de organizar e rearrumar os interesses para que as condições do desenvolvimento material, com as novas técnicas, sejam realizados através da expansão das transnacionais e da exploração da mais valia universal. Em sintonia com o autor, Ianni (1996) admitiu que a expansão do capital, descrita através da globalização, não eliminou as formas de dominação e apropriação, mas se encarregou de recriá-las, apontando outros atores sociais como resultado de novas forças e conflitos sociais. Ainda segundo Ianni, as transformações ocorridas com a globalização no mundo do trabalho, causaram mudanças significativas na estrutura da classe operária, pois o processo de flexibilização do trabalho permitiu o aumento da produtividade e o maior controle sobre a mão-de-obra. Assim, as mudanças na estrutura produtiva e nas relações de trabalho, levando ao aumento do desemprego, resultaram na diminuição do valor da força de trabalho, na desqualificação e seletividade do trabalhador, no aumento da exploração de mulheres, no ressurgimento do trabalho escravo e na perda de lugares, para reencontrá-los na ampliação da

massa de excluídos socialmente. A flexibilização do trabalho, no processo produtivo, permitiu a maior utilização do potencial da capacidade produtiva do trabalho, expressando a adaptação e submissão do trabalho à dinâmica da acumulação de capital. Não significa a perda de centralidade do trabalho, conforme discutiu Antunes (2005), mas novas formas de exploração através do trabalho intelectual. A nova relação entre o capital e o trabalho é o que constitui a questão social global, hoje, “(...) na dissociação entre trabalho e produto do trabalho, produção e apropriação, ou simplesmente alienação” (Ianni, 1996, p. 171).

As mudanças no padrão de acumulação e as inovações tecnológicas, observadas no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1990, trouxeram impactos significativos não só na estrutura produtiva, mas nas relações sociais do trabalho. O aumento do desemprego e da pobreza expressou o caráter perverso da modernização, alterando as sociabilidades do trabalho como reflexo da nova dinâmica da economia global, mas com consequências mais graves, por se tratar de uma nação que apresenta um desenvolvimento assinalado por grave fragilidade social.

Não se pode esperar que o movimento da globalização, como etapa superior do processo de acumulação de capital, seja aceito, unicamente, como avanço técnico, com um caráter homogeneizante e igualitário, visto que, também, significa a redefinição de lugares e de forças entre o capital, o Estado e o trabalho. Neste contexto, o conceito de trabalho e qualificação foi alterado em favor dos interesses do capital, estando o Estado sob o risco de ser cooptado para criar as condições necessárias à legitimação das novas formas de exploração do trabalho. Diante dessas forças, cabe à sociedade o desenvolvimento de formas alternativas de enfrentamento das questões sociais, sem perder a consciência do poder que a relação capitalista exerce sobre os sujeitos, primando por uma maior participação nas decisões políticas e na vida social. É importante que apareçam como sujeitos ativos, capazes de ocupar lugares e posicionar-se contra a hegemonia das formas de acumulação que, ao mesmo tempo, representa a reprodução das condições de dominação do capital sobre o trabalho. Sendo assim, pensar os problemas do capitalismo atual exige repensar, não somente, o modelo econômico, mas, sobretudo, a relação dos sujeitos com as “coisas”.

4.2 Exclusão social como expressão da dinâmica do capital

Apesar dos vários argumentos que negaram a permanência do trabalho como central para a vida social, aqui se defendeu o trabalho humano como elemento determinante para o processo de criação de valores e garantidor de sentido para a vida dos sujeitos, conforme tratado no capítulo 3. Considerando que o processo de produção e reprodução do capital deriva de uma relação social, da contradição entre capital e trabalho – em que o trabalho humano se encontra submetido ao capital, deve-se reconhecer que, de sujeito livre, o trabalhador passou à condição de fornecedor de trabalho alienado, valor produzido pelo homem que não lhe pertence mais. Assim, verificou-se o estranhamento do trabalho humano, quando o valor produzido se voltou contra o seu produtor e este perdeu a sua capacidade de pensar e agir em prol de sua emancipação.

Assiste-se, hoje, em decorrência de todas as transformações vistas com a reestruturação produtiva, a um movimento de determinação de novos lugares e de poderes, em função da recomposição das forças produtivas para a viabilização da continuidade da acumulação de capital. Este movimento admite, na sua lógica, velhas e novas formas de produção, típicas ou atípicas, com trabalho mais ou menos qualificado, numa funcionalidade própria, marcada pela heterogeneidade. Não é porque o progresso tecnológico surgiu como sinônimo de modernização que se pode observar, necessariamente, a eliminação das formas ditas “inferiores” de produção, por fornecerem outras tecnologias mais simples. O velho pode ser funcional ao novo, sem que isso venha significar retrocesso, mas servir como parte do movimento dialético da acumulação capitalista. Fato marcante neste processo é o reconhecimento de que o desenvolvimento da ciência e da técnica não é isento⁵⁸, mas, carregado de conteúdo ideológico, fugindo, portanto, ao controle do homem e afetando as subjetividades, o que significa mudanças nos valores, na consciência e no modo de vida dos indivíduos.

A metamorfose em curso pode ser verificada com o avanço das forças técnico-científicas a alterar as sociabilidades e o agir humano, como um estímulo inibidor do progresso da consciência coletiva, necessária à construção social. De acordo com Oliveira⁵⁹, vivencia-se, hoje, uma crise teórica nas ciências sociais, especialmente, por não se verificar a

⁵⁸ Conforme já se discutiu em capítulos anteriores.

⁵⁹ Informação verbal. Palestra proferida por Francisco de Oliveira tendo como título: Marx e a condição humana, organizada pelo Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFPB, no auditório 411, em 29 de maio de 2009.

capacidade “emancipadora da classe explorada” prejudicada, sobretudo, pela evolução da ciência e da técnica, a qual acreditava a teoria marxiana ser uma força libertadora do controle do capital. Para o pensador, o mito desfeito encontra-se no reconhecimento de que o desenvolvimento tecnológico não gerou progresso político. Desse modo, o avanço das forças produtivas sacudiu o lugar do trabalho e do trabalhador, na sociedade do capital, o que não implica em dizer que o trabalho humano perdeu a sua centralidade como força socializadora. Acontece que o caráter ideológico do progresso técnico científico parece promover a desqualificação do trabalho humano como orientador da vida social, provocando uma perda de referência do trabalho, enquanto regulador das relações sociais (Antunes, 2006).

Agora, a sociedade parece estar marcada mais pela orientação técnica e menos pelo trabalho subjetivo, perdendo-se a referência sobre o trabalho humano, enquanto forma de construção da sociedade. Assim, a desqualificação do trabalho na convivência social, terminou por desqualificar a dimensão política na vida dos sujeitos, uma vez que o seu modelo de sucesso não parece ser mais encontrado no trabalho, levando-o a buscar outras referências para definir uma identidade social que tende a reforçar mais o comportamento individualista em detrimento do sentido de coletividade. Contudo, estas mutações nas relações sociais de produção não foram, de modo algum, alheias ao capitalismo, mas vieram significar a adaptação do trabalho ao novo padrão de acumulação do capital, em que se reafirmou a submissão do trabalho ao capital numa relação técnica atualizada. Sendo assim, uma nova subjetividade do trabalho foi criada como reflexo da acomodação da relação entre trabalho e capital, processando-se a desintegração social e a alienação mais exacerbada dos trabalhadores na produção de valores, exigindo do segmento dos trabalhadores o desenvolvimento de novas formas de enfrentamento contra a dominação do capital.

Assim, o estranhamento do trabalho foi moldado às novas condições das forças renovadoras da acumulação capitalista. Não há como pensar o modo de produção capitalista promovendo a igualdade das relações sociais e da distribuição de valores, porque faz parte da sua natureza reproduzir-se por meio da expropriação de valor _ mais-valia _ e da exclusão social. Mas, contraditoriamente, a dialética presente na dança dos sujeitos, envolvidos no movimento da reprodução do capital, representa, também, uma harmonia, em que cada um, na sua posição específica, é necessário e funcional ao sistema do capital. Não se quer defender, com isso, um mecanicismo com fim em si mesmo, mas expressar a natureza do “sociometabolismo do capital” que está sempre renovando as forças e as formas de controle do capital sobre o trabalho, fazendo com que as atividades antes estranhas, sejam adaptadas e legitimadas ao padrão de acumulação. Desse modo, a contradição entre capital e trabalho

representa a permanente exclusão social dos trabalhadores e sua luta para criar novas alternativas de inclusão, para participar direta ou indiretamente da distribuição de riqueza.

A discussão clássica em torno da exclusão social encontra-se remetida ao velho processo de pobreza e desigualdade social, como um “defeito” estrutural do sistema capitalista. Todavia, para identificar os novos elementos que atualizaram e contribuíram para este debate, é importante localizar a exclusão sob o discurso da responsabilização coletiva, própria da contemporaneidade. Por este prisma, não é o modelo de desenvolvimento, portanto, que precisa ser reformado; os indivíduos é que precisam adaptar-se às novas tecnologias, acompanhar o avanço da informação e remodelar-se, diante das exigências do mundo moderno. Precisam estar incluídos e não esperar ser incluídos. Desse modo, analisar as causas da pobreza e da desigualdade social, parece ter se tornado fora de moda na atualidade, uma vez que, para a sua investigação, é preciso considerar categorias marxianas como: classe social, crise, acumulação, centralização de capital e relações de poder, conduzindo a uma reflexão crítica de como se fundamentou o sistema capitalista _ propriedade privada dos meios de produção e expropriação de valores _, chegando à fatídica necessidade de repensar sobre a capacidade destruidora de vidas que tem o capitalismo. Se assim fosse procedido, o “inimigo” seria facilmente identificado, restando o desafio de reformar o sistema para uma sociedade mais justa, socialmente, o que, certamente, não seria de interesse do pensamento conservador.

A discussão recente sobre exclusão confundiu e mistificou as suas causas, conforme as discussões presentes em autores como Bauman (1999) e Bekc (1999), assim como pulverizou/dissipou os responsáveis, colocando-a no leque dos grandes temas globais que, por sua vez, foi alvo da política mundial, mas carente de enfrentamento efetivo e reformador, dados os interesses imperialistas das grandes potências políticas e econômicas. De acordo com a análise de Martins,

Todos os problemas sociais passam a ser atribuídos mecanicamente a essa coisa vaga e indefinida a que chamam de *exclusão* (como, até há pouco tempo, todos os problemas eram atribuídos dramaticamente à *dívida externa* e ninguém se perguntou por que, de repente, deixou-se de falar nela), como se a exclusão fosse um Deus-demônio que explicasse tudo. Quando, na verdade, não explica nada. Ao contrário, confunde a prática e a ação da vítima, que anseia por justiça e por transformações sociais. De repente, essa categoria tão extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia), que é a *exclusão*, substitui a ideia sociológica de *processos de exclusão* (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização). O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores” e mais justas e “corretas” relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para “dentro”, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não

reivindiquem nem protestem em face de privações, injustiças, carências (Martins, 1997, p. 16-7).

A partir de toda esta celeuma, envolvendo a discussão que, muitas vezes, o tema exclusão apresentou-se dissociado da noção de pobreza como consequência do modelo de produção, pois, de forma insuficiente, a pobreza estava relacionada à carência dos bens primários de subsistência, bem como à falta de assistência básica de habitação, saúde e educação,⁶⁰ deixando de lado o seu conteúdo político. A condição de pobreza, geralmente resulta da dificuldade de o indivíduo encontrar emprego e renda sustentáveis, frente às mudanças estruturais na economia e às políticas de desenvolvimento social, decorrentes dos novos modelos produtivos, insuficientes para atender às demandas sociais do público mais carente. Em sociedades pobres como o Brasil, difícil seria não reconhecer a pobreza e a desigualdade social formando um par inseparável, em que se combina a dificuldade do acesso aos bens de subsistência com uma presença política débil. Em todo caso, apesar da pobreza poder ser fator relevante e determinante para a condição social de excluído no país, a noção de exclusão, mesmo passível de mistificação, ressalta outros elementos importantes para a reflexão, no tocante à dimensão política, como a participação e a capacidade que os sujeitos têm de influenciar os processos políticos, aspectos que interessam, mais diretamente, neste trabalho. Diante dessas considerações,

(...) o excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão, inversamente ao desviante e à semelhança dos que sofrem discriminação pura e simples. A condição de excluído lhe é imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente (Nascimento, 2000, p. 59).

Assim, considera-se bastante pertinente a interpretação de Nascimento ao abordar a categoria “exclusão” enquanto uma “ruptura de vínculos sociais” e, conseqüentemente, como um ato de “não-reconhecimento do outro”, o que significa um processo de enfraquecimento das relações sociais, embora, paradoxalmente, seja uma (re)criação de novas sociabilidades sob os termos do individualismo. Conforme o autor,

Se o termo exclusão social diz respeito ao ato de excluir, de colocar à margem um determinado grupo social, o conceito sociológico refere-se sempre a um processo social de não-reconhecimento do outro ou de pura rejeição. Trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhe são

⁶⁰ A pobreza pode existir sem que haja desigualdade social muito acentuada, como pode ser o caso de sociedades mais abastadas; a desigualdade de renda não implica, necessariamente, alto índice de pobreza. Para um melhor esclarecimento dos conceitos, ver Nascimento, 2000, p. 58.

próprios, como se representando e representado não fossem semelhantes (Nascimento, 2000, p. 60).

A nova dinâmica do trabalho flexível e as relações de trabalho modificadas, originadas da precarização e flexibilização do processo produtivo, criou outro modo de vida, baseado na instabilidade e no desemprego. Sendo assim, Nascimento (2000) compreendeu que a exclusão hoje está caracterizada pela falta de emprego, uma consequência do modelo capitalista de produção, que expulsa definitivamente um número, cada vez maior, de trabalhadores para a zona da inutilidade, indivíduos que jamais terão condições de reingressarem na atividade produtiva formal, por não reunirem mais os requisitos exigidos pelo processo de trabalho. Estes sujeitos passaram a ser excluídos, socialmente, por não ser mais “necessários” à produção de valores. Portanto, os “novos pobres” e a “nova exclusão social” se anunciam, principalmente, na insuficiência de emprego, produzindo indivíduos que são desnecessários ao trabalho, ao mesmo tempo em que se observa um intenso estímulo do mercado para que estes indivíduos excluídos se façam presentes na sociedade pelo consumo. Estes pontos de estrangulamento _ desemprego, consumismo e ruptura de vínculos sociais _ contribuíram para criar a imagem de “sujeito pobre”, num cenário de violência social, detonando uma crise de identidade e representação na sociedade atual. Para o autor, este caos social estaria refletindo a ausência de “coesão social”, o que contribuiria para prejudicar a luta histórica dos movimentos sociais por direitos universais.

O termo exclusão tornou-se ainda mais sombrio e mistificado quando, somando-se aos trabalhadores desintegrados socialmente pelo trabalho ou em processo de desqualificação, emergiram outros movimentos, autodenominando-se como excluídos, motivados pelo reconhecimento étnico, condição de gênero, homossexualidade ou mesmo pela causa ambiental. Estes grupos buscavam identidades fora do mundo do trabalho, fragmentando e individualizando interesses, embora carregassem o lema comum de se fazer cumprir justiça social. Ainda que todos pudessem estar em situação de submissão no sistema, prevaleceu a necessidade de “ser diferente” dentro da realidade de igualdade na exclusão. Esta fragmentação de interesses entre iguais terminou por contribuir para o enfraquecimento dos sujeitos e para a consolidação das formas de controle do capital.

É desse modo que, seguindo o mesmo entendimento de Nascimento, acerca do termo exclusão, Oliveira (1997) admitiu que os pobres excluídos “desnecessários”, também poderiam ser considerados necessários, contrapondo a própria noção de exclusão, pois a dialética permitia entender os excluídos como parte de um todo social, sendo funcionais ao modo de produção capitalista, na medida em que esta é uma condição essencial para que

ocorra a acumulação de riquezas. Distante de promover a igualdade, o sistema harmoniza-se pelas diferenças e contradições sendo que os trabalhadores, pobres e desinseridos, continuam representando potencial consumidor e reprodutor de riquezas, mesmo que seja pela informalização e precarização do trabalho, como são exemplos irrefutáveis a atividade domiciliar, a dos camelôs, dos flanelinhas, os que estão na atividade de reciclagem e muitos outros que constituem alternativas pobres de sobrevivência desses sujeitos no sistema formal. Mas, nem por isso, estes indivíduos e seus valores produzidos, deixaram de ser sugados pelo grande capital que, no instintivo movimento para a realização de riquezas, utilizou-se dos corações, estômagos e mentes dos trabalhadores ávidos para consumir, dialeticamente, compondo um balé harmonioso entre criador e criatura.

Apesar da pertinência em atualizar as discussões acerca do tema da desinserção, a compreensão de que se vive sob os fundamentos do sistema capitalista, ainda apresenta-se como o principal ponto de referência, considerando o seu modo de funcionamento e lógica própria. Aqui, o método dialético é relevante ao evidenciar a natureza da reprodução capitalista a partir da recriação das formas de controle do capital sobre o trabalho mesmo que, contraditoriamente, crie a falsa ideia de que o trabalhador é livre para escolher sua atividade e negociar seus direitos. É com este entendimento que se toma a exclusão como um processo necessário à reprodução ampliada do capital, para renovar periodicamente as forças produtivas _ meios de produção e força de trabalho _ tornando viável a manutenção das margens de lucro e a conservação do capital nas mãos de seus donos. De acordo com este princípio, a mobilidade social dos trabalhadores torna-se cada vez mais obstruída, pois nessa relação de força entre capital e trabalho, os donos dos meios de produção estão sempre recriando as condições da submissão dos detentores da força de trabalho, bem como os meios de apropriação dos valores produzidos por eles.

O processo de exclusão ou a permanente desinserção social aparece, assim, como um atributo inerente ao sistema capitalista, muito embora este também se utilize de artifícios, ideologicamente elaborados, para ser visto como expressão de liberdade, justiça, democracia e igualdade. O capitalismo termina sendo reverenciado e aclamado tanto por aqueles que gozam dos ideários liberais quanto pelos que sofrem os infortúnios da exclusão, como se fossem por ela responsáveis, uma vez que o sistema parece ser igual para todos; pobre excluído é aquele que não é bom ou competente o suficiente para o sistema. A manipulação de mentes e corpos, legitimando a reprodução do capital, é um dos recursos mais eficientes para a preservação deste modelo de produção. Assim, pertinentemente, indicou Martins:

(...) a exclusão deixa de ser concebida como *expressão de contradição* no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um *estado*, uma coisa fixa, como se fosse uma fixação irremediável e fatal. Como se a exclusão fosse o resultado único, unilateral, da dinâmica da sociedade atual; como se o mesmo processo não gerasse e não pusesse em movimento, ao mesmo tempo, a interpretação crítica e a reação da vítima, isto é, a sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui, o que representa a sua concreta integração (Martins, 1997, p. 17).

Destarte, a verdadeira exclusão é aquela que se processa invisível, sem um inimigo à frente, mas se consolida, lentamente, na medida em que nos encontramos incluídos nas formas de controle do capital, quer seja pelas novas relações sociais de produção quer pelos valores consumistas que adentram silenciosos as casas dos pobres, modificam costumes e desejos, sob o encanto do que a sociedade presente pode nos oferecer. Talvez tenham sido estes os elementos que alteraram significativamente a subjetividade das pessoas, contribuindo para contextualizar a noção de exclusão/desinserção na atualidade, apenas outra faceta da condição de pobreza e de desigualdade social. Hoje, já se reconhece esta condição, não somente pela carência ou falta de renda, mas, também, porque a situação de pobreza carrega junto a si a corrosão dos valores sociais, do significado de coletivo forte e atuante e, sobretudo, da identidade e dignidade perdidas no espaço do social. Contra essa realidade de apatia coletiva e integração social corrompida, a receita tradicional de promover o crescimento econômico para gerar emprego e renda e diminuir o desemprego, presente no âmbito das políticas sociais, passa como inócua, conforme indicaram Demo (2003) e Pereira (2008), promovendo uma integração social capenga, por estar focada apenas no mercado. Além de contrariar a própria natureza da reprodução do capital, que se desenvolve mais para o enxugamento de empregos do que para sua criação.

Como qualquer movimento histórico, o capitalismo não se procedeu de maneira uniforme, nos países do primeiro mundo, nem muito menos durante a sua expansão pelos demais continentes. Por isso, é necessário considerar que, na condição de explorado, os limites e especificidades materiais e humanos, referentes ao estágio natural destes territórios, fizeram com que a forma capitalista de exploração precisasse sofrer adaptações para viabilizar a exploração da riqueza em novos mundos. Assim, enquanto a Inglaterra do século XVII, já apresentava todas as características de uma economia industrial em pleno desenvolvimento, no Brasil, o que predominava era uma espécie de capitalismo comercial, pautado na monocultura e na extração mineral, vindo a dar os sinais de implantação das primeiras fábricas somente no século XIX⁶¹. Assim, é natural que, apesar de carregar os fundamentos do

⁶¹ Mais informações sobre o início da indústria no Brasil, consultar Luca, 2001.

capitalismo comercial, a formação da sociedade industrial no Brasil traga outras características próprias a sua estrutura política, econômica e social internas, consubstanciando-se em valores e interesses peculiares em suas classes políticas, especialmente, trabalhadores e capitalistas.

É necessário analisar a globalização como uma nova dinâmica do processo de acumulação de capital em geral, desencadeado e orientado, não só pelos países desenvolvidos, mas, também, é importante observar os seus desdobramentos sobre os países pobres que, como parte de uma totalidade, foram influenciados ao mesmo tempo em que influenciaram, não na mesma proporção, a sociedade global. Considerando a fase mais recente do seu desenvolvimento, no pós segunda guerra, enquanto o mundo desenvolvido vivia a era do fordismo, marcado por um intenso crescimento da produção e do consumo, somente, mais tarde, os países, ditos subdesenvolvidos, iniciariam o processo de substituição de importações, o que Lipietz (1989) passou a denominar de “fordismo periférico”, como já discutido em momentos anteriores deste trabalho. Este processo desenvolveu-se de modo bastante peculiar, uma vez que se compunha um cenário em que havia uma classe operária tecnicamente não qualificada, com mercado limitado e baixo poder de compra, além de déficits comerciais, endividamento do Estado e uma crescente demanda social. Diante disso, o rápido crescimento industrial nos países periféricos e, em especial, no Brasil, veio acompanhado de concentração de renda, desigualdades regionais e sociais e conflitos políticos.

Já no segundo momento de substituição de importações, na segunda metade da década de 1960, ao mesmo tempo em que cresceu a produção, também foram aperfeiçoadas as formas de exploração de mais valia entre o norte e o sul. Este processo ocorreu em larga medida com a expansão das multinacionais, que buscavam as áreas carentes por desenvolvimento, caracterizadas por pagar salários mais baixos e por fraca proteção social, o que serviu para aprofundar ainda mais as desigualdades e o déficit social nos países pobres, apesar de proporcionar um rápido crescimento (Ianni, 1986).

Conforme visto em discussão anterior, o esgotamento do ciclo de crescimento econômico no Brasil, marcado com o fim do milagre econômico e da expansão de capital externo, no início da década de 1970, estava afinado com a crise do fordismo, nos países desenvolvidos, e criou as condições necessárias para uma nova reorganização técnica do capital e renovação das forças de sua expansão. Enquanto, nos países centrais, um novo modelo de gestão era implantado nas empresas com o toyotismo, buscando renovar as condições para o aumento da produtividade, no Brasil, observavam-se no setor produtivo iniciativas que indicavam a tentativa de incorporação dos padrões tecnológicos dos países

centrais, moldados pelos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) em finais da década de 1970. Mas, segundo Leite (2003), os procedimentos adotados no Brasil tiveram um caráter limitado, uma vez que o objetivo maior consistia em inibir as possibilidades de participação e organização dos trabalhadores, através do controle pela gerência. Assim, a reação negativa dos sindicatos a tais mudanças, além da própria conduta conservadora das empresas em implementar estratégias que mudassem as formas de organização do trabalho e da gestão da mão-de-obra, o que aparentemente traria uma maior autonomia do trabalhador na tomada de decisão dentro do processo produtivo, foram os elementos principais que contribuíram para modelar este processo no Brasil, preservando mais o caráter conservador. Portanto, Leite (2003) advertiu para um relativo atraso tecnológico do Brasil, em relação aos países desenvolvidos e asiáticos, com poucas alterações na organização do trabalho.

A partir da década de 1990, observou-se, no Brasil, uma maior adesão do Estado à política internacional neoliberal, que tinha como objetivo promover a abertura dos mercados nacionais para favorecer a internacionalização do capital, assim como melhorar as condições internas dos países, através de políticas que visavam à contenção da despesa pública e à estabilização da economia, medidas supostamente necessárias para que o crescimento econômico fosse retomado em bases sustentáveis. Contudo, a relativa estabilidade econômica foi alcançada à custa de baixo crescimento e reduzida capacidade na criação de empregos. Presenciou-se também a forte entrada de jovens e mulheres no mercado de trabalho, além de maior flexibilização nas relações de trabalho (em um mercado já historicamente flexibilizado), com o desmonte do poder dos sindicatos e de sua ação, levando ainda ao crescimento da informalidade do trabalho e de sua precarização (Dupas, 2000; Pochmann, 2001).

Com a abertura do mercado nos anos de 1990, as empresas foram estimuladas a reestruturarem-se para atender aos novos conceitos de qualidade e competitividade, adotando procedimentos que caminhavam para a flexibilização do processo produtivo e das relações de trabalho, além de buscar envolver os trabalhadores nas empresas através de programas de treinamento que visavam estratégias motivacionais e comportamentais. Desse modo, o processo de modernização tecnológica no Brasil e as novas estratégias gerenciais, desenvolveram-se com um controle mais forte sobre o trabalhador no processo de trabalho, submetendo-o aos novos conceitos de competência e qualificação, tendo como consequência o aumento do desemprego, da informalização e da precarização do trabalho e das condições de vida.

O desenvolvimento dos países periféricos deve ser observado como resultado de uma dinâmica particular, mas não independente do movimento global da expansão do capital, sendo quase inevitável o envolvimento dos países pobres no processo de globalização, pois, é neste ambiente em que são determinadas as relações políticas e econômicas vigentes. A questão social mais grave surgida com esta integração foi quanto ao aprofundamento das desigualdades, resultante da maior concentração de renda, do aumento do desemprego e da pobreza, frente à histórica disparidade social.

Para Singer (1998), o impacto, naturalmente esperado com a globalização, foi o aumento do desemprego, como algo inerente ao modo de produção capitalista. A reestruturação produtiva das empresas e a desregulamentação dos mercados fizeram com que, relativamente, se necessitasse cada vez menos de trabalhadores, contribuindo para o aumento das desinserções e da precarização do trabalho. Por “precarização”, Singer entendeu o crescimento da informalidade do trabalho, o aumento do trabalho temporário, as pressões do mercado contra o emprego estável, o enfraquecimento do engajamento e das conquistas dos sindicatos e todo modo alternativo de trabalho que surgiu para manter a sobrevivência do trabalhador, como forma de resistência à manutenção do seu lugar no sistema produtivo. A precarização do trabalho contrariou a preservação das proteções trabalhistas na luta de forças entre capital e trabalho, na sociedade moderna, gerando a desestabilização dos estáveis e o aumento da pobreza, conforme discutido por Castel (1998).

Diante da nova dinâmica da economia global e do aprofundamento da questão social no Brasil, o grande desafio do Estado, a partir da década de 1990, foi desenvolver alternativas, por meio de políticas públicas, tendo como principal preocupação a adaptação da mão-de-obra às condições do mercado, funcionando como mecanismo de inserção ou assistência àqueles indivíduos em situação vulnerável. Desse modo, a política pública de emprego e as políticas sociais, passaram a orientar-se no sentido de tentar minimizar a exclusão social diante da crise social⁶².

A (re)inserção social aparece, hoje, como um importante desafio para as políticas públicas, uma vez que, com a tendência de desinserções pelo trabalho e a perda de dignidade, a ação pública orienta-se para a construção de programas que contemplem também a dimensão política dos sujeitos por meio de medidas que visem a inclusão social e a restauração da cidadania⁶³, conforme verificou-se na proposta atual de qualificação

⁶² Uma abordagem mais ampla sobre a política pública de emprego no Brasil está contemplada no capítulo 5.

⁶³ Este conceito caiu no uso excessivo pelo setor privado, mas carente de qualificação quanto às reais possibilidades de ação e participação dos sujeitos.

profissional. Desse modo, a questão da exclusão atualizou-se no reconhecimento do que ela pode trazer de implicações sobre a carência de participação, de ação e de busca por direitos, tendo em vista o processo mais recente de reorganização das relações sociais da produção, que modificou o espaço social ocupado pelo trabalho e pelo trabalhador e dissolveu a capacidade de mobilização destes, adquirida em épocas anteriores.

O programa de qualificação profissional no Brasil, na versão do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), como parte da política pública de emprego e reformulado num contexto de aprofundamento das desinserções pelo trabalho, apareceu com a intenção de recuperar parte dos lugares perdidos pelos trabalhadores, concebendo a formação profissional como ação capaz de instruir o sujeito para o mercado de trabalho e para o resgate de sua condição de sujeito político. Foi este desafio que gerou o interesse por esta pesquisa, ao procurar entender como o Estado articulou as políticas públicas para o enfrentamento do problema do emprego e das desinserções, incorporando aos seus princípios a reconstrução do lugar social, da participação e da cidadania dos sujeitos.

4.3 Políticas públicas e o novo caráter da intervenção frente ao problema do emprego

Como já foi enfatizado, todas as transformações, ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos de 1970, nos países desenvolvidos, com a chamada produção flexível, devem ser compreendidas como resultado do movimento do próprio modo de produção capitalista que, como visto, está o tempo todo reorganizando as forças produtivas e revigorando as formas de controle dos trabalhadores no processo de trabalho. Somente na aparência, a flexibilidade produtiva e das relações de trabalho, representa menos exploração e maior liberdade e controle do trabalhador em sua atividade; ao contrário, significa, na essência, uma nova forma de submissão real do trabalho ao capital. Assim, este processo de flexibilização passou a exigir outra postura dos atores envolvidos quanto à empresa capitalista, adotando novas técnicas e modernizando os sistemas de administração e controle do trabalho no processo produtivo, buscando sempre aumento de produtividade e competitividade.

No âmbito das políticas públicas, observou-se uma mudança de postura do Estado na medida em que se voltou para a criação de políticas econômicas, com o intuito de promover a estabilidade da economia, criando condições internas que transmitissem confiança para o

mercado, ao mesmo tempo em que estimulou a ativação de políticas públicas de emprego, visando à redução do desemprego e dos seus impactos sobre a sociedade.

Do lado do trabalhador, a perda da segurança no trabalho, devido ao processo de produção flexível e o enfraquecimento dos sistemas de seguridade social, fizeram com que precisassem desenvolver uma nova postura para se manterem no mercado de trabalho. Para isso, além de buscar atender à necessidade de adaptação da força de trabalho às novas tecnologias que surgiram no processo produtivo, a qualificação profissional, na contramão, também pareceu incorporar o caráter, ideologicamente construído pela política neoliberal, de responsabilizar o trabalhador por sua própria condição de desempregado. Ou seja, a sociedade capitalista atual tem se orientado, cada vez mais, pelos princípios do mercado, onde são disseminados os conceitos de eficiência e competência para determinar a conduta do sujeito na sua vida profissional e pessoal. Assim, o Estado também se posicionou como agente com a responsabilidade de criar possibilidades de políticas públicas que atendessem a esta nova racionalidade.

Neste contexto, o problema do emprego, por um lado, passou a ser enfrentado com as políticas passivas entendidas, em certa medida, como assistencialistas, por orientar-se ao atendimento de pessoas desocupadas, através de programas como seguro-desemprego e renda mínima, não servindo para criar diretamente empregos; e, por outro lado, com as políticas ativas, agindo no estímulo direto à criação de emprego ou na preparação da oferta de trabalho daqueles que iriam entrar no mercado de trabalho ou que já estavam colocados e precisavam melhorar a qualificação. No âmbito das políticas ativas, segundo a classificação de Ortega, Ocaña e Farelo (2004), as políticas públicas poderiam orientar-se por meio de incentivos às empresas para a criação de novos empregos, por mudanças nas relações de trabalho para facilitar as contratações, estímulo à formação profissional, políticas específicas para o público com maior dificuldade de inserção e políticas de apoio ao desenvolvimento local e social. Todavia, estas iniciativas deixavam evidente o reconhecimento de que existia o agravamento da exclusão social em função do crescente desemprego e o Estado precisava tomar um posicionamento para enfrentar e amenizar esta situação com as políticas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, procurando melhorar a sua formação e orientá-lo para uma nova atividade.

As políticas de emprego foram sendo conduzidas de modo a atender ao chamado público em situação de maior fragilidade, como os jovens, as mulheres, com baixo grau de escolaridade e os indivíduos com mais de 45 anos de idade, desempregados e com dificuldades de encontrar outro emprego. Observou-se que o desemprego poderia atingir todas

as categorias de trabalhadores, por resultar das mudanças na estrutura e na gestão do processo de trabalho. Apesar de necessários, numa situação de extrema carência, os programas assistenciais ainda passam por ajustes, buscando superar seus impasses e melhorar a efetividade, e são muito criticados por aparecerem, também, com um caráter imediatista e não atenderem satisfatoriamente ao problema da (re)inserção do trabalhador no mercado de trabalho (Demo, 2003).

Quanto à política de qualificação profissional, mais especificamente, além de refletir a necessidade de melhorar a formação do trabalhador em relação às novas condições do mercado de trabalho, possibilitou uma mudança de postura do trabalhador na medida em que passou a admitir e absorver a ideia de que o indivíduo deve buscar os meios para sair da condição de desempregado. Ou seja, o desemprego pode ser visto como uma situação provisória, encarada como um momento para aprimorar a qualificação profissional e encontrar uma colocação melhor. Assim, o trabalhador passou da situação de desempregado, desprotegido e incapaz, para a posição de sujeito ativo que busca a qualificação para tornar-se mais eficiente e competitivo, conforme a discussão no capítulo 3. Desse modo, parece desenvolver-se a responsabilização do trabalhador pela sua própria condição de desempregado, pois, do ponto de vista do mercado, o sistema lhe oferece oportunidades e, se não souber aproveitá-las, a “culpa” é somente sua, visto que é de sua responsabilidade qualificar melhor sua força de trabalho como mercadoria “vendável”.

O desemprego, na sociedade contemporânea, passou a ser encarado como falta de ambição e de iniciativa pessoal, tornando menos visível a importância das causas estruturais que promovem a eliminação de postos de trabalho, ao mesmo tempo, em que diminui a responsabilidade social do Estado para com a questão. Neste contexto, também foi difundida a ideia de “empreendedorismo” pessoal, uma vez que a realização de um curso profissionalizante vem acompanhada da possibilidade do trabalhador transformar-se em dono do seu próprio negócio, podendo ser livre e controlador do seu tempo. Observou-se, assim, que, lentamente, foi sendo incutida a mentalidade da iniciativa empresarial na cabeça do trabalhador, contribuindo para a criação de atividades alternativas ligadas, principalmente, ao setor de serviços, passando do conceito de emprego para o de ocupação e dissimulando a criação de uma série de atividades precarizadas.

Para alguns críticos da política pública de emprego no Brasil como Dedecca (1998) e Azeredo (1998), apesar de fundamentar uma das ações do Estado, para o trabalhador sem ocupação, a formação profissionalizante aparece como uma forma de contornar os problemas advindos da desinserção. Para o Estado, representa, em certa medida, uma resposta política

para a sociedade que demanda ações concretas diante do problema do desemprego. Outra importante questão para este debate é o fato de que a política de emprego, com o intuito de promover a inserção social, muitas vezes pode estar associada à política de assistência social, em que os programas de qualificação aparecem atuando junto com os programas de transferência de renda e seguro-desemprego, entre outros. A partir dos anos de 1980, a política pública de emprego e as políticas de assistência social contra a pobreza estavam cada vez mais próximas, “(...) ambas convergen y tienden a unificarse en las políticas de inserción, que funcionan de manera entrecruzada: lo asistencial se torna cada vez más inserción por el empleo y, a su vez, la inserción por el empleo se torna cada vez más asistencial” (Ortega, Ocaña e Farelo, 2004, p. 245).

Na medida em que o Estado tem como uma das orientações da política pública de emprego, a formação profissional, é importante reconhecer que esta ação visa a atender uma demanda específica do mercado, com o intuito de adaptar a força de trabalho às novas necessidades técnicas, orientando os desempregados, criando novas atividades e assistindo aqueles em situação de fragilidade. Contudo, pela própria natureza, o sistema produtivo continuará eliminando força de trabalho, fazendo com que uma margem expressiva de trabalhadores seja sempre considerada inapta às novas condições de trabalho, o que significa admitir que a política pública de emprego possa funcionar também como “gestão da exclusão”, na medida em que atua com um caráter assistencialista na atenção ao público excluído (Ortega, Ocaña e Farelo, 2004).

Desse modo, um grande desafio para as políticas públicas, no enfrentamento da questão do emprego, é elaborar formas criativas para tornar possível a inserção dos sujeitos na sociedade por meio do trabalho digno. Porém, é importante que os projetos de qualificação profissional e de assistência social não se tornem medidas permanentes, com caráter meramente assistencialista, sob o risco de perder o sentido da inclusão na ausência de saídas, em meio à crescente exclusão social.

4.3.1 Qualificação profissional e controle social

Considerando a natureza destruidora do lugar social do trabalho pelo capital e a tendência de desinserção daqueles que dependem da força de trabalho para sobreviver, a qualificação profissional ressurgiu como oportunidade para o trabalhador manter-se no

mercado de trabalho. Como parte do movimento de acomodação das forças produtivas ao novo padrão de acumulação, não se pode perder de vista o caráter ideológico da qualificação profissional, na medida em que visa também ao controle social da força de trabalho para além do ambiente da produção.

O tempo fora do trabalho tem sido cada vez mais monitorado e orientado para servir aos interesses do capital, seja pela noção da qualificação permanente ou pelo estímulo ao consumo de bens e de valores que alimentam a reprodução do capital (Antunes, 1999). A instrução ou qualificação do trabalhador, longe de parecer uma ação voluntária e expressão de autonomia, é antes funcional ao capital, quer seja no nível técnico, na atualização/adaptação às novas tecnologias, quer seja na relação social, quanto à submissão do sujeito no processo de trabalho. De acordo com Braverman (1987), na medida em que as forças produtivas foram se desenvolvendo, seria natural esperar um aumento da qualificação dos trabalhadores, o que não implica, obrigatoriamente, em aumento de *status* profissional ou de salário, mas o esforço dos sujeitos para permanecer na condição de trabalhador produtivo, segundo a orientação do capital. Nesta perspectiva, a qualificação profissional representa sempre um “abismo”, pois:

(...) quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa de saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece (Braverman, 1987, p. 360).

O que se constituiu em motivo de preocupação, para Braverman, foi o fato de que, junto com a qualificação profissional fortaleceu-se o conteúdo de “adaptabilidade” da força de trabalho ao ritmo da acumulação de capital. A permanente necessidade de o trabalhador atualizar-se, em função da evolução tecnológica, promoveu uma reorientação na condução da “formação profissional”, uma vez que os cursos passaram a ocorrer de maneira a privilegiar uma instrução mais prática, ministrada num curto espaço de tempo “desmoralizando”, com isso, os conteúdos pedagógicos. Além disso, o interesse pela qualificação profissional também é funcional, por adiar naturalmente a entrada dos jovens no mercado de trabalho, sendo o número de anos de estudo e os cursos profissionalizantes, requisitos adicionais no momento da seleção dos candidatos que devem mostrar suas habilidades e se destacar da massa da oferta de trabalho. O prolongamento de tempo do trabalhador na escola, qualificando-se, além de adiar a sua participação como trabalhador ativo, também o mantém num lugar social provisório _ o de aprendiz _ o que, perversamente, em alguns casos, poderá não ser

convertido em trabalhador estável, contrariando a falsa noção de qualificação profissional, como autonomia para o sujeito. Conforme sugeriu o autor:

Para o trabalhador, o conceito de qualificação está ligado tradicionalmente ao domínio do ofício _ isto é, a combinação de conhecimento de materiais e processos com as habilidades manuais exigidas para desempenho de determinado ramo da produção. O parcelamento das funções e a reconstrução da produção como um processo coletivo ou social destruíram o conceito tradicional de qualificação e inauguraram apenas um modo para domínio do processo de trabalho a ser feito: mediante e com o conhecimento científico, técnico e de engenharia do trabalho. Mas a extrema concentração desse conhecimento nas mãos da administração e suas organizações de equipes associadas fecharam essa via de acesso à população trabalhadora. O que se deixa aos trabalhadores é um conceito reinterpretado e dolorosamente inadequado de qualificação: uma habilidade específica, uma operação limitada e repetitiva, “a velocidade como qualificação” etc. (Braverman, 1987, p. 375).

Assim, a qualificação profissional veio desempenhar uma função social para o capital, na medida em que formou, adaptou e gerenciou a entrada da força de trabalho no mercado de trabalho, em consonância com o ritmo do processo de acumulação. A busca pela qualificação profissional representa a luta para o sujeito manter-se na condição de indivíduo produtivo, útil, na procura de reconhecimento e de garantia de um lugar social na sociedade.

O processo de desinserção pelo trabalho criou a necessidade, no sujeito, de encontrar novas formas de inserção, procurando de qualquer forma _ com o trabalho assalariado ou atípico _ ocupar um espaço social. Foi, a partir de 1970, com a conjuntura de desemprego e a crise do Estado de bem-estar social na Europa e, mais tarde, com o agravamento da questão social nos países em desenvolvimento, que as políticas sociais e de emprego ganharam maior expressão. Neste contexto, a qualificação profissional passou a ter sentido também como política de inserção, apoiada pelo Estado. O que alguns estudiosos, como Dedecca (1998), Paiva (2000) e Tomasi (2004b) vêm discutindo é que, mesmo sendo a qualificação profissional um requisito indispensável quanto à atualização dos trabalhadores às novas tecnologias, capacitando-os para concorrerem com seus pares no mercado, a aquisição ou aperfeiçoamento das habilidades profissionais, não é garantia de um trabalho estável, numa situação de desemprego.

Este debate serviu de estímulo para se buscar entender como as transformações recentes, no mundo do trabalho, vêm afetando a realidade brasileira e, em particular, a paraibana, e como a política pública de emprego, por meio do programa de qualificação profissional, vem contemplando a questão social da desinserção. Diante do avanço da ciência e da técnica, haverá sempre uma lacuna a ser preenchida pelo trabalhador para encontrar-se

completamente apto ao trabalho, pois as instruções adquiridas logo serão descartadas por uma nova técnica ou destinadas à desvalorização pela reutilização em setores marginais, tornando, assim, a qualificação do trabalhador uma permanente necessidade. Este é um movimento voluntário, desempenhado pela reprodução de valores, como indicou Castel:

No seio da própria empresa, a corrida à eficácia e à competitividade acarreta a desqualificação dos menos aptos. A “administração participativa” exige a mobilização de competências não apenas técnicas, mas também sociais e culturais, que pegam no contrapé a cultura profissional tradicional de uma maioria de assalariados. Quando, no contexto da busca da “flexibilidade interna”, a empresa entende adaptar as qualificações dos trabalhadores às transformações tecnológicas, a formação permanente pode funcionar como uma seleção permanente (Castel, 1998, p. 519).

Para Castel, neste processo é importante considerar a desestabilização dos estáveis e o déficit de lugares⁶⁴ como consequência natural da própria lógica de expansão do capital e do processo de precarização do trabalho, mais acentuado na segunda metade do século XX, entendendo que alguns lugares sociais estarão perdidos em definitivo. Desse modo, o problema da exclusão social pode ainda ser mais sério ao considerar a possível “não-empregabilidade” dos qualificados, uma vez que o modelo de produção é, na sua essência, excludente e seletivo.

A função social da instrução técnica se orientou, ainda, na transmissão de conhecimentos práticos para a execução de atividades e objetivos predeterminados, não permitindo um processo amplo de discussão dos conteúdos programáticos e nem dos procedimentos pedagógicos, por parte dos gestores e dos educandos dos programas de qualificação profissional (Manfredi, 2002). Além disso, os conteúdos técnicos orientaram para uma instrução imediata em detrimento da formação humana, corroendo o sentimento de coletividade e cidadania em prol do sucesso individual. Neste sentido, pode-se refletir sobre o fato de que:

A educação corrente e formal, simplificadora das realidades do mundo, subordinada à lógica dos negócios, subserviente às noções de sucesso, ensina um humanismo sem coragem, mais destinado a ser um corpo de doutrina independente do mundo real que nos cerca, condenado a ser um humanismo silente, ultrapassado, incapaz de atingir uma visão sintética das coisas que existem, quando o humanismo verdadeiro tem de ser constantemente renovado, para não ser conformista e poder dar resposta às aspirações efetivas da sociedade, necessárias ao trabalho permanente de recomposição do homem livre, para que ele se ponha à altura do seu tempo histórico (Santos, 2007, p. 57).

⁶⁴ Tema já abordado anteriormente.

Considerando as reflexões de Santos, não se pode olvidar que a qualificação profissional não se apresenta isenta, apesar do seu caráter de política pública e do discurso da inclusão social, podendo ser influenciada, ideologicamente, pelo processo de disputa de poderes e de lugares, ao longo da construção dos espaços sociais. Neste movimento, é preciso ter cautela, pois, diante das discussões já realizadas até o momento, deve-se considerar que o controle social do trabalho também pode se dar por meio da racionalidade da ciência e da técnica (Habermas, 2006), instruindo e acomodando os sujeitos à lógica da reprodução do capital e legitimando a relação de dominação do capital sobre o trabalho. É este mesmo controle social o responsável por calar os trabalhadores à medida que os submete ao ritmo do desenvolvimento das forças produtivas, ameaçando-os com o risco da desinserção social e restringindo os seus espaços de participação.

O que instigou esta investigação, foi entender o programa de qualificação profissional, por meio do PNQ/PlanTeQ no estado da Paraíba, como um processo em construção, buscando analisar o contexto que marcou o seu surgimento e a possibilidade de responder ao problema do emprego diante da realidade local. Como uma política em construção, cabe observar os avanços, os desafios, as contradições, as relações de poder, o lugar ocupado pelo trabalhador e a sua compreensão sobre o processo de orientação profissional do qual ele é o principal sujeito, na relação entre qualificação profissional e formação cidadã. Tornou-se pertinente refletir, ainda, sobre os impasses históricos que marcaram a dimensão política no Brasil na construção das políticas públicas e no exercício de uma participação cidadã.

4.4 Reforma do Estado, políticas públicas e cidadania no Brasil

Conforme já advertido anteriormente, apesar de se considerar o Brasil como um país em desenvolvimento e integrando a dinâmica mais geral da acumulação de capital, também é importante reconhecer que este movimento teve implicações muito particulares sobre cada nação em função de sua história, das condições socioeconômicas, da cultura, do trabalho, dos movimentos sociais e das relações de poder, estabelecidas entre os vários sujeitos sociais. Foram estas peculiaridades que fizeram com que as noções de direito, cidadania e justiça apresentassem sentidos e utilizações diferenciadas pelas políticas públicas, provocando efeitos, igualmente diversos, a partir dos sujeitos envolvidos na sua construção e execução.

Uma breve retrospectiva sobre como foi se gestando, ao longo do tempo, as várias concepções sobre a questão social, faz-se necessário para compreender melhor a atuação das políticas públicas no Brasil. De acordo com Cohn (2000), somente a partir da década de 1930, foi que a questão social no país passou a ser associada ao mundo do trabalho e compreendida como responsabilidade do poder público. Antes desse período, o tema social estava dissociado do trabalho, fazendo parte da dimensão privada e sendo tratado por meio da atitude filantrópica de homens de posses e prestígio social. A situação de pobreza era entendida como o resultado da carência de recursos materiais e intelectuais e a questão social aparecia como um problema eventual em que o Estado também agia de forma localizada. O desenvolvimento industrial do país, acelerando a urbanização e a formação de uma classe operária, criou novas demandas sociais para o Estado, com a reivindicação dos trabalhadores pela regulamentação de direitos sociais e trabalhistas. Assim, a noção de cidadania formou-se em função da vida no trabalho, enquanto os pobres e excluídos ainda apareciam como um problema privado e atribuído à atividade filantrópica. Conforme a análise da autora:

(...) Não é por outro motivo que os direitos sociais no Brasil até hoje traduzem-se em políticas e programas sociais que se dirigem a dois públicos distintos: os cidadãos e os pobres. Cidadãos são aqueles que, por exemplo, estão cobertos por um sistema de proteção social ao qual têm direito porque contribuem para com ele. Os pobres são aqueles que, por não apresentarem capacidade contributiva, uma vez que nem sequer apresentam capacidade de formas autônomas de garantia de patamares mínimos de sobrevivência, são alvo de políticas e programas sociais de caráter filantrópico e/ou focalizado em determinados grupos reconhecidos como mais carentes e “socialmente vulneráveis” (Cohn, 2000, p. 389-390).

Além de destacar a atuação das políticas sociais no Brasil, em que se distinguia o atendimento entre cidadãos e pobres, Cohn considerou, ainda, mais dois fatores que caracterizavam o tratamento da questão social pelo Estado: o caráter paternalista e o clientelista, contido nos programas e políticas sociais, o que implica ter que admitir:

(...) a característica de as políticas sociais comandadas pelo Estado reproduzirem a subalternidade dos segmentos mais pobres da população, reforçando assim seu auto-reconhecimento como sujeitos dependentes dos favores personalizados do Estado ou individuais de membros das elites políticas, locais, estaduais e/ou nacionais (Cohn, 2000, p. 390).

Representante de uma crítica contumaz, Cohn reconheceu que o enfrentamento da questão social no Brasil ocorreu de modo fragmentado, contribuindo mais para a “reprodução de subalternidade das classes assalariadas” e sem promover uma inclusão social cidadã,

defendendo a tese de que as políticas sociais só contribuíram para reproduzir as “desigualdades sociais já existentes”. Desse modo, asseverou que:

(...) o enfrentamento da “questão social” no país é sempre estreitamente vinculado à modernidade atribuída às nossas elites políticas, e por consequência ao Estado brasileiro, que a regula e legitima segundo seus próprios interesses, preservando assim sempre “por antecipação” a ordem social vigente (Cohn, 2000, p. 392).

Para caracterizar os contornos da sociedade brasileira, após a década de 1930, Santos (1987) denominou de “cidadania regulada” a forma como os direitos foram sendo consolidados e regulamentados pelo Estado, em consonância com o desenvolvimento da economia industrial. De acordo com a definição do autor:

Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei (Santos, 1987, p. 68).

Desse modo, a noção de cidadania foi sendo formalizada a partir da profissão e do lugar ocupado pelo trabalho na sociedade e, não pelo reconhecimento anterior do sujeito como ser social que tem direitos, independente do trabalho. Com a cidadania regulada, o sujeito tinha seus direitos determinados a partir do trabalho. Portanto, o seu reconhecimento social como cidadão só se dava por sua utilidade no processo produtivo, desempenhando uma atividade legitimada pela lei. Assim, formalmente, já se estabelecia um critério de desigualdade entre os trabalhadores cuja ocupação encontrava-se regulamentada pelo Estado, detentores de direitos e de representação sindical, e aqueles que desempenhavam atividades não reconhecidas, como era o caso do trabalho rural, doméstico e informal, entre outros. Estes últimos, segundo Santos, formavam uma categoria de “pré-cidadãos” por não terem seu trabalho reconhecido legalmente e não realizarem contribuição fiscal não podendo, assim, exercer a condição de cidadão pelo trabalho. Para o autor, a noção de cidadania gestou-se com o lugar social ocupado a partir do trabalho. Conforme sua apreensão:

A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico. Quando, após reestruturar *strictu sensu*, a ordem de cidadania regulada assim gerada irá condicionar o sistema de desigualdades decorrentes da política oficial de previdência, por um lado, e o

desenvolvimento de um conflito ao mesmo tempo político e intraburocrático, por outro (Santos, 1987, p. 69).

Assim, foi se desenhando, na sociedade, um modelo de cidadania que tinha na sua essência a concessão de direitos sociais a partir do trabalho, inclusive o direito de opinar, participar e influir aparecia como atribuição apenas dos movimentos de trabalhadores e não como direito próprio a qualquer membro da comunidade. O Estado, enquanto agente regulamentador das relações de trabalho, garantia os direitos sociais a quem era produtivo pelo trabalho formal e regular. Assim, prevalecia uma compreensão de que os sujeitos inseridos pelo trabalho com carteira assinada teriam direitos assegurados, restando aos excluídos o assistencialismo do Estado ou a filantropia dos benfeitores.

A partir dos anos de 1970 e 1980, enquanto nos países centrais já se discutia o reposicionamento do Estado em relação à sociedade e, em especial, sobre o segmento dos trabalhadores, em virtude da crise do Welfare State e do surgimento do modelo de produção flexível, no Brasil, a economia recém industrializada ainda suspirava o último fôlego do milagre econômico, reproduzindo um fordismo típico de países subdesenvolvidos denominado de modelo de substituição de importações (Lipietz, 1989), conforme discutido anteriormente. No plano político, amargava-se a era dos governos autoritários e, conseqüentemente, o encolhimento dos movimentos sociais, em especial, o dos trabalhadores.

Em se tratando da passagem da década de 1980 para a de 1990, no Brasil, este momento foi marcado pelo fim do Estado de exceção, pelo movimento de redemocratização e pela conquista de novos direitos sociais assegurados na Constituição de 1988, além da reforma do Estado e da abertura econômica, em consonância com o processo de globalização. A nova ordem mundial, representada pelo consenso de Washington, estabelecia uma série de condições a serem seguidas pelos países pobres e de economias desequilibradas para participar do comércio mundial. Foi neste cenário que se definiu a reforma do Estado brasileiro, objetivando enxugar as contas públicas, tornar mais eficientes os serviços públicos e promover a estabilidade econômica. Naquele momento, o princípio ideológico presente no projeto da reforma era o de reduzir a presença do Estado na economia e abrir o mercado para o deleite das empresas transnacionais. De acordo com Nogueira,

A reforma, no fundo, destinava-se a desconstruir o Estado com o propósito de encontrar outra maneira de posicioná-lo *vis-à-vis* o mercado e a sociedade, que se modificavam rapidamente por efeito da globalização. O aparelho de Estado precisaria ser outro para poder ter melhor desempenho (Nogueira, 2005, p. 47).

A existência de uma cultura política, pautada nas oligarquias, no clientelismo e no paternalismo, além de uma política econômica, historicamente ineficaz para controlar a inflação, de um crescimento econômico débil, do fracasso de vários planos econômicos e das desastrosas trocas de moeda, no seu conjunto, contribuíram para o descrédito na política monetária. Além disso, o agravamento da questão social, com o aumento do desemprego e da pobreza, construíram a imagem de um Estado falido, ineficiente e incapaz de responder adequadamente às demandas sociais. A reforma do Estado estruturou-se sobre a noção do excesso de Estado, propondo a racionalização dos procedimentos, o enxugamento da máquina administrativa e o equilíbrio fiscal. Significou, portanto, a menor presença do Estado e a maior participação do mercado, privilegiando uma administração gerencial em que se adotaram como principais parâmetros a racionalidade, a eficiência e o equilíbrio econômico. O Plano Real, implantado ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi o melhor representante da política econômica, adotada sob o projeto da reforma do Estado, proporcionando a recuperação do poder da moeda, o controle da inflação, a revitalização do sistema financeiro, além de um amplo processo de privatização. Considerando a abordagem de Nogueira,

(...) A reforma foi concebida para promover um incremento significativo do desempenho estatal mediante a introdução de formas inovadoras de gestão e de iniciativas destinadas a quebrar as “amarras do modelo burocrático”, a descentralizar os controles gerenciais, a flexibilizar normas, estruturas e procedimentos. Além disso, trabalharia em prol de uma redução do tamanho do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato (Nogueira, 2005, p. 41).

A reforma do Estado, apesar de se propor à modernização da esfera pública, fez-se pelo aperfeiçoamento da burocracia e pelo conservadorismo de certas práticas de poder, restringindo a participação e o controle social da sociedade sobre o Estado, elemento que se expressou, por exemplo, no excesso de medidas provisórias, emitidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi isso o que Diniz (1998) caracterizou como “déficit de *accountability*”⁶⁵, considerando a insuficiência de instituições fiscalizadoras e denunciadoras dos excessos e dos desvios de funções na gestão pública. Assim, no Brasil, observou-se o desenvolvimento de uma “reforma pelo alto”, na medida em que os mecanismos de controle

⁶⁵ Este conceito de difícil tradução para o português sugere a ideia de obrigação dos representantes do poder público ou de órgão administrativo prestar contas de suas ações às instituições fiscalizadoras, controladoras ou a seus representados da sociedade. O conceito também se aproxima da noção de responsabilização dos gestores públicos em prestar contas e tornar transparente o uso dos recursos públicos.

foram falhos, favorecendo a permanência de práticas conservadoras e antidemocráticas. De acordo com as reflexões de Diniz:

(...) A baixa eficácia dos instrumentos de responsabilização pública dos governantes e o excesso de discricionariedade da alta burocracia estatal reforçam-se mutuamente, gerando um vazio quanto às formas usuais de supervisão entre os poderes e de controle social por parte do público em geral. À ineficácia dos mecanismos de controle externo associa-se a prática da reforma pelo alto, de longa tradição no país, produzindo condições adversas à institucionalização de procedimentos abertos ao jogo democrático. Desta forma, o desenho institucional prevalecente e as formas menos formalizadas de atuação levaram à consolidação de uma estrutura de oportunidades e incentivos favorável à aludida tendência à irresponsabilidade pública das elites estatais e à expansão das práticas de clientelismo e corrupção (...) (Diniz, 1998, p. 37).

Assim, os mecanismos de controle social sobre as ações do Estado são de grande importância como forma de demandar lugares e garantir a participação cidadã expressando, com isso, a continuidade do processo de redemocratização e evitando, assim, de nos tornar reféns de uma “democracia minimalista” consentida.

Outrossim, é relevante reconhecer que esta fase de reformas no setor público e na economia, também teve sua importância em tentar recuperar a moralização do aparelho administrativo estatal, criando mecanismos de fiscalização e controle das contas públicas e inaugurando uma mentalidade mais racional, quanto à necessidade de transparência na gestão pública. Também se deve destacar que a conquista da tão desejada estabilidade econômica se deu, em meio a um modesto crescimento econômico e ao aprofundamento da questão social. A adoção das novas tecnologias, como atributo da flexibilização da produção, a forte concorrência do setor interno com empresas transnacionais _ após a abertura do mercado _, e a economia globalizada, provocaram uma reorganização do mercado interno e o aumento do desemprego e das desinserções. Observou-se que uma das principais consequências políticas desse movimento perverso foi o encolhimento das organizações dos trabalhadores, mediante a perda das ocupações e da flexibilização do trabalho, aumentando a precarização e a informalização dos que buscavam alternativas de sobreviver com seu trabalho. Estas questões serviram de referência para contextualizar a atuação da política pública no enfrentamento da questão social e reforçaram o interesse em perceber, neste trabalho, os caminhos e as práticas políticas próprias de tal conjuntura.

A reforma do Estado, no Brasil, provocou um impacto significativo sobre a dimensão política, desafiando os movimentos sociais a buscarem alternativas e “reformarem” sua forma de luta para manter as conquistas e os direitos assegurados na Constituição de 1988, uma vez que a crise social desviava o foco das atenções para o problema mais urgente naquela ocasião:

a fome. Assim, o grande desafio da sociedade brasileira, representado nos vários movimentos sociais nos anos de 1990, foi tentar manter vivo o processo de redemocratização, iniciado na década anterior, em meio ao movimento de crescentes desinserções e de uma política intimidadora da ação dos sindicatos.

Por outro lado, apesar do forte conteúdo neoliberal presente na reforma do Estado, este período foi marcante para a construção e garantia de espaços de participação da sociedade civil, resultado da luta dos movimentos sociais, denominado por Nogueira (2005) como movimento “democrático-participacionista”. Assim, é importante reconhecer a globalização e todo esse processo de reforma do Estado brasileiro, como expressão de um movimento dialético que está carregado de disputas, poderes e contradições.

Ao mesmo tempo em que se constatarem avanços como a estabilidade econômica e a consolidação de espaços de participação política da sociedade, também se percebeu a “desvalorização política”, conforme Nogueira, limitando o avanço da democracia e da participação cidadã, uma vez que a gestão pública e a própria vida social tornaram-se cada vez mais regidos pelo excesso de burocracia, procedimentalismos, normas e editais. No excesso de racionalidade, mascarou-se a intenção de desqualificar os sujeitos que não dominavam tais conteúdos, distanciando-os das decisões em uma sociedade reordenada sob os signos da racionalidade, da eficiência e do individualismo. O próprio critério de eficiência administrativa, promovido pela reforma, colocando-se alheio aos interesses dos cidadãos, foi criticado por Nogueira quando afirmou:

(...) Na construção discursiva da reforma, a face tecnificada da gestão trouxe consigo uma ética desprovida de grandeza. Ganharam-se pontos em termos de modernização administrativa, mas não houve modificações expressivas nem na imagem da administração pública perante a sociedade, nem na lealdade dos cidadãos, que continuaram a achar que o mercado seria mais competente que o Estado no provimento de certos serviços básicos. Os cidadãos persistiram demonizando o Estado (ou se pondo de modo submisso e alienado diante dele) e não se sentiram comprometidos com a “revolução” que se dizia estar sendo feita no aparelho do Estado (Nogueira, 2005, p. 50-1).

Assim, além de poucos os ganhos iniciais de racionalidade e eficiência estatal, avançou-se pouco em relação ao enfrentamento da pobreza. A maior prevalência do mercado e o esmaecimento do Estado prejudicaram o processo de integração social e promoveram maior fragilidade política sobre os sujeitos, enquanto uma participação cidadã qualitativa. Conforme, ainda, assinalou o mesmo autor, o discurso da reforma

(...) abandonará a fronteira do Estado como campo de lutas de emancipação para se concentrar numa ideia de Estado como espaço de regulação, elaboração e implementação de

políticas. Haverá menos antagonismo e mais consenso racional, menos democracia política e mais deliberação democrática (Nogueira, 2005, p. 59).

O encolhimento político dos sujeitos surgiu como um dos principais efeitos da globalização, da produção flexível e da reforma neoliberal do Estado sobre os movimentos sociais, uma vez que está longe dos objetivos do capital promover a emancipação política dos sujeitos, cabendo a estes a inventividade e a combatividade na construção de uma ação contra-hegemônica que possa lhes garantir lugares sociais e participação cidadã. Além disso, tentando retirar o Estado de cena, a reforma favoreceu o surgimento de entidades ligadas à prestação de serviços no campo social (ONGs, associações, entre outras) e de cunho filantrópico. Neste sentido, Nogueira alertou para o caráter que a questão social e a filantropia assumiram, tendo em vista que, com a reforma do Estado, desqualificaram-se as funções do setor público, ao mesmo tempo em que se responsabilizou a sociedade civil na prestação de serviços básicos, estimulando entidades sociais, não estatais, e a iniciativa privada para ações que, supostamente, visavam a enfrentar a questão social. A partir desse modelo, uma releitura foi feita a respeito da noção de cidadania, impregnando-se no comportamento dos sujeitos os conceitos de individualismo e de empreendedorismo, além de se privilegiar a “ação cidadã” das empresas, a responsabilidade social e a “filantropia moderna”. Esta concepção atualizada de cidadania só veio reforçar o desapego do cidadão com a esfera pública, já que se fortalecia a ideia de que a sociedade sem o Estado era capaz de “resolver seus próprios problemas” ressignificando, assim, o conceito de cidadania. Desse modo, conforme assinalou Nogueira:

(...) a responsabilidade social, por sua vez, passará a ser pensada de modo profissional e a ser incorporada ao próprio planejamento estratégico das empresas, como um componente intrínseco da gestão empresarial enquanto tal. Independentemente do valor e da dimensão positiva dessa inflexão, não há como negar que se estava diante de um projeto de hegemonia e legitimação. A “caridade” não se abriu para os termos da cidadania entendida com sentido forte. A filantropia do terceiro setor e da “empresa-cidadã” surgirá modernizada, vestida com o manto da solidariedade. Produzirá resultados sociais que não podem ser desprezados, mas não ajudará a que se funde um novo ou um melhor Estado. Além do mais, ao emergir como parte de um projeto de hegemonia _ que incentiva a solidariedade e ao mesmo tempo celebra o indivíduo empreendedor e elogia a comunidade (a sociedade civil) capaz de resolver seus próprios problemas _, a filantropia moderna acrescentará uma dose a mais de despolitização no imaginário coletivo (Nogueira, 2005, p. 57).

A dialética presente na reforma do Estado implica reconhecê-la como um processo em permanente mudança, admitindo o surgimento de novos sujeitos sociais, valores e ideias, adequados à época de um mundo flexível em que os poderes também são reformados, embora permanecendo a velha relação de exploração do capital, tendo o Estado como legitimador. Entretanto, o embate entre os diferentes poderes também precisou ser reformado, tendo em

vista a fragmentação e o surgimento de movimentos sociais, passando a compor interesses particulares como expressão de identidades diversas. As subjetividades foram profundamente alteradas no novo cenário da flexibilização da produção⁶⁶ e da vida social, desestimulando, como visto anteriormente, a ação coletiva em busca de aspirações comuns, pois, cada vez menos, se percebe coesão nos interesses.

O caráter da intervenção do Estado para o enfrentamento da questão social também foi modificado, fazendo com que se revigorasse a ação das políticas sociais para atacar imediatamente o problema da pobreza e da fome, garantir acesso aos direitos sociais do público em situação vulnerável, criar mecanismos de geração de emprego e renda e promover a inserção social dos excluídos. Segundo Nogueira (2005), é inadmissível que o planejamento econômico ocorra de “costas para a sociedade”, justificando-se, assim, o fortalecimento das políticas sociais como forma de amenizar as consequências sociais negativas, resultantes de políticas econômicas restritivas.

As políticas sociais atuantes, na década de 1990, no Brasil, vieram tentar resgatar o conteúdo da cidadania como forma de compensar a dívida social, contraída nas décadas anteriores e dar prosseguimento às conquistas no campo dos direitos sociais, garantidos pela Constituição de 1988, que ampliava o conceito de seguridade social ao incorporar a política de assistência social. De acordo com a análise de Silva, Yasbek e Giovanni (2006), nos anos de 1990, a ação do Estado sobre a dimensão social estava coroadada por contradições, pois, apesar dos avanços institucionais para a consolidação das políticas sociais, a política neoliberal e a necessidade de estabilização econômica demandavam do Estado medidas de restrição fiscal, provocando baixo crescimento econômico e o agravamento da questão social.

No âmbito dessas contradições, segundo os autores, em determinado momento, verificou-se a transferência de responsabilidade social do Estado para a sociedade no tratamento da questão social, no que se refere ao atendimento das demandas sociais, mediante as chamadas parcerias público-privadas, com empresas, ONGs e entidades filantrópicas. Assim, os mesmos autores avaliaram que:

(...) Essa responsabilidade vem sendo transferida para uma sociedade como se esta fosse destituída de antagonismos de interesses, sendo homogeneizada por uma realidade que é complexa e heterogênea, ficando a sociedade responsável pela solução dos problemas sociais mediante práticas de parcerias e de “solidariedade” (Silva, Yasbek e Giovanni, 2006, p. 25).

⁶⁶ Tema já abordado em capítulos anteriores.

A maior crítica apresentada por estes estudiosos apontou para o caráter compensatório, assumido pelos programas sociais e sua desvinculação do planejamento econômico, uma vez que este se fez por medidas que tendiam a ampliar a concentração de renda e aumentar o processo de desinserções. A partir de tais colocações, inserida num contexto de avanços e contradições, apesar de necessária, a política pública que busca promover a (re)inserção social, concebida para assegurar os direitos universais dos sujeitos, pode sofrer o risco de se localizar no campo da compensação social e do benefício permanente, pois, insiste em agir sobre a consequente exclusão social, causada pelo modelo vigente de reprodução do capital que, por sua vez, naturalmente é um reprodutor da exclusão. Apesar disso, as políticas públicas de inserção social ainda são necessárias, na medida em que podem servir de mecanismo de integração social, como defendeu Castel (1998). Igualmente, podem possibilitar as condições de fortalecimento e empoderamento dos sujeitos, na manutenção dos seus lugares sociais e na construção de uma presença cidadã mais ativa, contra a hegemonia do capital e as forças ideológicas que promovem a não participação social dos sujeitos pela exclusão. Não resta dúvida que a noção de cidadania vem sendo adulterada para assegurar os interesses das forças dominantes. Contudo, é importante buscar a manutenção dos espaços públicos de participação na busca de garantir o controle social das políticas públicas.

Considerando que a formação do sistema de proteção social esteve sintonizado com o desenvolvimento econômico e com a conformação do mercado de trabalho, ainda que guardando características conservadoras, mediante o processo de flexibilização da produção e das relações de trabalho em curso, a partir da década de 1990, gestou-se uma nova fase da política social como reflexo das mudanças na relação entre sociedade e Estado. De acordo com Cohn (2000), verificou-se a “desinstitucionalização” dos direitos sociais, rompendo-se com a noção de “solidariedade social e compensatória das desigualdades”. A ideia de cidadão, em decorrência de seu lugar no mercado de trabalho, foi sendo substituída pela de cidadão enquanto consumidor, ressaltando uma postura individualista do sujeito e promovendo a compreensão de que o indivíduo seria capaz de satisfazer suas necessidades sociais, o que alterou, significativamente, a noção de direito social. Nesta perspectiva, conforme destacou Cohn,

A “questão social” no Brasil de hoje passa a ser assim não mais uma questão de inclusão social via trabalho, forma clássica de regulação social no capitalismo moderno, mas via consumo, o que faz com que prevaleçam, sobretudo nos países “emergentes” (...) novos padrões de regulação social e que consistem exatamente num processo de desregulação dos direitos de *cidadania regulada* até então vigentes e de ruptura de contratos sociais preestabelecidos (Cohn, 2000, p. 398).

Desse modo, a autora entendeu que houve um processo de naturalização da pobreza, existindo ainda um retrocesso no tratamento da questão social, quando foram encaminhadas políticas sociais focalizadas e quando se entregou ao setor privado e entidades filantrópicas a responsabilidade em atender o público pobre e vulnerável com serviços sociais básicos. Também se verificou retrocesso quando se mudou o foco das discussões sobre a atuação das políticas sociais, tratando a questão social como “alívio da pobreza” e não como uma questão de desigualdade social. Além disso, tendeu-se a desvirtuar a noção de direito social e cidadania na medida em que estas representam categorias associadas à ideia de concessão dirigida aos pobres e “produto do atraso”, uma vez que atribuiu ao indivíduo o “fracasso” de incluir-se no mercado de trabalho e de não ser capaz de prover suas necessidades.

Enriquecendo as reflexões mais críticas em torno das noções de direito social e cidadania, Telles (2001) destacou que estas foram questões surgidas com a noção de modernização e economia global. Contudo, estas categorias terminaram se transformando no seu “avesso”, na medida em que a economia mais competitiva contribuiu para desqualificar os sujeitos no trabalho, aumentar a desigualdade e a exclusão social. O que assistimos hoje, é o desmonte de uma noção de cidadania que foi construída, tendo como referência o trabalho. A mentalidade elaborada em função da modernização e do progresso modificou os valores, a política e naturalizou a questão social como uma consequência do progresso e não como resultado da desigualdade social. Desse modo, a pobreza foi posta como “paisagem” e como realidade externa às relações sociais. Esvaziou-se, então, a compreensão dos conceitos de “igualdade” e “justiça” o que, para Telles, transformou-se em “assunto de uma eterna desconversa” que ganhou respaldo na pauta da política global, mas não teve efeito propositivo e transformador significativo na vida dos sujeitos. Para a autora, enquanto promessas da modernização, as noções de direito e cidadania aparecem:

(...) agora como seu avesso, como figuras de atrasos e anacronismos, privilégios e corporativismos que obstam a potência modernizadora do mercado. Quanto aos desempregados e excluídos, esses não têm lugar na atual fase do capitalismo globalizado, sua pobreza apenas é evidência de sua incapacidade de se adequar ao progresso contemporâneo, gente que por falta de qualificação e competência se tornou dispensável no atual ciclo de uma modernização globalizada (Telles, 2001, p. 141-2).

Apesar do reconhecimento dos continuísmos, dos desvios e dos equívocos, conforme se apresentou nas colocações anteriores, há que se admitir os importantes ganhos sociais oriundos do posicionamento firme dos movimentos sociais. Mesmo com a fragmentação dos

interesses e as forças contrárias às conquistas do acesso das “maiorias” aos seus direitos sociais, como destacou Telles (2001), esse constitui um processo dinâmico de consolidação da democracia, num cenário de desigualdade e exclusão social. Por isso, foi essencial a demarcação de espaços pelos movimentos sociais na construção de políticas públicas, tendo em vista que as negociações políticas, junto às esferas públicas, estão permeadas de intenções, articulações comprometedoras, poderes e contradições, visando a despolitizar a questão social e a pobreza, na medida em que tenta deslocar o seu tratamento para o campo prático. Neste sentido, Telles assinalou que:

(...) no cenário político atual, há um deslocamento da pobreza, como questão e como figuração pública de problemas nacionais, de um lugar politicamente construído _ lugar da ação, da intervenção e da invenção, da crítica, da polêmica e do dissenso _ para o lugar da não-política, no qual é figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas da filantropia. O campo social é despolitizado e fixado como esfera que escapa à ação responsável, pois é visto como dependente dessa versão moderna das leis da natureza hoje associada à economia e seus imperativos de crescimento (Telles, 2001, p. 155).

O alerta de Telles encaminhou-se para que se esteja atento à nova configuração das relações sociais, pois, com a modernização e a política neoliberal, observa-se a “demolição das mediações políticas e referências públicas”, promovendo a desqualificação do Estado e dos serviços públicos, desvirtuando o sentido da política social, enquanto garantidora de direitos, para expressar um juízo de ação assistencialista e de alto custo social. Ainda considerando a reflexão da autora, a desregulamentação dos direitos sociais e o processo de flexibilização das relações sociais do trabalho, têm levado à construção de um “social por enclaves”. Neste sentido, os direitos vão sendo associados a benefícios, como resultado da aquisição de competência e de negociações individuais, próprias a cada segmento social, o que contribui para desarticular e enfraquecer os movimentos sociais na busca dos direitos universais. Assiste-se a uma ressignificação das noções de participação dos sujeitos e de sua ação cidadã, uma vez que são envolvidos por uma nova sociabilidade, criada em função da perda de direitos, na referência do trabalho instável, na desarticulação do coletivo e na inserção social, voltada para o mercado, alterando a noção de cidadão de direitos para a de cidadão consumidor.

Para Demo (2003), a política social que seguiu o receituário irrestrito da política neoliberal, não pode enfrentar o conflito distributivo de renda, terminando por limitar-se a programas assistencialistas e compensatórios, destinados a “evitar o confronto social”. De acordo com sua apreensão, o Estado, por meio da política social, pode funcionar como estímulo à participação e ao acesso de direitos sociais, mas não é garantidor de cidadania.

Somente a sociedade organizada é capaz de exercer controle sobre as políticas públicas na busca de assegurar a participação política, direitos e melhores condições de vida. Para que os programas sociais focalizados não apareçam como ação assistencialista, dádiva ou “coisa de pobre para pobre”, é essencial a participação dos sujeitos no processo de construção da política pública, transformando-a em conquista e em direito de cidadania. Conforme defendeu Demo,

O privilégio dos desprivilegiados não pode, porém, advir de fora, de cima, como concessão ou manobra, mas como conquista dos interessados. O que pode tornar digna a “focalização” não é programa público destinado aos marginalizados, mas cidadania popular que exerce sobre tal programa rígido controle democrático (Demo, 2003, p. 106).

A partir destas reflexões mais críticas, com as quais se condescende neste trabalho, a participação política deve ser assimilada como um processo, em que os diversos sujeitos sociais encontram-se interagindo, sendo naturais as divergências e os confrontos como um processo dialético, mas surgindo daí a possibilidade de avanços populares na construção coletiva da sociedade. Neste sentido, torna-se importante aperfeiçoar uma cultura para a participação política qualitativa, estimulando a presença dos sujeitos nos espaços políticos garantidos democraticamente, em que se valorizam mais a ação coletiva, o fortalecimento das identidades e o enfrentamento das questões sociais como parte de uma prática cotidiana. A participação dos sujeitos nos espaços políticos, na forma de proposição, transformação e ação, é o que se aproxima de uma legítima participação cidadã, em que se torna possível o diálogo social entre sujeitos e poderes, assim como o controle da sociedade civil sobre as políticas públicas (Teixeira, 2001).

A dimensão da cidadania aparece, assim, com um caráter político mais abrangente que vai além dos direitos pelo trabalho e reconhece o sujeito como sendo o principal protagonista na construção social, sugerindo a superação entre representação e participação⁶⁷. Esta questão foi defendida por Teixeira ao conceituar a “participação cidadã” como:

(...) o processo social em construção hoje, com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas, e superando a já clássica dicotomia entre representação e participação (Teixeira, 2001, p. 32-3).

⁶⁷ Aqui não se tem a intenção de abordar teoricamente a discussão clássica sobre democracia, representação e participação, mas apenas destacar a importância da presença dos sujeitos nesses processos políticos.

É evidente que, enquanto processo social, dialético, não se pode idealizar a participação plena dos sujeitos em todos os espaços políticos, nem se pode descartar a possibilidade de cooptação, dos continuísmos e da anomia de alguns segmentos sociais. O importante é encarar este movimento como processo em construção, em que os espaços dos segmentos menos privilegiados devem ser demarcados para que os direitos sociais possam ser assegurados, estabelecendo o controle social por meio dos mecanismos legais e institucionais, melhorando a qualidade das ações do poder público.

De acordo com Santos (2002), nos países do sul assiste-se a experiências inovadoras de democracia participativa⁶⁸, esta entendida como projeto de inclusão social e de inovação cultural, construídas como propostas contra-hegemônicas em relação aos modelos de democracia formal, como é o caso clássico do direito ao sufrágio. Para o autor, os vários movimentos sociais e as formas de participação dos sujeitos na arena política, representam um processo de reinvenção da emancipação social, sinalizando a ampliação da democracia e possibilitando o surgimento de alternativas à política liberal. Contudo, para a consolidação da democracia participativa, acredita ser necessário evitar a “perversão” e a “descaracterização” da democracia participativa e ampliar o diálogo, como forma de estimular o potencial emancipatório dos movimentos sociais.

Salientar a participação política dos sujeitos, enquanto ação de cidadania é fundamental, para compreender a sua importância na construção e no controle das políticas públicas e, em especial, no programa de qualificação profissional, objeto deste estudo, enquanto um direito de cidadania. Na perspectiva que se prioriza, aborda-se a qualificação, no sentido sociológico, que relaciona trabalho e educação como integrando uma formação ampla, resultado de uma relação social na vida e no trabalho⁶⁹.

O reconhecimento do amplo processo de exclusão social, verificado na década de 1990, ao mesmo tempo em que estimulou a ampliação da ação das políticas sociais, também promoveu a reformulação da política de qualificação profissional. A preocupação com a formação profissional dos trabalhadores concentrava-se na necessidade de preparar a mão-de-obra para as novas exigências do mercado de trabalho, respondendo à demanda do setor produtivo em função dos avanços tecnológicos. Este debate serviu de alerta nas investigações realizadas sobre os programas da política de qualificação que se privilegia neste estudo.

⁶⁸ Como o orçamento participativo no Brasil, por exemplo.

⁶⁹ Por privilegiar a perspectiva sociológica, neste trabalho, não se segue a definição que distingue qualificação e educação profissional, mas compreende-se a qualificação profissional como uma relação social em que está incluída a educação, a cultura e o trabalho, além de outras abordagens que enriquecem a sua construção social. A respeito da distinção entre qualificação e educação profissional, ver Lima, 2005a e 2006.

O diálogo social para a construção de políticas públicas de emprego, pareceu fazer-se de modo cingido pelo discurso da modernização e da flexibilização do trabalho, provocando o encolhimento da ação dos sindicatos e o enfraquecimento da negociação coletiva, em virtude da ameaça das desinserções, colocando em dúvida a identidade e o papel das entidades representativas de trabalhadores. Considerando as investidas da política liberal contra as organizações dos trabalhadores, hoje, se discute a ideia da formação do “sindicato-cidadão” que, além dos interesses no mundo do trabalho envolveria, também, questões ligadas à moradia, saúde, cultura, entre outras, caracterizando uma ação mais ampla para além da vida no trabalho (Lima, 2005b). Quanto à importância do diálogo social na construção da política de qualificação, Lima alertou que:

(...) uma qualificação negociada deve ter como pressuposto (...) o reconhecimento de que seu lócus é a interseção de pelo menos três campos: o da produção (trabalho), o do Estado (políticas públicas e cidadania) e o da educação (ações educativas). Além disso, como ação pública concertada, a qualificação deve estar vinculada a uma pauta mais ampla, ligada ao desenvolvimento social e econômico, à inclusão social e a democratização das relações de trabalho, pois não é atividade isolada, nem pode ser implementada apenas do ponto de vista escolar (Lima, 2005b, p. 34).

As características da política pública de emprego, no Brasil, o contexto em que se inscreveram os programas de qualificação profissional, assim como os desafios da participação dos sujeitos em sua construção, foram investigados no capítulo seguinte e na pesquisa de campo.

CAPÍTULO 5

Os rumos da política pública de emprego e da qualificação profissional no Brasil e na Paraíba: avanços e desafios

Neste capítulo, objetivou-se traçar um perfil do Sistema Público de Emprego no Brasil e as mudanças sofridas na sua concepção, a partir da implantação da política neoliberal e do agravamento do problema do emprego, conforme visto anteriormente. A partir dos anos de 1990, as transformações econômicas ocorridas fizeram com que o mercado de trabalho passasse a exigir um novo trabalhador, incorporando os conceitos de qualificação e competência, um sujeito mais adaptado ao ambiente do trabalho flexível. O PLANFOR e o PNQ foram os programas de qualificação profissional que melhor expressaram esta mudança de rumos na política de emprego, trazendo propostas que tráfegaram da empregabilidade à formação cidadã, o que justamente compôs o núcleo das preocupações neste trabalho. Fazer a caracterização e apreender os impactos da atuação dos programas de qualificação profissional, no Brasil e no estado da Paraíba, constituiu um caminho necessário para fundamentar a análise da pesquisa de campo sobre o PlanTeQ-Paraíba, realizada no capítulo 6.

5.1 Percursos do Sistema Público de Emprego⁷⁰

A formulação de políticas voltadas para o mercado de trabalho só veio desenvolver-se, efetivamente, em conjunturas em que a atividade industrial proporcionou maior dinamismo, com uma diversidade de tarefas que exigiam habilidades, cada vez mais específicas. Foi em função disso que se apresentou a necessidade de se criarem formas de gestão de inserção da força de trabalho.

⁷⁰ Embora haja controvérsias a respeito da constituição de um “sistema público de emprego” no Brasil, utilizou-se esta denominação para destacar as políticas e os programas destinados ao mercado de trabalho, como formalmente foi utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Quando se trata de políticas de emprego, a referência inicial volta-se sempre para as economias desenvolvidas, em que este processo se deu mais intensificado, impulsionado pela força do sistema industrial de produção. Contudo, ao longo desse percurso, é importante considerar as peculiaridades que nortearam a condução dessas políticas, o que se processou em condições diferentes no caso brasileiro, em referência às características históricas do seu desenvolvimento econômico, da cultura política e da tradição de organização da classe trabalhadora.

A organização do mercado e das relações de trabalho foi delineando-se com o próprio desenvolvimento do capitalismo nas economias centrais, marcado por um histórico de lutas e confrontos entre patrões e empregados, mas, tendo como resultado a conquista de direitos e a demarcação de espaço social pela classe trabalhadora, como sinalização da importância do trabalho na sociedade capitalista, o que já foi referido em outras passagens deste trabalho. A crise econômica de 1929 anunciou para o mundo que o capitalismo não era tão equilibrado como se apregoava, pois estava mais suscetível às oscilações periódicas do que se imaginava. A solução para restaurar a estabilidade econômica estava pautada em admitir o Estado, até então considerado neutro, como agente ativo na economia no seu financiamento, dinamização e regulamentação. A proposta de Keynes soou tão revolucionária quanto o assentimento de que a crise era um fenômeno real, por parte daqueles que acreditavam na tese do pleno emprego e do equilíbrio automático do mercado. Apesar da ruptura com a teoria conservadora, esta política ganhou respaldo nas economias em crise e, especialmente, nos Estados Unidos, foi reforçada com os vultosos investimentos na indústria bélica para o financiamento do corpo militar, no período da segunda guerra mundial. Com o término dos combates e a necessidade de reconstrução dos países envolvidos no conflito, a política keynesiana de aumento dos gastos públicos na economia foi significativamente ampliada, o que também serviu de estímulo ao padrão fordista de expansão da produção e do consumo de massa, já em pleno desenvolvimento. Esta foi uma fase, em que os países de capitalismo desenvolvido, viveram os maiores índices de crescimento econômico, com o mercado de trabalho em ascensão e em quase pleno emprego (Harvey, 2006).

A formação do Estado de bem-estar social orientou-se pela maior necessidade de investimentos públicos e pela criação de garantias sociais e direitos trabalhistas para estimular o consumo de massa, o que viria a funcionar como multiplicador dos investimentos. Portanto, nesta fase áurea de quase pleno emprego, só era possível referir-se ao Sistema Público de Emprego (SPE) como um instrumento para fortalecer a gestão da força de trabalho numa conjuntura de demanda crescente por trabalho, o que ocorria mais acentuadamente com os

programas de intermediação de mão-de-obra, de formação profissional e do seguro-desemprego.

O fim do período glorioso de crescimento nos países desenvolvidos, a partir da década de 1970, definiu outra realidade para o mercado de trabalho, tendo em vista o aumento dos gastos sociais, a retração dos investimentos públicos, o aumento do desemprego, além da diminuição das proteções sociais em decorrência da expansão da flexibilização e da desregulamentação das relações de trabalho. Desse modo, a conjuntura desse período, delineando a passagem do modelo fordista para a produção flexível, alterou significativamente o entendimento sobre o funcionamento do mercado de trabalho, assim como a condução de políticas públicas de emprego, como apresentado anteriormente.

A crise econômica, nos países desenvolvidos, exigiu uma reestruturação produtiva sob novas bases tecnológicas, visando menores custos de produção e promovendo a flexibilização nas relações de trabalho. Diante disso, a proteção social, já consolidada, terminou representando um grande custo social para as empresas e para o Estado, forçando a reorientação da política pública de emprego na direção da assistência social, em busca de amenizar o crescente desemprego e a exclusão social. Considerando estas mudanças estruturais, para Moretto, Gimenez e Proni (2003):

(...) o conceito originalmente atribuído às políticas de emprego foi esvaziado, particularmente a partir dos anos 80, perdendo de vista o compromisso político em prol do pleno emprego e da ampla incorporação social, que caracterizavam tais políticas no pós-guerra. Se no pós-guerra as políticas de emprego nos países centrais tinham como elemento central a promoção do crescimento econômico, conjugado à expansão das estruturas de bem-estar, sob os ditames neoliberais o quadro se alterou. Na agenda de uma 'nova geração' de políticas para o mercado de trabalho, ganhou enorme importância a necessidade de mudanças estruturais _ apontando para iniciativas de flexibilização dos marcos regulatórios das relações de trabalho e dos sistemas públicos de emprego, tendo em vista a preservação dos empregos ameaçados pela introdução de novas tecnologias e novas formas de organização da produção (Moretto, Gimenez e Proni, 2003, p. 239).

Devido ao crescimento do desemprego, observou-se a ampliação das políticas sociais e a maior integração dos programas da política de emprego: intermediação da mão-de-obra, qualificação profissional e seguro-desemprego, com maior destaque para este último, uma vez que funcionava como mecanismo de proteção social ao conceder indenização aos desempregados, ao mesmo tempo em que permitia a reinserção dos indivíduos em outra atividade produtiva.

A partir dos anos de 1980, as políticas de emprego, antes elaboradas para gerenciar a mão-de-obra numa conjuntura de pleno emprego, foram reorientadas como políticas de

mercado de trabalho⁷¹, privilegiando programas de estímulo à criação de novos empregos e à reinserção social dos trabalhadores. De um modo geral, estas políticas estavam orientadas por dois tipos de instruções: as políticas ativas de mercado de trabalho e as políticas passivas de garantia de renda. Segundo a definição da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as políticas passivas baseiam-se em dois eixos: nas indenizações aos desempregados e, na antecipação de aposentadorias e pensões vitalícias, concedidas a trabalhadores desocupados com poucas condições de voltar ao mercado de trabalho. Quanto às políticas ativas, estas atuam sobre a administração e o serviço público de emprego, a formação profissional, medidas em favor dos jovens, de ajuda à contratação e em benefício dos desfavorecidos (Matusita e Gimenez, 1999, p. 370-1).

Com base na definição da OCDE, as políticas passivas têm se concentrado na antecipação de aposentadorias, ações que propiciam indenizações aos desempregados, como o seguro-desemprego, e medidas que atrasam a entrada dos jovens no mercado de trabalho. No caso das políticas ativas, sua atuação pode ocorrer sobre a demanda com ações que estimulam a geração de empregos e em iniciativas voltadas para a oferta de trabalho, como o Sistema Nacional de Emprego (SINE), por meio da intermediação da mão de obra, os programas de qualificação profissional, como o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)⁷² e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que passaram a integrar o SPE no Brasil e, ainda, as políticas de mobilidade geográfica da mão de obra, entre outras medidas de conteúdo macroeconômico que estimulam a inserção e a reinserção social (Moretto, 1999, p. 387). Todavia, esta caracterização não representa consenso entre os estudiosos quanto ao que funcionaria como atuação ativa ou passiva no mercado de trabalho o que, de todo modo, não invalida a intervenção pública, visto que o objetivo da política de emprego concentra-se em estimular a oferta e a demanda por trabalho numa conjuntura de desinserções.

A ampliação das políticas sociais e de emprego, nos anos de 1990 em diante, foi o elemento que marcou o campo da política pública para o mercado de trabalho, mediante o reconhecimento de que a instabilidade do capitalismo e as políticas econômicas de estabilização não davam conta do crescimento da pobreza e dos desajustes sociais criados. Desse modo, o sistema de proteção social e as políticas de inserção profissional, funcionaram

⁷¹ Para um maior levantamento sobre as políticas de emprego nos países desenvolvidos no pós-guerra, ver Matusita e Gimenez, 1999.

⁷² Em 1995 foi criado o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), passando a ser denominado de Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador em 1999, embora o governo e a literatura tenham conservado a mesma sigla.

como a alternativa possível de obtenção das condições básicas de sobrevivência para um contingente sempre crescente de indivíduos sem vínculo no trabalho.

5.1.1 Caracterização da política de emprego no Brasil

Respeitando as características históricas do desenvolvimento econômico e social brasileiro, é importante recordar que a formação da classe trabalhadora no país se deu de maneira muito diversa quando comparada aos países desenvolvidos. Deve-se ponderar a herança escravocrata e oligárquica, como determinantes de relações de trabalho autoritárias e conservadoras. Na fase em que o país optou pela industrialização, como principal modelo de desenvolvimento, a partir da década de 1930, observou-se a formação de uma classe operária bastante heterogênea e sem orientação profissional adequada, em parte, como resultado de um contingente de indivíduos, recrutados do meio rural, reunindo baixa escolaridade mas, ao mesmo tempo, oferecendo um reduzido custo para o capital e, sobretudo, debilidade para a mobilização coletiva e política, devido à falta de experiência e tradição no trabalho urbano industrial.

As primeiras conquistas adquiridas, como resultado de movimentos de trabalhadores no Brasil⁷³, foram registradas a partir de 1919, com a lei que estabeleceu a proteção contra acidentes de trabalho; em 1923, foram instituídas as caixas de aposentadoria e pensão e, no mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional de Trabalho. Na década de 1930, o fato mais marcante foi a nacionalização do mercado de trabalho, durante a gestão de Getúlio Vargas. Várias medidas contribuíram para isso, como a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, a Lei de Sindicalização e a regulamentação do trabalho da mulher, em 1931, a instituição da carteira profissional, em 1932, além de outras determinações, como a regulamentação da jornada de trabalho, férias, previdência social, acidentes do trabalho e o salário mínimo, este último, em 1934. Estas medidas, mesmo representando grande relevância, mostravam-se dispersas, problema que veio a ser solucionado com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1940, esta como sinalizadora e importante referência na delimitação de direitos e proteções no mercado de trabalho brasileiro. O sistema de amparo ao trabalhador foi

⁷³ A precária presença política dos trabalhadores foi influenciada pela ação dos imigrantes europeus, já habituados com a opressão do trabalho industrial em seus países de origem.

desenvolvendo-se junto com o processo de industrialização no país, que consolidou o trabalho assalariado urbano e gerou novas demandas sociais. Já na fase dos governos militares, a repressão sobre os sindicatos e sobre as representações dos trabalhadores, prejudicou o diálogo e a construção de políticas mais democráticas para o mercado de trabalho (Barbosa e Moretto, 1998a).

Foi o desenvolvimento da economia industrial que orientou a conformação das relações de trabalho e criou novas demandas, traduzidas na criação de órgãos e programas encarregados de dar forma ao SPE. Até a década de 1930, os cursos profissionalizantes no Brasil eram orientados em torno das atividades dos artífices, a exemplo dos cursos de corte e desenho, alfaiate, artes gráficas e contabilidade, como expressão do pouco dinamismo da indústria no país, mas também da própria concepção que, na época, era atribuída ao trabalho.

Além da legislação trabalhista, havia a preocupação com a formação da mão-de-obra, composta, em grande parte, por imigrantes da agricultura para o trabalho urbano industrial, sendo fundamental o surgimento das instituições de formação profissional, por iniciativa do setor privado e mediante o apoio do governo, com o chamado “sistema S”, inicialmente com o SENAI/SESI, em 1942, e o SENAC/SESC⁷⁴, em 1943. Mesmo na fase de desenvolvimento mais intenso da produção industrial, a formação profissional, como política planejada das empresas, era encaminhada somente para os segmentos em expansão, objetivando a preparação e a adaptação dos trabalhadores às suas necessidades (Manfredi, 2002).

O surgimento das escolas técnicas também exerceu função importante na qualificação profissional, o que ainda se verifica hoje, junto com o sistema S. Até a década de 1960, a maior preocupação destas instituições assentava-se na formação da mão-de-obra, uma vez que a conjuntura favorável ao crescimento econômico parecia ser suficiente para absorver o contingente de trabalhadores, atraídos pelo emprego urbano. Contemplando, ainda, esta preocupação, durante a gestão de João Goulart foi criado o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-obra (PIPMO), em 1963, com o objetivo de acelerar o treinamento da força de trabalho para servir aos vários segmentos da economia.

Ao longo dos governos militares, o PIPMO foi reativado para funcionar como auxiliar no incentivo à formação profissional no período de rápida expansão econômica. Em 1966, foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), visando atuar como

⁷⁴ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Social do Comércio (SESC). Além desses, hoje também fazem parte do Sistema S o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), o Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Ver Moretto, Gimenez e Proni, 2003.

instrumento de proteção do trabalhador contra a demissão sem justa causa. O Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi criado em 1975, seguindo orientação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo principal de prestar assistência aos desempregados e promover a intermediação da mão-de-obra, já que tinha como uma de suas atribuições disponibilizar informações sobre as exigências dos empregadores e, com isso, reduzir os custos e o tempo de espera por uma ocupação tanto para o trabalhador quanto para o empregador. O programa do Seguro-desemprego, apesar de previsto desde a constituição de 1946, só foi criado em 1986 e regulamentado pela carta constitucional de 1988, sendo viabilizado com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), este, constituído em 1990, garantiu parte dos seus recursos⁷⁵ ao financiamento do Seguro-desemprego e de outros programas de proteção ao trabalhador e de formação profissional. Foi por meio do programa do Seguro-Desemprego que as ações básicas da política de emprego, no Brasil, foram encaminhadas, a saber: o benefício do seguro-desemprego, a intermediação da mão-de-obra e a qualificação social e profissional. As ações deste programa são, até hoje, executadas de forma descentralizada por meio do SINE, por entidades contratadas pelos estados, municípios e consórcios de municípios, além de outras instituições conveniadas com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mediante a participação das Comissões de Emprego⁷⁶ locais.

No caso do Brasil, considerando a heterogeneidade de seu mercado de trabalho e as características de uma economia instável e dependente, em que o trabalhador sempre esteve em posição desfavorável, não há como se mencionar a gestão da força de trabalho de forma planejada (Dedecca, 1998). Do ponto de vista da economia, o problema do emprego foi encarado como consequência do baixo dinamismo da atividade produtiva e de uma formação profissional inadequada por parte do trabalhador. Parte dessas dificuldades seria normalmente solucionada com uma política de estímulo ao crescimento econômico, capaz de gerar emprego e renda. Foi esta visão, de certo modo conservadora, consolidada na noção de economia atrasada e subdesenvolvida, que fundamentou a compreensão sobre o mercado de trabalho e os rumos do planejamento econômico no país. Apesar de não haver, claramente, um projeto

⁷⁵ A principal fonte de recursos do FAT é originada das contribuições do Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público _ PIS/PASEP, das remunerações dos valores depositados nas instituições financeiras federais e das multas, juros e correção monetária das contribuições recolhidas em atraso. A instituição responsável pela gestão dos recursos do FAT é o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e funciona como um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

⁷⁶ As Comissões de Emprego estão presentes em estados e municípios e reproduzem a mesma estrutura do CODEFAT, ou seja, caráter permanente, deliberativo, tripartite e paritário, sendo sua finalidade definir as prioridades da política de emprego e dos investimentos nos programas de assistência e formação da mão-de-obra.

orientado para a geração de empregos, alguns estudiosos acreditaram que a própria dinâmica do desenvolvimento da industrialização do país funcionava como um forte gerador de postos de trabalho, até o período áureo do “milagre econômico”, tornando “dispensável” uma política exclusiva para o estímulo ao emprego e para sua regulamentação. Este posicionamento ficou demonstrado no destaque de Moretto, Gimenez e Proni (2003) sobre a questão:

(...) entre 1950 e 1980, o crescimento acelerado da economia brasileira foi capaz de gerar novas ocupações _ incluindo aí não só o emprego em empresas capitalistas e o emprego público, mas também o emprego doméstico, os trabalhadores por conta própria e os pequenos negócios _ numa velocidade superior a taxa de crescimento da PEA. De modo geral não havia desemprego aberto (Moretto, Gimenez e Proni, 2003, p. 245).

Contudo, o planejamento econômico, voltado para a conformação da sociedade industrial e para a organização das relações de trabalho, denunciou a ausência de uma política social preocupada com os desajustes do crescimento, mascarando a questão social já existente. Assim, o SPE no Brasil, teve o seu desenvolvimento orientado pela formação profissional, intermediação da mão-de-obra e seguro-desemprego. A partir da década de 1980, com o esfriamento da atividade econômica, assistiu-se ao aumento do desemprego, da pobreza, bem como da expansão da informalidade e da precarização das relações de trabalho, iniciando-se uma reestruturação na política de emprego, tendo em vista o agravamento da questão social, conforme se discutiu nas seções seguintes.

5.1.2 A celeuma da qualificação profissional no Brasil

Um dos maiores desafios da política de qualificação profissional, seja no âmbito nacional ou local, parece ser a de fazer-se efetiva na inserção social e profissional dos sujeitos, frente ao paradoxo de formar indivíduos capazes de exercer sua cidadania e, ao mesmo tempo, de servir ao mercado. As críticas mais contundentes sobre o rumo da política de emprego alertaram para que esta não fosse conduzida como alimento do imaginário do trabalhador, com a idéia de que, qualquer curso profissionalizante, traria garantias reais de empregabilidade, utilizando a qualificação como um artifício de inserção em meio ao complexo de exigências que demarcaram o mundo do trabalho.

De acordo com Dedecca (1998), apesar de se reconhecer a carência no nível de escolaridade e da qualificação profissional dos trabalhadores no Brasil, o processo de industrialização não promoveu um “sistema social de controle do uso da força de trabalho” por parte do setor privado, a exemplo do que ocorreu nos países desenvolvidos. Além disso, também não se fortaleceu uma política de estímulo aos acordos coletivos, mecanismo indispensável para a determinação de espaços sociais pelos trabalhadores e para a gestão da mão de obra, no planejamento da qualificação profissional e na garantia de direitos coletivos. O autor observou que:

(...) a industrialização brasileira não esteve associada à montagem de um sistema de relações de trabalho que tivesse na questão da qualificação um de seus eixos estruturantes. Se por um lado, a industrialização se processou com uma força de trabalho marcada por um perfil educacional desfavorável, ela não se traduziu, por outro, em um movimento de modernização das relações de trabalho e sociais no país (Dedecca, 1998, p. 280).

Este histórico de fragilidade do controle social da força de trabalho pelos trabalhadores, indicado pelo autor, tornou-se ainda mais delicado num contexto de baixa atividade econômica e aumento do desemprego, verificado a partir dos anos de 1980, em que se deu início ao acentuado processo de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, movimento que se consolidou na década seguinte. Para Dedecca, a problemática do emprego, no Brasil, ainda é tratada como o resultado da deficiência na qualificação profissional dos trabalhadores, carência que também contribui para a precariedade no mercado de trabalho. Ao trabalhador é imputada a responsabilidade de estar desempregado e, portanto, de encontrar os meios para sair dessa situação por intermédio de uma formação profissional. Assim, é importante considerar a reflexão do autor:

(...) Dilui-se, portanto, a noção de qualificação, na medida em que ela decorria de um controle social do uso do trabalho que explicitava as ocupações, os níveis ocupacionais e os postos de trabalho, e cria-se espaço para uma noção de competência, que se constrói no espaço interno da empresa como parte de seu processo de reorganização produtiva sistemática e de uma relação crescentemente individualizada entre as empresas e a força de trabalho (Dedecca, 1998, p. 274).

Desse modo, se já era limitado o controle social da força de trabalho pelos vários segmentos de trabalhadores, numa conjuntura em que a tendência é a maior flexibilização das relações sociais de trabalho e em que se responsabilizam os sujeitos por sua condição de excluídos, as competências individuais parecem ganhar mais respaldo, conforme já discutido

antes. Um novo perfil do trabalhador vai se formando no mercado de trabalho, em detrimento da qualificação social, enquanto política pública.

As apreciações dos estudiosos⁷⁷ a respeito da atuação do sistema público de emprego, no Brasil, até o final dos anos de 1990, abordaram, na sua maioria, a pouca integração dos programas de emprego e o debate em torno do crescimento econômico. Segundo Moretto (1999), os programas do SPE apresentaram um melhor desempenho em situações de crescimento econômico favorável. Esta compreensão justificou-se pelas discussões sobre a “necessidade” do investimento produtivo e do crescimento como estímulo à geração de emprego e renda, uma vez que, por si só, a Política Pública de Emprego (PPE) não é capaz de criar ocupações, podendo vir a se constituir em política de proteção social, transitória e focalizada. Outro elemento de sua crítica é o fato do SPE ter se orientado mais para agir sobre o setor formal da economia, ficando as ocupações e atividades informais descobertas do aparelho de proteção que acompanharam os programas de emprego. Além de menosprezar a existência do setor informal e as implicações sociais que o seu inchamento poderia exercer no espaço social, na qualidade das ocupações geradas, nas articulações políticas e no campo dos direitos.

A principal implicação em se considerar o crescimento econômico como uma premissa para a eficácia da PPE, consiste em se privilegiar, demasiadamente, a visão liberal sobre o mercado de trabalho o que, para Barbosa e Moretto (1998), é o que vem marcando o posicionamento do governo federal desde 1994, com a instituição do contrato de trabalho por tempo determinado, indicando a flexibilização da legislação trabalhista. Segundo esta visão, os crescentes índices de emprego e da informalidade no Brasil, seriam causados pelo maior peso dos encargos trabalhistas, dos juros altos, do baixo crescimento econômico e da difícil capacidade de adaptação do país aos novos rumos da globalização. Assim, depreende-se desta concepção, que a flexibilização do trabalho e a integração das PPE constituiriam a solução para o problema do emprego e a melhor forma para enfrentá-lo, o que se considera uma visão de certo modo conservadora e minimalista, pois subestima os efeitos negativos do trabalho flexível sobre os trabalhadores quanto ao aumento do desemprego e da precarização das ocupações. Além disso, atribui demasiada responsabilidade sobre o Estado para conter os desequilíbrios do mercado de trabalho e as desigualdades sociais, dissimulando o caráter excludente do sistema capitalista.

⁷⁷ Como referência para esta discussão, ver os trabalhos de Barbosa e Moretto, 1998; Azeredo, 1998; Matusita e Gimenez, 1999, entre outros.

Considerando a vertente estruturalista, representada na compreensão de Pochman (2002), a PPE só teria sentido para enfrentar o problema do emprego se integrada à política macroeconômica. Esta seria responsável pela dinamização do crescimento econômico, concomitante às mudanças nas relações entre patrões e empregados e na elevação do poder de consumo. Todavia, independentemente dos posicionamentos e das tradições teóricas, dos liberais aos estruturalistas, todos concordaram que a integração dos programas do sistema público de emprego seria o melhor caminho para tratar a questão das desinserções e dos desequilíbrios no mercado de trabalho.

Esboçando uma crítica bastante controversa, o DIEESE (2001) avaliou que as políticas de emprego, encaminhadas, até os anos de 1990, desconheciam a própria realidade do mercado de trabalho brasileiro, atribuindo o emprego a um problema secundário e o desemprego ao resultado de desequilíbrio interno, além de não se questionar a qualidade dos empregos, gerados com estas políticas. Ademais, ponderou que o SPE atuava sobre a população de baixa renda, a base do mercado de trabalho que exigia menor qualificação e oferecia salários mais baixos e, além disso, não era capaz de garantir a inserção.

Seguindo uma orientação mais racional, porém desprezando a dimensão política de construção das políticas públicas, para Moretto, Gimenez e Proni (2003), as políticas do SPE não constituíram medidas políticas organizadas e coordenadas para criar proteção ao trabalhador, indicando uma orientação de privilégio da flexibilização do trabalho e da construção de uma conduta empreendedora por parte do desempregado, que passou a ser, fortemente disseminada, ao longo da década de 2000. De forma contundente, os autores fizeram a transição entre os diferentes momentos da política de emprego no Brasil:

(...) a concepção anterior de política de emprego foi substituída por uma visão que se pretendia mais moderna e estava relacionada com a constituição tardia de um Sistema Público de Emprego, que na sua versão mais clássica procura articular o seguro-desemprego, a qualificação profissional e a intermediação da mão-de-obra. E foi incluído um quarto eixo de ação: os programas de geração de trabalho e renda, que pretendiam transformar os desempregados e os trabalhadores do setor informal em empreendedores bem-sucedidos (Moretto, Gimenez e Proni, 2003, p. 270).

Destacando alguns aspectos políticos e sociais, Azeredo (1998) considerou que a histórica realidade de desigualdades e de baixa escolaridade do segmento dos trabalhadores, pode apresentar-se como elemento explicador para as falhas na qualificação profissional e para a precarização no mercado de trabalho, o que vem agravar-se numa conjuntura de modernização produtiva e flexibilização das relações de trabalho. Considerando sua apreciação sobre o tema, enfatizou que:

(...) com os novos requisitos para a mão-de-obra, a possibilidade de acomodação entre a demanda das empresas e as condições da força de trabalho deixa de existir, colocando o país em face dos problemas advindos da modernização das estruturas produtivas, sem ter resolvido a questão da educação básica (Azeredo, 1998, p. 138).

Para a autora, o sistema educacional, no Brasil, encontra-se desconectado com o sistema produtivo, constituindo-se, portanto, em um desafio para a política de qualificação profissional. Em princípio, considerou um progresso a forma de implementação do PLANFOR quanto à criação das comissões de trabalho, buscando a articulação do governo federal com os estados. Todavia, reconheceu a importância de avançar no estímulo às iniciativas e soluções locais e não privilegiar a centralização da política; avaliar os serviços oferecidos, aprimorar a empregabilidade dos trabalhadores e definir melhor a clientela atingida. Ajuizou, ainda, que os serviços oferecidos pela qualificação profissional estavam orientados para o público de baixa renda e ligado ao mercado informal, concentrando-se em buscar aumentar a escolaridade dos sujeitos envolvidos.

Já, de acordo com Posthuma (1999), um dos elementos positivos na política de qualificação profissional foi o surgimento das novas institucionalidades, com a descentralização na sua execução e com o tripartismo na sua forma de gestão. Contudo, ressaltou a necessidade do reforço destas institucionalidades, além de melhorar o conteúdo e a efetividade dos cursos oferecidos com o desenvolvimento de metodologias para o seu monitoramento.

Contribuindo para enriquecer o debate sobre educação e formação técnica, Manfredi (2002) resgatou uma importante discussão que influenciou o rumo da política de qualificação profissional, nos anos de 1990, na ocasião da participação dos educadores e do Ministério da Educação e Cultura (MEC) na definição dos parâmetros da qualificação profissional. A partir da Lei de Diretrizes e Bases _ Lei 9.394/96 e do Decreto Federal 2.208/97, foram instituídos os pilares para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil. Este, segundo Manfredi, foi um processo de intensas disputas político-ideológicas entre trabalhadores, governo e setor privado, o que resultou em propostas independentes, oriundas da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), do MEC, dos empresários, dos educadores e de organizações populares e sindicais. Apesar das discussões acaloradas, buscando a integração do ensino básico com a formação profissional, o projeto aprovado estabeleceu: “(...) uma separação entre os ensinos médio e profissional, gerando sistemas e redes distintas e contrapondo-se à perspectiva de uma especialização profissional como etapa que ocorreria

após a conclusão de uma escola básica unitária” (Manfredi, 2002, p. 133). Em sua avaliação, quanto às entidades que compõem a rede de educação profissional, verificou-se um movimento de “desresponsabilização” das instituições do governo federal, estadual e municipal no que se refere ao ensino profissional de nível básico e tecnológico, prevalecendo a participação do setor privado.

As avaliações realizadas sobre a atuação das políticas no mercado de trabalho, na década de 1990, insistiram e convergiram para demonstrar a necessidade de integração dos programas que compunham o SPE, para um melhor atendimento do público envolvido e enfrentamento do problema do emprego. Por outro lado, alertou-se para o fato de que, o perfil assumido pela qualificação profissional, no Brasil, não tenderia a operar muitas mudanças na medida em que, estruturalmente, aponta-se para uma retração dos empregos na economia, aumentando-se o contingente de pessoas passíveis de serem exploradas a baixo custo ou, ainda, porque se processa um movimento de reforço das ocupações em setores precários da economia.

A proposta da inclusão social cidadã, robustecida pelo PNQ, aparece como o principal desafio das políticas públicas de emprego e das políticas sociais no presente. Por outro lado, a tentativa de salvaguardar a cidadania, contemplada nas políticas públicas e garantida nos espaços públicos de participação, como é o caso dos conselhos de emprego, também pode representar uma forma de resistência aos interesses destruidores da expansão do capital e dos seus valores individualistas que têm minado as formas de solidariedade dos trabalhadores. Portanto, compreender a construção do programa de qualificação profissional, como um processo de lutas e disputas, desenhando seus caminhos na dimensão local, do estado da Paraíba, constituiu um dos desafios centrais neste trabalho.

5.2 Política Pública de Emprego no Brasil: proteção, competência e cidadania

O modelo de produção flexível, iniciado nas economias centrais e, junto com este, as mudanças nas relações sociais de produção também provocaram impactos significativos no Brasil. Mas, longe de ser um processo gradual, apresentou-se com maior severidade sobre as relações de trabalho e sobre o movimento sindical recém revigorado.

Até a década de 1970, o crescimento industrial e a intensa urbanização do país funcionaram como importantes absorvedores de mão-de-obra, tornando menos evidente os

problemas sociais gerados com o crescimento, inclusive a expansão da pobreza, da precarização e da informalização do trabalho. Somente a partir da década de 1980, quando a crise econômica e social tornou-se mais evidente, foi que o SINE e o seguro-desemprego passaram a ter outro significado para a política de emprego: o de assistir aos desempregados, evidenciando sua limitada capacidade de ação, diante da conjuntura de crise que se fez acompanhar pela baixa geração de empregos. Apesar de o SPE, no Brasil, ter sido montado a exemplo do modelo dos países desenvolvidos (seguro-desemprego, formação profissional e intermediação de mão-de-obra), aqui não foram somente os custos da proteção social que implicaram na limitação do modelo, mas a falta de compreensão e de alcance destes programas para com o complexo mercado de trabalho, marcado pela precarização e flexibilização do processo de trabalho.

Na segunda metade dos anos de 1980, já era possível observar-se um movimento tendencioso para a abertura do mercado brasileiro e para a modernização das empresas, o que veio consolidar-se na década de 1990. A noção de economia globalizada passou a ser incorporada às estratégias de expansão das empresas, que definiram como prioridade o aumento da produtividade, providenciando mais investimentos em novas tecnologias e o enxugamento dos custos, requisitos fundamentais para competir no mercado global, elementos estes já abordados em capítulos anteriores. A adaptação do setor produtivo brasileiro à nova dinâmica do processo de acumulação mundial provocou a falência daqueles que não acompanharam o salto tecnológico ou não conseguiram manter-se diante da concorrência externa com o mercado aberto, dando margem à expansão, concentração e centralização do capital em vários setores, como: alimentos, telefonia, siderurgia, setor bancário, entre outros, movimento reforçado com o projeto de privatização da economia a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1995-1998 e 1999-2002.

Uma vez tendo o Estado encaminhado o planejamento econômico sob os moldes do projeto neoliberal, em consonância com a política global e com o seu conteúdo ideológico de promover a estabilidade das economias e o livre acesso do capital aos mercados, a classe trabalhadora foi jogada ao completo desalento. Registraram-se taxas significativas de crescente desemprego, o enfraquecimento do poder de barganha e a perda de direitos trabalhistas, em nome da manutenção do emprego, estimulando ainda mais a precarização do trabalho⁷⁸. Além disso, a relação histórica entre patrão e empregado ficava cada vez mais

⁷⁸ A grande expressão do movimento de trabalhadores ao longo da década de 1980, resultando em conquistas importantes para este segmento, foi duramente afetada pela política neoliberal de repressão e silenciamento dos movimentos sociais na década de 1990.

mistificada, uma vez naturalizada a imagem do gerente ao invés da do patrão, dada a nova forma de organização das empresas, que também não tinham mais o mesmo grau de autonomia mas, passaram a funcionar como corporações, sociedades anônimas, entre outras formas próprias à expansão do capital. Por outro lado, ao diminuir, supostamente, sua presença na economia, legitimando a livre negociação no mundo do trabalho, o Estado também promovia certo distanciamento e retraimento da classe trabalhadora. Estes fatores, no seu conjunto, terminaram contribuindo para a mudança das subjetividades no trabalho, na medida em que o sentido da luta por melhores condições de trabalho era soterrado pela busca da permanência no emprego.

Diante das considerações acerca das metamorfoses, acima apresentadas, tornou-se importante observar como o Estado vem respondendo às novas relações do capital com o trabalho na sociedade brasileira. Com referência ao emprego, as ações governamentais continuaram sendo formalizadas a partir do SPE e em consonância com a própria conjuntura econômica, oscilando entre a formação profissional e a intermediação da mão-de-obra e a assistência àqueles considerados excluídos. Importa aqui observar qual a evolução da política pública de emprego e as suas ações diante do crescente desemprego e da flexibilização/precarização das relações de trabalho, que marcaram esta nova fase no Brasil.

Na década de 1990, a globalização e a orientação seguida pela política neoliberal também provocaram reflexos sobre o SPE no Brasil. Ideologicamente, construiu-se uma noção de autonomia dos sujeitos no mercado de trabalho e a política pública de emprego terminou por traduzir esta orientação no fortalecimento dos programas de qualificação profissional e nos programas de geração de emprego e renda. Conforme a avaliação de Moretto, Gimenez e Proni:

De toda maneira, o que se observou, nos anos 90, foi um novo enquadramento dos problemas referentes à geração de empregos no país, que veio acompanhado pela proliferação de um conjunto de programas voltados ao mercado de trabalho, importantes no que diz respeito à constituição de um sistema público de emprego, mas visivelmente insuficientes *vis-à-vis* as necessidades da economia brasileira (Moretto, Gimenez e Proni, 2003, p. 249).

Uma das principais ações do SPE, nos anos de 1990, foi a qualificação profissional, dadas as novas exigências de adaptação da força de trabalho às mudanças tecnológicas. Contudo, foi o PLANFOR, criado em 1995, que estendeu essa preocupação desde a formação de trabalhadores para ocupações específicas até o treinamento daqueles considerados vulneráveis, desempregados e excluídos do mercado, para torná-los competitivos e recuperar

a sua empregabilidade. No PLANFOR, a qualificação profissional passou a ser tratada a partir dos conceitos de empregabilidade e competência, presentes no projeto neoliberal que, sutilmente, povoou a nova mentalidade do mercado de trabalho justificando-se, pelo menos, na necessidade de aumentar os níveis de escolaridade dos educandos, muito embora tenha tido sua efetividade contestada quanto à inserção dos trabalhadores no mercado. Considerando a apreensão dos mesmos autores:

Ao longo da década, a exigência da educação formal tornou-se um dos principais fatores de seleção no mercado geral de trabalho. Porém, menos pelas competências requeridas pelo posto de trabalho a ser ocupado e mais pela maior disponibilidade de mão-de-obra com maior escolaridade e disposta a exercer uma ocupação menos qualificada e com rendimentos inferiores. Grande parte dos cursos de qualificação voltou-se para a tentativa de elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores, ou pelo menos alfabetizá-los – tarefa importante como direito do cidadão, mas insuficiente para garantir maiores chances na competição por uma vaga no mercado de trabalho (Moretto, Gimenez e Proni, 2003, p. 259).

Ainda na década de 1990, no âmbito do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), foram criados programas de concessão de financiamentos de pequenos empreendimentos no setor urbano e rural para estimular a geração de emprego e renda, o que se consubstanciou no Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), em 1994. Este programa contou com recursos do FAT e teve os projetos aprovados e acompanhados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Ainda, segundo resolução do CODEFAT, em 1996, foi criado o Programa de Expansão e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO), visando também a criação de emprego e renda, mas com o financiamento de grandes projetos em transportes, saneamento e infraestrutura. Junto com o programa de qualificação profissional, o objetivo dos programas de geração de emprego e renda orientou-se em criar certa autonomia empreendedora para os sujeitos no mercado de trabalho, como gestores de sua própria força de trabalho, reforçando o sentido individual/liberal já, anteriormente, aludido aos sujeitos, responsabilizando-os por sua condição de excluídos e estimulando-os, ainda, a criarem suas próprias condições pessoais de inclusão.

Este momento foi fundamental para as reflexões neste trabalho, uma vez que indicou a idealização de um novo conceito de inclusão nos moldes liberais, atrelando a reinserção no mercado de trabalho à qualificação, competência e empreendedorismo, elementos que podem alterar significativamente a sociabilidade do trabalhador e o lugar do trabalho no processo produtivo, conforme discutido no capítulo 4. Desse modo, tudo leva a crer que a política

neoliberal e as mudanças no mercado de trabalho, com tendência a privilegiar a flexibilização, provocaram também a reorientação da política pública de emprego, que passou a aceitar a autonomização dos sujeitos na formação e gestão da mão-de-obra, além de encaminhar-se para a assistência social dos excluídos. Neste sentido, o seguro-desemprego também se alinhou aos programas de assistência ao trabalhador desempregado, podendo configurar uma disposição que se orientou ao assistencialismo, garantindo renda e inclusão temporária. Essa reorientação pode ter decorrido da incapacidade do SPE atender à crescente oferta de trabalho, frente à tendência, relativamente decrescente de emprego. O mercado de trabalho tornou-se cada vez mais complexo com a precarização e a heterogeneidade das ocupações, resultado das estratégias de sobrevivência encontradas pelos excluídos e, por outro lado, das formas escusas de extrair mais-valia, com as quais o capital se utiliza para explorar o trabalhador que ocupa uma posição de mais vulnerabilidade na sociedade contemporânea.

Considerando a fase mais recente da política de formação profissional, o PNQ, criado em 2003, trouxe também, em suas diretrizes, a preocupação com a inclusão social, na medida em que, além da formação profissional, propôs a orientação do sujeito para a formação cidadã. Visto por este lado, tal abordagem refletiu certa preocupação em aproximar-se das lacunas, limites e dificuldades das políticas de emprego e de inclusão social, encaminhadas, nos anos de 2000, após o sombrio resultado de desmonte da sociabilidade criada pelo trabalho, experimentado na década anterior, em função da influência da ideologia neoliberal nas políticas públicas. Contudo, o acompanhamento das ações e dos rumos desta política pôde dar indicações de como a reformulação do papel da política pública e os objetivos da qualificação profissional foram sendo abordados. Na seção seguinte, buscaram-se resgatar as bases de formulação do PLANFOR e do PNQ, com seus objetivos, suas principais ações e resultados, bem como a atuação destes programas de qualificação profissional no estado da Paraíba.

5.3 Do PLANFOR ao PNQ: mudanças e permanências na política de qualificação profissional nos anos de 1990

Como foi visto, a década de 1990 ficou marcada por um profundo processo de ajustes políticos, econômicos e sociais, no Brasil, após o seu ingresso no caminho irrefreável da globalização. Tais reformas se encaminharam muito além das correções estruturais da

economia ou da simples moralização na condução dos gastos do governo representando, sobretudo, um novo pacto de poder entre o Estado e o setor produtivo dominante. A economia buscou o equilíbrio, baseado no enxugamento dos setores menos competitivos, na centralização do capital e na continuidade do processo de flexibilização das relações de trabalho, restando à classe trabalhadora empregada apenas a opção de negociar para não ver ainda mais avolumado o contingente de desocupados. Diante dessa conjuntura, a questão social pareceu assumir um novo perfil, em função do aumento do desemprego. As políticas sociais surgiram como uma necessidade emergencial para o enfrentamento do problema da fome, assumindo um caráter mais para a assistência e menos para a formação/educação cidadã, tendo em vista o crescimento da pobreza e das desinserções. Ao lado das políticas sociais, os programas de emprego e renda também foram instados a reelaborar suas ações de forma a atender às novas necessidades do mercado, buscando responder a questão da reinserção social em atenção às demandas de um número crescente de desocupados.

A ampliação e a complexidade da demanda social, que se alargou nos anos de 1990, representou um imenso desafio para as políticas públicas, em especial àquelas voltadas para o mercado de trabalho, pois, envolviam conceitos que se mostraram antagônicos, como a tentativa de aproximar a compreensão de empregabilidade e competência à noção de cidadania, acalorando a discussão sobre inclusão social, presente nas propostas de reformulação dessas políticas.

Apesar de se perceberem as incongruências que envolveram a reorientação da política de qualificação profissional, sob os princípios da reforma neoliberal da economia, procurou-se, a seguir, avançar para o resgate de como foi se processando a construção social dos programas de qualificação profissional e como foi sendo contemplada a dimensão da cidadania.

5.3.1 PLANFOR: uma nova concepção de qualificação profissional

O PLANFOR foi criado em 1995, por meio da Resolução nº 96/95 do CODEFAT, embora só tenha efetivamente iniciado suas ações em 1996. Sua execução foi coordenada pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como parte integrante da Política Pública de Emprego, Trabalho e Renda (PPETR) e financiado com recursos do FAT. O PLANFOR tinha como principal objetivo:

Mobilizar e articular, gradualmente toda a capacidade e competência de educação profissional disponível no País, de modo que se alcance, a partir de 1999, capacidade de qualificar e requalificar, anualmente, pelo menos 20% da população economicamente ativa (PEA) (BRASIL/MTE/SEFOR *apud* Moretto, 1999, p. 391).

Segundo Manfredi (2002), o PLANFOR trazia em seu conteúdo uma concepção de educação profissional, pautada em três dimensões:

- 1 – A negação da dicotomia entre educação básica e Educação Profissional e da sobreposição ou substituição da segunda pela primeira;
- 2- A formação profissional deve enfatizar o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos básicos, específicos e de gestão, voltados para o desenvolvimento de um indivíduo que é, ao mesmo tempo, trabalhador e cidadão, competente e consciente;
- 3- O reconhecimento e a valorização dos saberes adquiridos mediante as experiências de trabalho, e seu credenciamento possibilitando o reingresso no sistema educacional formal (Manfredi, 2002, p. 153).

Quanto à implementação, o programa se propunha ser encaminhado de forma participativa e descentralizada, buscando o fortalecimento da capacidade de execução local, orientada por dois mecanismos:

1 – Os Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), monitorados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho (STbs) e submetidos à aprovação dos Conselhos Estaduais de Trabalho (CETs), mediante negociações estabelecidas com os Conselhos Municipais de Trabalho (CMTs);

2 – Parcerias Nacionais e Regionais (PARCs) do Ministério do Trabalho “com organismos públicos e privados, em especial organizações de trabalhadores e do empresariado, para programas e projetos de alcance regional ou nacional, sujeitas a aprovação do CODEFAT” (BRASIL, 2001b, p. 3).

Como público alvo, o PLANFOR orientou-se por duas definições: grupos vulneráveis e outros segmentos considerados vitais para o desenvolvimento sustentado. Para o primeiro grupo, estavam classificadas como vulneráveis: pessoas desocupadas, ocupados em risco de desinserção permanente ou conjuntural, empreendedores (que já tinham ou queriam iniciar micro e pequenos negócios) e pessoas autônomas (associadas, cooperadas e autogeridas). Além destes, o programa admitia qualificar outros públicos selecionados com base em critérios locais e regionais (BRASIL, 2001b, p. 2).

A execução do PLANFOR deveria ocorrer por meio da Rede de Educação Profissional (REP), existente no país, composta por:

- ♦ Universidades, faculdades, centros tecnológicos e institutos de ensino superior;
- ♦ Escolas técnicas de nível médio;
- ♦ Sistema S;
- ♦ Fundações, associações, sindicatos e centrais sindicais de trabalhadores;
- ♦ Fundações, associações, confederações e federações de empresários; e,
- ♦ Outras organizações de educação profissional (livres, comunitárias etc.).

Segundo o MTE, o monitoramento e a avaliação do PLANFOR, estavam orientados para a “melhoria e correção de rumos das ações”, para isso, propunha utilizar-se de:

- Acompanhamento técnico-gerencial de cada PEQ/PARC, contratado pelas STbs e Parceiros, como projeto especial de apoio à gestão;
- Avaliação externa e acompanhamento de egressos do PEQ/PARC, também contratada pelas STbs e Parceiros, como projeto especial, executado principalmente por universidades federais e estaduais;
- Supervisão técnico-operacional do PLANFOR a cargo do MTE/SPPE/DEQP⁷⁹, por meio de oficinas, seminários, visitas técnicas e outros mecanismos, valendo-se de equipe própria e de entidades contratadas nas UF's, para cobertura das ações do PEQ/PARC;
- Uma coordenação técnica do MTE/SPPE/DEQP no sentido de harmonizar, integrar e sintetizar as avaliações dos PEQs/PARCs e da supervisão operacional, com participação de técnicos das STbs, parceiras, equipes de avaliação, da supervisão e especialistas;
- Uma Comissão Nacional de Avaliação, de caráter consultivo, em nível de assessoria direta ao Ministro do Trabalho e Emprego e/ou ao CODEFAT, formada por especialistas de diferentes áreas, com participação da SPPE (BRASIL, 2001b, p. 6).

No final do segundo quadriênio de vigência do PLANFOR, houve um significativo contingenciamento dos recursos para a qualificação profissional, fato que se somou a uma série de denúncias da sociedade civil e das instituições avaliadoras do programa sobre a sua condução irregular, reforçado com a constatação da reduzida qualidade dos cursos oferecidos e a baixa efetividade social do PLANFOR. Estes episódios contribuíram para a tomada de posição e reorientação da política pública de qualificação profissional por parte do MTE, determinando a extinção do PLANFOR em 2003 e, posteriormente, a criação do PNQ, apoiado em novas diretrizes.

Segundo avaliação do próprio MTE, os principais avanços do PLANFOR foram observados com seu caráter inovador em propor as parcerias entre o setor público e o privado, governamental e não governamental; na proposta de mobilizar a capacidade de qualificação profissional instalada no país; em ampliar a qualificação profissional a todos, beneficiando

⁷⁹ Departamento de Educação e Qualificação Profissional – DEQP.

regiões e populações mais expostas à pobreza e à exclusão social; ao valorizar e fortalecer o tripartismo no planejamento e gestão da PPETR; ao propor o monitoramento e a avaliação do programa; e, promover um processo de diálogo participativo por meio dos conselhos de emprego (BRASIL, 2001b, p. 8).

Em sintonia com o MTE, Bulhões avaliou que:

O Planfor ousou quando se propôs a democratizar o acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, principalmente daqueles em situação vulnerável no mercado de trabalho, (...) de forma articulada à busca de um modelo de desenvolvimento sustentado para o país, em um período de reestruturação produtiva; (...) ao propor que os objetivos acima fossem atingidos por meio de uma nova forma de atuação do Estado, caracterizada pela descentralização e o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil (Bulhões, 2004, p. 40).

Por outro lado, foi interessante perceber como o próprio documento do MTE admitiu ser a qualificação profissional incapaz de “criar empregos” e de “fazer justiça social”, mas apenas contribuir para obter e manter trabalho, para tornar o sujeito mais competente, sendo um “direito do trabalhador”, conforme explicitado nas reflexões seguintes:

Qualificação profissional, em si e por si mesma, não cria empregos, não promove o desenvolvimento, não gera emprego, nem faz justiça social. Mas é um componente indispensável de políticas públicas que visem a tais propósitos. É como fermento: não basta para fazer o bolo, mas sem ele nada feito. Porque qualificação agrega valor ao trabalho e ao trabalhador. Aumenta as chances de obter e manter trabalho. Amplia as oportunidades de geração de renda. Melhora a qualidade dos produtos e serviços. Torna as empresas mais competitivas. Torna o trabalhador mais competente. E, por tudo isso, é direito do trabalhador, em uma sociedade que quer ser justa e democrática (BRASIL, 2001b, p. 8).

Esta dimensão da “competência” e do “direito do trabalhador” foi o que fomentou e acalorou o debate sobre a política pública de qualificação profissional no transcorrer dos anos de 2000, marcando a passagem do PLANFOR ao PNQ, justamente o que se tratou na seção seguinte. Apesar dos elementos técnicos, quanto à inoperância e escassez de recursos, os documentos de avaliação do PLANFOR não evidenciaram o conteúdo político, envolvido na extinção do programa. O surgimento do PNQ representou uma ruptura na própria concepção de qualificação, voltada para a competência e a empregabilidade. Mais do que formação profissional, o PNQ se propunha recuperar a dimensão política com a formação cidadã dos sujeitos envolvidos, resultado da demanda dos trabalhadores e expressando o revigoramento dos movimentos sociais na gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, após terem enfrentado um período de encolhimento em virtude do forte conteúdo repressor da política neoliberal, implementada nos anos de 1990. Assim, o PNQ, na qualidade de política pública,

apareceu como um direito de cidadania, relacionando a qualificação profissional com a formação cidadã. Os princípios que nortearam este programa foram apresentados a seguir.

5.3.2 PNQ: uma reformulação da Política Pública de Qualificação Profissional?

O PNQ foi criado em 2003, compondo inicialmente as diretrizes do Plano Plurianual para 2004-2007⁸⁰, propondo-se diferenciar da proposta anterior por propiciar a ampliação da participação da sociedade civil, reforçando a dimensão da cidadania e o fortalecimento da democracia, conforme apareceu no documento oficial do PNQ:

(...) O caráter participativo significa um enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das Políticas Públicas e marca uma nova relação entre Estado e Sociedade. De um lado, consolida um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos, um Estado adaptado às exigências do novo ciclo de desenvolvimento. De outro lado, reforça a sociedade na perspectiva da cidadania ativa, de um novo contrato social, do fortalecimento da democracia em todas as suas dimensões, da radicalização do processo democrático como um grande movimento cultural (BRASIL, 2003a, p. 17).

Desse modo, os principais objetivos sobre os quais se fundamentou o PNQ foram: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda; e, promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (BRASIL, 2003a, p. 17).

Uma vez tendo sido criado, em meio ao cenário de reformulação da política pública de qualificação profissional, o PNQ destacou algumas lacunas principais, presentes no PLANFOR, para servir de orientação à elaboração de suas ações:

- pouca integração entre a Política Pública de Qualificação Profissional e as demais Políticas Públicas de Trabalho e Renda (seguro-desemprego, crédito popular, intermediação de mão-de-obra, produção de informações sobre o mercado de trabalho, etc.);
- desarticulação desta em relação às Políticas Públicas de Educação;
- fragilidades das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho – CETs e CMTs, como espaços capazes de garantir uma participação efetiva da sociedade civil na elaboração, fiscalização e condução das Políticas Públicas de Qualificação;
- baixo grau de institucionalidade da rede nacional de qualificação profissional, que reserva ao Estado, por meio do MTE, o papel de apenas definir orientações gerais e de financiamento do Plano Nacional de Qualificação, executado integralmente por meio de convênios com terceiros;

⁸⁰ O ano de 2003 foi considerado como fase de transição do PLANFOR para o PNQ, tempo necessário para a reformulação das bases da política pública de qualificação. O PNQ só foi efetivamente iniciado em 2004.

- ênfase do PLANFOR nos cursos de curta duração, voltados ao tratamento fundamentalmente das “habilidades específicas”, comprometendo com isso uma ação educativa de caráter mais integral;
- fragilidades e deficiências no sistema de planejamento, monitoramento e avaliação do PLANFOR (BRASIL, 2003a, p. 19).

Buscando incorporar um posicionamento crítico na construção da política de qualificação, o PNQ apresentou como objetivo geral:

(...) contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação (BRASIL, 2003a, p. 26).

Estas intenções estavam fundamentadas em seis dimensões: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional. É importante ressaltar o caráter político, presente no PNQ, uma vez que apresenta a “(...) compreensão da qualificação profissional como direito, como Política Pública, como espaço de negociação coletiva e como um elemento constitutivo de uma política de desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2003a, p. 20).

As bases da nova política pública de qualificação, incorporadas no PNQ, ancoraram-se em dois aspectos fundamentais: o primeiro refere-se a tratar a qualificação como construção social, em que possa afirmar-se como “fator de inclusão social e de desenvolvimento econômico”, buscando diferenciar-se das orientações individualistas presentes no PLANFOR e que visavam meramente atender às exigências do mercado. Para tanto, o PNQ considerou relevante tratar esta dimensão da construção social sob as perspectivas epistemológica, social e pedagógica. Desse modo, a qualificação profissional “(...) quanto mais associada estiver a uma visão educativa que a tome como um direito de cidadania, mais poderá contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento” (BRASIL, 2003a, p. 23).

O segundo aspecto basilar, presente no PNQ, tratou a qualificação como “direito” e como “política pública”, reelaborando a questão da formação profissional para a dimensão da cidadania e conclamando a participação dos sujeitos envolvidos. Assim, ampliou o conceito simples de qualificação para qualificação social e profissional “(...) como aquela que permite a inserção e a atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas” (BRASIL, 2003a, p. 24). Segundo a compreensão do PNQ, construir uma política de qualificação, no Brasil, significava dar continuidade aos processos de transformação político-sociais, iniciados com a Constituição de 1988 e aos avanços das

discussões em torno da dimensão pedagógico-educativa que culminaram na criação da Lei de Diretrizes e Bases e na reforma do ensino técnico-profissional, na década de 1990. Para o PNQ, a política pública de qualificação deveria ser tratada com o caráter de “política social”, como parte do planejamento do Estado e como reforço ao reconhecimento da qualificação como direito social e como ação promotora da cidadania. Diante desta perspectiva, “(...) Ganha realce sua indispensável dimensão cidadã, que se sustenta na qualificação profissional como direito e como um bem de acesso universal e da Política Pública de Qualificação como uma responsabilidade do Estado e da sociedade” (BRASIL, 2003a, p. 25).

Como principal desafio a ser enfrentado para atender ao objetivo de proporcionar a maior participação dos sujeitos no processo de construção da política pública, o PNQ destacou o “empoderamento dos espaços públicos de gestão participativa e controle social” a ser edificado pelas comissões estaduais e municipais de emprego. A estes espaços, somou-se à necessidade de integração da política pública de qualificação com os programas que compunham o sistema público de emprego e outros que faziam parte da política social (BRASIL, 2003a, p. 25).

O PNQ tinha sua implementação prevista para ocorrer por intermédio das ações:

Dos Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) nos estados da federação, que representam:

Ações de educação profissional envolvendo de forma integrada principalmente os conteúdos indicados, sem prejuízo de outros que se definam em função da realidade local, das necessidades dos/as trabalhadores/as, do desenvolvimento do território, do mercado de trabalho e do perfil da população a ser atendida, [devendo obrigatoriamente, serem deliberadas e homologadas pelas CETs e CMTs] (BRASIL, 2003a, p. 31).

Dos Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs), voltados para

Ações de estudos, pesquisas e desenvolvimento de materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação, abrangendo prioritariamente os seguintes temas: educação profissional, certificação profissional e orientação profissional de populações específicas; gestão participativa de sistemas e Políticas Públicas de Qualificação; memória e documentação sobre qualificação” (BRASIL, 2003, p. 31).

E dos Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs), utilizados como principal instrumento para a construção social da qualificação.

Segundo o próprio documento que definia o PNQ, os PlanTeQs traziam, em seu conteúdo, uma natureza pedagógica e política que representava a intencionalidade em garantir as ações, resultantes do interesse coletivo, como expressão do direito à cidadania e como possibilidade para o desenvolvimento local. Desse modo, os PlanTeQs foram encarados

como: “uma ação intencional baseada em um compromisso estabelecido coletivamente. Trata-se de uma ação de natureza pedagógica e política, por traduzir-se em um compromisso com a qualificação enquanto direito do cidadão e da cidadã” (BRASIL, 2003a, p. 36).

Visando à qualidade pedagógica dos cursos oferecidos pelo PNQ, ressaltou-se a obrigatoriedade do cumprimento de uma carga horária, cuja média não fosse inferior a 200 horas, contando que, no mínimo, em 75% do tempo, fossem ministradas “ações formativas denominadas cursos” e em 25% “ações formativas denominadas seminários, oficinas, laboratórios e outras modalidades” (BRASIL, 2003a, p. 32).

No que se refere ao público alvo, o PNQ priorizou aqueles segmentos que definiu como sendo alvo de processos de exclusão e discriminação social, elegendo dez grupos considerados como população prioritária:

- 1 – trabalhadores/as sem ocupação cadastrados/as no Sistema SINE e/ou beneficiários/as das demais Políticas Públicas de Trabalho e Renda, particularmente: ações de primeiro emprego, seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra; microcrédito e de ações de economia solidária;
- 2 – trabalhadores/as rurais: agricultores familiares e outras formas de produção familiar; assalariados empregados ou desempregados; assentados ou em processo de assentamento; populações tradicionais; trabalhadores/as em atividades sujeitas a sazonalidades por motivos de restrição legal, clima, ciclo econômico e outros fatores que possam gerar instabilidade na ocupação e fluxo de renda;
- 3 – pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativa, associativa ou autogestionada;
- 4 – trabalhadoras/es domésticos;
- 5 – trabalhadores/as em empresas afetadas por processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva;
- 6 – pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; de ações afirmativas de combate à discriminação; de ações envolvendo segurança alimentar e de políticas de integração e desenvolvimento regional e local;
- 7 – trabalhadores/as egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas socioeducativas, trabalhadores/as libertados/as de regime de trabalho degradante análogo à escravidão e de familiares de egressos do trabalho infantil;
- 8 – trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Segurança e Administração Pública;
- 9 – trabalhadores/as de empresas incluídas em arranjos produtivos locais, de setores exportadores, setores considerados estratégicos da economia, segundo a perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda e de setores econômicos beneficiados por investimentos estatais;
- 10 – gestores e gestoras em Políticas Públicas e representantes em fóruns, comissões e conselhos de formulação e implementação de Políticas Públicas e Sociais (BRASIL, 2003a, p. 33).

Para a sua execução, o PNQ previa a integração com programas e projetos que faziam parte do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR). Quanto ao acompanhamento e avaliação do PNQ, foi lançada como proposta a construção de um sofisticado Sistema Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (SPMA) das

ações realizadas, visando à integração com as outras políticas sociais e a efetividade do PNQ, ambicionando o aperfeiçoamento da gestão administrativo-financeira, da dimensão pedagógico-metodológica, do impacto sobre o público envolvido e a construção de indicadores sobre a qualificação profissional, entre outros aspectos contemplados. O PNQ deveria ser executado, principalmente, com recursos do FAT, por meio de convênios plurianuais, obedecendo à legislação vigente e as orientações do CODEFAT. O programa precisava contar, ainda, com a existência de contrapartidas das entidades, empresas ou outras instituições financiadoras e proponentes de projetos de qualificação, que cumprissem a exigência de atender à população prioritária.

Considerando este resgate dos fundamentos principais do PLANFOR e do PNQ, na seção seguinte foram observadas as ações, os resultados e as diferenças mais marcantes entre os dois programas de qualificação profissional, buscando particularizar estes elementos para a sua atuação no estado da Paraíba.

5.3.3 PLANFOR e PNQ: ações e resultados

Para uma avaliação geral do PLANFOR, observou-se que entre 1995 e 2001, houve um aumento progressivo no número de treinandos com as ações do PLANFOR e da REP, passando de 3,5 milhões para 12,6 milhões, considerando os dados da tabela 1. Todavia, este indicador esteve sempre abaixo da meta inicial estimada do programa de qualificar 20% da PEA por ano, o que forçou a revisão dos objetivos traçados pela política de qualificação. Para o mesmo período, os PEQs e as PARCs conseguiram qualificar 15.357.000 pessoas, totalizando R\$ 2.276,7 milhões em recursos e envolvendo 4.442 municípios, sendo 1.035 considerados “mais pobres” pelo Programa Comunidade Solidária (Manfredi, 2002, p. 156).

Comparando-se o número de inscritos nos cursos de qualificação profissional, desde a época do PLANFOR até o PNQ⁸¹, observou-se uma queda significativa no número de educandos, atendidos por estes programas o que foi atribuído, em parte, à diminuição do volume de recursos destinados ao PNQ, em comparação com o PLANFOR.

⁸¹ Os dados serviram apenas para uma comparação geral, já que a carga horária diferente para os dois programas prejudica uma análise mais adequada das informações.

Tabela 1 – Treinandos: 1995-2001 – PLANFOR/FAT e REP

Ano	PLANFOR/FAT		REP		Total	
	Treinandos (R\$ milhões)	PEA (%)	Treinandos (R\$ milhões)	PEA (%)	Treinandos (R\$ milhões)	PEA (%)
Resultados						
1995	0,1	-	3,4	5	3,5	5
1996	1,2	2	3,9	5	5,1	7
1997	2	3	4,5	6	6,5	9
1998	2,3	3	5	7	7,3	10
1999	2,7	3	7,7	9	10,4	12
2000	3,4	4	8,1	10	11,5	14
2001	3,6	5	9	12	12,6	17

Fonte: Manfredi, 2002, p. 155.

No caso do PNQ, registraram-se 121.860 inscritos em 2005⁸², caindo para 118.202 em 2007 e 63.500 em 2008, tendência de queda, observada também quando se considerou o número de educandos por região geográfica (tabela 2). Em todo caso, as regiões que mais se

**Tabela 2 – Número de educandos inscritos nos cursos do PNQ
– Brasil e regiões 2005, 2007 e 2008**

	2005	% em relação ao Brasil	2007	% em relação ao Brasil	2008	% em relação ao Brasil
Norte	7.345	6,0	14.915	12,6	5.695	9,0
Nordeste	41.347	33,9	39.818	33,7	19.079	30,0
Sudeste	44.977	36,9	31.933	27,0	25.541	40,2
Centro-oeste	11.058	9,1	12.363	10,5	6.106	9,6
Sul	17.133	14,1	19.173	16,2	7.079	11,1
Brasil	121.860	100,0	118.202	100,0	62.500	100,0

Fonte: DIEESE. Anuários da qualificação social e profissional, 2007, 2008 e 2009.

destacaram com o PNQ foram o Nordeste e o Sudeste, sendo que, para o ano de 2008, esta última região ficou com mais de 40% do número de alunos inscritos, crescimento significativo em relação as outras regiões.

Quando se considerou a instituição executora dos cursos de qualificação, constantes no PNQ, evidenciou-se a maior participação do Sistema S (tabela 3), atingindo 31,5% em 2007; em segundo lugar aparecem as ONGs, com 23,3% para o mesmo ano. Os dados demonstraram certa concentração por parte destas executoras, com baixa participação das instituições que integravam a rede pública de ensino profissional, como as escolas técnicas

⁸² Dados não disponíveis para o ano de 2006 nos anuários de qualificação profissional.

públicas e as universidades, institutos, faculdades e fundações, explicitando a pouca articulação com estes segmentos e contrariando uma das recomendações do PNQ.

Tabela 3 – Distribuição dos educandos inscritos nos cursos do PNQ por tipo de instituição executora – Brasil 2003-2007 (em %)

Tipo de instituição executora	2003	2004	2005	2006	2007
Associação comunitária	8,6	5,7	6,7	9,2	7,6
Associação de produtores	2,4	2,1	1,8	1,9	1,2
Empresariais	9,1	4,8	4,1	3,5	2,9
Escolas técnicas públicas	2,0	2,8	3,8	2,6	1,8
Especializadas em qualificação social e profissional	4,5	9,7	7,3	11,3	9,6
ONGs	16,5	19,8	19,6	21,5	23,3
Outras	7,5	7,1	10,6	13,7	11,3
Sistema S	26,9	28,6	32,5	25,5	31,5
Sindicais	14,4	12,3	8,3	8,0	7,3
Ensino superior	8,0	7,3	5,3	2,7	3,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. Anuários da qualificação social e profissional, 2007, p. 154 e 2008, p. 52.

Quanto à evasão dos educandos matriculados nos cursos do PNQ, o maior índice verificado, desde o primeiro ano de sua implantação foi apurado em 2007, com 9,6% para o total das executoras, destacando-se as ONGs (10,3%) e o Sistema S (12,8%)⁸³ que, por sua vez, concentraram o maior número de matrículas e o maior volume de alunos concluintes (tabela 4).

No que se refere à forma de encaminhamento dos educandos concluintes dos cursos do PNQ, entre 2003 e 2007, observou-se a presença majoritária do SINE, com uma participação superando 60% a partir de 2005, até atingir 71,2%, em 2007 (tabela 5).

⁸³ A taxa de evasão para as escolas técnicas públicas registrou aumento de 5,3% em 2006 para 24,7% em 2007. Como são valores muito destoantes, prefere-se aqui não levá-los em consideração e observá-los nos próximos anuários, podendo ter ocorrido algum evento muito específico para tal comportamento.

Tabela 4 – Taxa de evasão dos educandos dos cursos do PNQ por tipo de instituição executora – Brasil 2003-2007 (em %)

Tipo de instituição executora	2003	2004	2005	2006	2007
Associação comunitária	2,8	3,9	3,4	4,6	5,9
Associação de produtores	2,7	2,7	4,1	2,2	3,9
Empresariais	6,4	3,7	5,7	5,1	7,0
Escolas técnicas públicas	3,1	2,3	5,7	5,3	24,7
Especializadas em qualificação social e profissional	4,2	5,3	3,7	3,6	6,4
ONGs	3,4	4,3	4,5	5,2	10,3
Outras	2,3	3,6	8,3	9,0	12,8
Sistema S	5,0	7,8	4,6	2,6	5,9
Sindicais	3,4	3,0	4,1	4,1	4,5
Ensino superior	1,5	4,3	4,5	4,6	7,6
TOTAL	3,8	5,0	5,7	5,5	9,6

Fonte: DIEESE. Anuários da qualificação social e profissional, 2007, p. 159 e 2008, p. 57.

Tabela 5 – Distribuição dos educandos concluintes dos cursos do PNQ por forma de encaminhamento – Brasil 2003-2007 (em %)

Forma de encaminhamento	2003	2004	2005	2006	2007
SINE	12,4	44,0	62,1	65,7	71,2
Entidade executora	8,4	25,4	9,2	12,1	10,6
Não quis ser encaminhado	0,4	-	9,7	9,4	7,4
Intermediação de mão-de-obra de entidades sindicais	0,1	3,2	3,9	1,5	1,8
O trabalhador já está ocupado	1,1	-	3,7	2,4	1,9
Agência de emprego privada	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Sem declaração	77,5	20,1	3,3	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. Anuários da qualificação social e profissional, 2007, p. 163 e 2008, p. 61.

Sobre a posição na ocupação dos educandos concluintes, como segmentos de maior destaque, apareceram os trabalhadores por conta própria, os sem declaração e os trabalhadores na produção para o próprio consumo, sendo que, para os trabalhadores por conta própria, verificou-se um aumento de 24,3%, em 2005, para 38,2%, em 2007; e, os sem declaração, houve uma queda de 51,2%, em 2005, para 40,3%, em 2007 (tabela 6).

**Tabela 6 – Distribuição dos educandos concluintes dos cursos do PNQ
por posição na ocupação – Brasil 2005 e 2007 (em %)**

Posição na ocupação	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste		Brasil	
	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007
Empregados	4,8	3,3	3,8	6,1	7,2	8,9	9,4	4,9	7,8	7,2	5,9	6,3
Trabalhadores domésticos	1,6	2,5	1,5	1,9	2,9	2,1	3,1	1,2	3,1	0,3	2,3	1,8
Trabalhadores por conta própria	20,8	35,6	18,6	30,3	31,7	41,8	38,8	63,7	10,8	20,5	24,3	38,2
Empregadores	5,8	3,1	7,2	4,0	6,8	5,1	2,8	1,5	4,9	7,0	6,3	4,0
Trabalhadores não-remunerados	0,9	0,1	0,4	0,1	1,0	0,0	0,0	0,8	-	-	0,5	0,2
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	24,9	19,1	12,1	15,4	4,7	3,0	5,5	0,5	6,5	1,9	9,5	9,3
Sem declaração	41,2	36,2	56,4	42,3	45,7	39,1	40,5	27,5	66,8	63,1	51,2	40,3
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: DIEESE. Anuários da qualificação social e profissional, 2007, p. 173 e 2008, p. 71.

O levantamento dos concluintes dos cursos, considerando o público prioritário recomendado, apontou que para o PLANFOR e o PNQ, entre 2002 e 2007, destacando o grupo de mulheres, foram atingidos índices superiores à proporção de mulheres na PEA, o mesmo ocorrendo para o segmento dos jovens. Quanto ao quesito escolaridade, os programas de qualificação registraram um contingente de educandos localizados na média da PEA, destacando-se, neste item, o PLANFOR. O segmento que mereceu maior atenção refere-se ao grupo de negros e indígenas, pois, para ambos os programas, os índices de atendimento estiveram abaixo da participação deste público na PEA. Ainda sobre o público prioritário atendido pelo PNQ, entre 2003 e 2007, registrou-se índice maior de concluintes dos “trabalhadores do sistema público de emprego e economia solidária” com média acima de 50%, em relação aos demais segmentos; o segundo maior destaque ficou com os “trabalhadores ocupados no auto-emprego”, com 10,6% de concluintes em 2003 para 19,1% em 2007 (DIEESE, 2008, p. 81).

Do ponto de vista dos recursos do FAT, destinados aos programas do sistema público de emprego, ficou evidente a necessidade de maiores investimentos para a qualificação profissional. Entre 2003 e 2006, período em que já vigorava o PNQ, os recursos destinados a este programa localizaram-se em torno de 0,4% do total de despesas do FAT, abaixo do volume de recursos destinados à intermediação de mão-de-obra (tabela 7).

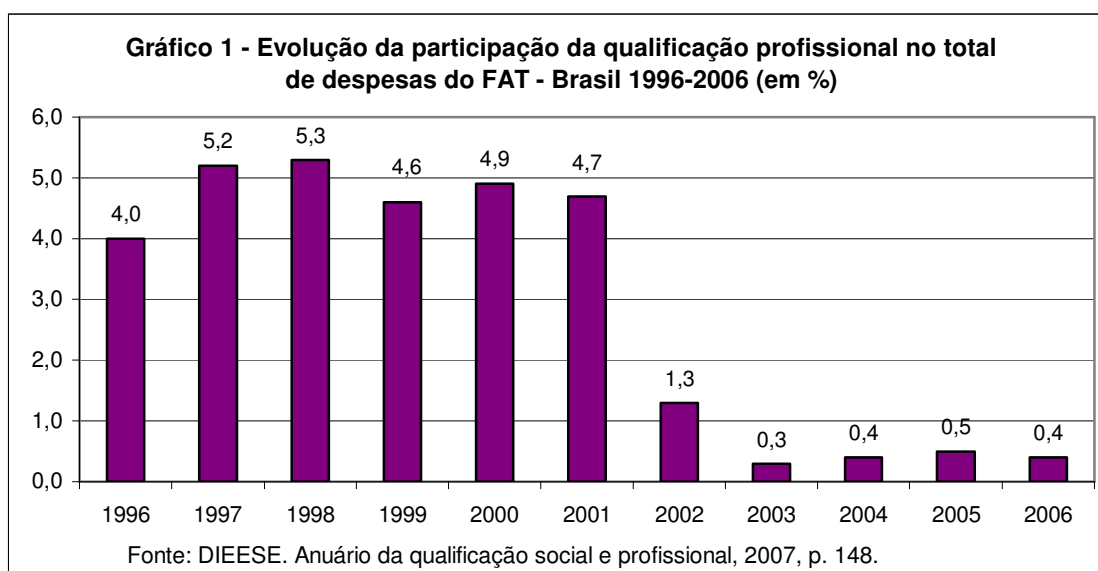
Se for considerado o período maior de 1996 a 2006, comparando-se os investimentos do FAT para o PLANFOR e PNQ, percebeu-se uma queda drástica dos recursos financeiros

de um programa para o outro. O maior volume de recursos foi concentrado pelo PLANFOR, atingindo até 5,3% dos destinos financeiros do FAT em 1998 (gráfico 1).

**Tabela 7 – Demonstrativo de execução financeira do FAT
– Brasil 2001 a 2004 (em R\$ milhões)**

Itens de dispêndio		2001	2002	2003	2004
Receita	Arrecadação PIS/Pasep – FAT	12.816,2	13.243,1	13.403,3	15.150,8
Despesas	Empréstimos BNDES – 40%	5.089,3	5.368,7	5.629,1	6.257,1
	Seguro-desemprego				
	- Pagamento do benefício	7.228,8	7.543,4	6.832,5	7.186,2
	- Apoio operacional	121,8	176,5	160,7	151,1
	Abono salarial				
	- Pagamento do benefício	1.273,3	1.631,6	1.852,3	2.286,8
	- Apoio operacional	32,5	32,3	3,4	18,8
	Qualificação profissional	709,3	198,6	46,0	72,7
	Intermediação de emprego	151,6	118,9	96,2	77,5
	Apoio operacional ao Proger	21,1	25,7	0,0	-
	Outros projetos/atividades	410,3	339,4	152,9	148,6
	Total de despesas	15.038,0	15.435,1	14.773,1	16.198,9
SALDO: Receitas menos despesas		-2.143,2	-2.192,0	-1.369,8	-1.048,1

Fonte: DIEESE. Anuário dos trabalhadores, 2005, p. 157.



A partir das avaliações realizadas sobre a atuação dos PlanTeQs em 2003, 2004 e 2005, considerando que o primeiro ano foi um período de transição e adaptação das novas diretrizes da política de qualificação social e profissional, constataram-se, de um modo geral, dificuldades na assimilação por parte dos diversos atores a respeito do conteúdo do PNQ. Apesar de se reconhecerem avanços no período quanto ao conhecimento das diretrizes do

programa de qualificação, ainda prevaleceu a dificuldade dos envolvidos na execução do plano, em compreender a qualificação social e profissional enquanto uma concepção “global” e como proposta de uma formação “cidadã” do sujeito. Para a correção deste limite, Saul, Freitas e Koyama *et al.* (2007a, p. 143) admitiram a necessidade de recursos pedagógicos voltados à orientação de um “indivíduo participativo, crítico e consciente de seu papel social e profissional”.

Quanto à definição da demanda a ser considerada pelos PlanTeQs, apesar de constatado certo esforço em corrigir as lacunas encontradas em 2003, as avaliações ainda identificaram a permanência de dificuldades e carências nos levantamentos realizados por estes programas para a determinação da demanda, considerando as prioridades e especificidades locais. Observou-se ser comum o encaminhamento dos estudos de demanda para os conselhos/comissões⁸⁴ de emprego sob tempo exíguo e o seu desacordo com os interesses do local. A avaliação sobre a atuação das comissões/conselhos, ratificando os estudos abordados anteriormente, apontaram para a frágil participação dos conselheiros e para o desequilíbrio de forças entre os mesmos. Outro aspecto considerado debilitado na avaliação sobre os PlanTeQs foi a inexistência de articulação do PNQ com outros programas da política pública de emprego, o que feriu frontalmente um dos objetivos da nova qualificação social e profissional. Foram estes resultados que serviram de estímulo na análise do desempenho do PNQ/PlanTeQ no estado da Paraíba, para observar as similitudes e as diferenças no processo de construção destes programas e da participação dos sujeitos envolvidos.

No quesito referente à atenção ao público prioritário, observou-se correspondência com as orientações do PNQ, embora os avaliadores tenham recomendado o aperfeiçoamento deste atendimento. Sobre a seleção das entidades executoras no período de 2003 a 2005, ponderou-se como um momento em que se buscaram corrigir certos procedimentos, procurando a transparência nos critérios de seleção por meio de licitação pública, a qualidade nos conteúdos pedagógicos aplicados, o envolvimento no encaminhamento dos egressos, o melhoramento da infraestrutura e o privilégio de instituições com maior tempo de experiência. Para o aspecto da qualidade pedagógica dos cursos ministrados pelas executoras, foram observados problemas nos conteúdos relacionados, especialmente, ao tema da cidadania, explicitando a dificuldade dos educadores assimilarem este conteúdo como um princípio de

⁸⁴ As comissões diferenciam-se dos conselhos porque estes só podem ser criados por lei, tendo poder deliberativo, enquanto as comissões podem ser formadas mediante ato administrativo do poder executivo. Para reportar-se a estes espaços de participação, os documentos e as avaliações podem trazer os dois termos, assim como ocorre com as palavras trabalho e emprego. Para não incorrer em imprecisões, recorreu-se a utilização dos termos Comissão/Conselho e Trabalho/Emprego, seguindo-se a recomendação de Oliveira e Sochaczewski (2007, p. 103).

formação do sujeito, para além da mera instrução técnica, conforme a ponderação de Saul, Freitas e Koyama *et al.* (2007a).

As avaliações realizadas com alunos egressos, oriundos das ações dos PlanTeQs⁸⁵ em todo o Brasil para 2004 e 2005, foram bastante relevantes no sentido de traçar um perfil do público contemplado. Quanto ao gênero, reafirmou-se a predominância significativa de 61,00% para as mulheres e 39,00% para os homens. No caso da etnia, a maioria dos entrevistados informou serem brancos (41,40%), pardos (41,50%) e negros (13,90%). Considerando-se a faixa etária dos egressos, observou-se maior incidência daqueles que se encontravam entre 25 e 39 anos.

Uma importante investigação avaliou a situação da escolaridade dos egressos dos PlanTeQs, antes e depois dos cursos de qualificação. Foi interessante constatar que o número de indivíduos que nunca havia frequentado a escola caiu de 1,72% para 1,35%; os que tinham ensino fundamental incompleto passaram de 24,00% para 20,28%; e, os que conseguiram concluir o ensino médio passaram de 36,35% para 40,30%, antes e depois do curso, respectivamente, o que pode indicar uma melhora no grau de escolaridade, fato que, segundo os estudiosos, não deve ser atribuído somente ao PNQ, uma vez que existiam outros programas que visavam aumentar o grau de escolaridade da população. Tratando-se da situação do egresso no trabalho, antes e depois do curso, os resultados revelaram que 26,99% estavam desempregados, antes do curso, passando para 16,14% depois do curso. Os que nunca tiveram ocupação saíram de 12,66% para 5,81%, antes e depois do curso, respectivamente. Em compensação, os empregados com carteira assinada, que representavam 7,80% avançaram para 13,05% no mesmo espaço de tempo. Considerando a elevação da escolaridade por região, o Nordeste foi a que mais se destacou com 32,16%, seguido pelo Norte com 30,15%, Sudeste com 25,63%, Centro-oeste com 25,18% e Sul com 20,10% (Saul, Freitas e Koyama *et al.*, 2007a).

Com referência às expectativas dos egressos ao fazerem o curso, a maioria das respostas concentrou-se em: “obtenção de emprego e aumento de conhecimento para desempenho de uma ocupação” com 56% das respostas. Contudo, no que se refere às questões que procuraram captar o aprendizado para a formação cidadã, 12,90% dos egressos asseguraram não ter recebido ensinamentos sobre “ser cidadão” e outros 26,20% indicaram ter auferido “conhecimentos de direitos (genérico)”. Segundo Saul, Freitas e Koyama *et al.*

⁸⁵ Os indicadores utilizados nesta abordagem têm a intenção de caracterizar, ainda que de forma geral, o perfil dos alunos egressos dos cursos dos PlanTeQs, utilizando como base o estudo de Saul, Freitas e Koyama *et al.* (2007b)

(2007b), estas respostas, somadas a outras investigações, no âmbito deste tema, também indicaram pouca participação e falta de clareza no posicionamento dos egressos quanto à participação/atuação em sindicatos, movimentos de trabalhadores, de bairros, entre outros, podendo sinalizar a necessidade de qualificar e aperfeiçoar melhor os conteúdos da formação cidadã nos cursos do PNQ. Um número significativo de egressos admitiu ter melhorado sua “sociabilidade” (47,00%) e maior “valorização/autoconfiança” (49,50%) após frequentar o curso.

Quanto aos educadores, as avaliações dos egressos foram bastante positivas, do mesmo modo ocorrendo para os cursos ministrados (75,10%), embora tenham indicado falhas na infraestrutura, nos equipamentos e nos recursos utilizados para as aulas práticas, quesito tratado com ressalvas pelos avaliadores da UNITRABALHO, dadas a diversidade dos cursos e a utilização de critérios insuficientes da pesquisa para uma ponderação mais precisa (Saul, Freitas e Koyama *et al.*, 2007b).

Para o ano de 2007, com base em avaliações preliminares do MTE, realizadas com este mesmo perfil de entrevistas, continuou a prevalecer a presença do público feminino e o maior envolvimento do público jovem, localizando-se numa faixa etária em torno dos 30 anos e na maioria com ensino médio completo (BRASIL, 2009).

Quanto aos cursos, observou-se dispersão na oferta e falta de critérios claros na seleção do público alvo, distorcendo a indicação da população prioritária do PNQ. Referindo-se à divulgação dos cursos, foi diagnosticada a concentração das informações pelos meios institucionais, admitindo-se a necessidade de reforçar e ampliar os canais de informação do programa de qualificação. Sobre as condições físicas de realização dos cursos, sobressaíram-se as avaliações positivas. Contudo, alguns aspectos mereceram maior atenção, como foi o caso do acesso à qualificação profissional para as pessoas com necessidades especiais, além de ser necessário repensar o aumento da carga horária para as atividades práticas e a relação equipamento/aluno.

Os egressos indicaram, como principal motivo para participar de um curso de qualificação, a possibilidade de “aumentar as chances de inserção no trabalho”. No entanto, um dado importante confirmou a falta de planejamento dos educandos ao escolher um curso profissional, uma vez que, apenas 20% dos egressos passaram a trabalhar na área de atuação dos cursos, havendo, ainda, uma grande rotatividade de educandos em outras modalidades de aprendizagem, após já terem passado por uma formação profissional. A reflexão contida no relatório preliminar do MTE, apontou para o reconhecimento de dificuldades na inserção dos educandos, conforme a colocação seguinte:

O egresso participa dos cursos com expectativa de conseguir uma colocação e melhorar suas condições de trabalho. Entretanto, quase a metade se frustra em relação a essas expectativas, tendo considerado que nada mudou após o curso. Esse sentimento é mais incidente entre as mulheres e os egressos da região Nordeste (BRASIL, 2009, p. 19).

Esta constatação ratificou também outra lacuna encontrada no que se refere à falta de integração dos programas da política pública de emprego, tendo em vista a dificuldade que os egressos admitiram no encaminhamento ao mercado de trabalho. Somente 20% destas pessoas foram acompanhadas pela intermediação de mão-de-obra e, destes, apenas 30% tiveram sucesso em serem efetivados (BRASIL, 2009, p. 18).

Na seção seguinte, buscou-se perceber a atuação dos programas de qualificação profissional no estado da Paraíba.

5.3.4 A atuação dos PEQs e PlanTeQs no estado da Paraíba

As avaliações realizadas sobre a atuação do PLANFOR, no estado da Paraíba, entre 1996 e 2000⁸⁶, puderam contribuir para traçar o perfil deste programa e a sua abordagem sobre a qualificação profissional. O PEQ-Paraíba, referente à execução do PLANFOR, envolveu executoras ligadas à esfera estadual, federal, Sistema S, ONGs, federações, entidades sindicais e cooperativas responsáveis por promover a realização de cursos nos seguintes setores: artesanato e desenvolvimento comunitário, serviços pessoais, assentamentos em comunidades rurais, serviços de administração pública, autogestores e empreendedores, indústria da construção, saúde e outros. Para os anos de 1996 e 1997, 23,27% dos educandos foram egressos do segmento de artesanato e desenvolvimento comunitário e 18,29% de serviços pessoais, conforme a nomenclatura presente nos relatórios. Quanto à participação das executoras, pôde-se constatar a presença marcante do Sistema S entre 1996 e 2000, considerando o número de matrículas, os educandos egressos e o número

⁸⁶ Todos os dados referentes ao período de 1996 a 2000, aqui citados, foram oriundos dos relatórios do PEQ-Paraíba, excluindo-se o ano de 1998, uma vez que as informações e os dados não foram disponibilizados. Atente-se, ainda, para o fato de que os dados do PLANFOR de 1996 integraram o relatório do programa para o ano de 1997, visto que o primeiro ano foi considerado como fase de adaptação de suas diretrizes e metas. Ver em BRASIL, 1998, 2001a e 2001c.

de cursos oferecidos. Para os anos de 1996 e 1997, esta participação representou 47,00% dos egressos do Sistema S, provenientes da parceria com o PEQ-Paraíba.

Com referência ao perfil do público envolvido, o PEQ-Paraíba caracterizou-se por atender predominantemente à população urbana, com a maior presença de mulheres, em sintonia com a avaliação nacional, expressando uma participação acima de 50%; e, indivíduos que se assumiram na maioria brancos (42,47%) e pardos (36,20%), declarando-se como público negro apenas 6,03% para o PEQ-Paraíba de 2000. A idade mais frequente entre os egressos do PEQ-Paraíba foi a faixa entre 15 e 34 anos, até 1999, representando 64,84% dos egressos, ressaltando a de 15 a 19 anos com 20,81%. Somente no ano de 2000, observou-se uma elevação da faixa etária dos egressos, destacando-se o grupo de 25 a 39 anos com 37,70%.

Quanto à escolaridade, o público atendido pelo PEQ-Paraíba declarou, de forma predominante, ter o primeiro grau incompleto, em torno de 20%, e o segundo grau completo, também representando aproximadamente 20% dos egressos. Para a situação no trabalho, nos anos de 1996 e 1997, o percentual de não ocupados egressos dos cursos do PEQ-Paraíba era de 45,20%, aumentando para aproximadamente 53% em 1999 e 50% em 2000. As respostas mais frequentes dos educandos, na condição de ocupados, sobre ter frequentado um curso do PEQ-Paraíba, foi de “ter servido para melhorar a qualidade no trabalho, atualizar conhecimentos, conhecer outras pessoas”, considerando as avaliações de 1996, 1997 e 1999. Para o PEQ-Paraíba de 1996/1997, mais de 85% dos egressos não ocupados responderam que a realização do curso contribuiu para “aprender uma profissão” e “melhorar a chance de conseguir trabalho”. No quesito que tratou da relação do curso realizado com a ocupação exercida, a maioria dos entrevistados indicou “trabalhar em ocupação na qual fez o curso” (25,10%) ou “relacionada com o curso” (37,75%), enquanto os que estavam em ocupações não relacionadas ao curso representaram 37,17%, considerando a avaliação de 1999.

As avaliações do PEQ-Paraíba referente ao ano de 2000, numa etapa em que o programa já podia ser considerado em sua fase mais madura e que algumas correções em sua execução já poderiam ter sido implantadas, constatou-se a permanência de práticas ainda “conflitantes”, encontradas nos projetos pedagógicos de algumas instituições executoras, como: a ausência de referência dos cursos ao PLANFOR/FAT e MTE; problemas técnicos, falta de justificativas, metas e resultados na elaboração dos projetos; ausência do plano de curso e dos procedimentos metodológicos e falhas ou omissões nos orçamentos (BRASIL, 2001a e 2001c).

Entre 1996 e 2004, compreendendo a fase de execução do PEQ e do PlanTeQ na Paraíba (tabela 8), observou-se que, quanto ao número de educandos, até 2001 o PEQ apresentou um sensível crescimento, chegando a 68.000, tendência também acompanhada pelo indicador que revelou o número de municípios atendidos, atingindo a marca de 222 dos 223 municípios do território paraibano, período em que o programa também recebeu o maior volume de recursos, ultrapassando R\$ 6 milhões. Em 2002, ano em que o PLANFOR entrou em declínio, os indicadores de número de educandos, municípios atendidos e recursos, apresentaram franca decadência. Contudo, apesar do PNQ surgir como proposta reformuladora do PLANFOR, os indicadores para a Paraíba pareciam sugerir os impasses da sua implementação nos primeiros anos do PNQ. Mesmo com o aumento dos recursos entre 2003 e 2004, observou-se o encolhimento do número de municípios e educandos contemplados pela qualificação profissional com as ações do PlanTeQ-Paraíba.

Tabela 8 – Volume de recursos do PEQ/PlanTeQ-Paraíba e número de educandos e de municípios atendidos entre 1996 e 2004

Ano	Indicadores		
	Educandos	Municípios	Recursos (R\$)
1996	25.892	114	4.130.478,00
1997	46.708	138	6.025.959,00
1998	47.139	193	5.921.719,73
1999	29.192	147	3.607.000,00
2000	55.100	194	5.010.000,00
2001	68.000	222	6.319.000,00
2002	10.489	100	1.389.116,00
2003	6.580	63	766.471,47
2004	3.365	40	1.435.059,00

Fonte: Oliveira, 2006b, p. 177.

Considerando os dados referentes à atuação da política de qualificação profissional, no estado da Paraíba, observou-se uma retração no número de educandos matriculados nos cursos. Em 2005, 2007 e 2008, o número de inscritos sofreu uma redução absoluta, acompanhando o comportamento decrescente, verificado tanto para o Brasil, quanto para o Nordeste, em particular, o que também foi atribuído à diminuição do volume de investimentos nos programas de qualificação profissional. Mesmo assim, em termos relativos, a proporção de inscritos em cursos do PNQ na Paraíba, manteve a média em relação ao Brasil, ficando em torno de 2,40% (tabela 9).

Tabela 9 – Distribuição dos educandos inscritos nos cursos do PNQ para Brasil, Nordeste e Paraíba – 2005 e 2007 (em %)

Ano	Brasil	Nordeste	%/Brasil	Paraíba	%/Brasil
2005	121.860	41.347	33,9	2.875	2,4
2007	118.202	39.818	33,7	2.665	2,3
2008	63.500	19.079	30,0	1.627	2,6

Fonte: DIEESE. Anuários da qualificação social e profissional, 2007, p. 153 e 2008, p. 51.

Quando considerado o PlanTeQ na Paraíba, no que se refere à evasão dos educandos inscritos de 2003 a 2006, constatou-se uma queda de 4,40% para 2,00% (tabela 10). Todavia, este indicador alcançou a marca bastante significativa de 19,00% em 2007, o que sinalizou um comportamento muito contrastante, alertando para a necessidade de uma investigação mais cuidadosa e específica em outro momento, visto que os relatórios não deram dicas sobre as causas deste desempenho. No quesito referente à carga horária, foi verificado o enquadramento do número de horas/aula em compatibilidade com as orientações do PNQ. Para 2005, registrou-se a média de 197,35 horas/aula, com um custo por aluno de R\$ 2,56; já em 2007, a carga horária aumentou para 204,0 horas/aula e com um custo por aluno de R\$ 2,63 (DIEESE, 2007 e 2008).

Tabela 10 – Taxa de evasão dos educandos inscritos nos cursos do PlanTeQ-Paraíba – 2003 a 2007 (em %)

Ano	Evasão PlanTeQ-PB
2003	4,4
2004	2,9
2005	3,1
2006	2,0
2007	19,0

Fonte: DIEESE. Anuários da qualificação social e profissional, 2007, p. 160 e 2008, p. 58.

Um aspecto de significativa relevância a ser considerado remete para o fato de que, além dos limites políticos da implementação de uma política pública de qualificação, ainda existem os impasses quanto à infraestrutura e à articulação com as instituições que já têm território demarcado na educação profissional, como é o caso do Sistema S. Para efeito de elucidação, enquanto em 2005 os educandos, inscritos em cursos oferecidos pelo PNQ totalizavam 2.875, somente as instituições do Sistema S⁸⁷ alcançaram a marca de 647.797

⁸⁷ SENAI, SENAC, SENAR, SENAT e SESCOOP (DIEESE, 2007).

inscritos na formação inicial e continuada na Paraíba. Se considerado o Brasil como um todo, os indicadores foram de 121.860 para o PNQ e 4.441.968 para o Sistema S (DIEESE, 2008).

Quanto aos recursos liberados pelo FAT para o PlanTeQ na Paraíba, foi verificado que, apesar do aumento absoluto significativo dos recursos federais para o PNQ, houve uma diminuição relativa de 2,25% para 2,18% do volume destinado ao estado da Paraíba, entre 2003 e 2004, o que se atribuiu à concentração destes recursos nos estados maiores como São Paulo e Minas Gerais. Já em 2005, mesmo com a redução dos recursos do FAT para a qualificação profissional, a Paraíba contou com um percentual relativamente maior de 4,89%, o que se pôde atribuir a certa melhora espacial na distribuição dos recursos (BRASIL, 2003b, 2004 e 2005).

Com a intenção de traçar um perfil do público atendido pelo PNQ na Paraíba, constatou-se a predominância de mulheres (67,50%) referente ao ano de 2004, com a maioria dos entrevistados declarando-se parda/mulata (52,60%), branca (36,80%) e negra (9,30%). Quanto à faixa etária dos educandos do PlanTeQ-Paraíba, observou-se a presença majoritária do público jovem, envolvendo mais de 65% das pessoas com idade inferior a 18 anos (34,20%), de 18 a menos de 21 anos (20,50%) e de 21 a menos de 25 anos (14,60%). Em relação ao grau de escolaridade, houve maior destaque para os que concluíram o ensino médio (36,90%), para os que não concluíram o ensino fundamental (21,30%) e para os que não completaram o ensino médio (19,90%).

Considerando a posição no trabalho dos educandos do PlanTeQ-Paraíba, em situação de desocupação, 53,80% encontravam-se desempregados e 43,40% nunca trabalharam. Já para os que estavam ocupados, 45,70% eram empregados com carteira assinada, 42,80% eram funcionários públicos/militar, 7,50% trabalhavam sem carteira assinada e 4,00% eram autônomos/conta própria. Tratando-se do público prioritário do PlanTeQ-Paraíba, referente aos anos de 2003 e 2004, observou-se que a maioria dos educandos originou-se dos trabalhadores “sem ocupação” encaminhados pelo SINE (44,80% em 2003 e 52,40% em 2004); depois apareceram os trabalhadores ocupados pelo autoemprego (cerca de 16%). Os trabalhadores, oriundos de políticas de inclusão social representaram aproximadamente 3% dos educandos no período citado (Oliveira, 2006b, p. 179).

As investigações realizadas para o PlanTeQ-Paraíba 2004, especialmente, no aspecto que tratou da definição da demanda, indicaram alguns problemas que foram se arrastando para os anos seguintes como:

- a desproporção na relação entre o volume da demanda levantada a partir dos agentes estaduais e municipais, de um lado, e a capacidade do PlanTeQ/Pb de atendê-las, de outro, gerando frustrações nos públicos e agentes envolvidos;
- a qualidade da demanda levantada, particularmente quando confrontada com as potencialidades socioeconômicas e de trabalho e renda realmente existentes no Estado;
- a falta de regras claras e de fundamentação em dados socioeconômicos quanto aos procedimentos de distribuição das ações entre os municípios e entre os diversos setores da economia (Oliveira, 2006b, p. 184).

A avaliação sobre a execução do PlanTeQ na Paraíba em 2004 explicitou o fato de que existe uma estrutura de poder que, por vezes, pode sedimentar certos comportamentos dos gestores e tornar limitada a participação dos sujeitos envolvidos no controle da política pública. Na gestão do programa, geralmente se encontrava o governo, representado pela Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETRAS)⁸⁸, definindo as executoras dos cursos e o número de municípios atendidos. Desse modo, os Conselhos de Trabalho e Emprego (estadual e municipal) podem ter sua função de controle social reduzida, mediante a estrutura de poder montada. Mesmo concorrendo ao edital de seleção, foi constatada a repetição de executoras em anos sucessivos, assim como a concentração de matrículas e cursos por parte de algumas executoras. Do PLANFOR ao PNQ, entre 1996 e 2004, registrou-se uma média de 33 executoras da política pública de qualificação profissional na Paraíba (tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição das entidades executoras contratadas para atuarem nos planos de qualificação da Paraíba entre 1996 e 2004

Ano	Número de executoras contratadas
1996	28
1997	27
1998	27
1999	27
2000	37
2001	48
2002	43
2003	31
2004	29

Fonte: Oliveira, 2006b, p. 186.

A partir do perfil construído em torno do modo de atuação dos programas de qualificação profissional, alguns desafios apresentaram-se determinantes para que fosse

⁸⁸ As secretarias podem mudar de nome, dependendo do governo que assuma a gestão pública como, por exemplo, Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social.

alcançada a efetividade dos seus objetivos, o que constituiu tema da discussão na seção seguinte.

5.4 Principais desafios para o programa de qualificação profissional

As críticas mais comuns direcionadas ao PLANFOR orientaram-se, em sua maioria, a demarcar a influência dos princípios neoliberais que contaminaram a reforma do sistema público de emprego, no início dos anos de 1990. Apesar de propor uma nova institucionalidade na gestão do programa e a universalização da qualificação profissional, o PLANFOR fundamentou-se fortemente nas noções de competência, empregabilidade e parceria, provocando e incutindo a visão da responsabilização individual do desemprego sobre o trabalhador, ao mesmo tempo em que amenizava o peso do desemprego estrutural como consequência do planejamento econômico conservador.

Este caráter individualista, atribuído à desinserção do trabalhador, como colocado anteriormente, foi um elemento que pode ter contribuído para uma campanha de desresponsabilização do Estado em relação à educação profissional, na medida em que era disseminada a importância do sujeito buscar desenvolver suas habilidades e competências por meio de uma conduta empreendedora, sendo crucial, para tanto, sua iniciativa pessoal. De acordo com Oliveira (2007), no PLANFOR, o problema do emprego foi considerado numa dimensão individual, em que o mais importante era a empregabilidade do trabalhador, negando-se o desemprego como uma “questão social” e esvaziando-se a política de qualificação de seu conteúdo público, o que foi reforçado ainda com o conceito de parceria, vista como inovação naquele programa. Conforme observou:

(...) Negado como *questão social*, perde significado público e contribui para a *desresponsabilização* do Estado e da sociedade para com ela e para o esvaziamento do *trabalho*, da *educação* e da *qualificação* como direitos. Corrobora, assim, sem assumi-la explicitamente, uma percepção de fundo *privatizante* de tais políticas (Oliveira, 2007, p. 50-1).

O surgimento do PNQ, segundo a compreensão do autor, inaugurou outro estágio na reformulação da política pública de qualificação profissional, marcado por romper com a política anterior, especialmente, ao assumir o problema do emprego no Brasil como “questão social”. Destacou como aspecto positivo, entre outros, o fato deste programa tratar a política

de qualificação como direito social e trazer para o debate político a questão da democratização das relações trabalhistas, uma vez que o tema da qualificação constituiu um ambiente de conflitos e disputas, portanto, “objetivo de negociação social” permanente. Por outro lado, como desafios a serem enfrentados pelo PNQ, assinalou:

- 1- a consolidação como política que inclua a Certificação e a orientação profissionais e considere a qualificação como instrumento de “concertação social”;
- 2- ser capaz de articular as ações de qualificação não contempladas pelo PNQ no país;
- 3 – articular-se com a política de educação e com a política de planejamento econômico;
- 4- favorecer a consolidação do SPETR;
- 5- garantir participação e controle social efetivos na formulação e na implementação das ações de qualificação e a parceria na execução das ações;
- 6- garantir o acesso universal aos programas de qualificação, sem perder a ênfase nos públicos prioritários;
- 7- envolver os diversos atores na construção e na implementação das ações de qualificação, garantindo os objetivos estratégicos e a qualidade das ações (Oliveira, 2007, p. 56-7).

O funcionamento das comissões/conselhos estaduais e municipais de trabalho/emprego constituiu outro importante impasse para a efetividade da política pública de emprego. Reconhecidas pela resolução nº 63/94 do CODEFAT, como instâncias colegiadas de caráter permanente e deliberativo e representantes de um desenho de gestão tripartite, foram consideradas como espaços de construção da participação, ao mesmo tempo em que puderam expressar importantes instrumentos de controle social da política de emprego no Brasil. Estas comissões/conselhos surgiram num momento significativo, na redefinição dos poderes e na participação dos espaços de gestão do interesse público, entendidos como etapa em construção da democracia participativa. Conforme a análise de estudiosos da UNITRABALHO:

(...) a criação dos conselhos acenava para a intensificação da presença de diferentes atores sociais nos espaços estatais de tomada de decisões, rompendo com a tradição de apartamento da sociedade civil nos assuntos de governo e com a centralização e autoritarismo que caracterizou o Estado Brasileiro especialmente durante o Regime Militar (1964/1985) (Ribeiro e Krause, 2007, p. 180).

Contudo, Todeschini (2007) alertou para as dificuldades apontadas nos congressos⁸⁹ do SPETR quanto à gestão participativa, especialmente, para a necessidade dos gestores

⁸⁹ O primeiro congresso do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda ocorreu entre os dias 01 e 03 de dezembro de 2004; o segundo congresso realizou-se entre 24 e 26 de agosto de 2005 e foi precedido de outros encontros regionais entre os meses de junho e agosto, em que se estabeleceu um importante diálogo social a respeito das políticas de emprego no Brasil.

públicos considerarem as opiniões e sugestões dos atores sociais, quer sejam empresários quer sejam trabalhadores e, por outro lado, destes procurarem superar os comportamentos corporativistas em nome da construção de uma participação ativa nas políticas públicas de emprego. Para o autor, o desafio principal da gestão participativa estava no fato de que:

(...) a consolidação e a construção do SPETR integrado só acontecerá com a gestão participativa tripartite e paritária, de âmbito nacional, por meio do Codefat, passando pelas Comissões Estaduais e Municipais, assim como construindo-se comitês gestores nos Centros Públicos Integrados de Emprego, Trabalho e Renda (Todeschini, 2007, p. 87).

De um modo geral, as avaliações institucionais apontaram para uma formação insuficiente dos conselheiros, nos três segmentos (governo, trabalhadores e empregadores), para estabelecer um diálogo construtivo neste espaço de disputas e para deliberar sobre ações que visassem fortalecer os programas do sistema público de emprego.

De acordo com avaliação realizada pela UNITRABALHO, a partir do curso de formação de conselheiros ocorrido em 2007, na tentativa de traçar o perfil destes atores, constatou-se a presença majoritária de indivíduos brancos, do sexo masculino e idade concentrando-se entre 36 e 55 anos. Quanto à escolaridade, observou-se maior predominância dos que concluíram o ensino médio. Sobre a situação no trabalho, a maioria declarou-se empregado com carteira assinada, com destaque para os trabalhadores e empregadores. No que se refere à atuação dos conselheiros e às condições de representação, foi averiguada a existência de acúmulo de papéis, pois, o mesmo conselheiro poderia ser representante de sua entidade em outros espaços ou comissões, o que dificultaria seu empenho e sua atuação. Além disso, foi observada a pouca experiência dos conselheiros quanto ao tempo de atuação na comissão/conselho (a maioria com até três anos), prevalecendo mais a rotatividade na representação, apesar de algumas entidades manterem-se fiéis nestes espaços de poder.

Dentre as principais dificuldades apontadas pelos conselheiros para o funcionamento das comissões/conselhos, encontraram-se as limitações dos recursos financeiros, a exiguidade dos prazos estipulados pelo governo federal e a preparação insuficiente dos conselheiros. Sendo as comissões/conselhos definidos como espaços de representação, foi detectada uma importante fragilidade em sua forma de atuação: a falta de divulgação das ações encaminhadas por estes órgãos, deixando margem para se contestar o seu caráter público e a transparência no uso dos recursos e nos segmentos beneficiados (Oliveira e Sochaczewski, 2007).

Apesar das diversas limitações encontradas nas comissões/conselhos, quer sejam de natureza de infraestrutura quer de exercício do poder, estes espaços de participação, como parte das reformas do SPETR, foram considerados, pelos avaliadores, como importantes instrumentos de ação e de afirmação democrática, embora carecessem reformular as suas bases de financiamento e a sua legitimação institucional. Mesmo que as avaliações externas tenham sido unânimes em reconhecer a importância das comissões/conselhos nesta fase de construção dos espaços de participação e controle social das políticas públicas, também atestaram o despreparo e a falta de consciência da maioria dos conselheiros, do papel e dos limites a serem enfrentados pelos mesmos. Confirmaram a importância da presença das comissões/conselhos, mas, ao mesmo tempo, reconheceram seus limites como instrumento de participação e controle social. Mesmo que se reconhecesse o avanço alcançado com a gestão tripartite das ações e dos recursos das políticas públicas, inaugurando uma nova forma de gestão do poder, a presença dos membros representantes de trabalhadores, governo e empregadores, não garantia necessariamente a igualdade de forças, uma vez que esta organização constituía uma arena em permanente confronto de poderes, o que veio ratificar o fato de que o processo de construção da participação não era isento, mas sujeito a ser influenciado por posturas de caráter ideológico, conforme indicaram Costa, Prestes e Gomes *et al.*:

A participação apresenta forte conteúdo ideológico e processos de comunicação e interação, em relações multifacetadas de poder, entre sujeitos diferenciados em identidades, interesses e valores, que se expressam sob várias formas, delimitados por capacidades próprias e condições objetivas de trabalho. Assim, a participação pressupõe relações de poder, não somente por intermédio do Estado, que a materializa, mas entre sujeitos constitutivos da sociedade civil. A participação neoliberal, por exemplo, não incorpora como critério a participação cidadã de setores vulneráveis, o que coloca o desafio da construção da cidadania plena e criadora de novos direitos (Costa, Prestes e Gomes *et al.*, 2007, p. 211-12).

Tendo em vista a diferente formação política dos conselheiros e as suas diversas origens, o que resultava em contribuições qualitativamente diferentes, os avaliadores das comissões/conselhos sugeriram, como principal orientação, a qualificação continuada dos conselheiros, com o intuito de amenizar problemas que apontassem dificuldades em aceitar opiniões e diferenças ideológicas entre os sujeitos, alcançando a resolução pacífica de conflitos. Além disso, as dificuldades no acesso às informações, sobre o conteúdo, normas e jurisdição na execução da política pública de emprego, deveriam ser solucionadas para o melhor funcionamento das comissões/conselhos.

Outro aspecto importante apontado por Costa, Prestes e Gomes *et al.* (2007, p. 211-12) para demonstrar a dificuldade de ação das comissões/conselhos foi a descontinuidade política, provocando a mudança de cadeiras e, em alguns casos, prejudicando o avanço das ações e a perda de tempo no encaminhar das ações. Para solucionar este problema, a política pública de emprego deveria perder seu caráter provisório como política de governo – caracterizando-se por atender aos interesses imediatos do mercado e não às necessidades do sujeito como trabalhador –, e assumir o caráter de política de Estado, contemplando o interesse social e permanente, independente da filiação partidária/ideológica do governante.

As primeiras avaliações do PNQ foram contundentes ao constatar a necessidade de ajustes na sua condução, com vistas a atender os objetivos traçados na ocasião de sua concepção, especialmente, quando se propôs a ser instrumento de construção social e direito de cidadania. Foi este o desafio que guiou as buscas nesta pesquisa, a partir do PlanTeQ na Paraíba. Desse modo, foi analisada se a continuidade da execução do PNQ e do PlanTeQ no estado, esteve orientada para o aperfeiçoamento e a qualificação da atuação das comissões/conselhos, com a intenção de servirem de instrumento democrático da participação; também se atentou para a forma em que foram sendo definidas as demandas dos cursos, as executoras e o público prioritário. Igualmente, foi observada a forma de integração dos programas que participaram da política pública de emprego, para garantir a efetividade dos mesmos no enfrentamento do problema das desinserções no estado. Neste percurso, foi importante reconhecer o PNQ e o PlanTeQ-Paraíba enquanto políticas em construção e, por isso, passíveis de avanços e equívocos, principalmente, por se proporem democratizar a participação da sociedade na constituição de uma política pública.

Neste processo, deve-se destacar o esforço inicial do PNQ em elaborar um sistema amplo de monitoramento e avaliação como um sinal de avanço e de aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social, na medida em que se propôs perseguir o acompanhamento das dimensões política e educativo/pedagógica da política de qualificação profissional, buscando captar, nas entrelinhas, as intencionalidades e as histórias das instituições e sujeitos envolvidos. Por outro lado, um programa de emprego apresentaria melhores condições de ser efetivo se considerasse a realidade socioeconômica e, portanto, as reais condições de inserção dos sujeitos, além de procurar criar possibilidades de inserção profissional frente às dificuldades impostas pelo mercado de trabalho e pela conjuntura econômica.

Estes problemas constituíram o núcleo das investigações no capítulo seguinte, a partir dos resultados apreendidos na pesquisa de campo, realizada sobre a realidade do estado da Paraíba. Buscou-se perceber as intencionalidades no diálogo e nas ações dos sujeitos,

envolvidos no processo de construção do PlanTeQ-Paraíba, como foi se dando a sua participação e qual o seu entendimento a respeito da qualificação social e profissional, destacando-se a dimensão da formação cidadã.

Capítulo 6

O árido terreno da qualificação profissional na Paraíba

Neste capítulo, foram apresentados e discutidos os resultados obtidos durante a pesquisa de campo, sobre o processo de construção e execução do Plano Territorial de Qualificação _ PlanTeQ _ no estado da Paraíba, tendo a investigação se concentrado nos municípios de João Pessoa e Cabedelo.

Conforme já se destacou em seções anteriores, este programa apresentou-se como política pública que tem como proposta estimular o exercício da cidadania e o fortalecimento dos princípios democráticos. Como reconhecimento destes princípios, a qualificação profissional passou a ser vista como um direito de cidadania, devendo servir como instrumento de inclusão social e redução das desigualdades sociais. Nas análises, procurou-se enfatizar como vem ocorrendo o diálogo entre os atores sociais envolvidos na construção e execução destes programas, as relações de força e as disputas de lugares entre eles, com a intenção de averiguar como os seus princípios fundamentais vêm sendo atendidos. Neste processo, conforme as próprias falas dos sujeitos revelaram, puderam-se constatar os avanços, as dificuldades e os impasses encontrados, considerando as características da economia paraibana e as condições políticas de representação e participação dos sujeitos, nos momentos decisórios, de construção e de acompanhamento de uma política pública. Além disso, a busca principal, foi analisar a capacidade do PNQ/PlanTeQ, no estado, de poder contemplar, ao mesmo tempo, as necessidades imediatas de qualificação profissional, mas com o olhar voltado também para a questão da formação cidadã dos trabalhadores, respondendo ao princípio fundamental de preparar e fortalecer, politicamente, os sujeitos para uma participação mais ativa na sociedade.

Para organizar as análises, iniciou-se a discussão apresentando o modo como se orientou a gestão e a execução do programa, localmente, destacando a forma de definição das demandas, as negociações políticas e o papel dos Conselhos de Trabalho e Emprego. Em seguida, buscou-se o posicionamento dos sujeitos envolvidos para as questões relativas à qualificação profissional, procurando dar ênfase a alguns aspectos, como a inserção no

mercado de trabalho, a cidadania e o controle social da política pública, categorias que serviram de análise para observar como foram contemplados os princípios fundamentais, propostos pelo PNQ/PlanTeQ. Em outra seção, destacou-se o modo como os educandos apreenderam o processo de formação profissional, os cursos oferecidos, a postura dos educadores, além das exigências quanto à qualificação profissional e a orientação para o exercício da cidadania. A partir destas questões, buscou-se analisar a efetividade do programa e dos objetivos propostos, apreendendo como se deu, na prática, a relação entre a qualificação profissional e a formação cidadã.

6.1 PlanTeQ-Paraíba: um programa em construção

6.1.1 Gestão e execução do PlanTeQ-Paraíba

As investigações em relação à posição do governo, quanto à construção e gestão do PlanTeQ, demonstraram uma participação em que se dispôs a privilegiar mais os procedimentos formais e o caráter gerencialista imprimido pela burocracia e necessários à execução do programa, por vezes, deixando perdidos os objetivos fundantes do PNQ, especialmente, o que trata da política pública como um processo de construção social. Um dos aspectos apontados como prejudicial para este procedimento, deveu-se à descontinuidade política, flagrante na alta rotatividade dos gestores que ocupavam cargos de coordenação dos programas da política pública de emprego.

Em seminário realizado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH)⁹⁰ para avaliação pedagógica e monitoramento do programa, o representante de uma executora lembrou que de 2005 a 2009 foi registrada a passagem de seis gerentes operacionais do PlanTeQ no estado. Ao longo dos anos, este rodízio implicou em prejuízos graves de descontinuidade na sua gestão e execução, principalmente, de ordem qualitativa, pois, para cada novo gestor que assumia a responsabilidade sobre o programa, fazia-se necessário decorrer um longo tempo para que pudesse desenvolver intimidade com os princípios que regiam a política, os procedimentos, bem como estabelecer as relações

⁹⁰ Informação verbal (PARAÍBA, 2010a).

políticas e o diálogo próprio com as instituições executoras e parceiras do programa de qualificação profissional. A expressão de um gestor público, referindo-se a um dos gerentes operacionais do PlanTeQ, apontou para uma visão negativa quanto às expectativas sobre o cargo:

Não! ... ele pegou uma bomba-relógio lá. Muita coisa errada ...⁹¹ (GSJP).

Esta dificuldade se mostrou mais grave quando os ranços político-partidários contaminaram e perpassaram a relação meramente formal e profissional entre as instituições públicas, provenientes das filiações partidárias a que estavam ligados os gestores, prejudicando, não somente o diálogo político, mas, também o encaminhamento e a execução da política pública. O fato de um gestor ter sido indicado pelo chefe do executivo estadual, com orientação partidária oposta a outro representante do executivo municipal, foi apreendido como um elemento que criou dificuldades na colaboração entre os gestores de programas da política de emprego que deveriam estar integrados para atender à questão do emprego e da inserção social no estado. Foi o que ficou claro, novamente, com a afirmação de um entrevistado, que não se constrangeu em negar colaboração profissional, enquanto representante de um dos órgãos responsáveis pela coordenação do PlanTeQ, em um dos municípios atendidos pelo programa, devendo, por isso, prestar esclarecimentos ao conselho estadual de emprego e renda. Segundo o gestor:

Eu **não posso dá satisfação da minha casa pra quem não faz parte dela**. Eu tenho que dá satisfação pra o Ministério do Trabalho. Eles tão aí ... mandaram até um documento ... eu tava em Brasília. Eu não posso também chegar e tá comparecendo a reunião ... Fui chamado de última hora (GSJP)⁹².

A questão da falta de conhecimento da legislação que rege os programas de emprego e do PNQ/PlanTeQ, a pouca intimidade com o cargo ocupado e o distanciamento com os objetivos do programa de qualificação, foram aspectos percebidos em vários momentos nas entrevistas e na observação sobre aqueles que ocupavam os cargos públicos. Além do caráter provisório, assumido pelos gestores públicos na gerência dos programas, alguns elementos serviram de indicadores para caracterizar esta problemática, como a falta de ética e responsabilidade necessárias a qualquer indivíduo que exerça um cargo público. Soma-se a

⁹¹ Todas as falas aqui reproduzidas são originárias da pesquisa de campo. Utilizou-se de códigos para não revelar a identidade dos sujeitos.

⁹² Todos os destaques em negrito nas falas são de responsabilidade da pesquisadora.

isto, a definição de funções que, em muitos casos, não respeita as competências dos indivíduos indicados para os cargos públicos e privilegiam o interesse político-partidário, agindo no sentido de visibilizar as políticas para interesses particulares, comprometendo tanto a execução como a isenção do programa de qualificação profissional. Contudo, apesar da constatação desses desvios de conduta e de falta de ética no interior do aparelho público, como não sendo atributo de exclusividade do governo no estado, ainda foi possível encontrar pessoas comprometidas e preocupadas em corrigir os deslizes e avançar na execução do programa, buscando um diálogo responsável com os agentes envolvidos na construção da política pública.

Contribuindo para uma crítica construtiva, alguns gestores também revelaram entender o programa de qualificação profissional como um processo em construção que precisa ter suas arestas aparadas, sem que sejam desconsideradas as suas lacunas. Nesta perspectiva, uma grande preocupação apresentada por um dos gestores do PlanTeQ referiu-se à necessidade de recuperar o diálogo com os conselhos estadual e municipais de trabalho e emprego e com os parceiros envolvidos na execução dos cursos de qualificação, para definir melhor as demandas por cursos e atender aos objetivos do programa de qualificação. O problema nevrálgico, revelado pelos gestores, apareceu na fragilidade e inoperância dos conselhos, tendo consequências negativas diretamente sobre a identificação das demandas e sobre o monitoramento da atuação do programa junto às instituições executoras.

Outra questão, observada na execução do PlanTeQ, foi quanto a sua pouca visibilidade como ação do Estado na sociedade. A declaração de uma executora deixou subentendida a pequena projeção dos cursos oferecidos pelo programa junto ao setor privado, ao expressar-se do seguinte modo:

É muuuiito difícil! Eu acho que o PlanTeQ deveria é ... destinar tanto no [...] projeto como nos recursos alguma coisa pra se trabalhar a identidade ... do PlanTeQ mesmo ... com os empresários ... (O1).

Esta passagem denunciou um problema notório, no âmbito de todas as executoras, fossem elas ONGs ou do Sistema S, ou seja, os cursos oferecidos pelo PlanTeQ, geralmente, não apareceram para o público alvo como um programa do governo federal, junto ao Ministério do Trabalho, gerenciado e executado pelos estados, mediante parcerias com entidades que trabalhavam com a educação profissional. O que ficou na memória do aluno ou da comunidade foi o seu vínculo direto com a executora, fazendo com que, de certo modo, os créditos ou as críticas ao programa fossem atribuídos à entidade que realizou os cursos, apesar

do vínculo institucional desta ter sido registrado nos documentos e no certificado de conclusão do curso recebido pelo educando.

No que se refere à fiscalização e ao controle do processo de contratação das instituições executoras junto ao PlanTeQ, os entrevistados, no âmbito do CETE-Paraíba, revelaram existir um esforço para o seu aperfeiçoamento, como resposta às denúncias de práticas incorretas na atuação de certas ONGs, desvirtuadoras da relação público e privado. Como forma de tentar corrigir algumas falhas, aumentou-se a burocracia e passou-se a exigir, por exemplo, certidões de capacidade da executora a cada ano, quando a parceria era firmada. Este controle causou certa insatisfação por parte de algumas executoras que apresentavam um histórico mais reconhecido e consolidado na sociedade, pois, conforme o membro de uma instituição parceira do PlanTeQ na qualificação profissional declarou:

A entidade precisa mostrar que é apta todo o tempo, e o tempo todo⁹³ (PARAÍBA, 2010a).

Outra dificuldade apontada pelos gestores e pelas executoras do programa, referiu-se ao modelo de contratação orientado pelo Ministério do Trabalho, que terminou por atrapalhar a própria continuidade do programa de qualificação profissional e dos cursos oferecidos, uma vez que sempre ocorria um espaço de tempo muito grande entre a aprovação anual do PlanTeQ, a liberação dos recursos, a seleção das executoras e a assinatura dos contratos para que, só assim, fosse autorizado o início dos cursos.⁹⁴

De acordo com a avaliação das próprias executoras,⁹⁵ mesmo as experiências exitosas com os educandos egressos, voltadas para a criação de associações e cooperativas de trabalhadores, não puderam ser acompanhadas e aperfeiçoadas junto ao PlanTeQ, pelo fato de serem substituídas anualmente por outro projeto, com outras demandas e novos cursos em localidades diferentes. Esta descontinuidade foi ainda mais prejudicial no caso das ONGs, por serem entidades que não dispunham de uma verba permanente, destinada a sustentar um quadro técnico de profissionais. Os educadores geralmente eram contratados de última hora e, mesmo que houvesse a manutenção de alguns nomes, o rodízio era inevitável, podendo prejudicar o processo pedagógico-metodológico, já que nem sempre se disponibilizava de tempo hábil para a sua formação e conhecimento sobre o programa de qualificação.

⁹³ Informação verbal.

⁹⁴ Os cursos referentes ao projeto do PlanTeQ 2009 só foram iniciados na segunda quinzena de abril de 2010, tendo alguns iniciado apenas no mês de maio.

⁹⁵ Informação verbal (PARAÍBA, 2010a).

De um modo geral, as executoras parceiras do PlanTeQ criticaram fortemente a forma como as demandas foram definidas _ quase sempre no “achômetro”, conforme expressão utilizada pelos entrevistados _, bem como, a falta de atuação dos conselhos municipais. Para estas entidades, os conselhos existiam para levantar a demanda por cursos, no município, e, na prática, as executoras chegavam aos municípios com o curso a que eram incumbidas de ministrar e não havia demanda ou, então, os educandos se matriculavam no curso ofertado por falta de outra opção, manifestando o desejo de fazer outro curso. Em torno dessa realidade e por ocasião do seminário, referido anteriormente, em que tais aspectos foram colocados, as próprias executoras propuseram uma reflexão a respeito do papel e das atribuições dos conselhos municipais, com a intenção de compreender as causas do seu não funcionamento. Para tentar resolver tais impasses, as executoras mostraram a necessidade do CETE buscar a revitalização dos conselhos municipais de trabalho, havendo o reconhecimento coletivo de que faltou comprometimento “ético e moral” aos conselhos municipais, tendo sua existência e atuação justificadas pela “politicagem”, além de contestada a representatividade dos conselheiros junto aos seus representados, especialmente, no caso das cidades menores. Contudo, apesar de graves, estas críticas não revelaram nenhuma novidade, já que os representantes das executoras mais antigas, no programa de qualificação profissional, no estado, afirmaram que estas práticas eram comuns e se repetiam desde o PLANFOR, sugerindo o descompasso das demandas indicadas pelos conselhos estadual e municipais com as vocações econômicas e a conjuntura socioeconômica na Paraíba, sendo apenas reafirmadas nas fases mais marcantes das transições políticas de governo.

Uma preocupação presente no processo de gestão e execução do PlanTeQ, referiu-se aos aspectos pedagógicos da relação ensino-aprendizagem, uma vez que não se conseguia apurar, precisamente, a forma como as executoras e os educadores vinham desenvolvendo seus procedimentos metodológicos. O próprio gerente operacional do programa, na ocasião da realização da pesquisa, admitiu que, ao longo da sua execução, não se desenvolveu um acompanhamento sobre as estratégias pedagógicas e nem sobre a sua prática, o que veio comprometer o monitoramento da execução da política pública e o atendimento dos seus objetivos.

Outro elemento negativo apontado, relacionado à execução do programa de qualificação, foi referente à insuficiente formação dos educadores, considerando que estes são os responsáveis diretos na finalização do processo de formação dos educandos. Estes sujeitos, em muitos casos, transpareciam não ser suficientemente preparados e, por isso mesmo, não dispunham de bom domínio da relação ensino-aprendizagem, nem dos princípios

fundamentais do PNQ. Esta falta de orientação prévia, por parte dos educadores, constituiu um dos grandes problemas, uma vez que eram eles os agentes e transmissores diretos dos conteúdos e objetivos do programa de qualificação profissional, principalmente, no tocante aos aspectos relacionados com a formação cidadã, um dos elementos centrais perseguidos pelo PlanTeQ. O desconhecimento acerca do programa, pelos educadores, do qual, inclusive, são partícipes, tem prejudicado a execução e o atendimento dos seus objetivos.

Esta dificuldade, verificada, principalmente, no âmbito das ONGs, terminou por classificar o Sistema S como instituição mais adequada na oferta de cursos de qualificação, tendo em vista o reconhecimento de uma melhor infraestrutura, com conteúdos mais apropriados e profissionais mais bem capacitados. Para os entrevistados, foram estes aspectos que fizeram com que o Sistema S sempre estivesse presente nas estatísticas como principal executora dos cursos do PNQ/PlanTeQ e aparecesse como instituição responsável por agir e transformar a realidade social dos educandos por meio da qualificação profissional.

Uma evidência de como a gestão do PlanTeQ encontrava-se desarticulada no estado com outros programas da política de emprego e da política de assistência social, pôde ser observada na forma como um PlanSeQ Bolsa Família, presente em um município paraibano, foi conduzido sem nenhuma correlação com as estratégias de atuação da qualificação profissional. Este caso denunciou a falta de integração das políticas públicas, contrariando um dos objetivos do PNQ/PlanTeQ, bem como a ausência de diálogo e a desarticulação entre os conselhos estadual e municipal de trabalho e emprego, o que implica em prejuízos, principalmente, quanto à construção social da política pública de emprego. Se a articulação entre as ações desenvolvidas, no âmbito dos estados, pudesse ocorrer em sintonia com os projetos dos governos municipais, sem que as descontinuidades políticas e as ambições político-partidárias estivessem em primeiro plano, em detrimento dos interesses da sociedade, talvez o programa de qualificação profissional apresentasse uma maior efetividade.

Na análise de algumas falas, a experiência com o PlanSeQ demonstrou que, no âmbito dos municípios, os gestores tinham maior visibilidade e um contato mais próximo com as comunidades, podendo, assim, melhor identificar as demandas locais. Este envolvimento dos gestores, no dia-a-dia com as comunidades, era fundamental para a compreensão da realidade local. Ao lado disso, é preciso levar em conta também os programas que fazem parte da pauta da assistência social, deixando caminho aberto à penetração dos conselhos municipais, nestas comunidades, para a construção de estratégias e para melhor definição das demandas. Como um dos canais que tem contribuído para esta presença mais efetiva do setor público nas comunidades, considerando o exemplo de cidades maiores, os sujeitos apontaram para a

atuação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), embora tenham salientado a necessidade de outras articulações, como ficou claro na fala de um dos gestores entrevistados:

(...) O CRAS não pode estabelecer sozinho, né? Então a rede do bairro tem que tá junto. Então é muito melhor a gente começar a fortalecer ... os espaços onde estão as famílias e ir para o maior do que sair do maior e chegar lá com as coisas que sempre vem de cima pra baixo, né? A gente tem de sentir o que é que aquela ... cada comunidade tem uma demanda diferenciada ... não é igual, né? [...] pode ter algum ou outro problemas iguais, né? e aí a gente sabe que o problema da fome ... de enfrentamento da fome ele é em todo o território, mas tem outras situações, né? A situação de violência contra a mulher é mais acentuado em determinado bairro do que em outro; o índice de crianças fora da escola é mais acentuado em um bairro do que outro, e a gente precisa saber por quê, né? (GPSJP).

A partir das entrevistas realizadas, outro aspecto problemático que os sujeitos indicaram, se referiu a ausência de integração entre as políticas públicas, fator que tem dificultado a própria efetividade dos programas, enquanto instrumento necessário à inserção social, dando espaço para a atuação de outras instituições.

O reconhecimento, por parte dos sujeitos, da destacada desenvoltura do Sistema S, comparada aos programas da política de emprego, contribuiu para demonstrar a pouca habilidade do setor público em estabelecer a continuidade das ações, voltadas para a geração de emprego e renda na relação com o segmento empresarial. Ademais, também se constatou a dificuldade na criação e no aperfeiçoamento da infraestrutura e dos instrumentos necessários para promover a formação e a inserção social e profissional. As investigações junto aos gestores do PlanTeQ, reafirmaram a flagrante falta de integração efetiva entre os programas da política de emprego, requisito indicado pelo PNQ como necessário para o atendimento dos seus objetivos. Além disso, apontaram a grande rotatividade dos gestores destes programas, mediante os humores e os interesses político-partidários, contribuindo para a não continuidade dos trabalhos realizados e, menos ainda, para a correção e aperfeiçoamento das ações construídas. Esta dificuldade na integração dos programas da política de emprego e de outras políticas públicas apareceu como uma crítica recorrente, registrada nas falas dos representantes do governo, assim como nas dos empresários e dos trabalhadores.

Tanto a gerência do programa de qualificação como os membros do CETE-Paraíba, reconheceram a necessidade de “oxigenar” as executoras dos cursos do PlanTeQ, para se permitir abrir oportunidades para outros agentes privados, bem como proporcionar a competição entre elas quando da seleção dos seus projetos proponentes para executar os cursos, privilegiando as experiências positivas na formação dos educadores, nos aspectos pedagógicos e metodológicos e nos equipamentos utilizados. A este aspecto está ligada a questão do monitoramento e avaliação do programa, o que tem sido deixado sob a

responsabilidade de ONGs que, por sua vez, também são executoras. Esta atribuição vem sendo criticada, porque a mesma instituição, diretamente envolvida na formação dos educandos, também se encarregava do monitoramento da execução dos cursos o que, no entendimento dos conselheiros, terminou comprometendo, pela falta de isenção e idoneidade, o próprio processo avaliativo do programa de qualificação.

Além disso, as falas revelaram restrições quanto à credibilidade das ONGs, enquanto parceiras na execução de políticas públicas, tendo em vista o registro, em certas ocasiões, de práticas incorretas no uso de recursos públicos por parte de algumas destas entidades criadas para fins políticos e, algumas vezes, até fictícios, servindo de instrumentalizadoras no desvirtuamento de alguns programas sociais do governo. Na fala de um conselheiro, representante do segmento dos empregadores, que acompanhou a execução do programa de qualificação profissional, do PLANFOR ao PNQ, na Paraíba, foi reafirmada a questão de que havia mais credibilidade na época em que se fazia o monitoramento dos PEQs, por ter sido realizado por instituições, aparentemente, de maior isenção:

Naquela época ainda tinha ... tinha bastante recursos, se contratava é ... algumas fundações ligadas [...] a Universidade Federal pra fazer o monitoramento, pra fazer avaliação externa e supervisão. Então, existia uma supervisão que acontecia [...] Pra você ter uma ideia, foi eliminada uma ONG que era ligada a uma central sindical cujo dirigente fazia parte do conselho, mas nem a presença dele no conselho evitou que a entidade tivesse que devolver os recursos sob pena que não pode mais entrar para a qualificação, pra você ver a seriedade do processo (SGEP).

As declarações dos sujeitos, envolvidos na execução do PlanTeQ na Paraíba, indicaram que os impasses políticos, presentes no processo de definição das demandas e na relação com as executoras, ainda permanecem como uma problemática a ser enfrentada. As posturas pouco transparentes continuam sendo reproduzidas, demonstrando a forma clientelista e conservadora que influenciou a condução do programa de qualificação no estado, como reflexo de uma cultura política que, por muito tempo, fortaleceu o assistencialismo, como forma de controle político, como bem assinalou Cohn (2000), não reconhecendo o acesso dos pobres ao trabalho e a melhores condições de vida, como um direito de cidadania. Esta mesma tradição política conservadora, foi a que permitiu a naturalização de práticas incorretas por parte de algumas instituições e gestores de políticas públicas na sociedade, promovendo a desqualificação das ações do Estado no enfrentamento da questão social, assim como da participação cidadã no controle social das políticas públicas. Neste sentido, é que se devem reconhecer os conselhos de trabalho e emprego como

importantes espaços de participação popular, como mecanismo de fortalecimento do processo de consolidação da democracia, conforme defendeu, claramente, Santos (2002).

6.1.2 A atuação dos conselhos de emprego

Quando consideradas as declarações dos gestores públicos sobre a atuação dos conselhos de trabalho e emprego, registrou-se que o CETE-Paraíba tem funcionado com dificuldades e os Conselhos Municipais de Trabalho e Emprego (CMTE), apesar de estarem formalmente registrados no MTE⁹⁶ e criados com poder de homologar e deliberar sobre a política pública de emprego, têm recebido denúncias sobre a sua quase que completa inatividade, na maioria dos municípios. Segundo eles, esta constatação trouxe consigo duas questões fundamentais: a primeira refere-se ao papel de identificar e definir as demandas dos cursos e as executoras parceiras na execução do PlanTeQ; e, a segunda, trata do papel político de representação, preconizado com a criação dos conselhos de trabalho e emprego.

A função de identificar e definir demandas, atribuída aos conselhos de trabalho e emprego, não vem sendo realizada de forma adequada. De acordo com os relatos dos próprios conselheiros, expressados geralmente sem nenhum tipo de constrangimento, este problema foi associado à forma como os conselhos foram criados e como vem sendo operados, especialmente, com referência aos municipais. Seria função dos conselhos estudarem as necessidades locais e identificar o público prioritário para, de tal modo, ter uma melhor definição das demandas dos cursos, em correspondência com a realidade. No entanto, esta função não tem sido realizada, devido ao modo instrumental que marcou a sua formação, sendo os seus membros indicados, na maioria, pelo próprio executivo municipal, que também realiza a definição de demandas sem fundamentação, apenas com o interesse de se beneficiar, politicamente, com a realização dos cursos no município. Os conselheiros reconheceram, assim, a prática de interesses clientelistas na criação dos conselhos municipais, como pôde ser constatada na fala de um gestor do PlanTeQ no estado e, na ocasião desta pesquisa, ocupando o cargo de presidente⁹⁷ do CETE da bancada do governo:

⁹⁶ No Ministério do Trabalho, estão registradas formalmente 80 Comissões Municipais de Trabalho e Emprego para o estado da Paraíba.

⁹⁷ Durante toda a fase da pesquisa, o suplente da presidente foi quem efetivamente exerceu a presidência do CETE-Paraíba, no lugar do secretário de Estado da SEDH.

(...) a maioria das demandas elas vem das comissões municipais de trabalho e emprego mas, eu tenho a percepção ... eu tenho a ideia de que essas comissões na maioria das vezes são cartoriais, certo? E elas são ... digamos assim, um braço do executivo municipal, não é? Naquela lógica de que tudo que é política pública, tudo que é programa ... tudo que é do governo tem que ser apropriado, né? Como uma extensão que tem que ser capitaneado pelo gestor municipal, certo? Eu tenho essa percepção. Uma outra questão ainda a ... é ... dessas demandas, é que elas não tem fundamentação, certo? Não tem base. É ... não é exagero dizer que é achismo não. Mas, é achismo, tá certo? Se a gente for olhar o quadro das demandas, muita coisa vai de achismo, de vontade ... é mais achismo. Não se tem um estudo, não se tem um referencial teórico, certo? (GPTQ).

Através da fala de um dos membros do CETE, representando a bancada dos trabalhadores, foi possível perceber, também, a frustração com a forma como se conduziu a escolha das demandas dos cursos pelo conselho. Esta ponderação, só reafirmou a postura sem transparência e pouco democrática, que vem sendo ainda mantida, impeditiva, portanto, de práticas mais participativas na execução do programa. A fala seguinte traduziu este problema:

(...) teoricamente se há um planejamento, uma planilha ... que chama ... a demanda qualificada, né? Teoricamente. Mas na nossa concepção a gente não entende que realmente isso acontece concretamente, ou seja, não se ... se percebe ... se ... vem o recurso pra depois se pensar a demanda. Deveria ser o inverso, né? Se pensar a demanda pra depois se ter o recurso pr'as suas devidas aplicações. Então você me perguntou se no Conselho na nossa concepção ... na minha concepção como membro ... Eu confesso a você que eu não consigo perceber que aconteça essa ... essa questão. Demanda ... Programa de qualificação com demanda real (TFA).

Em seguida, o representante demonstrou, igualmente, que a ausência de planejamento adequado das demandas para o uso eficiente dos recursos, não foi um problema eventual, mas recorrente, tornando-se uma prática que vem se arrastando há vários anos seguidos marcando, com isso, o perfil da atuação do conselho. Conforme seu depoimento:

(...) eu particularmente sempre percebi um descompasso em você ter uma responsabilidade de tá aprovando demandas, né? Só que num tempo ... quase inexistente. Não existe tempo hábil pra que você pegue uma planilha, ou seja, sempre aquela correria. Vamos aprovar porque se não aprovar não vem recursos. E, por outro lado, a gente teria que minimamente analisar e não tem tempo. Aí sempre vem o dilema. Se o Conselho não aprovar não vem o recurso. Aí fica aquele círculo vicioso ... [...] eu sempre colocava nas reuniões de ... Tudo bem, a gente cometeu esse erro esse ano, vamos já pensar pro próximo ano; aí vinha próximo ano ... do mesmo jeito (TFA).

Em outro depoimento, também ligado ao segmento dos trabalhadores, apareceu a mesma insatisfação:

Tem uma falha ... tem uma falha que é grande. Geralmente é uma falha nacional. Então, os recursos, aí quando chega a liberação dos recursos, chega de última hora. Todo ano é assim. **Aí de última hora você tem que programar aqueles cursos.** Aí o que se faz ... não dá tempo ... mas aí para o ano ... aí **todo ano é a mesma coisa** (TFC).

Este desvirtuamento de funções foi, do mesmo modo, ratificado pelo segmento do setor privado que, além disso, desmascarou certas práticas incorretas por parte de alguns gestores, apontadas desde o exercício do PLANFOR, o que não se fez diferente para o PNQ. Foi lembrado o caso em que a demanda de cursos, bem como a escolha das cidades contempladas onde eles se realizariam, já vinham definidas pelo secretário de estado sem o conhecimento dos membros do conselho estadual de trabalho e emprego. Apesar de tentar garantir a seriedade do gestor, o relato de um conselheiro, representante do segmento dos empresários, deixou clara a forma errada de condução do programa de qualificação:

(...) o doutor Evaristo⁹⁸ [Secretário da pasta de Desenvolvimento Social na época], que foi quem assumiu a Secretaria Estadual de Trabalho, na época SETRAS, né? Ele, uma pessoa muito séria ... com ele não ... ele não deixava ninguém roubar. Se tivesse fazendo coisa mal feita, era pra punir. Pessoa extremamente séria. Mas ele foi o autor de algumas coisas que ainda existem hoje e que são erradas. Por exemplo: eu disse a forma de negociação que era ... anteriormente. Aí ele chegava, no primeiro ano ... no segundo ano ... foi uma beleza. Mas no segundo ano ... ele ... **tá aqui: curso disso, disso, disso em tal canto, na hora de assinar o contrato. Mas, mas ... Eu vô dizer um caso: o SENAI tem lá um curso, enfermagem veterinária. Doutor Evaristo, o SENAI só atua na área de indústria e alguns serviços; a área de veterinária é do SENAR. Amigo velho, a planilha é essa; se você não quiser ... tá aqui, se não quiser tem quem queira.** Então, passou-se muitos anos e os vícios continuam (...) (SGEP).

A partir do depoimento do conselheiro, ficou evidente que a utilização de práticas não democráticas e sem transparência, por parte de alguns gestores, fez parte da definição e da execução do programa de qualificação no estado da Paraíba. Reconhecer este fato significa admitir que houve prejuízo no processo de construção social da política pública, na medida em que o gestor obstruiu o envolvimento dos sujeitos na defesa dos interesses coletivos, quanto à delimitação das demandas, sobrepondo-se aos conselhos de trabalho e emprego e tornando nula a participação cidadã. Por outro lado, as falhas na realização das funções do CETE, também se tornaram visíveis, tendo em vista o tratamento descuidado quanto à definição das demandas e das executoras, assim como, na fiscalização e avaliação do programa de qualificação profissional.

Em relação aos conselhos municipais, as colocações dos sujeitos, no espaço das reuniões do CETE, denunciaram a sua inoperância, predominando a compreensão de que não participavam da construção e execução do PlanTeQ, indicando a paralisia dos sujeitos e a inutilização destes espaços de participação. Essa falta de ação, por parte dos conselhos

⁹⁸ Com exceção dos gestores do poder executivo federal, todos os nomes próprios aqui mencionados são fictícios.

municipais, foi verificada na ausência de diálogo com o conselho estadual, na falta de integração das políticas públicas de emprego e de educação, entre outras, e nos vícios políticos, que impediram de colocar o interesse coletivo acima das ambições pessoais e partidárias, típicas da cultura política local. Entretanto, não foi ignorado pelos conselheiros que o papel do CETE seria, também, estabelecer diálogo coletivo com os conselhos municipais e, juntos, realizarem estudos de mercado para identificar as potencialidades das localidades proponentes a serem atendidas pelo PlanTeQ e definirem demandas mais realistas para a comunidade. No entanto, pairou a apatia e se estabeleceu um imobilismo vicioso que terminou por caracterizar o histórico do CETE-Paraíba, comportamento que se estendeu do PLANFOR ao PNQ. Com isso, não se criaram estratégias para atingir as potencialidades econômicas do estado e ainda foram cometidos equívocos ao oferecer cursos mediante o “achismo” dos gestores, que também descon sideraram as particularidades do público a ser atendido, como foi o caso dos agricultores, pouco contemplados pelos cursos do PlanTeQ. A fala de um representante dos trabalhadores no conselho, demonstrou a insatisfação em relação a esta questão:

“(...) muitas vezes, não se separa o todo, **bota tudo num bolo só, urbano e rural ...** e aí muitas vezes não corresponde à realidade do agricultor” (TFA).

Tal condução despreparada só pode acarretar em escolhas apressadas e equivocadas de executoras para ministrar os cursos, sendo obrigadas a adequar, em pouco tempo, conteúdos, práticas e equipamentos, próprios às demandas solicitadas que, em certas situações, representavam públicos muito específicos, necessitando de maior atenção no desenvolvimento de procedimentos pedagógicos e metodológicos, adequados a sua realidade, o que nem sempre era feito. No caso dos agricultores, por exemplo, ao mesmo tempo em que os cursos deveriam preocupar-se em introduzir novas técnicas de cultivo, preservação do meio ambiente e estratégias comerciais para os produtores, também se fazia necessário o desenvolvimento de recursos pedagógicos que levassem em consideração a tradição e os costumes do homem rural. Assim, poderiam assimilar as inovações, sem que os conhecimentos adquiridos com os antepassados, na relação com a terra, fossem desvalorizados. Na medida em que os cursos profissionalizantes foram sendo definidos de forma descuidada, pelo imprevisto, sem um planejamento prévio e acurado, mediante a anuência dos conselhos de trabalho e emprego, ficou evidenciada a falta de responsabilidade política para com o público considerado

prioritário no programa de qualificação profissional, registrando-se, assim, a frágil presença dos conselhos enquanto mecanismo de controle social dessa política.

6.1.3 Sobre o fundamento e envolvimento dos sujeitos nos cursos de hotelaria e de recepção e atendimento

Como a proposta foi a de fazer entrevistas também com sujeitos que haviam participado de algum curso de qualificação profissional, decidiu-se acompanhar, de perto, dois casos de executoras, com a proposta de formar profissionais para o mercado de trabalho. O primeiro foi o curso de recepção e atendimento, realizado em João Pessoa e oferecido por uma instituição do Sistema S⁹⁹; e, o outro, foi o de hotelaria, voltado para o preparo de alimentos e bebidas, promovido pelo PlanTeQ e executado por uma ONG, na cidade de Cabedelo. A intenção era fazer a comparação entre as duas instituições executoras, em termos da infraestrutura oferecida, do conteúdo dos cursos e do perfil do público participante. Junto ao curso de recepção e atendimento, realizaram-se entrevistas diretas, o que se considerou mais adequado, devido ao grande número de alunos matriculados e a pouca disponibilidade dos mesmos em participar da pesquisa. Para o curso de hotelaria, realizou-se a técnica do grupo focal, uma vez que o menor número de alunos e a aproximação com os sujeitos, permitiram reunir o grupo em torno das questões centrais da pesquisa, o que possibilitou cruzar as informações com as obtidas pelas entrevistas diretas¹⁰⁰.

Os educandos atendidos pelo PlanTeQ, compuseram um público bastante heterogêneo, embora tenha apresentado forte predominância de mulheres, especialmente, nos cursos ligados à área de serviços.¹⁰¹ Considerando a turma do curso de hotelaria (alimentos e bebidas), em que foi aplicado o grupo focal, todas as matrículas foram de mulheres, no total de 16, embora o curso também estivesse aberto ao público masculino. Os educandos declararam idade mínima de 18 anos e máxima de 31 anos, todos já tendo completado o ensino médio e, entre eles, um com ensino superior completo no curso de pedagogia. Na turma, três eram casadas, sendo que apenas uma tinha filhos e as demais solteiras, morando com os pais. Segundo a posição no mercado de trabalho, a maioria encontrava-se

⁹⁹ Este curso não constou do projeto do PlanTeQ-Paraíba, embora já tenha sido oferecido em outras ocasiões mediante convênios com o setor público.

¹⁰⁰ Os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa de campo já foram explicitados no capítulo 1.

¹⁰¹ O perfil do público atendido pelo PlanTeQ na Paraíba foi construído ao longo do capítulo 5.

desempregada ou nunca tinha trabalhado; uma trabalhava como empregada doméstica e a outra já havia desempenhado a mesma função. Ao longo do curso, duas pessoas abandonaram as aulas por terem encontrado emprego, uma como vendedora de cartão de crédito, numa ocupação temporária, e outra, numa loja de utilidades na cidade de Cabedelo. Três educandos desistiram do curso por falta de interesse em continuar assistindo às aulas.

O curso de recepção e atendimento foi ministrado por uma unidade do Sistema S para uma turma de 30 alunos, no período noturno, com duração de 40 horas/aula e custo de R\$ 60,00, valor que poderia ser dividido em três vezes no cartão de crédito. Tal como no curso de hotelaria, o perfil da turma também se apresentou heterogêneo, havendo a predominância igualmente de mulheres mas, desta vez, com a presença de quatro homens. A idade apresentou variação marcante com pessoas de 17 a 47 anos. A posição no trabalho também indicou uma grande diversidade, com jovens em busca do primeiro emprego, empregadas domésticas ou diaristas, buscando melhor qualificação para mudar de ocupação, pessoas já empregadas, objetivando ascender na empresa, indivíduos sendo requalificados, a pedido do patrão, e donas de casa, tentando qualificar-se para buscar um emprego.

Quanto ao curso de hotelaria (alimentos e bebidas), puderam-se constatar sérios problemas, tanto de conteúdo como de infraestrutura, demonstrando a forma descuidada com que ocorreu a sua execução. Primeiramente, identificou-se a utilização inadequada do título do curso _ hotelaria, quando de fato estava voltado somente para o item de preparação de alimentos (carnes, massas, saladas e sobremesas) e bebidas (coquetéis e drinks), não abrangendo as outras especialidades próprias à formação de um profissional em hotelaria (camareira, lavanderia, recepção, entre outras). Por outro lado, o item relativo à formação social, que deveria abordar as questões referentes aos direitos dos trabalhadores e relacionada, portanto, com a discussão da formação cidadã, ficou prejudicado, por conta da inabilidade do educador em abordar estes temas, conteúdos, justamente, que representariam o diferencial do PlanTeQ em relação aos cursos profissionalizantes, oferecidos por instituições privadas. As aulas da formação social concentraram-se mais nas atividades lúdicas, a fim de buscar a integração do grupo sem, no entanto, aprofundar e preparar o aluno para a vida profissional e estabelecer o vínculo com a questão da cidadania.

A falta de uma postura profissional adequada, por parte dos educandos, no trato com os colegas, com o próprio instrutor e as falhas na educação doméstica, foram outros aspectos apreendidos dos contatos obtidos. Estas posturas se repetiram em todas as atividades realizadas, mas, infelizmente, não foram trabalhadas pelos educadores como comportamentos a serem corrigidos no exercício da vida profissional e social. Do mesmo modo, o conteúdo

relacionado aos direitos e deveres, não recebeu a devida importância. Observou-se, assim, uma falta de preocupação por parte dos educadores com os procedimentos pedagógicos e metodológicos, na ministração dos conteúdos e na relação com os educandos.

Outro problema, apresentado na execução do curso de hotelaria, foi quanto à inexistência de infraestrutura apropriada para a sua realização. A ONG responsável em ministrar o curso ficou na dependência de um espaço cedido por outra instituição de ensino da rede pública, o que veio prejudicar sensivelmente o andamento das atividades. Primeiramente, no módulo correspondente à parte teórica da formação social, as aulas ocorreram em uma sala emprestada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) de Cabedelo. Para o desenvolvimento das aulas práticas, as dificuldades foram ainda maiores. As atividades destinadas à preparação das bebidas ocorreram na própria sala de aula do IFET, lugar onde se improvisou a arrumação dos ingredientes e dos instrumentos sobre a mesa do professor, sem nenhuma condição de higiene e segurança para os educandos¹⁰². Na parte de elaboração de alimentos, em que se fazia necessário fogão à gás, forno, freezer, pias, panelas e outros instrumentos, a ONG transferiu as atividades para a cozinha de uma escola pública de ensino médio, com instalações completamente precárias e igualmente inadequadas para a efetivação das tarefas. Em todos os procedimentos referentes ao preparo de alimentos e bebidas, foi comum a falta de equipamentos e instrumentos para manusear os ingredientes, recorrendo, muitas vezes, à boa vontade do instrutor, para emprestar seus materiais, e dos alunos, para buscarem utensílios de suas casas, a fim de viabilizar a feitura das receitas. O instrutor teve seu trabalho comprometido pela insuficiência na infraestrutura oferecida, tendo que retirar ou adaptar receitas, diante das condições existentes.

Um quadro de semelhante precariedade não pôde deixar de comprometer seu objetivo primordial que era o de formar alunos para o mercado de trabalho, muito menos para atender as demandas requeridas pela atividade hoteleira que, cada vez mais, precisa responder com maior eficiência e o bom atendimento aos seus clientes, para não perder espaço diante do ritmo competitivo a que está submetida nos últimos anos. Apesar de todos estes problemas, mesmo assim, os educandos consideraram válida a experiência e o “aprendizado”, obtido no curso, revelando, com esta atitude, uma falta de postura crítica, naturalizando, assim, uma atividade oferecida em condições tão deficientes. Esta naturalização esteve associada à própria situação socioeconômica do público frequentante. As privações que enfrentaram foram tantas, que as deficiências apontadas terminam não sendo percebidas, acabando por

¹⁰² As fotos referentes aos módulos de alimentos e bebidas, comprovando a precariedade na infraestrutura do curso encontram-se nos anexos.

prevalecer a mensagem de que é melhor isso do que nada, diante da falta de alternativas que vivenciam.

Este imobilismo crítico remeteu a outros olhares, presentes nas análises de Nogueira (2005) e Telles (2001), conforme já discutido anteriormente, demonstrando como o processo de desqualificação política dos sujeitos, decorrente da reforma do Estado e do enfraquecimento dos movimentos sociais nos anos de 1990, impactaram de modo a tornar aceitáveis as formas precárias de inserção pelo trabalho, assim como o descaso de alguns gestores públicos para a questão social.

De acordo com as colocações dos educandos, observou-se a predominância de uma atitude não reivindicativa e não propositiva, expressando o imobilismo político que os autores se referiram, impedindo-os de terem garantido o direito a uma qualificação profissional de qualidade e em condições de preparar para o mercado de trabalho. Neste sentido, a qualificação profissional, como um “direito de cidadania”, deixou de se efetivar por conta da condição de passividade dos educandos, resultante das várias situações de desqualificação social as quais vivenciaram, repercutindo, diretamente, em sua subjetividade com o desenvolvimento de uma atitude retraída, diante das questões sociais. Esta condição terminou por contribuir para formar, nos educandos, uma postura de não reconhecimento de sua condição de cidadão, detentor de direitos, prejudicando, assim, a capacidade de cobrar e reivindicar, junto aos gestores, o cumprimento das condições necessárias à execução de um curso de qualidade. Estes elementos só vieram confirmar uma das hipóteses levantadas neste trabalho, concernente a pouca capacidade que os cursos de qualificação, realizados nas condições descritas anteriormente, apresentaram, em orientar os sujeitos para uma participação cidadã, além de indicar a dificuldade de o programa ser reconhecido como “direito de cidadania”, enquanto um dos princípios do PNQ/PlanTeQ, já que os impasses verificados no envolvimento político dos sujeitos vem apresentando-se como obstáculo ao livre exercício da cidadania.

Outra experiência importante para ajudar a compreender a dinâmica da formação profissional e a ação direta das executoras, com os educandos, foi a observação do curso de recepção e atendimento, ministrado por uma unidade do Sistema S. As aulas tiveram seu conteúdo teórico organizado, basicamente, com temas relacionados à recepção e administração de empresas e às regras de comportamento e educação doméstica. De forma insistente, o instrutor, formado na área de recursos humanos, ressaltou a importância de o indivíduo desenvolver uma boa autoestima e um comportamento individualista e “indiferente” para com os possíveis desentendimentos que viessem acontecer por parte de clientes e colegas

no ambiente de trabalho. Sobre as prováveis insatisfações no trabalho, os educandos foram instruídos a resignarem-se, pois aquela situação poderia representar um momento passageiro e servir como experiência a outras oportunidades de trabalho. Tal como esta, a ideia da transitoriedade na ocupação, assim como a necessidade permanente da qualificação profissional, foram igualmente encaradas com naturalidade. A mensagem constantemente reproduzida pelo educador, para os alunos, destinava-se ao desenvolvimento de uma atitude incansável para se alcançar o sucesso profissional, determinando uma compreensão coletiva de que, para “crescer” não se pode “parar” de fazer cursos e buscar melhores oportunidades de trabalho.

A parte teórica do curso, tampouco contemplou nenhum conteúdo relacionado à formação cidadã do sujeito e nem aos direitos trabalhistas, limitando-se a abordar temas relacionados aos princípios de ética, educação doméstica e postura no ambiente de trabalho. Esta orientação esteve o tempo todo reforçada com o intuito de formar um profissional com um perfil proativo, adequado às condições de trabalho exigidas pelos empregadores, e sempre disposto a colaborar.

Quanto aos recursos técnicos, os equipamentos e a infraestrutura utilizados, não foram observados problemas graves. Sobre o conteúdo do curso, alguns alunos apontaram para a necessidade de haver mais aulas práticas, mas, foi unânime a aprovação dos educandos sobre os procedimentos adotados e a capacidade do instrutor, manifestando o desejo em fazer outros cursos de qualificação. Esta postura, tal como a que se observou nos alunos do curso de hotelaria, também demonstrou o comodismo político e acrítico diante das condições oferecidas pela instituição executora que, por ser do Sistema S, aparentemente com melhores condições técnicas para funcionar, não gerou, nos educandos, nenhuma manifestação para reivindicar melhores condições pedagógicas e de formação cidadã. Os educandos, reproduzindo um comportamento acrítico, devido aos déficits sociais em sua formação educacional, colocaram-se como receptores das informações e pouco envolvidos com as exigências do mercado de trabalho.

6.2 Sobre a qualificação profissional e a questão da inserção social cidadã

6.2.1 O olhar dos gestores públicos

A compreensão a respeito da relação entre a qualificação profissional com a capacidade de empregabilidade e a formação cidadã dos sujeitos envolvidos se deu de modo diferente, entre os entrevistados, considerando as várias instituições participantes na gestão e na execução do PlanTeQ na Paraíba. Quando se tratou do governo, a qualificação profissional enquanto prerrogativa para a aquisição de uma ocupação no mercado de trabalho foi encarada com ressalvas, atribuindo-se importância, não só à instrução técnica, mas aos conteúdos que pudessem contribuir para a formação política e crítica dos sujeitos. Ao serem provocados, no sentido de responderem sobre a questão da qualificação profissional, diante do problema do emprego, as declarações, apesar de não descartarem a importância da qualificação profissional, trataram-na com um caráter mais cauteloso, buscando associar a questão aos elementos conjunturais. Quanto ao tema geral da qualificação profissional, um gestor do PlanTeQ procurou valorizar os aspectos relacionados à pedagogia e ao educando como sujeito social, conforme apareceu em seu depoimento:

Mas eu acho assim: ela é imprescindível. **Ela é imprescindível!** Agora, ela tem que conter esses outros elementos que eu falo pra você ... na qualificação social ... ela tem ... **Se ela não tiver os elementos da criticidade, né? do sujeito histórico que é o educando, como protagonista dessa sua história. Pra ele entender o que é o mundo do trabalho, o que é o mercado de trabalho.** Pra ele entender que o mercado não é igual, porque tem razões distintas, né? Pra ele entender que existe movimento sindical organizado pra eles. Pra ele entender que existe, por exemplo, que ... é ... é ... a qualificação ... toda a qualificação não é suficiente; tem que ter outros processos educacionais, né? de educação continuada (...) (GPTQ).

No quesito que tratou da inserção social e da formação cidadã, considerados como objetivos centrais do PNQ e do PlanTeQ, constatou-se certa falta de compreensão e confusão sobre o conceito de cidadania, bem como sobre o que seria uma inserção social cidadã. Do mesmo modo, a questão relacionada com os aspectos pedagógicos da aprendizagem, embora alguns gestores tenham expressado certa preocupação a respeito, não demonstraram clareza no entendimento de como isso seria alcançado e de como conseguir efetividade na relação entre instrução técnica e formação social cidadã. Esta dificuldade ficou clara com o posicionamento de outro gestor, quando perguntado a respeito dos conceitos de formação

social e cidadã, novamente pôde-se perceber a falta de domínio sobre estes temas ao relacioná-los à “questão da psicologia” e da “autoestima”, demonstrando o seu desconhecimento a respeito dos conteúdos voltados para a orientação cidadã presentes nos cursos do PNQ/PlanTeQ. Conforme sua declaração:

É ... Nós trabalhamos aqui ... Nós **tentamos ao máximo essa questão da psicologia**, né? A gente **tenta bastante trabalhar a autoestima desse pessoal**. Nós temos recursos [...] Nós oferecemos, por exemplo, fazemos café da manhã periodicamente ... aí os funcionários que tão chegando ... na quinta-feira ... não todos os dias, a gente não teria condição. Mas tem um período aí que a gente faz isso ... a gente chama os trabalhadores ... Teve um trabalhador numa situação de risco, com colapso nervoso ... chegou várias vezes ... a gente chama o pessoal da psicologia, bota pra conversar com ele. Assim ... na medida do possível a gente vai arcando um pouco com a responsabilidade desse trabalhador (GSJP).

Outro elemento que pode representar uma preocupação, presente nas colocações do segmento de todos os representantes do governo, foi referente à dificuldade de inserção dos egressos no mercado de trabalho, tendo em vista a realidade socioeconômica pouco dinâmica do estado da Paraíba, em relação ao resto do país e às exigências, tanto do setor produtivo, em meio às inovações tecnológicas, como do setor de serviços, com os novos padrões de atendimento e postura profissional. A inserção dos trabalhadores no mercado formal não constitui tarefa simples para os programas da política de emprego, fazendo com que alguns gestores admitissem a inserção informal de parte da força de trabalho, especialmente, quando o principal instrumento desta inserção no mercado de trabalho ocorre pela intervenção dos SINEs, tanto o estadual como os municipais. Além de intermediarem a mão-de-obra que se cadastra voluntariamente, os SINEs também recebem a oferta de trabalho qualificada, advinda do PlanTeQ e de outros programas da política de emprego, tendo que gerenciar e encaminhar uma massa muito heterogênea de trabalhadores que, nem sempre serão absorvidos pelo mercado de trabalho. Diante dessa problemática, foi assim que um gestor se posicionou:

(...) a nossa obrigação aqui é ir no mercado de trabalho é... procurar todos os empresários de qualquer ramo, de indústria, de serviço, de comércio e pedir pra eles disponibilizarem essas vagas [...] para os desempregados. Por sua vez, a gente tenta colocar nessas vagas as pessoas é ... inscritas no SINE, seguro-desemprego ou alguns que chegam aí ... A procura maior é de gente que ... com baixa qualificação. Desempregado, gente com baixa qualificação. Ao mesmo tempo que a gente tá tentando junto ao PlanTeQ [...] Efetivando cursos de qualificação em todo o estado. [...] Porque você qualifica 100 pessoas numa profissão só e **não tem vaga pra todos** ... você tem que sair, espalhar por aí, buscar vaga noutros cantos. Mas você tendo uma ... uma profissão. Diversas profissões (...) e os patrões querem gente, mas gente com formação (GSPB).

Nas entrevistas com os gestores públicos, foi admitida abertamente a fragilidade do PlanTeQ quanto ao acompanhamento dos egressos, apresentando como responsáveis para esta

dificuldade, os seguintes pontos: a disfunção dos conselhos de trabalho e emprego na definição das demandas, a ausência de estudos de mercado, o não desenvolvimento de instrumentais pedagógico-metodológicos, bem como a própria conjuntura econômica do estado. Diante de tais complicadores, como alternativa para a inserção de parte da mão-de-obra, admitiram o incentivo à formação de associações ou cooperativas de trabalho, seguindo a dinâmica da economia solidária, conforme destacou um dos gestores do PlanTeQ:

(...) pela **natureza do próprio sistema a empregabilidade ela não tá dada pra todos**, não é? Então vão existir outras modalidades de empregabilidade ... Tem a **economia solidária**, né? Tem as cooperativas de produção, não é? Tem o autoemprego também que é normal ... eu acho que coabita com essas modalidades, tá certo? (GPTQ).

Ao longo das entrevistas, alguns sujeitos se referiram ao papel da economia solidária, como alternativa produtiva viável, no que se refere a questão da inserção mostrando que, ao incorporar os princípios do empreendedorismo e da noção de autonomia dos trabalhadores, tal atividade busca adaptar algum produto ou serviço, gerado pelos sujeitos, no mercado, contemplando, assim, sua necessidade de sobreviver numa economia capitalista. Percebeu-se que a referência aos exemplos positivos das experiências locais, com a economia solidária, em alusão a ação de outros programas sociais, serviram para alertar sobre a fragilidade e a complexidade da inserção do público, considerado vulnerável socialmente, provocando, nos gestores dos programas de emprego, a necessidade de pensarem e buscarem outras alternativas de inserção que se encaminhem para o fortalecimento desta atividade. Embora externado este reconhecimento, não formularam nenhuma ação prática para a sua efetivação.

Mesmo com as dificuldades encontradas no campo da qualificação profissional no estado da Paraíba, com as lacunas apresentadas pelos entrevistados no enfrentamento do problema do emprego e da pobreza, na falta de comprometimento de alguns gestores públicos e no aparente silenciamento dos trabalhadores que, esperava-se, fossem a voz dissonante, ainda se encontrou agentes públicos engajados num projeto social mais amplo, em que nele aparecem presentes os valores perdidos da solidariedade. Se, nas entrevistas com os gestores públicos, observaram-se algumas posturas acomodadas, encontraram-se, também, sujeitos comprometidos com o equipamento público e crentes, ainda, na possibilidade de um projeto de desenvolvimento que venha a contemplar as demandas do público mais carente recuperando, assim, a credibilidade dos serviços do Estado. A partir destas colocações, foi possível enxergar a política pública como um projeto social em construção que, apesar de ter seus percalços, seus tropeços, suas contradições e angústias, apresenta também avanços,

rompendo as resistências e, paulatinamente, fazendo-se mais presente na vida da comunidade, como um direito de cidadania. Assim, é possível construir novos valores enquanto conquista capaz de influenciar outras gerações e continuar sendo instrumento de participação daqueles que acreditam numa sociedade menos injusta e com mais dignidade para os seus cidadãos.

6.2.2 O olhar dos trabalhadores

A percepção dos representantes dos trabalhadores, sobre o tema da qualificação profissional, apontou para o reconhecimento do papel determinante da sua atuação para a definição de demandas, mais condizentes com a realidade da economia paraibana, considerando os avanços tecnológicos e as exigências do mercado. Contudo, alguns representantes dos trabalhadores se colocaram de forma imprecisa no tratamento das questões relacionadas à formação cidadã, à inserção social e à participação dos sujeitos na construção da política pública, demonstrando pouco aprofundamento sobre o tema da qualificação profissional. Sobre esta questão, assim se colocou um dos conselheiros do segmento dos trabalhadores, no CETE:

Olha, ... nós [...] temos hoje uma ... uma avaliação no seguinte aspecto: **a qualificação sempre foi um desafio ... muito grande pra classe trabalhadora.** Primeiro porque a ... a base da ... da educação brasileira, [...] não trabalha com ... com isso, salve poucos investimentos que a gente teve, inclusive com ... com os próprios recursos do trabalhador, através do Sistema S, certo? Hoje inclusive está até mais ... mais claro essa ... essa relação. Com a ... a ... quando não ... não se tem isso, você termina submetendo a um povo, a um trabalhador de pouca escolaridade que tem uma dedicação ée ... vamos dizer ... exclusiva, mas vamos dizer assim ... uma carga horária de trabalho muito grande e tem uma dificuldade muito grande de se adequar à realidade do trabalho e às novas tecnologias hoje ... hoje apontadas, certo? (TC).

A declaração de outro representante dos trabalhadores do setor rural deixou claro que, apesar de considerar a qualificação profissional “imprescindível” para a atualização das técnicas e para a adequação dos trabalhadores ao mercado de trabalho, nem todos os setores produtivos foram contemplados pelo PlanTeQ de forma a atender suas especificidades, mesmo que existisse a representação dentro do CETE. Este foi um problema recorrente nas falas dos entrevistados, como apareceu nesta declaração:

(...) o Conselho de Trabalho e Emprego, a gente faz parte justamente pra discutir como se dará o plano de execução da qualificação. No meio rural já é diferente. Agora, lógico que

pro meio urbano a gente entende que é imprescindível. Mesmo porque ... assim ... o agricultor ... ele ... é ... ele fica muito a mercê da sua cultura é ... histórica, que é importantíssimo, mas precisa ser acompanhado, se ... requalificando e a gente acha assim, imprescindível (TFA).

Ao tentar articular a relação da qualificação profissional com o problema do emprego, o segmento dos trabalhadores também se posicionou de modo a considerar a necessidade da integração entre as políticas públicas para uma maior efetividade do programa de qualificação, como destacou o entrevistado:

Eu acredito que seja ... ela ... ela é um ... vamos dizer, ela é uma base. Ela é uma base; ela é uma base, vamos dizer assim ... ela é uma ... um alicerce disso, mas não seja a solução. A qualificação não seja isso. **Se a gente não tiver ... políticas públicas que ... que seja de ... de distribuição de renda, de melhoria na economia, nós não vamos ter ... formação.** Você pode ter a formação que tiver, o currículo que tiver, que você não vai ter é ... espaço para ... para a questão do emprego, né? (TC).

As colocações dispersas a respeito da qualificação profissional e da atuação do PlanTeQ, no estado, feitas por outro líder sindical, expressaram um problema encontrado, em vários momentos, nas entrevistas realizadas com o segmento dos trabalhadores ao demonstrarem o pouco domínio a respeito dos objetivos, metas e procedimentos referentes ao programa de qualificação. Esta constatação levou a reconhecer a carência de conhecimento, por parte de alguns conselheiros, como um dos fatores impeditivos de uma participação mais ativa no processo de execução do programa de qualificação. O fraco controle sobre o processo de execução da política pública, quanto aos procedimentos, regras, orçamentos e editais, terminou por engessar e desqualificar a participação desses sujeitos, refletindo uma das consequências trazidas pela reforma do Estado, como bem destacaram Nogueira (2005) e Diniz (1998), representando o encolhimento da participação da sociedade civil nos processos decisórios e no controle social das políticas públicas.

A relação dos trabalhadores com o PlanTeQ, ocorre por meio da representação sindical, no âmbito dos conselhos de trabalho que, por sua vez, já enfrenta algumas dificuldades no acompanhamento e execução do programa, pois não tem sido tratada como prioridade, na pauta interna dos sindicatos, considerando que várias outras demandas de interesse específico como a negociação salarial, causas trabalhistas, disputas com empresários, congressos nacionais e internacionais, entre outros, ocupam as atividades destes líderes, deixando, em segundo plano, a sua participação no conselho. Além disso, pesou a questão da relevância dessa participação diante dos seus representados e a necessidade de reconhecimento político por parte da própria sociedade. Em alguns momentos as colocações

expressaram confusão sobre o tema da qualificação, a função do programa, os parceiros envolvidos e certo distanciamento do PlanTeQ, não se colocando como parte do processo de construção do programa, mas sempre referindo-se a “eles”, “o governo”, como foi o caso que se revelou neste depoimento:

(...) você observa também que **o governo tem se preocupado muito com a questão da qualificação profissional**. Pra você ter uma ideia é ... em 2008 houve uma deliberação para que os S pudessem oferecer cursos de qualificação e também na parte de educação gratuita à parte da sociedade. [...] Então eles a partir do ano passado eles já começaram a funcionar. Eu vi o relatório do SENAC, por exemplo, né? eles tem uma cota ... uma cota de 20% (...) Então isso aí foi um dado que o relatório soltou. É ... este ano a meta é 25%, então a ... a ... o presidente do Conselho já sugere que possa extrapolar isso aí. Então são dados positivos. O outro é que **temos o SINE aqui, temos o SINE municipal, coordenado pela prefeitura municipal e tem o SINE estadual, e tem conseguido verbas nesse campo** (TFC).

Além da desordem de informações a respeito das funções de cada entidade este sujeito, enquanto representante dos trabalhadores, sempre se colocou fora do processo de construção das políticas de emprego. É como se as atribuições de definir, deliberar e encaminhar as ações referentes aos programas de emprego não fossem tarefas de responsabilidade dos trabalhadores, talvez porque, historicamente, as atribuições burocráticas tenham sido monopólio de gestores e intelectuais, como estratégia de dominar os procedimentos formais e limitar a participação popular. Esta constatação veio confirmar uma das hipóteses levantadas neste trabalho, quanto ao fraco envolvimento político dos sujeitos no processo de construção social da política de qualificação profissional prejudicando, também, o controle social deste programa

De um modo geral, os representantes da bancada dos trabalhadores tenderam a enxergar a qualificação profissional pelo lado político, da negociação e das disputas de espaços e de poderes. Mesmo não se envolvendo diretamente com as questões práticas da execução, na definição de demandas e dos processos metodológicos, os líderes sindicais estavam sempre preocupados em manter o seu espaço político ativo como forma de demarcar presença e de se manter no embate com o governo e o setor privado. Talvez este fosse o principal sentido para se manterem vivos no espaço dos conselhos de trabalho e emprego.

Os membros da bancada dos trabalhadores no conselho pareceram mais a vontade em suas colocações quando se referiram ao campo das negociações políticas, com governo e empresários e, igualmente, ao aludirem as conquistas alcançadas pela melhoria das condições de trabalho, reconhecimento de direitos e participação na concepção das políticas sociais e de emprego e renda. Do exposto por um líder sindical, no depoimento seguinte, embora não tenha se aprofundado conceitualmente, ficou visível a importância atribuída à construção da

política de qualificação, como um projeto concebido e discutido no âmbito do segmento dos trabalhadores. Esta participação se deu mediante a realização de congressos nacionais e regionais, entre 2004 e 2005, para discutir o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no país.

Digo que quando ... assim ... sem ... sem querer personalizar, mas essa gestão com o Ministro é ... Carlos Lupi, ela tem deixado muito a desejar da **política que se tinha construído nas Conferências regionais e nacional**, tá certo? Ela praticamente estagnou do ponto de vista do que que a gente queria de ... para ... para a formação ... para a qualificação no país, certo? Quando nós estávamos lá com ... com ... o político que teve representação que era o próprio ... o próprio Luiz Marinho, **nós alcançamos o maior pique ... do ponto de vista da ... de pensar uma política melhor**. Mas hoje essa é a realidade (TC).

Contudo, quando se tratou das questões mais diretas sobre o programa de qualificação e, mais especificamente, buscando-se as diferenças entre o PLANFOR e o PNQ, as declarações se orientaram por colocações gerais, como foi o caso da asseveração feita por um representante dos trabalhadores, que acompanhou os programas de qualificação no estado, desde o PLANFOR:

Tudo ... não tem ... **não tem muita diferença da ... é ... não tem muita diferença do ... dos seus objetivos, certo? Mas, na prática houve uma ... uma ... uma modificação que é essa que eu cito da ... da otimização dos recursos que se tem**, tá certo? Embora seja um desafio bem maior enfrentar essa ... essa realidade hoje com um contingente muito grande de pessoas que está saindo e com o avanço tecnológico que nós temos. É uma mudança de quadro, de função muito grande, que é preciso ser ... ser ... ser melhor trabalhado. Certo? (TC).

Este comportamento foi verificado em todas as entrevistas realizadas com os representantes dos trabalhadores, indicando a falta de conhecimento sobre os objetivos e o funcionamento do programa. Como já foi mencionado, este fato reforçou a postura de ausência e de fraca participação dos trabalhadores nos conselhos de trabalho e emprego. O pouco envolvimento destes sujeitos quanto ao programa de qualificação também foi percebido quando se buscou o seu posicionamento a respeito da importância de uma formação cidadã para os trabalhadores, compreendida como um dos princípios fundamentais do PNQ/PlanTeQ.

No depoimento de um dos conselheiros do CETE e representante dos trabalhadores, apresentou-se a dificuldade em relacionar o tema da cidadania com a formação profissional dos educandos, associando-se a questão à forma de atuação dos dirigentes sindicais nos movimentos sociais o que, mais uma vez, pôde indicar a falta de conhecimento do teor e dos objetivos do programa de qualificação. Apesar da insistência em desenvolver o tema com o entrevistado, sua compreensão sobre o conceito de cidadania esteve limitada a atuação

sindical, no campo dos direitos e do embate político direto, não percebendo que os educandos também poderiam exercer uma ação cidadã na medida em que se colocassem em posição de cobrar melhores condições para a realização dos cursos, além de poder pressionar na definição de demandas mais realistas com as necessidades locais. Por outro lado, sua fala contribuiu com um elemento muito importante para a análise, referente ao pouco envolvimento ou “ausência” dos “dirigentes” (líderes sindicais) para a questão da cidadania, conforme a sua declaração:

Eu a ... a ... eu faço aí uma crítica ao movimento sindical. Porque eu faço parte ... eu gosto de fazer crítica. Todo cidadão tem lá os seus direitos. Mas eu acho ainda que o ... **o dirigente tá ainda muito viciado. [...] Eu vejo muito ausente. Eu vejo ele [o dirigente sindical] muito ausente. Eu acho que falta isso, né? Bom, então se ele está ausente e a sociedade?** O dirigente, que participa de seminários, cursos, palestras ... eu percebo ele ausente (TFC).

Observou-se que, a dificuldade em exercer uma postura cidadã, apareceu como um problema atinente a todos os trabalhadores, em suas diversas condições, desde os dirigentes sindicais, que estavam mais envolvidos com os problemas políticos e sociais, até o público comum, que compunha o conjunto dos trabalhadores. Esta constatação surgiu como reflexo de uma crise na participação cidadã, em função do desmonte da vida social no trabalho, da reforma do Estado e da globalização, conforme destacou Telles (2001), fazendo-se necessário reinventar as formas de participação dos trabalhadores para que, assim, possam se fazer visíveis nos espaços democráticos e, de fato, sejam representados.

Em outro momento em que se buscou perceber a influência dos sindicatos no âmbito dos conselhos de trabalho e emprego, sobre a definição das demandas dos cursos, das executoras e das orientações pedagógico-metodológicas, foi mencionada, por parte dos representantes dos trabalhadores, a dificuldade de encaminhamento das ações, em função das exigências burocráticas relativas à execução do PlanTeQ, do pouco tempo existente para a liberação dos recursos, da seleção dos cursos e das localidades, da licitação para a escolha das executoras, entre outros, prejudicando a participação e o envolvimento dos conselheiros. Por outro lado, a forma de intervenção, realizada pelos trabalhadores, ainda manteve presente a concepção e a necessidade da “negociação política”, mas sem uma estratégia clara e bem definida de penetração em espaços dominados pelo procedimentalismo e pela formalidade, próprios do setor público; não foi percebido um envolvimento técnico e prático dentro da burocracia e dos procedimentos exigidos para a execução do programa de qualificação. Esta falta de definição de estratégias no segmento dos trabalhadores, com o sentido de influenciar qualitativamente o rumo do programa de qualificação profissional no estado, quer seja na

definição das demandas ou nos conteúdos da formação profissional e social, pôde ser vista nas colocações imprecisas de um representante dos trabalhadores:

Agora, quando essa questão da cidadania como um todo, aí é uma busca ainda da forma de compreensão do cidadão dirigente, do cidadão que sabe que é dirigente, pra ele negociar. Quer dizer, a ... a nossa Confederação, por exemplo, ... nós temos um questionamento com relação ao SENAC, por exemplo ... então o SENAC, o SENAC tem a sua [...] metodologia de ensino. Então nós defendemos que essa [...] que ela implementou uma mudança, né? ... que vai preparar o cara para o mercado de trabalho, mas a gente quer que **ele encontre também a questão da cidadania** (TFC).

Como se pôde observar, o entrevistado reforçou o que entendeu por cidadania, insistindo, novamente, como sendo uma atribuição exclusiva do representante sindical ou “cidadão dirigente”. Além do mais, também não conseguiu perceber que no espaço do conselho de trabalho e emprego teria a possibilidade de influenciar na definição das demandas, dos conteúdos e das metodologias utilizadas nos cursos de qualificação, limitando-se a uma crítica não propositiva quanto à atuação de uma das entidades do Sistema S. O despreparo em acompanhar os objetivos e o funcionamento do programa de qualificação profissional, impediu que conseguisse relacionar o conteúdo dos cursos com a formação cidadã dos educandos, prejudicando o seu papel no conselho de trabalho e emprego. Esta questão do despreparo político do conselheiro, aparecendo como impedimento do controle social do programa que diretamente lhe dizia respeito, proporcionou aludir às colocações de Nascimento (2000) e Nogueira (2005), quando analisaram os efeitos da fragilidade política encontrada em algumas representações sociais, em não ter condições de exercer um controle sobre suas próprias demandas.

No segmento dos trabalhadores, também foram observadas diferentes impressões a respeito da noção de formação social e inserção social cidadã, indicando desarticulação e pouca intimidade entre os membros da bancada dos trabalhadores, no CETE-Paraíba, para discutir os temas de seu interesse. Quando estimulado a se colocar quanto aos cursos de qualificação profissional, oferecidos pelo PlanTeQ-Paraíba, prepararem o sujeito para o exercício da cidadania, o representante de uma entidade sindical apresentou um conceito mais próximo da linguagem instrumental, utilizada no ramo empresarial, limitando a questão da formação cidadã do trabalhador às instruções para melhorar o “bom atendimento”, por parte do funcionário no comércio, distanciando-se de uma compreensão mais política, referida à dimensão dos direitos e da consciência social dos trabalhadores. A questão colocou-se na seguinte declaração:

Eu [...] **não vejo ele [o trabalhador] ainda pronto.** É um dos pontos, por exemplo, que eu sempre questiono, eu digo: rapaz ... eu digo, olha: nós precisamos melhorar o atendimento ao cliente. Aqui (...) no comércio, ninguém liga com o cliente ... No comércio, um comércio tradicional, um comércio bonito, mas não tem atendimento ... um péssimo atendimento! (TFC).

Em outro depoimento, ficou clara a dispersão com que o tema da formação cidadã foi compreendido pelo representante de uma entidade sindical. Apesar de tentar mostrar a importância da formação crítica e transformadora dos sujeitos, não conseguiu alcançar profundidade no tratamento da questão, especialmente, quando tentou defender a metodologia “Freiriana”:

(...) eu vou dizer que melhorou muito. Muito mesmo! Porque ... você começa a colocar na ... nas salas ... nos momentos formativos, a ... outros elementos muito bom; muito bons pra [...] você vê sua realidade e começar a colocar na prática, não ficar simplesmente naquela história formal, certo? naquilo ali, eu vim aqui pra aprender isso! Você começa a provocar os ... os participantes a ... a pensar, certo? Isso [...] de uma riqueza imensurável, nós não vamos ... talvez perceber isso agora, né? **Essa nova metodologia ... acho que ... mais Freiriana, vamos dizer assim, que faz com que você perceba que você é um verdadeiro agente de transformação.** Então o [...] os métodos colocados na [...] na coisa do **respeito, na etnia, né? de raça, de gênero** ... isso são ... são ... de um pouco de consciência ... Eu acho que em todos os ... os cursos ... deveria ter um pouco de análise de conjuntura, certo? da conjuntura ... da conjuntura política; do conhecimento um pouco ... da sua ... da sua realidade, porque isso tem um efeito muito grande. Mas de toda forma é ... melhorou muito. Melhorou muito [os cursos] (TC).

Quanto à inserção social dos sujeitos formados pelos cursos de qualificação profissional, não foi mencionada nenhuma estratégia por parte das entidades dos trabalhadores para estimular a inclusão social e profissional. A compreensão da questão limitou-se ao serviço oferecido pelos SINEs, na intermediação do trabalhador no mercado de trabalho e, mesmo assim, com críticas sobre a forma inadequada e insuficiente de atendimento e de acompanhamento promovido por estes órgãos. Não foram registradas sugestões qualitativas para uma reorientação sobre a forma como a inserção profissional vem sendo feita pelos SINEs e nem como os sindicatos tem se manifestado no enfrentamento desta problemática. Este posicionamento crítico apareceu na fala seguinte:

(...) Se eu preciso saber ... Eu preciso captar no mercado ... captar a existência ... Pra saber pra que é que eu tô qualificando aqui o trabalhador ... É que eu tô gastando dinheiro, gastando recursos indevidamente. [...] **Então, [o SINE] atende mal por isso, porque você ... você chega ... o cara, o cidadão chega lá (...) aí não prepara, não tem qualificação ... às vezes tem ... Aí o cidadão chega lá e volta, bate e volta, e aí não tem um acompanhamento** (TFC).

Apesar de estar presente nos conselhos de trabalho e emprego, o segmento dos trabalhadores demonstrou-se crítico quanto a atuação destes espaços de participação e, especialmente, quanto à atuação do PlanTeQ como política pública para enfrentar o problema do emprego e da qualificação no estado da Paraíba. Além disso, os sindicatos consideraram limitada a ação do programa de qualificação para promover a inserção social, tendo em vista a inexistência de um projeto de desenvolvimento econômico e social continuado para o estado, capaz de estimular os setores produtivos em criarem condições sustentáveis de emprego e renda. Embora tenham feito esta ressalva, não foi verbalizada nenhuma proposta real por parte dos representantes dos trabalhadores, com o intuito de interferir na condução das políticas públicas e nem sugestões que dinamizassem a atuação dos programas sociais já existentes. Mesmo críticos, estes sujeitos colocaram-se numa posição de não se sentirem preocupados em cobrar as ações dos outros, capitulando, assim, de seu papel histórico de agentes propositivos e influenciadores na construção de políticas públicas que conduzam a uma sociedade melhor. Conforme nos alertou Demo (1998), a política pública deve ser uma conquista dos seus interessados e não medida vinda do alto com a intenção de servir de manobra dos desprivilegiados. Por isso, é importante que seja feita a crítica aos programas para que os desvios que vem emperrando sua prática possam ser corrigidos, contudo, esta deve vir acompanhada de propostas que sirvam de alternativas viáveis a uma condução mais adequada assegurando, assim, sua efetividade.

Mesmo com colocações imprecisas relativas aos conceitos de qualificação profissional, inserção social e cidadania, os representantes dos trabalhadores no CETE sempre questionaram como vem se dando a atuação do PlanTeQ-Paraíba. Prevaleceu, entre estes conselheiros, a visão de que não há um projeto específico que atenda às necessidades da realidade local, causando prejuízos nas ações de formação profissional dos sujeitos e na capacidade de inserção social, conforme foi enfatizado por um deles:

(...) Então fica só naquela história da contrapartida, **mas não tem uma política de qualificação, com objetivo**, aquela coisa toda ... [...] Aqui na Paraíba nós temos um ... uma grande dificuldade. Qual é a dificuldade? **Nós ainda não tivemos projetos específicos**, né? assim ... é ... pensando a [...] a vocação da ... da cadeia ... das cadeias produtivas, certo? **Então nós ficamos só no feijão com arroz**. ... No PlanTeQ, nós não fizemos um PlanSeQ aqui. O PlanSeQ que tem foi bastante resumido, né? E eu acho que isso é uma das falhas que nós temos hoje aqui no estado. Tem alguns planos especiais, mas esses planos especiais ainda não foi ainda ... digamos assim ... é ... consolidado no estado todo, tá certo? Então você pega um curso, e você coloca numa cidade de ... é ... um curso de mecânica de moto. Aí você ... é uma necessidade pra ... você bota lá pra 20, 30 pessoas ... e é só um curso pra uma cidade. Então você vai ... Numa cidade, vamos dizer assim ... uma cidade de ... 10 mil habitantes. Você vai ter 30 pessoas trabalhando ali só com motos? Não vai ter, de maneira nenhuma. Ou ele vai deslocar-se ou vai ... aquela coisa não vai fazer usufruto do ... da educação que teve. Então essa é uma das ... um dos pontos que a gente tem trabalhado (TC).

Desse modo, o posicionamento dos trabalhadores a respeito do programa de qualificação profissional, no estado da Paraíba, reafirmou a necessidade de repensar o sentido da participação da sociedade civil no processo de construção da política de qualificação profissional, assim como o nível de comprometimento da política pública com a realidade local, quanto ao enfrentamento do problema do emprego, muito embora não tenham sinalizado a forma como isso poderia ser feito.

A partir destas constatações, ficou a compreensão de que os conselhos de trabalho e emprego, enquanto espaços democráticos de participação, são muito importantes, mesmo que ainda não tenham descoberto uma forma mais apropriada de utilizar a sua força, como mecanismo de controle do processo de execução dos programas de emprego. Por outro lado, não se pode descartar a falta de interesse dos conselheiros em mudar a sua forma de atuação, o que poderia ser justificado pelo ônus político que um enfrentamento direto acarretaria aos seus membros, na falta de reconhecimento popular de suas funções e na ausência de financiamento das ações de monitoramento, fiscalização, formação e avaliação da política pública. Assim, não basta apenas que sejam assegurados espaços democráticos para a participação dos sujeitos, mas, é preciso criar condições para uma participação mais qualitativa, com o sentido de ser propositiva, sugerindo cursos profissionalizantes que atendam às especificidades locais e sejam capazes de mobilizar e integrar-se a outros programas sociais, na intenção de melhorar a atuação e a efetividade da política pública de emprego, conforme está preconizado nos princípios do PNQ/PlanTeQ.

6.2.3 O olhar das executoras

A respeito do posicionamento das executoras do Sistema S, a qualificação profissional foi vista enfaticamente como elemento imprescindível para enfrentar o problema do emprego, destacando-se a compreensão geral de que faltam trabalhadores qualificados no mercado. Estas instituições consideraram-se aptas quanto aos equipamentos e à infraestrutura utilizada, com credibilidade na parceria com o estado e, especialmente, com as instituições privadas do setor produtivo e de serviços, dada a sua longa experiência com a educação profissional e a sua proximidade junto ao empresariado. Os educandos foram compreendidos como meros

receptores das orientações constantes da formação profissional, sendo transformados e moldados em conformidade com os padrões determinados pelo mercado.

De acordo com as declarações colhidas, o histórico do Sistema S junto ao setor privado, lhes credenciava conhecer melhor as necessidades do mercado e a aplicar metodologias pedagógicas mais adequadas às carências dos educandos e às exigências dos empregadores. A declaração de um dos responsáveis pela educação profissional numa instituição deste Sistema, assim reforçou:

É ... [temos] um histórico de parceria com a indústria ... parceria, apesar de ser uma díade e administrado pela indústria. Mas, é [...] até isso mesmo trouxe uma parceria muito grande, que **sempre se trabalhou a contextualidade e a temporalidade**. É ... **ossos alunos sempre foram preparados para atender o perfil que a indústria necessita**. (...) Então [temos] sempre trabalhado a contextualidade, tem procurado atender o setor produtivo, **nós existimos pra isso, né? Então a gente vem acompanhando a evolução das relações de trabalho, principalmente, da indústria já que nós somos mantidos e administrados por ela e estamos evoluindo nesse sentido. Claro, que incorporando algumas ... algumas filosofias e algumas tendências pedagógicas mais modernas, mas sempre com olho na realidade, com olho no contexto industrial, né? (SGEP).**

Os seus representantes fizeram questão de registrar que, independentemente do programa de qualificação profissional do governo, o Sistema S já havia assumido o compromisso de profissionalizar indivíduos para o mercado de trabalho e atender ao perfil desejado pelo setor privado, atenuando o fato de também serem financiados com recursos públicos como forma de investimento do Estado na qualificação profissional do país. Uma vez que estavam focados na demanda do setor privado, prevaleceu a compreensão de que a qualificação profissional é condição fundamental para resolver o problema do emprego e servir à inserção social, conforme destacou um entrevistado:

Só é. Só é. Mas ela é muito dificultada por todos esses fatores que a gente falou agora. É ... nós temos ... não temos bons resultados às vezes porque a **base com que o aluno chega é muito fraca, muito frágil**, não é? Então a parte profissionalizante às vezes se prejudica. A gente poderia aprofundar mais os assuntos, mas ... **para justamente na falta de conhecimentos do aluno de coisas básicas, como por exemplo as quatro operações**, né? que a gente trabalha muito com tecnologia, precisa muito de matemática, aí eles não sabem as quatro operações. Quem não sabe das quatro operações ... não vai saber de nada! (...) Agora ... a **parte profissionalizante, com todas essas dificuldades, ela corrige muita coisa e dá pelo menos condições de um cidadão é ... ter ... uma família, poder manter uma família, constituir e manter uma família, né? através de um emprego, porque a qualificação é fundamental ...** Hoje em dia não adianta você chegar ... **as empresas não tem mais paciência do camarada chegar leigo e ser preparado dentro dela pra exercer uma função, principalmente técnica. Não! Eles querem que o camarada chegue inclusive ... inclusive com experiência**. A maioria exige experiência de 2 anos, apesar de hoje não ser mais legal, hoje no mínimo é ... o máximo que pode pedir é 6 meses, não é? Mas isso gera uma rotatividade muito grande nas empresas porque as pessoas chegam, não tão capacitadas e passam pouco tempo, sai e vai entrando outro, né? Então ... **a qualificação profissional é fundamental na vida dessas pessoas que buscam emprego, buscam o**

primeiro emprego e também buscam se manter no mesmo emprego, né? Até pra isso ... se não tiver preparado não vai conseguir (SGEP).

Para o Sistema S, a qualificação profissional foi compreendida como uma necessidade do sujeito, indispensável para capacitá-lo a desempenhar uma atividade produtiva e constituir uma família, conforme indicou o depoimento anterior. Contudo, prevaleceu a noção de que esta necessidade estava sempre em sintonia com o mercado, não sendo assimilada como um direito de cidadania. Ou seja, na visão mercadológica do Sistema S, a cidadania é efetivada após o sujeito adquirir uma instrução profissional e conquistar uma ocupação no mercado, reproduzindo a ideia de “cidadania regulada”, construída a partir do lugar social ocupado pelo sujeito no seu trabalho, conceito desenvolvido por Santos (1987) para caracterizar a noção de cidadania na sociedade brasileira após os anos de 1930. Como se pode perceber, de acordo com esta compreensão, a cidadania não é um direito e uma condição do sujeito social, mas é algo adquirido pela sua posição no trabalho, contrariando a concepção de qualificação profissional e cidadania como direitos, enquanto princípios do PNQ/PlanTeQ.

Os gestores do Sistema S demonstraram uma maior sintonia a respeito do conceito e dos conteúdos relativos à formação social e cidadã, expressando o seu interesse em preparar trabalhadores adaptados às necessidades do mercado. No caso mais específico do SENAI, foi ressaltada a preocupação com os procedimentos pedagógico-metodológicos da educação continuada, embora a esta, naturalmente, aliou-se a visão mercadológica da inserção profissional no sentido de formar profissionais que atendessem às exigências do setor privado, de maneira que este pudesse explorar produtivamente e com os menores custos possíveis o tempo de vida útil da força de trabalho, posição que ficou clara na colocação de outro representante do Sistema S:

(...) quando esses alunos estão na empresa, os próprios empresários vêem a vantagem de tá formando um aluno com a qualificação do SENAI e dentro da realidade da empresa. Porque como ... **Qual o grande déficit do mercado de trabalho? É não ter profissionais qualificados. E o SENAI forma esse profissional muito na prática e muito dentro da realidade da indústria.** Então eles vêem que eles vão passar ... Quando a gente vai trabalhar nessa faixa etária de 17, 18 anos ... o aluno quando tá acabando o seu estágio, já tá na maior idade. Então já tem condições de ser contratado pela empresa, o que acontece muitas vezes. Ele é absorvido por essa empresa ao término do seu contrato; ao término do seu estágio (SGN).

Seguindo a mesma orientação das declarações anteriores, observou-se que a noção de formação cidadã foi facilmente assimilada como parte da formação profissional e como prerrogativa da atuação do Sistema S, ou seja, formar profissionais aptos para o mercado de trabalho e em condições de exercer sua cidadania. Contudo, no entendimento dos gestores

destas entidades, esta não se efetivou por uma presença política dos trabalhadores, com o desenvolvimento de uma atitude crítica na sociedade e na sua vida no trabalho. O sentido de cidadania defendido por esta instituição, compreende o sujeito enquanto conhecedor dos seus direitos e deveres, do ponto de vista prático, como um cumpridor de regras, mas com uma postura acomodada diante das normas definidas pelo setor privado em relação ao trabalho. Ou seja, um cidadão prático e funcional para o mercado, capaz de exigir seus direitos individuais e desenvolver uma atitude proativa e empreendedora, mas desconectado com os interesses coletivos no espaço do trabalho e na política. Estes elementos puderam ser vistos na declaração seguinte:

E ... sempre pensamos o funcionário, ou o nosso aluno como cidadão pleno. Um cidadão que tenha um bom conhecimento técnico, mas que ele seja ... chegue na empresa com conhecimento dos seus direitos e dos seus deveres, porque o que a gente vê muito é o pessoal que é consciente dos seus direitos, mas poucos conhecem os seus deveres. A gente procura dar esse equilíbrio: o conhecimento dos direitos e o conhecimento dos deveres, né? E ... à parte disso, há alguns anos a gente já incorporou em todos os nossos cursos a parte que nós chamamos o ... o ... passamos a chamar a partir do momento que o Ministério do Trabalho, desde o PLANFOR, que antecedeu ao PNQ, chamava de habilidades básicas e o que nós chamamos hoje de **competências transversais, empreendedorismo, é ... saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, qualidade, relações humanas, é ... legislação trabalhista e previdenciária,** né? são coisas, são competências transversais que a gente vai trabalhando ao longo do curso, né? não apenas como uma instrução, mas como parte de um processo educativo e formativo de cada aluno nosso (SGEP).

Sobre a questão da inserção social presente no programa de qualificação profissional, os gestores públicos do PlanTeQ reconheceram a dificuldade de encaminhamento e acompanhamento dos alunos egressos para o mercado de trabalho, como se observou anteriormente. Este tema não apareceu como preocupação para os entrevistados do Sistema S, uma vez que insistiram em destacar seu mérito na criação e manutenção de setores responsáveis pela inserção de mão-de-obra nas empresas, o Banco de Oportunidades no SENAC e o Setor de Orientação Profissional no SENAI. O encaminhamento dos concluintes dos cursos de qualificação profissional é feito mediante cadastro realizado pelos formandos na instituição executora dos cursos que, por sua vez, alimenta um banco de dados com informações das empresas interessadas nos formandos. Esta orientação foi igualmente realizada para os alunos provenientes dos cursos do PlanTeQ quando executados pelo Sistema S. Os gerentes das unidades de educação profissional fizeram questão de destacar a credibilidade da instituição junto ao setor privado, associando aos cursos oferecidos a ideia de qualidade e eficiência. A estreita relação do Sistema S com o segmento dos empregadores é o que tem proporcionado um índice significativo de educandos concluintes inseridos no

mercado de trabalho, tendo em vista que muitos dos cursos oferecidos ocorrem mediante a demanda prévia desse segmento, ou então respeitando certas vocações conjunturais, como é o caso do setor de turismo, que vem apresentando franco crescimento no estado.

De um modo geral, para o Sistema S, a qualificação profissional apareceu como um instrumento transformador da realidade social dos sujeitos, apreensão que se manifestou nos relatos apontados como casos de sucesso dos alunos, o que pôde ser visto na declaração de um dos responsáveis pela educação profissional na instituição:

Aqui eles recebem fardamento, recebem o lanche, recebem o vale transporte pra assistir as aulas, mas recebe, principalmente, é ... o conceito de cidadania. (...) Então realmente a gente passa a ... o conceito de educação, de formação do aluno como um todo. Eles saem daqui, são outras pessoas num período muito curto, certo? E isso ... isso ... isso dá pra gente uma satisfação muito grande e uma certeza de que a educação pode transformar muito mais rapidamente do que os discursos dos nossos dirigentes dizem. Agora precisa só de uma coisa: ação. Discurso não transforma ninguém, agora ação transforma. E isso a gente vê ... num período de três meses a diferença do comportamento, da postura dos alunos que chegaram aqui rebeldes, indisciplinados, é [...] jogando lixo por tudo quanto é canto, papel, coisa e tudo ... pra postura que eles tem hoje. Totalmente diferente, de respeito ... A gente chegava, eles ficavam olhando pra gente desafiando, se achando todos eles poderosos, né? Hoje não. Hoje a gente chega e conversa, tem aquela ... foi quebrada aquela resistência. Hoje são pessoas amistosas, pessoas que se relacionam bem e não temos mais problemas de indisciplinas, de brigas, de discussões como tínhamos no início. Então isso é a prova que o nosso processo educativo realmente funciona (SGEP).

Neste depoimento ficou nítido outro significado sobre a cidadania, associando a sua deficiência a questões de indisciplina, rebeldia e carência de educação dos educandos. Nesta concepção, o Sistema S se colocaria como garantidor de cidadania ao torná-los bem comportados, disciplinados e possuidores de uma instrução profissional, processo definido por seus educadores como “transformação dos sujeitos”, o que pode ser traduzido como “adequação” de indivíduos, expressando o sempre renovado controle do capital sobre o trabalho, conforme discutido a partir das contribuições de Marx (1989).

Quando mencionou a capacidade de “ação” da instituição como elemento transformador dos sujeitos, o representante do Sistema S estava dirigindo uma crítica ao governo e aos representantes dos trabalhadores, tendo em vista serem identificados pelo imobilismo e pelo “discurso”, postura que “não transforma ninguém”, indicando a falta de ação destes sujeitos em relação ao setor empresarial. A mensagem das entidades do Sistema S foi construída de modo a ressaltar a sua responsabilidade com a educação profissional e destacar a competência em transformar a realidade social dos educandos por meio da formação profissional e da inserção no mercado de trabalho, como mais uma crítica indireta

ao setor público e aos movimentos de trabalhadores que não apresentaram propostas práticas de inclusão.

Em outra situação, ficou evidente o entendimento do gestor de uma entidade do Sistema S sobre como os cursos de qualificação, oferecidos por estas entidades, poderiam transformar a realidade dos sujeitos:

Já vimos assim muitos exemplos positivos de mudanças na postura. (...) Fizemos um curso de 2000 horas com a comunidade de Odilândia, uma comunidade carente. Você chega lá em Santa Rita, você ainda vê casas tudo de barro; é uma situação familiar muito complicada, porque são famílias muito desestruturadas. São famílias que não tem o pai, às vezes as mães. Muitos filhos criados pelos avôs. A gente pegou essa comunidade jovem, deu essas 2000 horas, formamos 32 alunos. Você imagina o que é pegar uma casa numa situação dessas, você não ter nenhuma renda, só às vezes uma Bolsa Família pra 4, 5, 6 pessoas, e você tem um jovem na idade de 14, 15 anos, **recebendo um salário mínimo em uma empresa, o que isso não muda na realidade dessas pessoas?** Então, tivemos um resultado muito bom lá (SGN).

A questão da inserção social e da formação cidadã também foi abordada junto às ONGs executoras dos cursos do PlanTeQ. Nos contatos realizados, estas instituições transmitiram ser comum o entendimento de que os conteúdos mais subjetivos pertinentes à formação social são importantes e que foram trabalhados dentro das determinações do PNQ. Contudo, no depoimento de uma delas, foi revelada a dificuldade que vinham enfrentando em ministrar conteúdos que, apesar de subjetivos, eram formais e confrontavam-se com realidades muito diversas, não fazendo parte do cotidiano dos educandos que, em alguns casos, por virem de situações de risco e violência social, compartilhavam de outros valores morais alheios ao da educação formal. Ficou evidenciado que os educandos apresentavam outros déficits sociais que se transformaram em obstáculos para se trabalhar os conteúdos da formação cidadã. Antes de mais nada, os sujeitos demandam alimentação, saúde, moradia e educação, carências que terminam por se sobrepor à busca de capacidades políticas. Se as condições básicas de sobrevivência não vêm sendo atendidas e compreendidas como direito de cidadania pelo Estado, a própria noção de cidadania fica comprometida e parece não fazer parte do seu cotidiano. Como expressão dessa realidade, segundo os relatos das ONGs, a bolsa em dinheiro oferecida por alguns programas sociais, termina por funcionar como um atrativo monetário, especialmente, no caso dos jovens influenciados pelo desejo de possuir uma renda, seja para ajudar em casa ou para financiar seu próprio consumo.

A grande dificuldade apresentada pelas executoras, quanto aos conteúdos relacionados à formação cidadã, foi o de passar para os educandos a noção dos seus direitos como cidadãos, numa situação de vulnerabilidade social em que se encontravam desprovidos dos

direitos universais. Além disso, algumas executoras não demonstraram entender claramente o que representa a prática da cidadania, confundindo-a com as orientações voltadas para o desenvolvimento dos educandos quanto à educação doméstica e relacionamento no trabalho.

Com certa dificuldade em verbalizar sua compreensão sobre o tema, o representante de uma ONG apresentou o problema do seguinte modo:

(...) a gente vê uma total é ... falta realmente de ... de conhecimento da parte social, da parte humana, sabe? da parte de ... de pessoal, né? eu acho que assim é ... o que mais pesa quando ... quando eu às vezes ... participo ... participo das ... de algumas dinâmicas, no entrosamento, de ... de acolhida das pessoas, né? e que eu **vejo assim que são pessoas descomprometidas em maior número**, né? quando existe ... quando existe uma bolsa como esse agora, né? do .. do governo federal, do Projovem trabalhador, existe uma bolsa, então ... a maioria corre através dessa ... dessa bolsa, através dessa ajuda financeira, né? que o governo federal dá. De adultos ... a gente vê assim a sede, né? de querer ... de querer trabalhar, de querer entrar no mercado de trabalho, né? Mas por outro lado existe uma carência muito grande de [...] humana mesmo, sabe? Daquela qualificação pessoal ... De ética, de ... a relação pessoas pra pessoas, sabe? eu acho que isso ... que isso falta muito no ser humano. Não é? **Essa distância essa ... essa coisa que a gente vive, que vive nos atropelando, né? no dia-a-dia, de ... de buscar, né? a sobrevivência eu acho que isso atropela um monte de processo que a gente tem dentro da qualificação, né? Então essa correria pelo ... pelo dinheiro, né? a maioria vai porque acha que tendo aquela qualificação vai ser muito mais fácil é ... conseguir ... aquele, né? ... a sobrevivência dele e que não busca o que realmente ela tem de especial dentro dela**, né? de saber assim ... **será que eu tenho tendência mesmo pra isso; será que eu vou gostar mesmo dessa profissão?** Será que ... daí ... daí eu acho que é a vocação, né? Eu acho que as pessoas procuram sem ter vocação. Como é gritante o momento, né? do emprego ... que a gente tá, eu acho que eles não buscam ... nem o próprio município busca a sua vocação, né? que vocação se tem naquele espaço pra que eu possa também investir na [...] nos meus cidadãos, né? que tão ali e pra que eles possam gerar, né? ... dentro do próprio município, gerar a sua própria renda lá dentro do município (O2).

Nesta fala, além da ausência de qualificação profissional, o entrevistado reconheceu também a carência daquilo que chamou de “qualificação pessoal”, como um importante fator a interferir negativamente no processo de formação profissional, uma vez que os educandos mostravam-se inseguros e desorientados para definir um curso que viesse contemplar uma área de seu interesse. Diante desta dificuldade, terminavam fazendo qualquer formação, envolvidos pela ideia de que alguma instrução poderia lhes assegurar uma ocupação e uma remuneração, comprometendo, assim, uma formação profissional mais completa que os conduzissem ao desenvolvimento de uma profissão que pudesse garantir maior segurança. Mais uma vez, o depoimento anterior veio reforçar o fato de que, tanto os déficits sociais como as falhas no sistema educacional, acumulados na história destes sujeitos, terminaram contribuindo para obstruir o próprio processo de sua formação profissional e cidadã.

Quando o tema encaminhou-se para investigar se os cursos de qualificação serviram de instrumento transformador da realidade social dos sujeitos envolvidos, formando cidadãos

dentro dos princípios do PNQ, os relatos dos casos exitosos foram enfáticos quanto à visível mudança dos educandos, tanto no aspecto profissional como na postura pessoal, confirmando a mesma tendência verificada quando se abordou as instituições do Sistema S. O depoimento seguinte revelou como uma executora colocou-se diante da questão:

(...) eu acho que muda sim. Muda essa visão, **muda de você sentir é ... participante dessa sociedade, né? de você se sentir útil, né? até se não tiver mesmo atrelado, né? aos equipamentos públicos, mas que ele tem a noção de que ele pode ter uma renda, que ele pode, né? através das associações, através das cooperativas que é que hoje o foco tá sendo, tá sendo maior, né?** dessa parte da ... da ... **economia solidária.** Porque se a gente também não trabalha isso não tem muito ... não tem muito valor, né? Se eu vou pr'um município menor e não trabalho a parte da ... da economia solidária, eles também num ... num tão enxergando, né? (...) Então assim ... eu acredito que muda sim. Eu acredito que ... que ... que a gente torne pessoas muito mais saudáveis, pessoas participativas, pessoas que realmente se sintam, né? cidadãos. **Cidadania é saber o que eu recebo, o que eu tenho direito, o que eu posso, né? contribuir, e que eu também tenho que receber, né? quais são os meus direitos, tá? Então a cidadania não é só ... não é só aquela visão que se tem de tirar o título, de tirar o CPF, de tirar a identidade, né? de ... de ter o registro de nascimento. Eu acho que começa por aí. Mas cidadania sou eu entrar, né? sou eu participar de uma audiência pública, sou eu questionar, né? sou eu ir lá e ver o que é que tá entrando, o que é que tá saindo de verba, de ... eu acompanhar o meu município, eu acompanhar o que tá ... Isso é ser cidadão, né? Isso é ser cidadão. É saber quais são os direitos, né? que eu tenho. Porque a escola é pública, porque me exigem isso, porque isso, isso e aquilo outro ... Eu entrar, poder entrar e sair em qualquer local e poder ter, né? ... poder falar, né? Eu acho que isso é fundamental, né? Então ... expor minhas ideias, é ... dizer o que eu acho que tá errado, é ... não concordar, né? não sou obrigada a ... eu posso te respeitar ... totalmente, mas posso ter uma opinião totalmente divergente da tua, né? então eu acho que isso é cidadania (O2).**

Outra ONG executora, incluída na pesquisa, apesar de também destacar os casos de sucesso pessoal dos educandos dentro da qualificação profissional, reconhecendo a sua contribuição para modificar pessoas e formar cidadãos, apresentou o tema de modo a trazer um ponto de reflexão sobre a forma como a política pública de emprego foi recebida pelas executoras e pelo público alvo. Na sua apreensão, prevaleceu ainda a noção de que o Estado tem uma postura assistencial sobre um “sujeito carente”, “coitadinho”, destinando-o um tratamento diferenciado. Esta compreensão expressou uma visão preconceituosa e desinformada a respeito das discussões já realizadas no campo da educação profissional e que influenciaram de forma significativa a concepção das políticas públicas na década de 1990, ao incorporarem, em seus princípios, o incentivo ao desenvolvimento de posturas mais individualistas e empreendedoras, contrariando a noção de assistencialismo atribuída às ações do setor público, quanto ao enfrentamento da questão social. Algumas destas entidades, se quer identificaram os objetivos particulares do PNQ/PlanTeQ, associando-os descuidadamente ao Projovem. Assim, a forma como a executora colocou-se demonstrou que,

apesar das orientações formais presentes no programa, quanto aos procedimentos pedagógico-metodológicos para o desenvolvimento dos conteúdos da formação social e profissional, a sua implementação final fica sob responsabilidade e condução das executoras, incorrendo no risco de o desvirtuarem por não terem assimilado corretamente os fundamentos da política pública, bem como os critérios para a definição do público alvo. O depoimento seguinte demonstrou igualmente como o entendimento a respeito do PlanTeQ não estava tampouco claro para a executora, além de limitar o sentido da inclusão social cidadã a uma melhoria na “autoestima”, como assim definiu, e à conquista de uma ocupação no mercado de trabalho. Segundo o seu depoimento:

Eu sempre falo ... mas eu sempre coloco ... eu sou muito crítica também. Vou fazer outra crítica ao programa ... aos programas ... Tá, mas a gente tá falando do PlanTeQ, né? Pra mim era o Projovem¹⁰³. **O PlanTeQ é ... os cursos eles trazem sempre uma melhoria muito grande na cidadania.** Geralmente quando esse pessoal chega nos cursos, porque também cabe pra eles, né? [...] É ... existe um problema muito sério nos **programas do Ministério é ... que eles tratam as pessoas de baixa renda como sendo “coitadinhos”, eu trato como gente ... é diferente.** É bem diferente! Então ... eu trato como gente. Como? Eu trato como eu trato você, como eu trato Diogo, Pedro, rãrãrã ... rãrãrã ... pessoas do meu ... pessoas que convivem comigo ... normal. E o Ministério ele chama de **“coitadinhos” ... os “bichinhos”, de baixa renda ... isso você tá excluindo. Isso não é inclusão, é exclusão! Não é verdade? O termo prioritário, baixa renda ... não sei quê ... deficiente ... não sei quê lá ...** e o tratamento também. Aí o que é que ocorre? Esses ... esse ... esse público você não pode cobrar uma contrapartida se quer de uma ... de uma ... assiduidade na aula, porque eles são os “coitadinhos”, ninguém pode tocar. Não, eu digo: gente, **eu trato vocês como minha filha é tratada na escola dela, que é uma escola ... a mais cara aqui de João Pessoa.** Eu trato vocês desse jeito. (...) Então o Ministério exclui, eu incluo. Eu trato assim ... E esse tratamento abre uma visão pra ... essas pessoas ... de que elas são iguais a quem tem carro, a quem ... tem uma renda alta ... E eles começam a entender que eles são iguais, porque não são diferentes. E daí vem a cidadania. _ Pô, eu sou gente! Eu tô igual aqui de tété a tété. E isso faz com que a autoestima melhore, o cuidado, a motivação pras coisas e eles saem daqui diferentes. Sempre saem diferentes. Com potencial pra o mercado, porque a grande maioria ... [...] Então ... eu sei que eu vou fazer esse curso só por fazer, mas eu não tenho jeito não ... em outras palavras. Eu não tenho condições nada! [...] Aí chega aqui, eu digo: não, aqui você é igual; só não tá com a mesma condição socialmente, mas pode tá ... então vamos trabalhar (O1).

Na declaração da executora ficou evidente a sua falta de compreensão sobre a amplitude de uma política pública que visa a inserção social dos sujeitos, como forma de reconhecer a existência de um processo de desigualdades. De forma equivocada, a ONG interpretou a ação do Ministério do Trabalho como assistencialismo aos “coitadinhos”, desconsiderando totalmente a proposta do PNQ/PlanTeQ de reativação da condição cidadã dos sujeitos. Tais colocações podem representar, ainda, o reflexo da compreensão de que as políticas públicas se destinam aos pobres que, por não apresentarem capacidade contributiva

¹⁰³ Foi comum, nesta fala, tratar o PlanTeQ nas mesmas condições do Projovem, o que reforçou a falta de conhecimento sobre os objetivos dos programas.

por meio do trabalho não são considerados cidadãos, conforme discutido por Cohn (2000) e Telles (2001), entre outros.

Do mesmo modo, demonstrou seu completo despreparo em lidar com a educação profissional, desconsiderando as privações políticas e de melhor qualidade de vida, as lacunas na educação e a situação de precariedade social em que se encontrava a maioria dos educandos. O representante da executora manifestou uma postura totalmente descomprometida com o processo de formação política dos sujeitos, ignorando a formação profissional e cidadã como um direito presente nos princípios do PNQ/PlanTeQ.

A questão da cidadania não pode ser reduzida a uma melhora na “motivação” e na “autoestima” dos sujeitos como o fez a ONG, assim como a inserção social não pode estar associada somente a inclusão pelo mercado. Quando afirmou que todos são “iguais” não se deu conta de sua contradição logo em seguida ao dizer: **“só não tá com a mesma condição socialmente”**, reconhecendo a posição desigual dos sujeitos e, ainda assim, implementando cursos profissionalizantes de forma descuidada com a realidade dos educandos. O despreparo de algumas executoras em realizar qualificação profissional séria e de qualidade ficou cada vez mais evidente, denunciando as falhas no processo de seleção destas instituições que se declararam competentes para ocupar o lugar do Estado na oferta de serviços, mas que, na realidade, elas próprias vêm sendo responsáveis pelo desvirtuamento dos princípios defendidos pelos programas em pauta.

A imprecisão conceitual relativa aos procedimentos pedagógico-metodológicos não apareceu como exclusividade destas instituições, conforme já apresentado anteriormente sobre o posicionamento dos representantes do governo e dos trabalhadores. Mesmo que algumas ONGs tenham desenvolvido experiências consideradas positivas na sua relação com a qualificação profissional no estado, ainda se percebeu um clima de desconfiança sobre suas ações em decorrência da forma obscura e instrumentalizadora que marcou o surgimento de parte delas e da forma incorreta como se envolveram com o programa de qualificação profissional na época do PLANFOR. Na declaração de um representante dos empregadores e membro do CETE-Paraíba, que atuava desde o PLANFOR, ficou marcante o descrédito que estas entidades carregam na parceria com o setor público. De acordo com sua apreensão:

(...) começou-se a criar ONGs, apenas e uso e exclusivamente para **pegar dinheiro do PLANFOR. A preocupação não era de ministrar cursos, era de receber dinheiro.** A ministração dos cursos era a forma de se ganhar dinheiro, tá? Então isso começou a ... a ter problemas porque passou a funcionar a ... a pressão política. _ Eu tenho uma ONG, sou amigo do governador, do secretário, eu tenho influência, eu quero tantas turmas pra mim. E aí aquela história: eu quero tantas turmas. Isso, isso porque eu quero, eu faço. **A ONG não**

tem nada! A ONG não tem um professor, não tem um equipamento, não tem nada, mas se propõe a fazer aquele curso. Então com que qualidade, sabe Deus! **Isso foi sendo aperfeiçoado; aperfeiçoamento da “ruindade”,** tá? Do mal uso! Começou-se a ter um leque muito grande de instituições executoras, pulverização das ações e falta de controle, na minha visão (SGEP).

Ainda no tocante às ONGs que apareceram como executoras dos cursos do PlanTeQ, observou-se um esforço, por parte dos declarantes, em demonstrar sua credibilidade e competência na ministração dos cursos. Buscaram passar a mensagem de que dispunham dos equipamentos adequados e de profissionais capacitados para desenvolverem os cursos e, em alguns casos, procuraram apresentar proximidade com educadores provenientes de universidades, preocupados em mostrar seriedade na escolha dos colaboradores. Quando instigadas a mencionar a relação com o programa de qualificação na Paraíba, a primeira colocação foi a da existência de parceria positiva, independente das frequentes mudanças de gestão. Contudo, em um momento seguinte, estas mesmas entidades criticaram o modo como a demanda dos cursos foi realizada pelo “governo” fazendo alusão, outra vez, a não se levar em consideração, em muitos dos casos, as vocações dos municípios. As ONGs não demonstraram compreender o papel dos conselhos de trabalho e emprego na definição das demandas como expressão da participação da sociedade civil, atribuindo, assim, toda a responsabilidade da gestão e execução do programa de qualificação profissional ao governo.

Em determinado depoimento, ao se referir aos cursos oferecidos, tanto no âmbito do Projovem como no do PNQ,¹⁰⁴ a coordenadora de uma ONG que atuava no estado há mais de treze anos, admitiu abertamente a necessidade de serem feitas adaptações nos cursos, quando este procedimento era permitido, para atender melhor às carências da localidade onde o curso seria ministrado. As declarações colhidas, junto a estas entidades, mostraram que esta dificuldade tornou-se ainda maior quando consideraram as cidades menores, com pouca dinâmica econômica e baixo índice de empregabilidade, colocando em dúvida a demanda de cursos apresentada para estes municípios diante da capacidade de inserção social e profissional dos educandos. No relato de uma ONG, ficaram evidentes as estratégias desenvolvidas pela entidade para adaptar o curso proposto à realidade local, o que deveria ser função do conselho municipal de emprego:

O ano passado a gente trabalhou com o PlanTeQ no Riachão do Bacamarte, Serra Redonda com labirinto. A gente vê ... por exemplo, o curso que veio pra gente foi: artesanato ... **artesanato em geral.** O que é artesanato em geral? É um curso que você pega é ... qualquer

¹⁰⁴ Como as executoras dos cursos de qualificação profissional geralmente eram as mesmas, para o Projovem e o PNQ, e os procedimentos e os cursos oferecidos também eram semelhantes, em certos momentos, os entrevistados falaram dos dois programas como sendo experiências comuns.

coisa ... você pode, digamos assim, aquele ... papel jornal (...) artesanato em geral, bordado a mão, coisa ... aquelas coisas mais simples, pintura ... Aí veja o que é que acontece? **Aí é um curso bem mais barato, você tem bem mais folga nos recursos que vem. Aí eu me pergunto? Eu vou levar pra Serra Redonda, pra Riachão ... artesanato em geral. O que é ... onde é que eles vão vender aqueles cestinhos de papel? Não vão vender ...** Aí um dia eu cheguei na cidade ... procuro saber qual é? o que é que as pessoas aqui fazem? O que é que a .. a cidade já tem de talento? Aí tem: labirinto. Labirinto é caríssimo! (...) Então procuro o melhor. Aí boto labirinto ao invés de botar artesanato em papel (O1).

Juntamente com a dificuldade de alguns cursos ofertados não corresponderem à realidade local, a inserção dos egressos também apareceu como uma barreira à efetividade do PNQ. Diante dessa problemática, tem sido comum o desenvolvimento de estratégias, por parte das ONGs executoras, para estimular a formação de associações ou cooperativas de trabalhadores, caracterizando uma tendência ao empreendedorismo individual ou a formação de pequenos negócios. A inserção profissional de alguns educandos poderia, ainda, estar condicionada a articulação com o poder público local, quanto ao desenvolvimento de infraestrutura, criação de serviços e subsídios para garantir a absorção da mão-de-obra formada, conforme destacado na seguinte declaração:

Não é fácil! A gente procura ... tentar prefeituras. Por exemplo: eu já dei em Riachão do ... como é ... Cachoeira do ... Cachoeira do ... Lá no fim da Paraíba. Santarém, já dei também em ... esqueci o nome da cidade agora. Então o que é que eu fiz? **Fui na prefeitura. Pedi ... conversei com o prefeito pra que esse prefeito pegasse os doces, que elas iam fazer ... os doces caseiros com as frutas da cidade ... e comprasse para o lanche dos meninos em creche. Então eu tenho as estratégias ... quer dizer, já que a gente tem essa estratégia, vamos fazer.** E a partir de então ... essas mulheres que aprenderam a fazer doce e ... e também ... é ... de tomate ... como é? ... extrato de tomate ... ficaram ... passaram a vender para a prefeitura. A prefeitura é ... ficou comprando para os meninos do (...) esses lanches; essas coisas pra lanche. Então ... isso é uma estratégia que a gente tem que buscar. Isso é uma estratégia nossa ... coisa que eu cato ... coisa da minha cabeça, viu? Eu já vi muita coisa dessa natureza por aí é ... eu sempre vou na prefeitura, converso com o prefeito ... Em Mãe D'água, também pelo PlanTeQ, eu dei também um ... era também de artesanato em geral. Mãe D'água ... eu troquei sabe pelo quê? Turismo rural. **Turismo rural! E no final do curso os meninos fizeram um projeto ... como conclusão do curso, fizeram um projeto ... de implantação, porque lá tem muita água ... quer dizer, quando eu vi, ... é água, então tem que ser alguma coisa com água. E no final do curso é ... os meninos concluíram o curso com um projeto de implantação de uma ... uma ... estação de turismo lá ... marcação do terreno e tudo e entregamos a ... prefeitura. _ Prefeitura, está aqui! Monte o projeto que os meninos vão arranjar emprego.** Vai ter emprego pra eles. Por que? Porque vai chegar gente de fora, vai vir gente do interior ... era ... era turismo rural e é ... é ... escolar e aquático ... pras crianças ... essa coisa, fazer barraquinhas ... coisa assim (O1).

Ao mesmo tempo, quando colocaram a criação de associações e cooperativas como alternativas para encaminhar os egressos, as ONGs deixaram escapar que este não se constituía num movimento sustentável, podendo estar sujeito à saturação e inchamento, uma

vez que a inserção dos indivíduos dependia de fatores conjunturais, referentes à própria situação econômica da Paraíba. Segundo a executora:

Então o **Ministério do Trabalho** bota uma coisa errada no projeto (...). Tem que ter uma ... uma ... cota de tantos por cento pra inserção. E elas não dão a menor condição ... Ela não dá a menor condição ... não diz como a gente vai ter isso. E se o mercado disser: não quero. O que é que a gente vai fazer pra inserir? **A gente cria cooperativas ... a gente tem criatividade**, mas aí ... na história de entrar no mercado, né? Depois que forma eles quer que a gente insira tantos por cento, aí a gente diz assim: e se o mercado não quiser? Aí ... vou responder a essa pergunta: **nós somos criativos a ponto de criar associações, cooperativas ... mas, o tamanho da Paraíba ... João Pessoa, que no caso nosso aqui ... João Pessoa ... João Pessoa ... e a quantidade de cooperativas que a gente vai criar nesse mercado, né? ... temos 4600 alunos sendo formados agora. Então como é que pode?** A gente não pode criar só ... Isso aí parece um jogo ... que tem alguma coisa meio mentirosa. Então a gente tem que fazer uma coisa que funcione. Que a gente veja realmente funcionar, que a gente saiba que vai funcionar. Por exemplo, aqui ... aqui eu tenho certeza que esses cursos que a gente tá dando: serigrafia tem que ter uma cooperativa, que é outro ... outro mercado que tem muito ... muito ... muita ... muita demanda, porém não tem ... **Tem demanda de trabalho, mas não tem de emprego**. Aí se a gente for botar já ... esses 60 meninos, pra ser empregado, eles não vão arranjar emprego aqui em serigrafia não. Agora se você botar uma associação ou ... uma empresa de cooperativa pra esses 60, eles trabalham todo dia, porque tem trabalho pra eles. É uma ideia inovadora, agora nem em todo curso você pode fazer isso (O1).

Ainda neste depoimento, a entidade apontou para a necessidade de se criarem demandas em correspondência com as necessidades de cada localidade, para que os cursos pudessem oferecer condições de inserção aos educandos. Isso poderia ser feito por meio de estudos de mercado, função atribuída aos conselhos de trabalho e emprego, identificando as potencialidades de cada município atendido, podendo, assim, alcançar uma maior efetividade do programa de qualificação.

Na declaração de outra ONG, também ficou evidente a necessidade de articulações da entidade, dentro da comunidade, para possibilitar a absorção dos egressos em ocupações e espaços de produção que servissem de alternativas viáveis de emprego. A fala da executora foi significativa neste aspecto:

Eu acho assim ... que se as executoras em si tiverem ... tiverem na sua política, né? ... de gestão ... Tiverem já na sua política de execução, né? já trabalharem numa linha dessa ... dessa política de inclusão eu acho que se consegue parte disso aí, né? Porque não é através de um curso de qualificação ... a gente vai ... vai ... vamos supor, eu vou promover agora um curso de ... de ... de rádio comunitária, tá? Então, assim ... essa ... essa ... essa parte aí, a gente consegue porque lá atrás eles já estão conseguindo a implantação da rádio comunitária. É isso que eu tô te dizendo: **se a gente qualifica, né? essa mão-de-obra e se essa mão-de-obra aqui na frente já tem um apoio, já tem onde chegar e desenvolver aquilo**, né? as potencialidades que eles aprenderam durante aquele tempo, aí sim a coisa funciona e eles vão tá na comunidade deles, vão tá com a rádio deles, eles vão tá tendo uma visão de toda ... vão tá participando, vão tá chegando, vão tá próximo, né? Vão estar próximo da comunidade. Aí eu acho ... eu acredito, né? **Mas, eu acho que só acontece se a**

executora tiver na sua política, né? de execução, de gestão, de ... né? administrativa, já puder ter esse foco de inclusão (O2).

Além destas dificuldades, outras entrevistas junto às ONGs executoras, demonstraram que a mudança dos gestores públicos e as disputas político-partidárias eram mais prejudiciais nas cidades do interior. Isso foi verificado porque o envolvimento pessoal dos sujeitos nestas localidades era maior, fazendo com que, em algumas situações, o programa de qualificação tivesse os seus princípios desvirtuados, tendo em vista a sua utilização para fins eleitoreiros, reproduzindo, ainda, uma cultura política conservadora e clientelista por parte de alguns gestores públicos, conforme já foi destacado anteriormente, com Santos (1987) e Cohn (2000).

6.3 O papel político e o reconhecimento dos conselhos de trabalho e emprego

Ao investigar-se sobre o papel político dos conselhos de trabalho e emprego, as falas foram sinalizando que a fragilidade observada no seu funcionamento pode estar relacionada às falhas da sua representação política. Para todos os conselheiros entrevistados foi unânime a insatisfação com a prática dos conselhos e a sua pouca operacionalidade, conforme ficou evidente nas entrevistas com os gestores públicos, como a que diz:

“Elas [comissões/conselhos] estão adormecidas é ... desmobilizadas” (GPTQ).

Ratificando a mesma compreensão, outro gestor mostrou-se pessimista e incrédulo sobre o funcionamento deste espaço de participação quando disse:

“Precário. Tanto o estadual como o municipal” (GSJP).

E, sobre a representação tripartite:

“Só que não funciona. Não adianta a gente ... É demagogia (...)” (GSJP).

Neste momento, o entrevistado deixou escapar que as diferenças político-partidárias interferiam no diálogo entre os conselhos estadual e municipal, assim como na condução do

PlanTeQ e na gestão dos órgãos que faziam parte da política pública de emprego, como é o caso do SINE, que tem seus gerentes indicados politicamente. Esta postura só veio reafirmar a permanência de algumas práticas políticas clientelistas, as quais já foram abordadas anteriormente, se sobrepondo aos interesses da política pública e interferindo na execução e comprometendo a efetividade do programa de qualificação.

Quanto à representação política, conforme a orientação do CODEFAT, apesar de se ter garantido no regimento interno do CETE-Paraíba a distribuição tripartite e paritária dos conselheiros, esta determinação foi cumprida formalmente, mas a participação efetiva dos mesmos tem apresentado fragilidades marcantes. A rotatividade dos conselheiros e a não assiduidade nas reuniões prejudicou o encaminhamento das questões pertinentes à execução do PlanTeQ e de outros programas da política de emprego, bem como a realização de discussões qualitativas sobre o teor dos programas, a identificação de dificuldades na execução e a avaliação dos mesmos.

A questão da participação qualitativa dos conselheiros, enquanto sujeitos conscientes do papel das políticas públicas, dos mecanismos formais de sua execução e das relações de poder necessárias à sua construção, foi realmente o aspecto nevrálgico encontrado na atuação do conselho estadual, a partir das entrevistas diretas e da observação nas reuniões do CETE. Foi espantoso perceber que a maior participação, tanto qualitativa no sentido de ser propositiva, como quantitativa, no que se refere a se fazer presente nas reuniões, foi visivelmente marcada pela bancada do empresariado, seguida pelos representantes do governo e, por último, dos trabalhadores, o que veio sinalizar um forte desequilíbrio de forças entre os representantes da sociedade civil. Tal desequilíbrio pôde ser atribuído a alguns elementos apontados pelos próprios conselheiros. O primeiro deles refere-se ao fato de que os membros do conselho, especialmente, os da bancada dos trabalhadores, em sua maioria, são também representantes em outros conselhos, como os de meio ambiente, saúde, educação, entre outros, o que termina por causar desgaste e dispersão, além de descrédito pessoal pelas múltiplas inserções em que participam. Assim, a repetição das pautas nas várias assembléias e a ausência de diálogo entre os conselhos tornaram estas reuniões improdutivas, o que levou à falta de dinamismo político tanto dos representantes como dos próprios conselhos. Por outro lado, torna-se importante refletir sobre o fato de que a existência dos conselhos de trabalho e emprego, por si sós, não vem sendo garantidores da participação dos sujeitos e nem portavozes de decisões democráticas. Para que isso ocorra, faz-se necessário o envolvimento e o comprometimento direto dos conselheiros com os programas de emprego e que seja verificado o domínio de todos sobre os aspectos técnicos e políticos necessários a sua

execução. Pelas entrevistas, não é isto o que vem se verificando. A proposta de que o programa de qualificação profissional seja resultado da construção social da sociedade civil, defendida pelo PNQ/PlanTeQ, não pode ser alcançada por meio de uma participação engessada numa democracia instrumental, onde os sujeitos fazem de conta que participam. Sem uma participação efetiva dos conselheiros e, em especial, da representação dos trabalhadores, considerando que somente estes podem propor alternativas contrárias a manutenção de um projeto neoliberal, o que se terá é a confirmação de um “consenso racional”, conforme alertou Nogueira (2005) e, ao invés de uma política construída democraticamente pela participação da sociedade civil, verificar-se-á mais deliberação democrática como forma de “consentimento”.

Outro aspecto importante que apareceu como elemento desmobilizador dos membros do conselho, notadamente pelos representantes dos trabalhadores, foi o fato de esta ser uma função não remunerada, exigindo dos participantes um investimento pessoal de tempo, estudo, deslocamento etc., que era financiado pelo próprio conselheiro e sem que este esforço fosse reconhecido pelos seus representados e pela sociedade civil, conforme a declaração de um dos participantes do conselho estadual:

(...) aquela história de ... de dizer que ... é de grande valor pra o Estado, mas **você não tem nenhum reconhecimento público**, você não tem nenhuma referência como efetivamente aquele trabalho é desenvolvido, que não é remunerado, que não tem dinheiro pra ... pra transporte, que não tem é ... muitas vezes nem lanche. O cara tá aqui num trabalho e sai pra lá quando termina a reunião do Conselho ... nem um ... um cafezinho acontece, né? ... tem lá pra você ... Então, **você ter uma dedicação num espaço desse e que você diz que é de utilidade pública e que é muito importante, e que o Estado não reconhece na prática, então nós tamos trabalhando pra que isso seja melhor visto** pela a ... pela a sociedade com relação a isso, né? principalmente, pelos governos municipais e estaduais (TC).

Quando este sujeito trouxe à tona a dimensão do reconhecimento por parte de sua própria entidade, ficou patente o “vazio político” que pareceu ter acompanhado a criação formal e não democrática destes espaços de participação, pois não bastava somente que eles existissem por uma determinação protocolar, era preciso que fossem reconhecidos pelos seus representados, como conquistas suas e que expressassem a luta no seu cotidiano como trabalhador, seus impasses políticos e suas ansiedades como sujeito de ação. O que se pôde constatar no espaço do conselho de trabalho e emprego foi um distanciamento dos representantes dos seus representados, em especial no que se referia a bancada dos trabalhadores, como se o debate ali estabelecido não fizesse parte da sua realidade, sendo esta atropelada pelos procedimentos formais, pela força da burocracia e pela acomodação da legislação que conduz e dá o tom final na execução das políticas públicas. Não foi por acaso

que aos representantes dos trabalhadores atribuiu-se um silêncio incomodativo por parte de seus pares. Todavia, esta postura pode ter sido o resultado da fala engolida mediante a deficiência de informação sobre os métodos gerenciais, ou mesmo por se ignorar as letras e os mecanismos da legislação, uma vez que a burocracia serve não somente para organizar e disciplinar os procedimentos, mas, sobretudo, para produzir ignorantes e excluídos de participação e de ação. O excesso de racionalização no setor público terminou constituindo-se em fator impeditivo de uma participação mais propositiva dos conselhos gestores, refletindo uma das consequências da reforma do Estado, apontada por Nogueira (2005).

O formato da participação presente, pelo que as falas traduziram, vem privilegiando mais a deliberação de ações previsíveis, amarradas em editais e na exiguidade do tempo, em detrimento da discussão qualitativa destas ações como forma de corrigir e aperfeiçoar os cursos, as demandas e as instituições executoras. Apesar dos trabalhadores terem a garantia de um espaço formal de participação nos conselhos de trabalho e emprego, a sua real capacidade de ação e transformação não vem sendo efetivada, tendo em vista que a gestão das políticas públicas de emprego encontra-se atomizada e desarticulada. Cada programa de emprego foi submetido a um funcionamento próprio, com metas e prazos específicos a serem seguidos, não se verificando o diálogo entre os seus gerentes, apesar dos objetivos estarem muito próximos. Os conselhos de trabalho e emprego, portanto, não conseguiram acompanhar o funcionamento dos programas e nem avaliar qualitativamente os seus resultados, o que apontou para as ausências e falhas no controle social da política pública, revelando um processo de desqualificação da participação, como já assinalou Telles (2001), para destacar o avanço da “não política” no lugar da participação propositiva e de ação.

Este suposto imobilismo político, por parte dos trabalhadores, termina por chocar-se com a sua participação historicamente ativa e visível, na demarcação de lugares sociais e na conquista de direitos. Diante dos desafios encontrados na atuação dos conselheiros surgiu, então, o dilema: para quê participar? Este questionamento esteve presente com destaque nas declarações dos membros da bancada dos trabalhadores, manifestando-se, em alguns momentos, pela angústia de não ter claro o seu real papel no conselho e o porquê de manter sua representação num espaço que não conseguia garantir verdadeiramente os interesses de sua categoria. A desqualificação da participação dos representantes dos trabalhadores manifestou-se nos “vazios das falas” quando inquiridos sobre a importância desta participação e nas dúvidas quanto a manter um assento no conselho. Como expressão dos impasses da participação dos trabalhadores no CETE, destacou-se a declaração de um conselheiro da bancada dos trabalhadores:

Depende das entidades também. [...] **Tivemos uma dificuldade muito grande que foi ... se a gente participava ou não dos conselhos.** Nós decidimos que sim e foi quando a gente começou a exigir que a gente tivesse representação no Conselho Nacional do CODEFAT. Mas, são poucas entidades que tem essa compreensão política de que é importante isso. A outra coisa que também justifica isso ... essa ausência ... é ... essa dedicação, né? É porque ... essa ... **essa relação com a base, com seus trabalhadores, ela ... ela é vista quando você está no meio da rua, fazendo uma greve, quando você está fazendo uma mobilização, mas nunca quando está numa reunião do Conselho criando as políticas de geração de emprego. Então, você termina não sendo cobrado e também não sendo valorizado com relação a isso.** Então, termina sendo uma coisa colocada mais ... ao lado, mais secundário (TC).

Para os representantes dos trabalhadores, a pouca visibilidade dos conselhos diante da sociedade e dos próprios representados apareceu como um problema, tendo em vista considerarem importante o reconhecimento do seu trabalho, o que só se torna perceptível quando os sindicatos saem nas ruas ou quando estão envolvidos em uma disputa mais direta por melhores salários e condições de trabalho. A intervenção dos trabalhadores no acompanhamento e proposição de políticas públicas não pareceu ser compreendida como prioridade na pauta dos sindicatos e, por isso, sendo difícil sensibilizar os dirigentes sindicais e o conjunto dos trabalhadores sobre o papel político do conselho no controle social das políticas públicas, para manter um assento permanente e a garantia de participação nestes importantes espaços democráticos.

O posicionamento de um dos representantes da bancada dos trabalhadores no conselho remeteu mais uma vez à falta de reconhecimento dos seus representados ao admitir a ignorância de um jornalista, supostamente mais informado, como expressão da carência de informação da sociedade civil e dos trabalhadores em relação à existência e às funções do conselho:

(...) **os trabalhadores termina não ... não ... vamos dizer assim ... é ... se apoderando da [...] sua capacidade. Tem muita força, mas não sabe disso. Ele não sabe exatamente que existe um Conselho.** Uma vez eu ... eu ... Quando eu estava na presidência do Conselho de emprego é ... eu fui dá lá ... o nome do Conselho e o jornalista disse: **que bicho é esse que eu nunca vi? Conselho Tripartite e Paritário de Emprego e Renda?** Então o cara tem um ... Tá lá. É um espaço muito importante, mas os trabalhadores não tem conhecimento que existe. Então as pessoas ficam sempre naquela interrogação. **Isso é “requício” ... quero só concluir assim, é “requício” da ditadura, é “requício” do centralismo, coronelismo que a gente viveu e que ... essa participação ela não ... não está tão ... aguçada.** É um desafio pra todos nós (TC).

A fala do entrevistado ainda revelou que esta dificuldade no reconhecimento do conselho como um espaço de participação democrático explica-se, em parte, como resquício das formas de governos autoritários, assim como, do centralismo e coronelismo que,

historicamente, marcaram a política e a gestão pública em no país, obstaculizando a participação popular e o exercício da cidadania.

Outra declaração feita por um representante do governo, concluiu:

“A representação dos trabalhadores tá meia ... capenga” (GPTQ)

O que foi ratificado pela fala de um membro do empresariado que declarou:

“E aí a paridade normalmente era desequilibrada porque, [...] a bancada que mais deveria frequentar o conselho era a dos trabalhadores e é a mais ausente. É a mais ausente!” (SGEP).

O que pareceu curioso nos depoimentos dos representantes do governo e dos empresários foi a constatação e o lamentar da “ausência” dos trabalhadores no debate político e na construção das políticas públicas. Na compreensão do setor privado, de um modo geral, os conselheiros mostravam-se carentes de formação e sem interesse em estudar a legislação e buscar informações, fazendo com que houvesse pouca participação. Segundo um conselheiro da bancada dos empresários, o conselho é um espaço:

“Pouco aproveitado. Com certeza. É um fórum de debates muito bom. Alberto [bancada dos trabalhadores] tem ideias maravilhosas. Ideias ... Ideias (SGEP).

Ao manifestar-se dessa maneira, deixou escapar a falta de credibilidade na participação da bancada dos trabalhadores, vistos como aqueles que só têm “ideias”, mas são carentes de prática e de ação. E, voltando a comentar sobre a má formação dos conselheiros e na sua falta de interesse para realizar capacitação, fez a seguinte declaração:

São. São! Sua grande maioria; sua quase totalidade eu diria. Várias vezes a gente pedia capacitação, a gente fez gestões junto a Brasília na minha primeira época de ... de presidência do Conselho que foi em 2003 é ... 2004. Trouxemos pessoal do Ministério do Trabalho pra dar capacitação ... apareceram 3 pessoas, inclusive eu que não precisava. Então, todas as tentativas ... não foi uma vez apenas ... várias vezes nós trouxemos. [...] Ainda teve uma boa participação de conselheiros viu ... Eu participei dessa primeira capacitação como assessor, mas participei, foi muito bom. Mas todas as outras fracassaram ... o pessoal geralmente ... E nós ... nós fomos ... há alguns anos ... quando houve algumas gestões de algumas entidades pra entrarem no Conselho ... a gente aumentou o Conselho e em vez de melhorar, piorou ... aumentou a necessidade de quórum e aumentou a ausência das pessoas (SGEP).

Por outro lado, no segmento dos trabalhadores, percebeu-se, igualmente, que alguns entrevistados mostraram falta de conhecimento sobre os programas de emprego e, em

especial, sobre o PNQ e o PlanTeQ, fazendo com que quando solicitados a se colocarem a respeito dos fundamentos do programa ou das dificuldades de sua implementação, desviassem o assunto e ficassem silenciosos, como que ignorando o que foi perguntado. Esta reação só reafirmou o quanto estruturas de poder sedimentadas tem um peso decisivo nesta “atrofia” participativa. A correlação de força entre governo, setor privado e trabalhadores, por ser desigual, pode se expressar como avanços e também como retrocessos. A declaração seguinte de um líder sindical demonstrou, curiosamente, o reconhecimento da superioridade do segmento do empresariado diante dos representantes dos trabalhadores:

O governo ele é governo, né? E ... especialmente numa gestão como a do governo Lula ... é uma gestão em disputa, né? Então mesmo sendo o cidadão que tenha vindo é ... das (...) dos trabalhadores, mas ele é um governo em disputa. **E nesse governo em disputa, o empresariado, ele é mais preparado, né? E ele é mais preparado tanto ... no meio ... tanto intelectualmente, como dentro da habilidade por ele ser empresário.** E ele só é empresário porque ele tem habilidades; ele é um empreendedor, um investidor. Então ele olha, ... ele tem visões diferentes da dos trabalhadores, né? Quer dizer, **enquanto os trabalhadores estão é ... se desgastando, tentando encontrar um caminho é ... de como enfrentar o governo, de que forma, de que maneira, né? Ah! Os empresários já estão lá ... oferecendo banquete, dialogando ...** Olha, nós estamos a sua inteira disposição, nós temos não sei o que ... nós temos projetos assim, assim, assado. Quer dizer, a possibilidade e a probabilidade de ele conseguir investimento é muito grande. Os benefícios sempre mais fortes ... é dos empresários, né? Pro trabalhador é muito difícil! (TFC).

Compreende-se que este desconhecimento representou forte obstáculo para o diálogo social, impossibilitando o sujeito em ter um envolvimento mais expressivo no conselho e, assim, poder dar sua opinião, fazer suas propostas e deliberar de forma a contribuir com a construção e execução da política pública. Como asseveraram Lima (2005b) e Telles (2001), fatores como estes é que vem contribuindo para a desmobilização política dos sujeitos nestes espaços.

Em outra declaração, o entrevistado admitiu que a postura gerencialista do setor privado provocou mudança também na forma de luta dos trabalhadores. Ao invés do “grito”, agora o embate deve ser orientado por “ideias que combatem ideias”, reconhecendo que o momento requer a definição de novas estratégias de luta, já que a antiga forma não surte mais resultados que satisfaçam aos anseios do segmento dos trabalhadores. Ficou clara a compreensão de que as relações sociais continuam caracterizando disputas de poderes e, neste jogo, os trabalhadores precisam demarcar suas posições e redefinir suas armas, como sugeriu um representante do segmento dos trabalhadores:

Agora, nós devemos ir pra cima, né? com ideias, com propostas, com projetos, né? porque é um governo em disputa, então nós temos que buscar espaço para mostrar é ... é ... a

carência ... dos trabalhadores, porque não é o governo que vai fazer na caneta, até porque se ganha o governo, mas não o poder (TFC).

E, mais adiante, enfatizou:

Então quando você ... aí você chega para um enfrentamento como esse, com o patronato, e você chega sem ideias, só no grito, que era o que acontecia, só grito! Você não consegue nada! Então você estando com ele você tem que saber conhecer o teu lado, o teu espaço, né? e conhecer o outro, o teu adversário; não é inimigo, ele é um adversário, o outro lado, né? Quem tem a razão. Então, **compreendendo isso aí ... então eu sempre busquei ter ideias para buscar vantagens para se fazer representar, né? E aí sempre nós avançamos! né?** Nós avançamos, né? (TFC).

Apesar do segmento dos trabalhadores ter deixado mais evidente os impasses e as dificuldades quanto à sua participação e representação no âmbito dos conselhos de trabalho e emprego, o papel político dos conselheiros também foi problematizado pelos gestores públicos e pelos representantes do empresariado. Nas entrevistas diretas, este aspecto não apareceu de maneira aberta nas falas, uma vez que estes representantes tenderam a desenvolver uma postura mais formal e de defesa das instituições das quais faziam parte. Contudo, ao longo da observação das reuniões do CETE-Paraíba, em determinado momento, representantes do governo e do empresariado também se manifestaram de modo a questionar o modo como vinha se dando a participação dos conselheiros naquele espaço e o poder do conselho em exercer o controle social sobre a política pública. Portanto, para as três bancadas de conselheiros, embora com maior destaque para o segmento dos trabalhadores, ficou clara a existência de certo “vazio político”, para utilizar a expressão de Nogueira (2005), quanto ao papel da participação e da representação nos conselhos e quanto à efetividade de suas funções, muitas vezes esquecidas em detrimento do gerencialismo que se instalou no processo de execução das políticas públicas, além dos vícios ainda presentes de uma cultura política paternalista e conservadora.

Apesar da constatação dos impasses evocados, vazios e falhas na participação dos sujeitos envolvidos na construção do programa de qualificação, conforme se pôde verificar nas passagens anteriores, compreende-se que tudo isso expressa a dinâmica necessária da ação dos sujeitos em suas relações de força e demarcação de lugares, como parte do processo de concepção e de execução de uma política pública. A aparente apatia ou ausência demonstrada pelos representantes dos trabalhadores não significou a simples falta de presença ou de ação, até porque eles sempre fizeram questão de se manter presentes nos espaços democráticos, mas indicou a necessidade estratégica de “reinventarem” suas formas de luta, a partir da renovação e rearticulação de suas forças.

Os representantes dos trabalhadores pareceram conscientes do seu papel na sociedade, mas também reconheceram a necessidade de mudarem suas estratégias de atuação diante dos novos espaços políticos constituídos democraticamente. Assim, as relações desenvolvidas entre os conselheiros nos espaços dos conselhos de trabalho e emprego e junto às suas bases, além de medição de força, também representou a possibilidade de aprendizagem política, no respeito ao outro e no saber se posicionar frente aos impasses surgidos. Embora a participação enfrente certas dificuldades, não deixa de estar lentamente sendo gestada e reformulada frente aos novos desafios políticos, possibilitando o crescimento e o amadurecimento político dos sujeitos, expressando um movimento dialético naturalmente dinâmico e incessante, passível de avanços, permanências e retrocessos.

6.3.1 O controle social

Mesmo que estes impasses tenham representado limites a uma participação mais qualitativa dos conselheiros no CETE-Paraíba, foi unânime a compreensão dos representantes dos sindicatos de que é um lugar que deve ser assegurado, sob pena do segmento dos trabalhadores terminar calado e esquecido frente aos poderes já estabelecidos entre o Estado e o capital. É importante perceber que este se apresentou como um momento de angústias e disputas, no campo da participação dos trabalhadores nos Conselhos de Trabalho e Emprego, por ser um espaço desejado e conquistado, mas, talvez, não conquistado da forma como se havia idealizado, exatamente por ter sido criado no jogo do projeto neoliberal, garantindo uma participação, enquanto exercício do espaço democrático, mas que também veio servir de mecanismo de controle dos movimentos sociais por parte do Estado. A criação dos Conselhos de Trabalho e Emprego representou a garantia formal de participação e controle social sobre a política pública por parte da sociedade civil, expressando uma democracia instrumental que, por sua vez, agora também exige uma participação instrumental, a qual os trabalhadores não estão tão habituados como os empresários. É a este novo formato de participação que os representantes dos trabalhadores são convocados a adaptar-se, exigindo, dos mesmos, o conhecimento técnico e prático da legislação e dos procedimentos que levam à instrumentalização da execução dos programas da política de emprego e, em especial, do programa de qualificação profissional. São estes procedimentos e este modelo de participação que tendem a desqualificar os trabalhadores enquanto sujeitos partícipes na construção das

políticas públicas e elegem o segmento do empresariado, muito mais íntimo da técnica e da engenharia na gestão pública, à condição de qualificado e competente na execução dos programas, uma vez de sua parceria com o setor público, garantindo a legitimidade de seus interesses. Estes dilemas, quanto à participação, ao que já se referia Santos (2002) e Nogueira (2005), não deixaram de influenciar e dificultar a visão de alguns conselheiros em perceber o CETE como instrumento de controle social. Esta dificuldade apareceu na declaração de um dos representantes dos trabalhadores:

Raramente. Raramente [...] os Conselhos [...] não são muito reconhecidos pelos órgãos públicos, certo? Principalmente pelas instituições financeiras que pega dinheiro, que implementa recursos do próprio trabalhador, mas [...] **não tem uma sintonia de ação dentro do Conselho como instrumento de controle social, não simplesmente de fiscalização, mas como construtor dessa política ... das políticas. Hoje a gente não vê isso.** (...) Mas não é uma questão da Paraíba. É uma questão [...] de todos os órgãos ... em todos os recantos, certo? Serve pra qualificação e serve também pra outras ... construção de outras políticas, tá certo? (TC).

De acordo com as reflexões de Demo (2003), a participação popular na definição e no acompanhamento das políticas públicas é fundamental para demarcar a presença daqueles a quem se destinam os programas, podendo exercer o controle social necessário às ações do Estado e expressar uma participação cidadã dinâmica.

Ainda que tenha pesado as declarações descrentes sobre a atuação do conselho, este representando um espaço de dilemas e contradições, também se percebeu o reconhecimento de seus avanços como instrumento de controle social da política pública. Para ratificar este importante papel, conselheiros de todas as bancadas mencionaram o caso mais recente enfrentado pelo CETE, quando da tentativa de alguns gestores utilizarem ilicitamente os recursos federais destinados a um dos programas da política de emprego para servir a interesses particulares. Isso ocorreu através da oferta não fundamentada de cursos e da utilização dos serviços de executoras, sem que o CETE-Paraíba tivesse participado de todo o processo de discussão e execução do projeto. Neste caso, a atuação do conselho foi marcante e decisiva por impedir certos procedimentos irregulares e escusos, culminando na devolução dos recursos financeiros, o que mais tarde foram recuperados mediante a fiscalização de representantes do MTE. Este fato, de certo modo, serviu para recuperar parte da força e da capacidade de ação do conselho, apesar de ter sido resultado da liderança de um pequeno número de conselheiros. As declarações seguintes expressaram o sentimento sobre a importância do CETE nesta tarefa. Um representante do segmento do empresariado se manifestou, com veemência, ao mencionar o caso:

Ah! Não tenha dúvida! Eu penso que a gente conseguiu evitar uma roubalheira geral ... Então eu acho que tem dado seriedade ao processo, mesmo que com algumas pequenas distorções, mas no geral **a atuação do Conselho foi evoluindo até que chegou hoje num nível que ... [...] O Conselho ele tem uma importância muito grande. O controle social em qualquer atividade ele é importantíssimo. Importantíssimo!** Eu acho que o Conselho, com todas as falhas que tem, ele hoje é outro (SGEP).

Em outro depoimento, um representante da bancada dos trabalhadores, falando sobre a mesma questão, colocou que:

(...) nós conseguimos segurar uma verba de R\$ 102.000,00 e ... foi garantido em 2007, mas o governo do estado ficou com enrolação. Quase que o estado perdia esse dinheiro. Esse dinheiro chegou em 2007; recursos garantidos para 2007 e o governo não conseguiu aplicar ... **ele queria desviar e nós não deixamos. Não deixamos. O Conselho, o Conselho ... bateu o peito e não permitiu.** Ele tentou várias manobras ... aí tivemos que reeditar vários editais, mas não permitimos! Por último é ... no início de 2009, aí a secretária disse olhe ... o governo tava na presidência do Conselho. Aí ela disse: olhe, nós não temos mais como operar numa situação como essa. É ... tudo bem! Mas não roubou. É um ganho, né? Tudo bem. Nisso ... nisso entra a gestão de Clóvis [governador], **nós imediatamente nos fizemos presentes no Conselho**, tivemos com a secretária, fizemos uma reunião de urgência do Conselho, né? e ela [...] correu em campo ... desceu pra Brasília e seguiu a verba (TFC).

Desse modo, não é possível analisar o funcionamento do CETE, no estado da Paraíba, como um espaço coeso e com equilíbrio de forças, mas, sim como um “espaço em disputa” e em construção, como bem reproduziu a fala de um de seus membros, em que as diferenças são visíveis, embora não intransponíveis pelo diálogo construtivo em prol dos interesses coletivos. É claro que, neste embate de força, a capacidade de argumentação, de convencimento do outro e do lugar histórico, ocupado nos espaços sociais, são definitivos para o jogo de poder, para a demarcação destes lugares e para os ganhos de cada segmento. Neste jogo, iludem-se os que abandonaram suas cadeiras, acreditando ter perdido o seu lugar; aqui os lugares não são definitivos, pois se trata de um espaço em construção com perdas e ganhos, mas que, em alusão às reflexões de Teixeira (2001), se faz necessário ao processo de gestação e exercício de uma participação cidadã. É exatamente a observação das contradições, dos impasses e dos avanços, representando um movimento dialético e incessante, o que constitui o processo de construção de um espaço de participação que reúne forças diferentes e antagônicas. Mesmo criado e garantido por força da legislação, como resultado da luta dos movimentos sociais que reivindicaram seus direitos e lugares, expressa um espaço em constante busca para a participação da sociedade civil, não estando isento de ser reformado para um melhor funcionamento, quanto ao atendimento dos princípios da participação democrática, no sentido de equilibrar melhor a relação de força, historicamente estabelecida.

Neste processo todo, é aparente a “desmobilização” do segmento dos trabalhadores, diante de um espaço que existe e onde ele tem garantido o seu lugar. A sensação de não saber o que fazer com o lugar conquistado, do sentimento de “vazio político” mencionado por Nogueira (2005), de “inutilidade política”, para desqualificar a presença dos sujeitos nos espaços políticos, expressa a consequência mais cruel da política neoliberal sobre os movimentos sociais, responsável em arquitetar uma democracia formal que engessa a participação em procedimentos técnicos, culminando numa presença instrumentalizada e tendo como efeito a corrosão da identidade desses sujeitos, enquanto agentes propositivos e de ação.

6.4 A face dos educandos do PlanTeQ-Paraíba: sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional

Durante a dinâmica das questões apresentadas para o grupo focal na turma de hotelaria (alimentos e bebidas), realizado na cidade de Cabedelo, manifestou-se a compreensão de que o mercado de trabalho encontrava-se “difícil”, sendo que o maior problema detectado foi a forte concorrência entre os trabalhadores e a exigência de experiência por parte dos empregadores para se ingressar no primeiro emprego. Diante disso, alguns alunos declararam o desejo de que houvesse mais incentivo para a colocação dos jovens e para o primeiro emprego. Apesar de demonstrarem certa dificuldade em verbalizar as suas opiniões sobre o tema da qualificação profissional, quando estimulados a falar sobre a importância deste elemento em suas buscas por trabalho, todos reconheceram a relevância em fazerem cursos profissionalizantes para ter “conhecimento”, se “atualizar” e poder “competir” no mercado de trabalho. Os educandos demonstraram o sentimento de que a qualificação profissional é importante para conseguir um emprego, mas apresentaram dificuldade quanto a expressar esta ideia. Todos os alunos que passaram pelo grupo focal, declararam já ter feito, pelo menos, dois ou mais cursos profissionalizantes, não apresentando, necessariamente, uma ligação direta entre eles no sentido de aprofundar os conhecimentos em uma única área. Dentre os cursos mais citados pelo grupo estavam: inglês básico, espanhol básico, desenho artístico, atendente de farmácia, atendimento ao cliente, recepcionista, informática básica, designer, turismo básico, meio ambiente, cozinheiro, depilação, entre outros.

Para os educandos, somente a qualificação profissional não foi vista como suficiente para encontrar emprego, uma vez que apontaram a existência dos casos de favorecimento pessoal, do “quem indique” e dos “arrumadinhos”, tornando a concorrência ainda mais acirrada para os que pretendiam entrar no mercado de trabalho, principalmente, para os que buscavam o primeiro emprego. Puderam-se reconhecer, com clareza, os ranços clientelistas, evocados por Cohn (2000) e Santos (1987), ao analisar a interferência destas práticas autoritárias nas políticas públicas, inibidoras de uma inserção política mais expressiva dos sujeitos. Os ranços do paternalismo e do assistencialismo contaminaram as ações do poder público de modo a fazer predominar o descrédito, por parte dos sujeitos vulneráveis socialmente, sobre a seriedade e a efetividade dos programas sociais, como se estes se destinassem apenas aos pobres e, por isso, assumindo um caráter assistencialista e sem o comprometimento dos gestores, conforme, ainda, as reflexões de Silva, Yasbek e Giovanni (2006).

Sem fazer nenhuma crítica, a respeito das dificuldades de inserção, apresentadas pelo mercado de trabalho, afirmaram ser importante fazer vários cursos, porque isso aumentaria as chances de encontrar um emprego. Mas, quando perguntados sobre o porquê, mesmo com tantos cursos, ainda não terem encontrado uma ocupação, apesar de, inicialmente, permanecerem em silêncio, confessaram depois que não bastava “fazer cursos por fazer”, era preciso buscar as suas vocações, “coisas que combinam com você”. A partir destas colocações, foi possível perceber que os cursos realizados não foram suficientes em preparar os educandos para o mercado de trabalho, fato que os obrigava a fazer vários cursos, até o momento de se encontrarem em condições para desempenhar um trabalho. Observou-se, ainda, uma crítica indireta, de que o conteúdo dos cursos não correspondeu às demandas dos educandos, contrariando suas expectativas quanto à preparação para o mercado de trabalho e, assim, induzindo-os a assumir a responsabilidade de não estarem suficientemente preparados.

Um dos alunos demonstrou interesse em fazer pós-graduação e especializar-se na área, uma vez já tendo concluído o curso de pedagogia, e outro revelou o seu desejo em se preparar para fazer vestibular, concorrendo a uma vaga no curso de fisioterapia. A partir destas colocações, ficou a compreensão de que muitas pessoas se matriculavam para aproveitar a oportunidade de fazer mais um curso profissionalizante ou para ocupar o tempo livre, mas não tinham uma estratégia definida para se qualificar profissionalmente, deixando-se envolver pela ilusão de que o esforço em fazer cursos, nas mais diversas áreas, iria lhes proporcionar, de algum modo, certo reconhecimento, como assim se expressou uma aluna: **“Deus tem o melhor pra cada um da gente. Deus sabe o que faz. Deus tem o melhor pra mim”**.

O sentimento de independência, ainda apareceu como algo distante para este grupo, embora tenha manifestado o desejo de uma autonomia financeira dos pais ou do marido, mas, como algo que podia esperar, até aparecer uma oportunidade de trabalho que oferecesse condição para isso. Ficou parecendo que a situação de desempregado e de dependente financeiro da família, por parte dos educandos, não incomodava demasiadamente, por compreenderem que este era um momento passageiro. Todavia, também não contribuiu para o desenvolvimento de estratégias que os levassem a um futuro profissional menos mutável e mais equilibrado financeiramente.

Considerando a investigação por meio da entrevista direta com alguns alunos do curso de recepção e atendimento, observou-se certa congruência da apreensão destes alunos em relação aos educandos do curso do PlanTeQ, quando perguntados sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional, para aqueles que compuseram o grupo de até 24 anos. Prevaleceu a dificuldade em identificar, claramente, o porquê do mercado de trabalho ser “difícil” e o entendimento sobre a qualificação profissional em suas vidas. Ficou o sentimento e o reconhecimento a respeito da necessidade de qualificação, de se fazer “cursos e mais cursos”, mas, sem uma estratégia bem traçada e nem a focalização sobre uma linha que definisse melhor uma única profissão.

A partir das colocações dos educandos no grupo focal, de um modo geral, não reconheceram ter recebido nenhum tipo de estímulo externo ou da família para que procurassem fazer cursos ou buscassem uma profissão. Com exceção dos dois casos apresentados, em que os alunos demonstraram interesse em construir uma carreira, por meio de um curso universitário, nos demais predominou um comportamento um tanto despreocupado com o próprio futuro, sem também haver uma responsabilização individual pela sua condição de desempregado, inicialmente contrariando a postura de um trabalhador flexível e competitivo, conforme aludido por Paiva (1995). Prevaleceu a compreensão de que sua vez ainda não havia chegado, mas iria chegar. Só depois que se insistiu sobre a questão da necessidade de haver uma preparação para um emprego foi que um dos alunos se manifestou de forma a reconhecer-se como responsável neste processo: **“Depende de mim, do meu esforço. Tem que ir atrás. Tem que me esforçar!”**.

Embora os educandos não tenham demonstrado uma preocupação marcante com as dificuldades e as exigências impostas pelo mercado de trabalho, em suas falas, pôde-se observar que a busca pela qualificação profissional afirmou-se como de responsabilidade individual, expressando os valores neoliberais que defendem uma postura proativa e empreendedora dos sujeitos, como se referiu Manfredi (1998). Por outro lado, colocaram-se

de forma pouco confiante, parecendo desconhecer o processo de competitividade, cada vez mais agressivo entre os próprios trabalhadores, exigindo destes uma atitude mais dinâmica na aquisição ou atualização de habilidades para o trabalho. Pareceu que o processo mais amplo de desinserções e de transformações, em torno das condições exigidas para a inserção profissional, não foi captado pelos educandos, uma vez que tenderam a naturalizar as dificuldades na sua posição de desempregado e na sua busca por formação e por trabalho.

O fato do curso oferecido pelo PlanTeQ ser gratuito, também não foi manifestado como um elemento de incentivo para que se matriculassem, declarando-se que poderiam cursá-lo no caso de ser pago. Talvez o fato de Cabedelo ser uma cidade com características econômicas pouco diversificadas, apesar de se encontrar muito próxima da capital do estado, tenha contribuído para que se tenha observado nos alunos valores familiares ainda muito presentes, o que fez com que se formasse um sentimento de que “algo” estava para acontecer na “hora certa”, sem que o frenesi e a insegurança do desemprego dominassem o cotidiano destas pessoas. Era como se a família ainda representasse um espaço garantido à situação do não trabalho.

Apesar desse comportamento naturalizado e pacificado dos educandos em relação a sua situação no mercado de trabalho, não deixaram de admitir as vantagens de procurar uma qualificação profissional, pois reconheceram as melhores condições de competitividade para aqueles que faziam cursos profissionalizantes. Prevaleceu o entendimento sobre a necessidade de fazer vários cursos, porque somente estes poderiam proporcionar mais “conhecimento” e melhorar a relação pessoal com os outros colegas, um requisito considerado importante pelos educandos na sua preparação para enfrentar um ambiente de trabalho. Neste aspecto, consideraram os cursos necessários, por contribuir para torná-los pessoas mais desinibidas e sociáveis, o que representava um problema muito frequente para alguns indivíduos, no momento de submeterem-se às entrevistas de emprego.

Apesar de reconhecerem a importância da qualificação profissional, os educandos não demonstraram uma visão crítica, a respeito dos conteúdos destes cursos estarem realmente preparando o sujeito para exercer uma profissão. Além disso, não conseguiram perceber o trabalho como uma relação social e, sobretudo, política, com capacidade de interagir com seus colegas e reivindicar melhores condições de trabalho nas suas futuras ocupações. Todos os educandos admitiram a contribuição dos cursos de qualificação profissional para a melhoria da autoestima e para o desenvolvimento de relações pessoais mais amistosas no ambiente de trabalho. Quanto aos conhecimentos relacionados à formação social, os princípios de “ética” e “respeito” no trabalho, foram os mais mencionados como conteúdos relevantes para a sua

formação profissional e nas relações cotidianas. A dimensão política, apreendida pelos educandos, também esteve limitada a estes conceitos, como sendo necessários às relações sociais na família e no trabalho.

Não se percebeu diferenças na forma de apreender a questão da qualificação entre os alunos do curso de recepção e atendimento e os do curso de hotelaria, sobretudo, para aqueles que compuseram o público mais jovem. Contudo, quando as mesmas questões foram colocadas para indivíduos com mais idade, outra compreensão foi revelada. O sentido do sujeito mais maduro candidatar-se a um curso profissionalizante, pareceu estar associado à ideia de melhorar suas qualidades no trabalho e sua condição financeira, sendo mais marcante a postura e a noção da responsabilização individual em melhorar sua condição de vida. Além disso, o relato seguinte denunciou o sentimento de frustração, vivenciado pelo indivíduo, por não conseguir encontrar um trabalho melhor, tendo que recorrer aos cursos profissionalizantes, como uma busca permanente para provar para si suas capacidades, mesmo que nunca viesse a ter utilidade para o mercado. A este interessa aproveitar-se do maior tempo de vida útil do trabalhador ou da mercadoria força de trabalho, o que não é mais o caso do indivíduo em idade acima dos 40 anos. A respeito do significado dos cursos de qualificação profissional em sua vida, o educando afirmou:

Mudou, mudou tudo. Mudou como pessoa no sentido emocional, por exemplo, pelo fato de eu ter partido pro mercado de trabalho já ... já com uma idade avançada, então [...] a **frustração de chegar numa entrevista e você vê que você ficou de fora porque você tá desqualificado no conhecimento, na teoria, aí ... isso aí vai frustrando a pessoa, vai deixando a pessoa ... baixa estima, né?** Você já não tem mais aquele pique pra ... pra reagir, né? Aí você começa a se entregar ... É. **Eu não me qualifiquei, eu não estudei, eu não me preparei pra esse mundo atual e por isso eu tô excluído ...** Então a tendência é você querer entrar ... depressão, você quer éee ... ver a vida assim ... de uma maneira mais negativa. Então esses cursos fez eu ... reagir, entendeu? Dizendo: bom! Se eu tô excluído do mercado de trabalho, mas eu não posso me excluir a mim mesmo. Então ... eu vou lutar. O que eu puder fazer pra vencer isso aí ... eu pelo menos tô lutando, né? Como uma ... uma professora uma vez disse: morra lutando, mas não morra como um covarde! Eu tô ... eu tô lutando! **O mercado de trabalho me deixa fora, mas eu tô procurando um meio d'eu escapar através desses cursos, de reagir, de ter autoestima, de saber que mesmo eu tano excluído de certas empresa, mas eu posso valorizar a minha, né? ... o meu interior, valorizar a minha vida, aquilo que eu aprendi e aí ver o lado positivamente (A3).**

Esta compreensão de que o curso de qualificação profissional pode melhorar as relações interpessoais e a autoestima dos indivíduos foi compartilhada por todos os alunos, como reconhecimento da necessidade da qualificação social quanto à melhora da postura pessoal e profissional, como parte do conteúdo ministrado, embora não tenham percebido a ausência do assunto, relacionado aos temas da política ou dos direitos do trabalhador, como parte integrante de uma formação cidadã. O que se tornou motivo de reivindicação dos alunos

foram os conteúdos práticos para lhes instruir no desempenho de uma função no trabalho, com menos interesse para os aspectos subjetivos que envolvem o trabalhador. A motivação maior dos educandos concentrou-se sobre a necessidade de encontrar emprego, demonstrando-se menos preocupados com uma formação profissional mais demorada que pudesse garantir uma vida mais segura e com maiores rendimentos. Tendo como referência as reflexões de Antunes (2006) e Castel (1998), a respeito das transformações na subjetividade do trabalho, observou-se um comportamento mais acomodado, por parte dos sujeitos abordados, em relação às exigências do mercado de trabalho e com o processo de desinserções. As suas preocupações estavam localizadas no que poderiam ter “agora”, o que termina por privilegiar a “instrução” profissional em detrimento da “formação”, favorecendo também o trabalho flexível e com baixa remuneração.

Quando instigados a falar sobre o que significava o trabalho, no âmbito do grupo focal, por alguns instantes prevaleceu o silêncio como se o tema não lhes coubesse. Após estimulados, com o esforço de relacionar o tema do trabalho com a satisfação das necessidades humanas e a formação do próprio indivíduo, o grupo foi se aproximando do tema, até reconhecer que a ação de trabalhar era importante, embora ainda mantendo certo distanciamento com a questão. Mais uma vez, constatou-se o quanto o trabalho, aparentemente, vem deixando de ser referência na vida dos sujeitos enquanto meio para consolidar valores e construir uma vida digna, tendo em vista que o processo ideológico de permanente desqualificação dos sujeitos no trabalho, na sociedade e na política, tornou sem sentido construir uma história pelo trabalho, como assim destacou Sennett (2006).

Considerando uma entrevista direta com um aluno do curso de recepção e atendimento, registrou-se, em seu depoimento, o fato de que, no tempo de juventude, não havia clareza suficiente para investir numa carreira profissional, através dos estudos e, quando “acordou”, já era tarde demais. Conforme suas declarações:

Quando eu era mais jovem, era aquela questão, né? Eu era um jovem muito sonhador, mas era aquele sonhador que não ... que não ... que não se esforça pra conquistar os seus sonhos. Então era como se fosse ... muitos sonhos, mas ao mesmo tempo eu não ... **eu não me qualificava pra isso. Eu não ... eu desprezava os estudos na época;** eu só me interessava por ... por festa, por bebida, por viagens ... Então ocupei muito tempo com isso, então **quando eu caí na realidade, já era um pouco avançado, né? a minha idade,** né? Aí ... fui correr atrás do prejuízo. Fui ... na época, eu ainda cursava o quê? a 8ª série do ensino fundamental, aí terminei, aí eu entrei no segundo grau ... estudei ... fiz o primeiro ano ... parei ... aí foi a época que eu me casei, pronto, aí ... abandonei os estudos. Aí já casado, eu voltei novamente, terminei o 2º grau em 92 e ... passei mais uns 5 anos sem estudar. Aí foi quando eu fiz esses dois cursos técnicos, né? de 2000 a 2005. Aí, mas ... pra o mercado de trabalho eu praticamente já tava fora (A3).

Talvez o relato desta experiência pessoal sirva de mote para explicar, em parte, o desinteresse de alguns educandos em desenvolver estratégias para um futuro profissional mais estável, mais rentável e que tenha sentido de vida. De um modo geral, observou-se certo imediatismo, por parte dos mais jovens, em conseguir uma colocação no mercado de trabalho em funções que exigem menor qualificação e também menores salários. O fato de se encontrar empregado, mesmo que seja ganhando pouco, termina por atrapalhar a própria formação profissional do indivíduo, uma vez que este dispõe de menos tempo para estudar. Além disso, passa a assumir responsabilidades maiores, ao contribuir com o sustento da família ou, ainda, encanta-se com as oportunidades que se abrem, em função de ganhar dinheiro, tornando-se, supostamente, mais sociável com os amigos, podendo adquirir bens e usufruir de outros prazeres que só o mercado pode proporcionar, ao incluir os sujeitos na dinâmica do consumo.

Quanto aos conteúdos mais subjetivos, constantes na qualificação social sobre cidadania, a compreensão geral para os alunos do curso de hotelaria concentrou-se, igualmente, em relacionar a cidadania aos conceitos de ética e respeito no trato com o outro, não conseguindo estabelecer ligação com a dimensão política e não alcançando um entendimento sobre os direitos e deveres do cidadão e, menos ainda, sobre a possibilidade de este ser um sujeito atuante na sociedade. O interesse do grupo limitou-se ao campo político-partidário local, que fazia parte do seu cotidiano e servia para compor a pauta de conversas com os amigos e com a família. Quando se buscou ampliar o conteúdo do tema sobre política e cidadania ao envolvimento das pessoas com as discussões do coletivo sobre saúde, educação e direitos trabalhistas, o silêncio novamente se manifestou como se tal discussão não fizesse parte dos seus interesses, soando como “novidade”. “Política e religião não se discute!”, foi a expressão proferida por vários educandos como sinal da prevalência de um senso comum carente de crítica, de contestação, e mais afeito ao comodismo ou apatia política que caracterizou o interesse dos alunos, ao longo da dinâmica do grupo focal. Até mesmo, quando foi lembrada uma atividade prática, desenvolvida pela turma durante a qualificação social, ocasião em que se armou uma tenda na calçada com cartazes e panfletos, com o objetivo de chamar a atenção dos transeuntes, abordá-los e orientá-los sobre seus direitos e deveres trabalhistas, tal atividade não foi compreendida como um ato político ou de cidadania. Os educandos não perceberam que o envolvimento com questões de interesse da comunidade, na intenção de melhorar a prestação dos serviços públicos e reivindicar por melhores condições de vida, faz parte de uma ação política e cidadã, podendo ter reflexos positivos no seu cotidiano. A possibilidade de existir como sujeito político, pareceu ignorada por um

comportamento corrompido por valores individualistas e uma atitude consumista, que tendem a menosprezar os princípios de solidariedade e a integração pelo trabalho na sociedade, conforme assinalou Castel (1998), culminando numa participação débil dos sujeitos no controle das instituições públicas. Este aspecto também já foi constatado junto ao segmento dos trabalhadores, no espaço do conselho de trabalho e emprego, demonstrando a fragilidade política dos sujeitos.

Observou-se que a dificuldade, apresentada pelos educandos, em se identificarem como sujeitos políticos, também não foi adequadamente trabalhada pelo instrutor, cometendo falhas graves, tanto na formação quanto na metodologia utilizada com os alunos. Foi notória a dificuldade de apreensão do conceito de cidadania, da importância dos direitos trabalhistas e da possibilidade de reconhecer o educando como um sujeito político e de ação. Este comportamento, alheio à dimensão da vida política na sociedade, foi se reproduzindo como estranhamento sobre outros temas apresentados na sala de aula, como ocorreu quanto ao distanciamento para com as entidades que representam os trabalhadores. De um modo geral, os educandos não manifestaram interesse pelo tema da atividade sindical e nem se viram participantes destas entidades, por não as considerarem fazendo parte do seu mundo. Depois de estimulados a pensar sobre o que representa um sindicato de trabalhadores, um dos educandos lembrou a figura histórica de Lula, presidente da república na época, como líder e defensor dos interesses dos trabalhadores. A anomia política verificada no comportamento dos educandos para com a representação dos trabalhadores, segmento ao qual deveriam estar vinculados no futuro, refletiu a sua falta de noção quanto ao problema do emprego, pois não se perceberam enfrentando situações de trabalho precário, sem proteção e com baixos salários necessitando, assim, de se fazerem presentes politicamente por meio dos sindicatos para conquistar melhores condições de trabalho. Por outro lado, esta postura também expressou a crise de representação dos trabalhadores na sociedade, denunciando a pouca visibilidade dos sindicatos no tratamento do problema do emprego, além de parecerem desnecessários diante do avanço das negociações individuais de trabalho e da atitude empreendedora dos trabalhadores em administrar sua formação profissional e responsabilizar-se por sua própria capacidade de inserção, conforme discutido por Paiva (1995). Os valores individualistas, propalados pelo mercado, terminaram por desqualificar também o papel político dos sindicatos, dificultando a legitimidade dos representantes dos trabalhadores na busca por direitos e enquanto entidade necessária ao processo de construção de uma participação democrática, questão já abordada por Nogueira (2005).

Com referência ao tema da formação cidadã, que constituiu um dos princípios do PNQ/PlanTeQ, os educandos demonstraram dificuldade em tratar o assunto. Numa entrevista direta, realizada no curso de recepção e atendimento, ao ser perguntado sobre o que entendia por cidadania, o aluno demonstrou-se confuso ao se expressar:

Cidadania? ... Eu acredito que é a população? Em termos geral ... eu acredito ... (...) Eu acho que éee ... Como eu **vi uma frase é ... cidadão tem seus direitos, né?** Acho que ... **nós mesmos somos cidadãos, cidadãs e ... éee ... em busca de conhecimentos e ... como é que eu posso falar? Conhecimentos e ... em busca de adquirir conhecimentos** (A2).

Em outra fala, o entrevistado procurou mostrar como poderia exercer sua cidadania a partir dos conhecimentos adquiridos no curso:

Eu como ... pronto ... vou conhecer mesmo com esse curso a recepção e atendimento. Eu poderia informar se já ... como chegar num balcão de atendimento pra ser bem educados, né? Procurar compreender a recepção. **Acho que eu poderia ajudar assim ... as pessoas da rua mesmo** (A1).

Em decorrência das falas apresentadas, ficou evidente a dificuldade de o curso preparar o aluno para uma presença cidadã. Contudo, a postura imatura e insegura, diante da vida pessoal e no trabalho, mudou significativamente para aqueles indivíduos com mais idade e que já tinham vivenciado várias experiências negativas no campo da formação profissional. Um aluno, empregado como porteiro de um edifício empresarial, se declarou um excluído do mercado de trabalho na busca de conseguir um emprego melhor, por já ter alcançado os 47 anos de idade. Ao ser perguntado se se sentia excluído, expressou-se com o veemente depoimento:

Com certeza! Com certeza. É tanto ... Por isso eu estou investindo em mim; tô fazendo o meu marketing pessoal através do conhecimento, porque eu fiz dois cursos técnicos, fui a várias entrevistas, com aquele desejo mesmo! Não somente de estagiar, mas de ... de ... de ... repassar os meus conhecimentos que eu aprendi durante a vida nesses meus 47 anos, 21 anos de casado. Mas, eu ... nas entrevistas pude observar logo que, parece que as empresas já colocam o perfil assim: acima de 25 anos, 30 anos, essa pessoa não ... não vale mais pra essa empresa. Então, é uma forma de excluir (A3).

Quanto ao tema relacionado à cidadania, pareceu que a própria história de vida, com sucessos e frustrações, pode interferir quanto à formação de um sujeito mais maduro e consciente de si e de seu papel na sociedade. No depoimento seguinte, o educando conseguiu colocar-se com mais clareza e segurança a respeito de sua contribuição como cidadão:

Bom. Eu entendo o seguinte: que se eu sou cumpridor dos meus deveres, no país onde eu moro, onde eu resido, onde eu nasci e me criei. **Se eu cumpro com meus deveres é ... social, pago meus impostos, é ... de todas as formas, eu tô contribuindo, né? para o crescimento do país com ... com os meus impostos.** É ... tô participando é ... contribuindo pra sociedade de alguma maneira na ... na questão de quando ... **quando o dinheiro vai pra ... uma instituição, pra um é ... uma universidade, pra um colégio, pra um hospital, ali nós estamos participando como cidadão.** Dando a nossa contribuição, tanto financeira como também ... Por exemplo, se eu obedeço as leis do país, então eu tô dando uma contribuição moral, não é verdade? Se eu não sou um ... vamos dizer ... um alcoólatra, deixei de ser um alcoólatra, então eu tô contribuindo com a sociedade como? moralmente, isso não é verdade? Então se eu sou um bom pai, procuro educar meus filhos, se eu sou um bom esposo, então eu tô contribuindo pra sociedade, então eu tô fazendo parte do cidadão. **Eu sou um cidadão não só pelo fato de ter um registro, de ter um RG, um CPF, mas também pelo comportamento, pela contribuição financeira, pelo meu trabalho (A3).**

Do exposto, ficou a apreensão de que, especialmente para o público mais jovem, não houve uma orientação para o sujeito buscar uma formação profissional, confiando-se em instruções que não conduziram exatamente para o desenvolvimento de uma profissão, mas para a aquisição de certas habilidades transitórias, entregando-se, portanto, à sorte do mercado.

Com base na pesquisa de campo, apesar de notórias as falhas na execução de alguns cursos de qualificação do PlanTeQ-Paraíba¹⁰⁵, de um modo geral, os educandos demonstraram acreditar que o curso de formação profissional serviu para atender suas expectativas e conseguir formar o aluno para enfrentar o mercado de trabalho e encontrar um emprego, permitindo o desempenho de alguma função a partir dos conhecimentos adquiridos. Os instrutores também foram avaliados positivamente, ressaltando-se sua capacidade de ministrar as aulas e seu interesse em atualizar os conteúdos. Por outro lado, a “apostila”, utilizada em sala de aula e elaborada pela ONG, responsável em ofertar o curso de hotelaria, foi considerada insuficiente pelos alunos, assim como também foi criticada a inadequada infraestrutura para as aulas práticas e a falta de instrumentos e equipamentos necessários para a execução e demonstração das experiências culinárias e de bebidas nas instruções técnicas. Os educandos indicaram, ainda, como sugestão, que o curso deveria ter um número maior de horas-aula, considerando pouco o tempo de 200 hs/aula destinado a todo o conteúdo do curso oferecido pelo PlanTeQ-Paraíba. Compreende-se que esta reivindicação não esteve direcionada exatamente para a insuficiência do número de horas/aula, mas refletiu a sensação de que o aprendizado foi precário diante das expectativas dos educandos. Como não conseguiram identificar qualitativamente as falhas no processo metodológico e o real prejuízo causado pela infraestrutura inadequada, além de não saberem verbalizar seus anseios, ficou a

¹⁰⁵ Considerando as colocações realizadas pelo grupo focal no curso de hotelaria (bebidas e alimentos).

impressão de que o tempo das aulas foi pouco, parecendo-lhes que um curso mais longo resolveria o problema.

Ainda quanto ao curso de hotelaria, buscou-se investigar se os alunos tinham conhecimento do programa e do órgão que estava oferecendo o curso de qualificação, com o intuito de perceber a penetração do PlanTeQ na comunidade. As respostas colhidas indicaram que os educandos não sabiam exatamente a origem do programa de qualificação profissional do qual participavam, apesar de terem assinado diariamente a frequência em que apareciam todos os logotipos das instituições envolvidas no PNQ/PlanTeQ. Reconheciam esta ação como uma iniciativa do governo, demonstrando uma apreensão genérica, mas desconheciam seus objetivos e as instituições responsáveis pelo programa. O que ficou mais presente sobre o programa de qualificação, para os educandos, foi a relação com a entidade executora do curso, cabendo diretamente a ela os méritos e as críticas do conteúdo ministrado. Este aspecto demonstra o quão cuidadoso deve ser o processo de seleção das executoras, tendo em vista que as falhas verificadas dificilmente podem ser corrigidas durante a realização do curso. As maiores consequências de uma execução mal feita do programa de qualificação, necessariamente, recaem sobre os educandos, colocados na posição de receptores da política pública, sendo levados ao mercado de trabalho e alimentados pela ilusão de encontrarem-se preparados para exercer uma ocupação.

Quanto ao curso de recepção e atendimento do Sistema S, os alunos avaliaram como tendo sido de grande importância para a sua formação e com conteúdos relevantes e adequados para o qual se propunha. O instrutor também recebeu uma avaliação positiva, sendo reconhecido por todos como competente para desempenhar a função. Além disso, não foram registradas críticas a respeito da infraestrutura e dos equipamentos ou procedimentos utilizados para a realização do curso. Predominou um comportamento acomodado e receptivo para com as instruções recebidas, embora também tenham revelado a necessidade de fazer outros cursos, o que pode indicar a sensação de despreparo e insegurança diante das exigências do mercado de trabalho, atitude semelhante a que foi verificada no grupo focal para o curso de hotelaria, conforme apresentado anteriormente.

6.5 Reflexões acerca do PlanTeQ na Paraíba

Todo o percurso metodológico planejado, neste trabalho, foi o que permitiu alcançar descobertas, observar retrocessos e constatar continuidades, levando necessariamente a dialogar novamente com os princípios centrais do PNQ/PlanTeQ, ao considerar a qualificação profissional como uma política pública construída socialmente e como um direito de cidadania. Além disso, procurou-se apreender e discutir como a relação entre a qualificação profissional e a formação cidadã foi contemplada por este programa no estado.

6.5.1 Política pública como construção social

Quanto ao processo de construção social do PNQ/PlanTeQ, fez-se necessário procurar resgatar as motivações que marcaram a concepção da qualificação profissional, para que fosse pensada, enquanto uma política pública, como expressão da relação entre o Estado e a sociedade, num contexto em que as relações produtivas vêm sofrendo transformações e que novas relações de trabalho vêm sendo formadas.

Pelos depoimentos levantados, observou-se que este programa de qualificação profissional precisou ser remodelado, criando novas articulações institucionais para dar corpo ao projeto de preparar e adaptar a força de trabalho frente às necessidades do mercado. Como consequência, o processo social de sua construção tornou-se muito mais amplo do que parece, exigindo um diálogo permanente entre governo, empregadores e trabalhadores, o que não impediu que tivesse havido confronto nesta trajetória, uma vez que se formou uma arena em que os interesses representavam divergências históricas de grupos sociais, disputas de lugares e poderes, exigindo sempre o desenvolvimento de novas armas e estratégias de luta, como ficou claro nas entrevistas, especialmente, dos representantes dos trabalhadores. Pelo que foi posto, o espaço que se formou nas reflexões, como caracterização desse processo social de construção da política pública, se fez extremamente rico e complexo ao considerar o seu desenvolvimento, desde o momento da concepção até o da execução.

A concepção do PNQ foi fundamentada, teoricamente e metodologicamente, sob princípios éticos e políticos que idealizavam uma sociedade mais justa, partindo do pressuposto de que os sujeitos poderiam ter consciência e autonomia política para interferir e

decidir sobre o rumo da política pública, levando a um modelo ideal de participação. Contudo, a efetividade destes princípios não deixou de sofrer interferências políticas, uma vez que foram gestadas enquanto relações sociais, historicamente demarcadas e que, por isso mesmo, se modificavam a todo instante, reproduzindo valores e posturas conservadoras ao mesmo tempo em que também podiam expressar avanços como parte da prática do diálogo social. Assim, compreende-se que os impasses verificados entre a forma de conceber os programas e a de executá-los, são próprios deste momento de construção enquanto processo social, tendo em vista que seus princípios norteadores, definidos globalmente, vêm se confrontar com as realidades particulares de ordem política e social, considerando, ainda, que a sua execução ocorre na dimensão local.

Pelo que foi apreendido das falas dos entrevistados, no tocante à execução do PNQ/PlanTeQ, no estado da Paraíba, observou-se certo distanciamento dos gestores públicos com os princípios que regiam este programa. A gestão do programa priorizou o encaminhamento dos procedimentos técnicos referentes à sua execução como parte das “exigências” institucionais do Ministério do Trabalho, sob pena de o estado perder recursos importantes para a formação da oferta de trabalho, num território pobre, o que, politicamente, soaria como fato imoral e caracterizaria irresponsabilidade social do gestor.

A respeito da postura política dos gestores públicos, prevaleceu um discurso de modo a enfatizar questões gerais e mensagens de efeito facilmente assimiladas pela sociedade, enquanto propondo-se contribuir com a “inclusão e justiça social”, confiando aos sujeitos a capacidade de serem “agentes de transformação e ação social”, como expressão de sua condição cidadã. Os informes revelaram que este discurso mostrou-se vazio de significado político, no instante em que continuou flagrante a dificuldade da participação dos sujeitos na construção e execução do PlanTeQ no estado, seja pelas amarras dos procedimentos burocráticos, seja pela ausência de “instrução” dos representantes dos conselhos de trabalho e emprego, dos poderes sedimentados e pela desmotivação política desses sujeitos. Na prática, constatou-se que as articulações com o setor privado, geralmente, foram feitas de forma descuidada, sem a realização de um estudo sério das demandas dos municípios e das executoras responsáveis por ministrarem os cursos. Este problema pôde ser relacionado às falhas e às ausências na atuação dos conselhos estadual e municipais de trabalho e emprego, conforme abordado anteriormente, manifestando as lacunas no processo de controle social da política pública de emprego e do PNQ/PlanTeQ.

Durante os treze meses¹⁰⁶ em que foi realizado o acompanhamento das reuniões do CETE-Paraíba, constatou-se a dificuldade enfrentada para reunir os membros do conselho, devido à falta de quórum e de assiduidade dos conselheiros, sendo este um problema recorrente. Por isso, em todas as reuniões, tornou-se uma prática a apresentação dos presentes, enquanto representantes de suas entidades, já que as ausências e a substituição dos conselheiros, por seus suplentes, criavam a impressão de que sempre havia um novo integrante presente, fato que vem prejudicando o diálogo e a integração entre os membros, bem como a continuidade dos temas em pauta. Desse modo, observou-se que o CETE caminhou sofregamente e, apesar do empenho pessoal de poucos membros, as suas ações têm se resumido a atender às exigências formais e burocráticas do PlanTeQ e do Projovem, sem que avaliações e discussões mais qualitativas apareçam como práticas permanentes de suas ações. Durante a pesquisa (2009 e 2010) registrou-se a realização de apenas dois seminários de avaliação do PNQ/PlanTeQ-Paraíba, sem que nenhum encaminhamento tenha sido efetivado como medida de correção e aperfeiçoamento do programa e nenhum curso de formação de conselheiros ou de educadores tenha sido realizado.

Os depoimentos sinalizaram que, apesar das dificuldades demonstradas pelos representantes da sociedade civil, em dialogar no espaço do conselho, os seus integrantes reconheceram a necessidade de aproximação e revitalização dos conselhos municipais, admitindo a desarticulação e a instrumentalização política, em prol de interesses particulares, no âmbito destes espaços de participação. Contudo, ao longo do trabalho de pesquisa, os conselheiros do CETE demonstraram que, as falhas no funcionamento dos conselhos estadual e municipais de trabalho e emprego, transcenderam os aspectos burocráticos e operacionais, referentes à execução dos programas de emprego, tratando-se também de questões político-partidárias, que contribuíram para o não enfrentamento das dificuldades. Estes impasses foram percebidos, especialmente, nas relações institucionais entre os governos estadual e municipais no momento em que os coordenadores dos programas encontravam dificuldade de penetração em alguns municípios, por seus gestores declararem-se opositores do governador em exercício na época. Ficou evidente, pelas falas, que aqueles que estavam à frente dos programas de emprego ou de políticas sociais não se encontravam dispostos a enfrentar as agruras da politicagem, principalmente, quando se tratava de ano eleitoral. Esta postura reafirmou, fortemente, a existência de interesses eleitoreiros, disputas político-partidárias e ranços de uma cultura política conservadora, como característica da permanência das

¹⁰⁶ De novembro de 2009 a dezembro de 2010.

oligarquias e dos paternalismos no estado, traços estes tradicionalmente presentes na cultura política local. Observou-se, então, que além das dificuldades relacionadas aos procedimentos formais, atinentes à execução do PlanTeQ na Paraíba, o diálogo entre os gestores vem sendo prejudicado, também, por estes elementos subjetivos da política, dificultando o processo de construção democrática da política pública, como foi visto a partir das considerações de Ianni (1986) e Martins (1997), aludidas no decorrer deste trabalho

Mesmo com as ausências e a falta de conhecimento sobre os princípios e objetivos do PNQ/PlanTeQ, por parte de alguns conselheiros, de um modo geral, todos concordaram não ser fácil encaminhar uma política pública de qualificação profissional no estado da Paraíba, uma vez que a inserção social e profissional vem se mostrando bastante complexa e exigindo a integração de outros programas sociais para a sua efetividade, o que ainda se apresentava como uma tarefa ignorada pelo governo, pois não se verificaram estratégias reais para esta integração. É preciso que os cursos sejam oferecidos com o sentido de formar pessoas aptas para o mercado de trabalho e em condições de exercer cidadania e que não sirvam apenas como “passa tempo” ou “fazer por fazer”. Todavia, reconhece-se a necessidade de exercitar a participação propositiva dos representantes dos vários setores da sociedade civil no sentido de construir socialmente um projeto de desenvolvimento que atenda a todos os segmentos sociais, sem beneficiar somente os já privilegiados. Caso contrário, a tendência das críticas é transformarem-se apenas em discursos vazios, reproduzindo a cômoda disposição de cobrar ação do Estado sem se envolver nos processos políticos decisórios.

Outro elemento marcante, confirmado no processo de construção e execução do PlanTeQ na Paraíba, foi relativo a dificuldade de participação do segmento dos trabalhadores nos conselhos de trabalho e emprego, como se alguma fissura na relação entre representante e representado tivesse se criado sem que os sujeitos se dessem conta disso. É como se a identidade pelo trabalho houvesse se rompido, não se vendo mais sentido naqueles que lutam por uma vida que contenha o trabalho como valor, o que só ratifica a desconstrução dos lugares sociais definidos a partir deste, em função da expansão da acumulação flexível, o que remete às considerações de Harvey (2006), com consequências políticas irreversíveis sobre a organização dos trabalhadores, como bem destacaram Nogueira (2005) e Santos (2002). Ficou a sensação de que, ao trabalhador, se fecharam ainda mais as oportunidades de participação, até porque se elitizaram intelectualmente os procedimentos e a qualidade da participação foi sempre colocada à prova. Contudo, apesar das angústias, percebeu-se que, com os conselhos, enquanto espaços formais de participação, entendendo esta como um processo sempre em construção, talvez o segmento dos trabalhadores não esteja envolvido porque o formato da

participação mudou da reivindicação pura para a ação propositiva e prática, necessária em um espaço já garantido formal e democraticamente. A conquista desse espaço democrático de direito exige uma postura participativa diferente por parte dos sujeitos, que precisam estar atentos com os procedimentos burocráticos e com a legislação, concomitante ao conhecimento das armadilhas do poder, construídas entre aqueles que se encontram em disputa, conforme aludido por Teixeira (2001). Ao sujeito participativo não basta somente fazer apelo à “fala” ou, ao “grito”, conforme alertou um dos representantes dos trabalhadores. Para conseguir suas barganhas é preciso estudar os princípios que regem os procedimentos na democracia participativa que é gerencialista, até então, não se fazendo comum na história da luta dos trabalhadores ativistas, por estarem habituados com outra forma de luta, baseada no trabalho estável e coletivo, conforme asseverou Antunes (1999). Assim, faz-se necessária uma adaptação dos trabalhadores ao novo formato de participação que surgiu no contexto do trabalho flexível, assim como o seu reposicionamento mediante a fragmentação do trabalho, sob pena de deixar um assento vazio e, mais do que isso, um vazio político nos espaços de participação já construídos, como discutido por Nogueira (2005). Sem uma reorientação das estratégias das práticas dos trabalhadores, o exercício da participação da sociedade civil estará incompleto, por se fazer apenas do assentimento de decisões que são orientadas pelos conhecedores da legislação e da burocracia. Sendo assim, é importante reconhecer que a participação se encontra em fase de recriação.

Como todas as falas vieram denunciando, mostrou-se uníssona a discussão de que o processo de construção da política de qualificação profissional é, em sua definição, complexo e problemático, já que envolve uma compreensão multidisciplinar, passando pelos campos da educação, pedagogia, sociologia, economia, psicologia, entre outros, que, nem sempre estão conectados no sentido de avançar metodologicamente. Foi possível deduzir desses depoimentos que a dificuldade dialógica entre os sujeitos e as áreas científicas, pertinentes ao processo de construção da política pública de qualificação, vem criando entraves para a superação dos seus próprios limites teóricos e das falhas na sua execução, conforme destacou Oliveira (2006b). Como consequência, o programa de qualificação tende a concentrar-se e identificar-se com uma abordagem mais quantitativa e mercadológica, na qual o que realmente importa são os números da qualificação e da empregabilidade, sem maior preocupação com a efetividade da formação política dos sujeitos e com uma inserção social que lhes traga dignidade e criticidade, e não somente o direito de serem consumidores. Aqui, notou-se uma tensão de valores, pois, como sujeito político, seria mais importante que

pudesse ser vivo e visível por seus ideais humanos e sociais, e não servir apenas de potencial consumidor indispensável para mover as engrenagens do capitalismo.

Observou-se, assim, que as relações formadas no processo de construção social das políticas públicas estão carregadas de intencionalidades, muitas vezes “chamuscadas” por discursos e práticas, aparentemente corretos, mas que podem ter como consequência os continuísmos e os favorecimentos de grupos, historicamente, já privilegiados. Com isso, torna-se importante não perder de vista que toda relação social envolve também relações de poder e, no âmbito de um espaço democrático, em que se privilegia o diálogo entre as partes, é comum que os discursos sejam estrategicamente elaborados, com a intenção de convencer, persuadir e envolver aqueles que têm menos força nos argumentos. Desse modo, compreende-se que a participação, também pode ser excludente ao desqualificar as contribuições dos menos escolarizados e, supostamente, enfraquecidos.

O sentido de construção social da política pública de qualificação profissional, trazido pelo PNQ, é muito mais amplo do que vem se dando na realidade, pois implica na construção de um aparelho organizativo e institucional que tem o setor privado como seu maior parceiro na logística de execução dos cursos. Por isso, faz-se necessária a criação de um compromisso social sério, entre setor público e privado, que promova o envolvimento dessas esferas no desenvolvimento de estratégias de ensino que ultrapassem a instrução meramente técnica e mercadológica. Igualmente, deve-se estimular a integração dos demais programas de emprego e da política social, para que se consiga maior aproximação do conceito de qualificação profissional e social, no seu sentido amplo.

Segundo a compreensão de Lima (2005b), a política pública de qualificação e educação profissional deve ocorrer por meio do diálogo social e da negociação coletiva, com uma participação mais ativa dos trabalhadores para que a universalização e a efetividade dessa política sejam alcançadas. Só assim é possível reconhecer a política pública, enquanto um direito de cidadania, construída e legitimada pela sociedade.

6.5.2 Qualificação profissional x formação cidadã

A relação entre qualificação profissional e formação cidadã, compôs o horizonte deste estudo, conforme foi anunciado recorrentemente e, por isso, a partir da pesquisa de campo buscou-se, sem trégua, perceber a apreensão dos sujeitos a respeito deste tema, uma vez

constituindo uma das propostas centrais, presentes no PNQ/PlanTeQ. Por isso, junto às executoras, tanto para o Sistema S como para as ONGs, procurou-se observar, na condução dos cursos de qualificação, a forma como orientaram os conteúdos relacionados à formação cidadã. Nos primeiros contatos, estas instituições tiveram o cuidado de defender a parceria com o Estado e a sua responsabilidade no trato com a relação institucional, construída em virtude da execução dos cursos de qualificação profissional. Inicialmente, prevaleceu uma linguagem formal em que se defendeu a importância da política pública de qualificação, bem como o princípio e o seu compromisso de formar não só profissionais, mas de orientar os sujeitos para se tornarem cidadãos. À medida que os contatos para a pesquisa tornaram-se mais informais, algumas posturas mais realistas da prática das executoras foram sendo reveladas, diante dos desafios que se apresentaram no cotidiano com os educandos. Adotando fortemente uma postura mercadológica, voltada para a empregabilidade dos sujeitos, o Sistema S, por exemplo, tratou a questão da cidadania, não exatamente como formação política do sujeito, enquanto capacitação para a compreensão de seus direitos e deveres, de saber opinar e reivindicar sobre questões de interesse coletivo e relativos a sua vida no trabalho. Na prática, o conceito de cidadania foi remodelado e simplificado para proporcionar uma adaptabilidade do sujeito no mercado de trabalho, com o sentido de resgatar este indivíduo de uma situação de risco social,¹⁰⁷ excluído pelo desemprego e desinserido da sociedade de consumo. Para os cursos que integravam a área de serviços junto ao Sistema S, segundo as colocações dos responsáveis pela educação profissional, a “asepsia” ou higiene pessoal do educando e a postura pessoal do saber falar e respeitar o “outro”, constituíam as maiores preocupações dos instrutores em sala de aula. Isto se deu em função do reconhecimento de preconceitos na hora da contratação de funcionários que não se encaixavam nos padrões de “boa aparência” exigidos pelas empresas, o que representava forte impedimento para muitos candidatos concorrerem a uma vaga no mercado de trabalho.

A realidade apresentada, a partir das experiências das executoras dos cursos profissionalizantes, demonstrou que a falta de educação escolar e doméstica, acumulada ao longo do tempo, se configurou em obstáculo para a contratação do trabalhador. Este problema não foi encarado como resultado das falhas no sistema de educação e das desigualdades sociais no país, mas como uma carência típica de um sujeito pobre e sem ambição. Neste contexto, observou-se que o conteúdo da formação cidadã foi resignificado e absorvido pelas executoras dos cursos de qualificação profissional, principalmente, no que se referia ao

¹⁰⁷ Violência social e doméstica, ausência ou deturpação de valores morais, desemprego, baixa autoestima etc.

Sistema S, com o sentido de formar indivíduos para uma cidadania instrumental, prática, comportamental, para a civilidade, e não exatamente como formação de um sujeito reivindicativo, propositivo, participativo e transformador do seu meio, mas adaptado, “acomodado” na sociedade. A dimensão política da vida social tem sido relegada a uma convivência civilizada, substituindo o sujeito crítico pelo indivíduo “colaborador”, competente no domínio das mais novas tecnologias, mas incapaz de se reconhecer verdadeiramente como cidadão, como foi visto no debate trazido por Paiva (1995).

Ainda no Sistema S, também foram registrados relatos de que a baixa escolaridade dos alunos do PlanTeQ, no caso daqueles classificados em situação de vulnerabilidade social, prejudicou o processo de aprendizagem, já que, com esta deficiência, muitos não tinham condições de assimilar e acompanhar os conteúdos ministrados. Este entendimento também foi reproduzido por outras executoras, fazendo com que a noção de inserção social ficasse reduzida à aquisição de uma instrução técnica básica permitindo ao sujeito, com isso, ser absorvido em alguma ocupação no mercado de trabalho. Assim, a formação social e cidadã encontrou-se restringida às instruções de educação doméstica e de comportamento social, requisitos que visam “adequar” ou “domesticar” o trabalhador às exigências do mercado, criando um sujeito resignado às situações diversas de trabalho que lhes são impostas.

Por outro lado, conforme a pesquisa de campo demonstrou com o curso de hotelaria, como já foi destacado anteriormente, dadas as circunstâncias inadequadas em que funcionou, não houve condição sequer de oferecer uma formação instrumental que pudesse atender às exigências de um mercado de trabalho dinâmico. Presenciou-se a formação de sujeitos despreparados, quer para o desempenho de uma atividade profissional quer para a cidadania.

Pelo que a pesquisa sinalizou, a efetivação da formação profissional e cidadã, nos cursos profissionalizantes, encontrou obstáculos, não somente devido às falhas constatadas na forma de condução da execução do PlanTeQ na Paraíba e nos processos de ensino aprendizagem, mas, também identificou respostas na própria realidade social dos sujeitos que carregavam déficits sociais históricos, resultantes de escolhas políticas e econômicas conservadoras que vieram aprofundar o processo de desigualdade social. Os valores pessoais/morais e a desigualdade social crescente contribuíram para criar mundos diferentes para as pessoas, como parte de um processo de segregação social. A exigência da inserção social obrigou os indivíduos a conviverem em ambientes estranhos aos seus, compartilharem ideias diferentes e aceitarem comportamentos e valores que se chocavam por serem alheios aos seus cotidianos, gerando um conflito de realidades e, quem sabe, crise de identidade, como já investigado por Telles (2006). É o caso dos educandos que residem em comunidades

em condições sociais precárias, e, durante o dia, vivem em mundos completamente diversos dos seus, no momento em que são funcionários de hotéis luxuosos, trabalham em shoppings, servem em restaurantes requintados, sendo obrigados a aprender regras de etiqueta e comportamentos inadequados ao seu cotidiano e estranhos à sua cultura. Por isso, a qualificação profissional também pode significar crise de identidade, uma vez que vê a sociabilidade construída pelo trabalho sendo desmontada, não somente pelas mudanças tecnológicas, mas pela invasão dos valores da cultura dominante, que impõe padrões de comportamento sobre o conjunto dos indivíduos e define o modelo de trabalhador desejado pelo mercado.

De acordo com alguns instrutores dos cursos, constatando a difícil realidade social dos educandos, em determinados casos, foi exigido do professor uma habilidade a mais para entender a linguagem dos alunos, uma vez que estes faziam uso de gírias e expressões muito peculiares às suas comunidades. Por isso, admitiram que, antes de qualquer conteúdo político relacionado à formação cidadã, os assuntos constantes da formação social dos cursos de qualificação, estavam limitados à educação doméstica desses educandos. Ainda segundo a experiência dos educadores, encontraram-se casos recorrentes de alunos com dificuldades de efetuar matrícula por não possuírem RG ou CPF, principalmente, nas cidades do interior. Apesar destes problemas, prevaleceu a noção de que os cursos de qualificação poderiam transformar o sujeito, permitindo que exercessem uma atividade profissional e fossem conduzidos à empregabilidade. A impressão dos instrutores sobre o educando ingresso foi a de um aluno sem identidade e sem a compreensão de si, a respeito do que queria ser.

De um modo geral, os educandos não identificaram os problemas didáticos, metodológicos e até a falta de conhecimento dos instrutores, o que foi atribuído à deficiência de criticidade destes sujeitos, prejudicados por um sistema educacional que não formou para a vida e nem para a contestação da realidade. Os cursos que foram acompanhados, por meio da pesquisa, apresentaram conteúdos técnicos e práticos elementares, com poucas condições de preparar, realmente, o sujeito para uma atividade profissional. Daí a necessidade do indivíduo estar sempre buscando uma nova formação para complementar a instrução recebida anteriormente, embora os alunos tenham avaliado os educadores e os cursos sempre positivamente. É exatamente este comportamento acomodado, por parte dos educandos, que cria as condições necessárias para que sejam manipulados de acordo com os interesses do sistema produtivo.

Os educandos que participaram da pesquisa, demonstraram a compreensão sobre a necessidade de ter uma instrução profissional ou de atualizar suas habilidades, para aqueles

que já estavam no mercado de trabalho. Foi este sentimento que pareceu servir de estímulo a que buscassem fazer novos cursos e não se contentarem com apenas um, no intuito de ampliar seus “conhecimentos” e as possibilidades de empregabilidade.

O discurso, presente no mercado, de que a qualificação profissional é importante, pareceu contaminar a mente e os ideais dos indivíduos, como algo capaz de conduzi-los a um lugar melhor, mas os incapacitou a assimilarem, qualitativamente, os efeitos da qualificação profissional e da formação cidadã em suas vidas. Interessava apenas ter a instrução para, com isso, conseguir uma ocupação que promovesse uma inserção imediata. Frente às exigências do mercado de trabalho e à urgência para ter emprego e renda e tornar-se um consumidor, não havia tempo para desenvolver estratégias, voltadas para uma formação profissional que proporcionasse a estes sujeitos um trabalho com maior remuneração.

A noção de instrução profissional pareceu adaptar-se muito melhor a esse ambiente do trabalho temporário, flexível, volátil, de homens também temporários e flexíveis que não necessitavam, no seu conjunto, de uma formação mais elaborada para desenvolver uma profissão, até porque o mercado passou a privilegiar mais o sentido de habilidades ou capacidades, em detrimento da profissão, como formação social. A mensagem simbólica que povoa o mundo do trabalho na contemporaneidade é de que o sujeito tem que ser “proativo”, ou seja, tem que estar disposto a toda espécie de exigência no trabalho e considerar isso como sendo competência, eficiência e produtividade. É uma espécie de indivíduo que não cria, não pensa, apenas realiza uma instrução própria para o momento, já que o trabalho assume um caráter cada vez mais efêmero, interferindo na subjetividade do trabalho, conforme já se destacou nas reflexões de Paiva (1995).

A partir destas considerações, verificou-se que a formação cidadã dos sujeitos, enquanto proposta presente no PNQ/PlanTeQ-Paraíba, encontra-se comprometida, tendo em vista os cursos não oferecerem condições para preparar os educandos para uma atuação política participativa, confirmando uma das hipóteses deste trabalho. Além disso, a inserção social e profissional dos trabalhadores, apresentou-se cada vez mais condicionada às normas estabelecidas pelo mercado de trabalho. Somente a instrução técnica não é suficiente, pois os alunos “precisam” ter seus valores sempre adaptados às exigências dos patrões e submetidos ao seu controle, o que remete às considerações de Marx (1989), a respeito do processo sempre renovado de submissão do trabalho ao capital.

Assim, é difícil esperar um sujeito consciente do seu lugar social e exercendo plenamente a sua cidadania, pois, da forma como a qualificação profissional vem sendo conduzida, apresentando fissuras graves no processo de construção e execução da política

pública, como visto no decorrer deste trabalho, pode estar ocorrendo a continuidade de uma formação profissional instrumentalizada para acolher os interesses do capital, privilegiando instruções elementares para adequarem-se às engrenagens da reprodução capitalista, em detrimento da formação do saber. Nesse contexto, o processo da qualificação profissional, através das políticas públicas, faz-se perverso por alimentar a fé no sujeito participante, competente e independente. Isso não quer dizer que a concepção do programa de qualificação profissional deixe de contemplar princípios políticos que tenham a intenção de privilegiar uma maior participação da sociedade, formando sujeitos pensantes e de ação. Apreendeu-se das falas que, na prática, a ideologia do capital e as relações de poder são articuladas, de forma a contaminar parte do processo de construção social da política pública, transformando os sujeitos de ação em indivíduos, aparentemente, incapazes e desqualificados politicamente.

Apesar de constituir-se numa proposta de visível importância, a formação social e cidadã dos sujeitos, com a intenção de enriquecer a dimensão da participação política, tem sido dificultada por uma ordem de poderes estabelecidos para controlar o processo de recriação e reprodução de valores e, neste, o trabalhador e suas capacidades _ músculos e cérebro, como enfatizou Marx (1989). Neste movimento, resta ao trabalhador lutar para manter-se vivo e útil à produção, renovando ou qualificando o valor de uso de sua mercadoria força de trabalho.

Se não houver nenhuma interferência por parte dos representantes dos trabalhadores, do modo como vem se processando, a qualificação profissional tende a evoluir apenas pelo lado da instrução profissional, tornando o sujeito mais passivo e acomodado às exigências do mercado. A formação política e cidadã só interessa aos trabalhadores, pois é contrária à postura do sujeito adestrado e não conduz a um comportamento prático e eficiente para atender às condições do mercado, afora o fato de que um sujeito consciente politicamente seria mais participativo, crítico e contestador do seu lugar social, colocando em risco o lugar dos detentores do poder na sociedade.

Sabendo que a ideologia capitalista se organiza de modo a perpetuar a dominação e exploração do trabalho, inibindo os sujeitos, em sua capacidade de sentir, pensar e agir, qualquer política pública que vise recuperar parte da visibilidade e da ação desses sujeitos, só poderá fazer-se mais efetiva se construída, enquanto um conjunto de estratégias integradas em torno da revitalização do sistema de educação, saúde, habitação, segurança, emprego, cultura, entre outros. Assim, seria possível recuperar a dignidade do sujeito, na sua qualidade de ser humano, com valores morais bem definidos, dando-lhe condições de existir, enquanto agente político e de poder e, realmente, opinar e participar em prol de uma sociedade menos

desigual. Para isso, o interesse do coletivo tem que se fazer premissa na gestão pública, inibindo a gerência favorecedora das ambições individuais e político-partidárias, os desvios de funções e de objetivos e que os representantes políticos, indubitavelmente, possam ser reconhecidos pelos segmentos sociais que os escolheram pelo exercício livre da cidadania. Tudo isso será possível no momento em que a sociedade brasileira compreender que a satisfação das necessidades básicas do cidadão não pode ser encarada pelo Estado, por alguns políticos e até mesmo pelo público alvo, como moeda de troca, de compra de consciência e dignidade, e passe a ser considerada, verdadeiramente, como direito de cidadania.

Neste processo dialético, não há vítima nem algoz, pois todos contribuem para a transformação das ideias, dos fatos e das relações de poder criadas e legitimadas. O importante é acreditar que, tudo isso, pode ser transformado em uma sociedade melhor pelos mesmos sujeitos que, por ventura, se encontram inertes. Basta que, aqueles esquecidos ou amordaçados, assumam a sua posição de protagonistas e façam a sua história.

Considerações finais

A vida social vem se mostrando cada vez mais dinâmica, com demandas sempre renovadas, implicando no reposicionamento do sujeito no trabalho, na família e na política. As mudanças mais recentes no âmbito das relações socioeconômicas, em função da produção flexível, provocaram um duro golpe sobre a forma de organização do trabalho, dismantelando a sociabilidade construída em torno do trabalho coletivo e, sobretudo, fazendo com que o trabalho humano parecesse perder sua centralidade, no processo de criação de valores e na vida social. A emergência dos princípios individualistas do mercado passou novamente a reger o comportamento dos sujeitos, tendo como principal referência o trabalho flexível, desprotegido, montado sobre relações sociais instrumentais e fugazes (Paiva, 1995).

As políticas públicas também sofreram os impactos dessas mudanças e foram instadas a responder com ações efetivas sobre o crescimento do problema do emprego e da pobreza. Neste sentido, os programas sociais ganharam expressão no trato da fome e da miséria, enquanto os programas de emprego buscaram criar medidas de geração de ocupação e renda e de preparação da mão-de-obra para o mercado de trabalho. A mentalidade de sujeito proativo e competente, ideologicamente, veio responsabilizar o indivíduo pela desinserção social, assim como pelas chances de (re)inserção, mascarando a eliminação de postos de trabalho e o caráter do desenvolvimento desigual, próprios ao capitalismo. Assim, a característica das políticas públicas, na década de 1990, no enfrentamento do desemprego e da pobreza, atuaram de modo a tentar criar condições de (re)inserção social dos sujeitos pelo mercado, gerando oportunidades de renda, promovendo a qualificação profissional e estimulando o empreendedorismo individual, em contraposição ao desenvolvimento e fortalecimento de uma postura política mais qualitativa por meio da participação cidadã.

O PNQ veio representar um novo momento político ao atribuir significado à qualificação enquanto política pública e como direito de cidadania. Contudo, construir e implementar uma política pública por meio da participação da sociedade, não representa uma tarefa simples. Mesmo que os espaços democráticos estejam institucionalmente garantidos, a não participação popular, ainda se encontra naturalizada pelo vício do paternalismo e do assistencialismo, colocando o sujeito na posição de receptor e assistido pelas ações do Estado, sem exercitar a reivindicação e a fiscalização das formas de intervenção pública. Por isso,

torna-se necessário um longo trabalho de educação e mobilização da sociedade civil para desenvolver uma cultura de maior participação política como um direito e exercício de cidadania.

O PNQ/PlanTeQ, como foi apresentado, tem sido um exemplo em mostrar que a qualificação profissional pode ser ajustada aos interesses dos trabalhadores, sem deixar de estar articulada com as exigências do mercado, fazendo com que estes sujeitos possam interferir, corrigir e propor novas ações, ao longo da execução do programa de qualificação. Por outro lado, não se pode olvidar dos instrumentos sempre renovados de controle do capital sobre o trabalho que, por meio do avanço tecnológico, tendem a limitar a capacidade de ação dos sujeitos e, além disso, manipular o consumo, os gostos, as ideias, a cultura e a política, corrompendo a disposição de organização dos sujeitos em sua capacidade de se emancipar politicamente.

Na sociabilidade atual, o que vem prevalecendo é a noção de inserção social pelo mercado, como sendo um espaço livre e igual para todos, bastando ser competente para ser reconhecido como sujeito social e, sobretudo, como consumidor. A compreensão de desigualdade social como resultado das imperfeições do capitalismo encontra-se ultrapassada pela ideia de responsabilização individual da pobreza. Os valores característicos da sociedade flexível são os do mercado, dos interesses particulares e do trabalhador proativo e empreendedor. Neste cenário, a cidadania também é submetida à ressignificação quando se vê perdido o sentido político de comunidade, solidariedade e direito coletivo, para reencontrar-se no direito individual e na noção de “cidadão consumidor”.

Com todo esse desmonte nas subjetividades, a experiência proporcionada com o PNQ/PlanTeQ-Paraíba permitiu reafirmar certos avanços, como assim destacaram Lima (2005b) e Oliveira (2006a), ao conceber a qualificação profissional como uma política pública e como um direito de cidadania, mesmo diante dos impasses observados quanto à participação da sociedade no seu processo de construção e execução. Como questão mais importante, destacou-se o vazio político, que se fez presente na participação dos representantes da sociedade civil (governo, empregadores e trabalhadores) no âmbito dos conselhos de trabalho e emprego. Os conselheiros reconheceram estes como importantes espaços de interlocução que devem ser assegurados, mas não souberam exatamente como agir, enquanto representantes de suas entidades e detentores de poder transformador na sociedade. A partir das falas, percebeu-se que, muitas vezes, se sentiam limitados pelos procedimentos burocráticos, pelos editais e prazos que regiam o programa de qualificação profissional, sem que pudessem processar adequadamente a qualidade de suas ações e, menos ainda,

encaminhar as correções e os ajustes necessários ao programa. Assim, enquanto as falhas na definição das demandas e das executoras e o despreparo dos conselheiros iam sendo empurrados por anos seguidos, do mesmo modo, os sujeitos faziam de conta que participavam. Ademais, enfatizaram que a importância dos conselhos de trabalho e emprego não vem sendo publicizada para as entidades representativas e nem para a sociedade, contribuindo para a falta de reconhecimento público dos conselheiros, junto aos seus representados. Apesar dos conselhos existirem como espaço de participação garantido, democraticamente, a presença dos sujeitos vem se dando de forma acanhada, parecendo contrariar a luta dos movimentos sociais por representação política na histórica disputa de poderes e lugares sociais neste país. Pelos depoimentos apreendidos, o segmento dos trabalhadores que, arduamente, lutou por participação política, visando conquistar espaços e direitos sociais, também se encontrou “perdido” em sua forma de atuação e em meio ao gerencialismo assumido pelas políticas públicas. Esta constatação, levou ao reconhecimento de que a forma de luta vem sendo remodelada, em função de relações sociais flexíveis que terminaram por induzir a uma participação igualmente flexível, tornando-se necessário reinventar um discurso mais atrativo ou, pelo menos, que sirva de alternativa à retórica fetichista do mercado na sua promessa de progresso e riqueza, possibilitando aos trabalhadores reencontrar um sentido político para fazer frente à dominação do capital.

Os limites encontrados na atuação dos conselhos de trabalho e emprego e as lacunas deixadas pelos trabalhadores, no processo de construção e execução do PNQ/PlanTeQ no estado, prejudicaram significativamente o seu papel de controle social da política pública, dando margem para que o setor privado possa apropriar-se das ações em prol de seus próprios interesses. O controle social das políticas públicas foi concebido, exatamente, para promover o equilíbrio de força entre os representantes da sociedade civil e orientar os programas sociais e de emprego e renda para uma inserção social que respeitasse os sujeitos como cidadãos e não somente como consumidores no mercado. Neste sentido, também não se verificou uma integração qualitativa do programa com outros da área social e da política de emprego, o que terminou por dificultar as ações de qualificação profissional na definição das demandas, do público alvo e do desenvolvimento de estratégias para a inserção social. O cruzamento das ações destes programas poderia potencializar os seus resultados, proporcionando um melhor alcance dos objetivos. Contudo, as divergências político-partidárias, a disputa de poder e os impasses da burocracia constituíram alguns dos fatores impeditivos da integração das políticas públicas prejudicando, assim, uma melhor efetividade do PlanTeQ-Paraíba.

Na experiência com os educandos do programa de qualificação, constatou-se um comportamento acomodado em relação às exigências do mercado de trabalho e um desinteresse para com os conteúdos indicados na formação cidadã. Foi demonstrado como a falta de senso crítico, quanto aos cursos e aos instrutores, sinalizaram a carência política dos educandos e uma potencial fragilidade, enquanto futuros trabalhadores que precisarão medir forças, negociar e lutar por seus lugares na arena das relações sociais de trabalho. Esta realidade provocou a reflexão de que não basta conceber uma política pública como direito se o público alvo não se compreende como cidadão possuidor deste direito; se não percebe o seu lugar em meio ao processo de desinserção social; se continua preso a um presente e sem disposição de criar estratégias no trabalho para uma vida com um futuro melhor; e, se não se reconhece como sujeito social capaz de mudar a sua realidade. É preciso que este sujeito descubra um sentido em sua existência e se reencontre, assim, como cidadão.

Pelas entrevistas, pôde-se perceber que, o tratamento da relação entre qualificação profissional e formação cidadã, presente no PNQ/PlanTeQ, apresentou-se complexo, expressando a difícil compatibilização entre mercado e cidadania. Considerando a dimensão do mercado, a qualificação profissional tende a ser encarada como instrução técnica necessária para o indivíduo atingir os critérios da empregabilidade, exigindo-lhe um comportamento racional e flexível, em consonância com a noção de competência. Em se tratando da formação cidadã, ao sujeito cabe não somente a preparação para o mercado, mas que sua formação profissional faça parte de uma história de vida; que o ato de trabalhar tenha sentido e seja reconhecido como uma relação social, em que o trabalhador possa ser também sujeito político, capaz de pensar e agir. Portanto, estas duas concepções são conflitantes por natureza, tendo em vista que o livre jogo do mercado inclina-se no privilégio da formação de um indivíduo prático e acrítico, contrariando a noção de trabalho considerada como relação social.

As experiências realizadas, a partir da pesquisa de campo, contribuíram para a confirmação das hipóteses anteriormente levantadas, quanto às dificuldades apresentadas no envolvimento político dos sujeitos no processo de construção social da política pública, assim como no seu controle social. Além disso, verificou-se que os cursos de qualificação profissional não se apresentaram efetivos em orientar os educandos para uma formação profissional que também contemplasse a formação cidadã, prejudicando o atendimento de um dos objetivos centrais do PNQ/PlanTeQ, quanto ao sentido de reativar o exercício da cidadania.

Com referência ao objetivo geral proposto neste trabalho de tese, o de analisar a capacidade do PNQ/PlanTeQ atender, simultaneamente, às necessidades imediatas de qualificação profissional e de orientação para a formação cidadã dos educandos, no estado da Paraíba, considerou-se que foi atendido dentro das expectativas almejadas. A partir desta orientação, foi possível problematizar a questão política que circundou o tema da qualificação profissional e identificar os principais sujeitos envolvidos no processo de construção deste programa.

A proposta presente no PlanTeQ de promover, ao mesmo tempo, a qualificação profissional e a formação cidadã dos sujeitos, ainda se depara com barreiras determinantes para a sua efetivação, atribuídas aos impasses encontrados na gestão e execução do programa mas, sobretudo, na própria dificuldade dos sujeitos (gestores, executores e trabalhadores) de compreenderem a dimensão que o conceito de cidadania representa. Constatou-se que este conceito tornou-se cada vez mais vazio de sentido político após o gerencialismo público imposto pela reforma do Estado (Nogueira, 2005), assim como pelo avanço dos valores e da sociabilidade criada em torno da noção de eficiência do mercado. É como se a ideia de ser cidadão, no sentido de reivindicar, interferir e propor, qualitativamente, na construção da sociedade, fosse perdendo seu significado, em função da falta de referências sociais no trabalho estável e na projeção que o “cidadão consumidor” assumiu na sociedade atual. Esta problemática só veio reforçar a necessidade da presença qualitativa do CETE-Paraíba e, em especial, dos trabalhadores na construção e no controle social do PlanTeQ no estado, como forma de reclamar a política pública como sendo um direito de cidadania e reforçar as ações que possam surgir como alternativas ao modelo hegemônico do mercado.

Desse modo, considerou-se que o PNQ/PlanTeQ-Paraíba, apesar de ter sido concebido como política pública e direito de cidadania, fazendo parte de um dinâmico processo de construção social, apresentou problemas, especialmente, por considerar a participação política dos sujeitos como um pressuposto o que, na realidade, nem sempre processa-se da forma esperada. Por outro lado, reconhece-se a política pública como uma relação social e como parte de um processo dialético que carrega valores, contradições, relações de poderes e histórias próprias ao desenvolvimento da sociedade. Não se pode, simplesmente, apagar o passado (e presente) de exploração, as oligarquias, os paternalismos e as usurpações de direitos, assim como também não se pode esquecer as conquistas políticas como direito de todos, resultado da luta e da perda das liberdades de muitos, mas que serviram para garantir a presença e a voz dos que se mostraram invisíveis e amordaçados por sua condição de pobreza. É exatamente pela história do país, que se reconhece o PNQ/PlanTeQ-Paraíba como sendo

uma política pública em construção, encontrando-se, também, em construção a forma de participação política dos sujeitos que dela fazem parte.

Como um processo e uma relação social, o importante é não menosprezar as relações de força, assim como o poder desvirtuador e mistificador do capital sobre o papel político das pessoas na construção da sociedade. Apesar de as novas subjetividades parecerem desvalorizar o sujeito político, consequência do movimento ideológico de desmonte da centralidade do trabalho e das mudanças em sua sociabilidade, não se pode perder de vista a capacidade de transformação, própria aos sujeitos sociais, e de reinvenção das formas de emancipação social.

A realização deste trabalho proporcionou a percepção de que um novo modelo de participação vem sendo gestado, lentamente, como reflexo dos novos lugares sociais, determinados pela metamorfose no mundo do trabalho e pela globalização. Estas mudanças trouxeram outra configuração da política, pautada nas relações de trabalho flexível e nas posturas individualistas, criando uma sociabilidade que naturalizou a desproteção, a formação de competências e as relações sociais efêmeras. Diante disso, o movimento dos trabalhadores precisa reinventar a forma de luta, assim como, os princípios da participação cidadã, no sentido de ser reivindicativa, propositiva e transformadora da sociedade.

Como reflexo de uma sociedade em mutação, os sujeitos sociais precisam reorganizar as forças, redefinir os lugares nos espaços de participação e se fazerem visíveis. Pondera-se que, a aparente apatia, verificada pelos representantes dos trabalhadores no processo de construção e execução do PlanTeQ-Paraíba, não pode ser encarada apenas como imobilismo político, mas como parte da pedagogia política, que exige dos sujeitos sociais o confronto de ideias, poderes e interesses, necessários ao amadurecimento político da sociedade na consolidação dos espaços democráticos de participação. Neste movimento dialético, é importante que os representantes dos trabalhadores se reencontrem no exercício da participação e consigam desempenhar uma presença qualitativa, com propostas e ações que interfiram, verdadeiramente, na construção das políticas públicas. Além disso, é fundamental que, como agentes sociais, desenvolvam uma postura crítica e consciente do seu lugar na sociedade, servindo de contraposição ao fortalecimento de posturas individualistas, que só contribuem para a formação de uma cidadania instrumentalizada e subserviente.

Por representar um processo em construção, não é possível indicar respostas conclusivas para a atuação do PlanTeQ-Paraíba, enquanto política pública, mas reconhecer as dificuldades próprias de um programa que se propõe enfrentar o problema do emprego, embora tenha como maior obstáculo a “ausência de cidadania”. Portanto, antes de mais nada,

faz-se necessário resgatar a condição cidadã dos sujeitos para que reconheçam seus direitos e compreendam o sentido da participação política na sociedade. Isso só pode acontecer, quando os direitos universais relativos à saúde, educação, alimentação e moradia, forem realmente tratados como direitos de cidadania no Brasil, garantindo dignidade e melhores condições de vida para a população.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo: 2006.
- _____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª edição. São Paulo; Cortez, 2002.
- _____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- ARRUDA, G. C. M.. **Qualificação profissional nos tempos presentes**: decifra-me ou te devoro. In: CARLEIAL, L. e VALLE, R. (Orgs.). Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: HUCITEC-ABET, 1997.
- AVRITZER, L. **A moralidade da democracia**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- AZEREDO, B.. **Políticas públicas de geração de emprego no Brasil**: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: Unicamp-IE, 1998.
- BARAN, P. A. e SWEEZY, P. M.. **Capitalismo monopolista**: ensaios sobre a ordem econômica e social americana. 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BARBOSA, A. de F. e MORETTO, A.. **Políticas de emprego e proteção social**. São Paulo: ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. 1, 1998.
- BAUMAN, Z.. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECK, U.. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: resposta à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Avaliação do PEQ-PB**: avaliação do programa de 1997. Relatório Final. MTE/SEFOR/FAT/COCEFAT/UFPB/ATECEL/CCSA/CE, João Pessoa, fev., 1998.
- _____. **Plano Estadual de Qualificação PEQ-PB 2000**. Relatório final. Avaliação externa. MTE/SPPE/CIENAL/ UFPB/CCSA/CE, João Pessoa, mar., 2001a.
- _____. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR**. MTE/SPPE/DQP/FAT, Brasília, junho, 2001b. <http://www.oitcinterfor.org/public/spanish/region/.../exp/.../planfor.doc>. Acesso em 26 de janeiro de 2010.
- _____. **Avaliação do PEQ-PB**: pesquisa com egressos de 1999. Relatório Final. MTE/SPPE/FAT/SETRAS-PB/CIENAL/UFPB/ CCSA/CE, João Pessoa, mar., 2001c.

_____. **Plano Nacional de Qualificação - PNQ**. 2003a. <http://www.mte.gov.br/pnq>. Acesso em 26 de janeiro de 2010.

_____. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ**: repasse de recursos – Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs e Projetos Especiais de Qualificação – ProEsQs. MTE/SPPE/DQ, 2003b. <http://www.mte.gov.br/pnq/recursos>. Acesso em 26 de janeiro de 2010.

_____. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ**: repasse de recursos – Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs e Projetos Especiais de Qualificação – ProEsQs. MTE/SPPE/DQ, 2004. <http://www.mte.gov.br/pnq/recursos>. Acesso em 26 de janeiro de 2010.

_____. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ**: repasse de recursos – Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs e Projetos Especiais de Qualificação – ProEsQs. MTE/SPPE/DQ, 2005. <http://www.mte.gov.br/pnq/recursos>. Acesso em 26 de janeiro de 2010.

_____. **Relatórios gerenciais do FAT**: 1995-1999. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fat/relatoriogerencial.asp>. Acesso em 30 de janeiro de 2010.

_____. **Sumário executivo dos resultados da avaliação externa do programa seguro-desemprego**. MTE/FAT/UNB, Brasília, dez., 2009.

BRAVERMAN, H.. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BULHÕES, M. da G. P.. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor**: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul. Perspectiva: São Paulo. [on line]. 2004, vol. 18, n. 4, pp. 39-49. ISSN 0102-8839. Doi: 10.1590/S0102-88392004000400006.

CARVALHO, S. N. de. **Avaliação de programas sociais**: balanço das experiências e contribuição para o debate. Perspectiva: São Paulo, 17 (3-4), p. 185-197, 2003.

CASTEL, R.. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTELLS, M.. **A sociedade em Rede**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTIONI, R.. **Da qualificação à competência**: dos fundamentos aos usos _ o PLANFOR como disseminador de novos “conceitos” em educação. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

CHESNAIS, F.. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COCCO, G.. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2001.

COHN, A. **A questão social no Brasil**: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, C. G.. (Org.). Viagem completa: a experiência brasileira (1500-2000): A grande transação. 2ª edição, São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

COSTA, C.. **Do PLANFOR ao PNQ**: mundo do trabalho, qualificação profissional e políticas públicas. In: OLIVEIRA, R. V. de (Org.). Qualificar para quê? Qualificação para quem? Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCG, 2006.

COSTA, C.; PRESTES, E.; GOMES, V. *et al.* **Controle social da política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil**: desafios e potencialidades. In: OLIVEIRA, R. V. de (Org.). Novo momento para as comissões de emprego no Brasil? Sobre as condições da participação e controle sociais no sistema público de emprego em construção. São Paulo: A+ Comunicação, v. 2, 2007.

- COSTA, L. R.. **A crise do fordismo e o embate entre qualificação e competência:** conceitos que se excluem ou que se complementam? Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho, João Pessoa, n. 26, p. 127-142, abr. 2007.
- CASTRO, N. A. e GUIMARÃES, A. S. A.. **Além de Bravernan, depois de Burawoy:** vertentes analíticas na sociologia do trabalho. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Ano 6, n. 17, p. 44-52, out. 1991.
- DADOY, M.. **As noções de competência e competências à luz das transformações na gestão da mão-de-obra.** In: TOMASI, A. (Org.). Da qualificação à competência: pensando o século XXI. Campinas: Papirus, 2004.
- DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.** In: _____. (org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DEDECCA, C. S.. **Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90.** In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: Unicamp-IE, 1998.
- DELUIZ, N.. **A globalização econômica e os desafios à formação profissional.** Obtido em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/303/boltec303f.htm>. Acesso em 19 de agosto de 2007.
- DEMO, P.. **“Focalização” de políticas sociais:** debate perdido, mais perdido que a “agenda perdida”. Revista de Serviço Social, São Paulo, Ano XXIV, nº 76, nov./2003.
- DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.
- _____. **Anuário da qualificação social e profissional: 2006.** São Paulo: DIEESE, 2007.
- _____. **Anuário dos trabalhadores: 2005.** 6ª edição, São Paulo: DIEESE, 2005.
- _____. **Anuário Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: Qualificação social e profissional: 2006.** São Paulo: DIEESE, 2008.
- _____. **Anuário Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: Qualificação social e profissional.** São Paulo: DIEESE, 2009.
- DINIZ, E.. **Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado.** Revista Lua Nova, São Paulo, nº 45, 1998.
- DOBB, M.. **A evolução do capitalismo.** 7ª edição, Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.
- DRUCK, M. da G.. **Terceirização:** (des)fordizando a fábrica. São Paulo: Boitempo; Salvador: Edufba, 1999.
- DUBAR, C.. **A socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência.** Revista Educação e Sociedade, Campinas, n. 64, ano XIX, p. 87-103, set. 1998.
- DUGUÉ, E.. **A gestão das competências:** os saberes desvalorizados, o poder ocultado. In: DESAULNIERS, J. B. R. (Org.). Formação & trabalho & competência: questões atuais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- _____. **A lógica da competência:** o retorno do passado. In: TOMASI, Antonio (Org.). Da qualificação à competência: pensando o século XXI. Campinas: Papirus, 2004.
- DUPPAS, G.. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo. 2ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- DURKHEIM, É.. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martin Fontes, 2004.
- ENGELS, F.. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FEIJÓ, R. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 2001.
- FLEURY, S.. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.
- FRIEDMANN, G.. **O trabalho em migalhas**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 2001.
- GIRARD, A.. **Orientação e formação profissionais**. In: FRIEDMANN, G. e NAVILLE, P.. Tratado de sociologia. São Paulo: Cultrix, v. 1, 1962.
- GOHN, M. da G.. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GONDIM, S. M. G.. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Obtido em: <http://www.google.com.br/search?q=grupo+focal&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a>. Acessado em 03 de agosto de 2010.
- GORZ, A.. **Crítica da divisão do trabalho**. 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GRINT, K.. **Sociologia do trabalho**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- HABERMAS, J.. **A inclusão do outro**. 3ª edição, São Paulo: Loyola, 2007.
- _____. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- HARVEY, D.. **Condição pós-moderna**. 15ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HIRATA, H.. **Da polarização das qualificações ao modelo de competência**. In: FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R. et al. (Orgs.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- HOBBSBAWN, E.. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HUBERMAN, L.. **História da riqueza do homem**. 21ª edição, Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 7ª edição, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- IAMAMOTO, M. V.. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis, Brasília: ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul., 2001.
- IANNI, O.. **A era do globalismo**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
- _____. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1986.
- _____. **Teorias da globalização**. 13ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- IVO, A. B. L.. **A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 1990**. In: CIDAMORE, A., DEAN, H. e SIQUEIRA, J. (Orgs.). A pobreza do Estado. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- KOBER, C. M.. **Qualificação profissional: uma tarefa de Sísifo**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LEITE, M. de P. e ARAÚJO, Â. M. C.. **O trabalho reconfigurado**: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Anablume; FAPESP, 2009.

LEITE, M. de P.. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1994.

_____. **Trabalho e sociedade em transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LIMA, A. A. B.. **As mutações no campo da qualificação**: trabalho, educação e sujeitos coletivos no Brasil contemporâneo. 2005a. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **Diálogo social e qualificação profissional**: experiências e propostas. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2005b.

_____. **Avanços conceituais, institucionais e metodológicos nas políticas públicas de qualificação**. I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Mesa III – Organização institucional e o papel das instâncias de governo e da sociedade civil. Brasília: 2006.

LIMA, M. A. D. da S.; ALMEIDA, M. C. P. de e LIMA, C. C.. **A utilização da observação participante e da entrevista semiestruturada na pesquisa em enfermagem**. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 20, n. especial, p.130-142, 1999. Obtido em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewFile/4288/2250>. Acessado em 03 de agosto de 2010.

LIPIETZ, A.. **O Fordismo Periférico**. Ensaio FEE, Porto Alegre, nº 10, vol. 2, 1989.

LUCA, T. R. de. **Indústria e trabalho na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MANFREDI, S. M.. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Trabalho, qualificação e competência profissional** – das dimensões conceituais e políticas. Revista Educação e Sociedade, Campinas, n. 64, ano XIX, p. 13-49, set. 1998.

MARTINS, H. H. T. de S.. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, v.30, n.2, São Paulo, mai./ago., p. 289-300, 2004. Obtido em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>. Doi: 10.1590/S1517-97022004000200007. Acessado em 28 de março de 2008.

MARTINS, J. de S.. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K.. **O capital**: crítica da economia política. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, V. I., 1989.

MATUSITA, A. P. e GIMENEZ, D. M.. **O capitalismo avançado no pós-guerra e a experiência recente das políticas públicas de emprego**. In: DIEESE. Emprego e desenvolvimento tecnológico: artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 1999.

MEGHNAGI, S.. **A competência profissional como tema de pesquisa**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, n. 64, ano XIX, p. 50-86, set. 1998.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MINAYO, M^a C. de S.. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4^a edição, São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1996.
- MORAIS NETO, B. R.. **Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão**. 2^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MORETTO, A. J., GIMENEZ, D. M. e PRONI, M. W.. **Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil**. In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (Orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- MORETTO, A.. **Políticas de emprego no Brasil: algumas considerações sobre os anos 90**. In: DIEESE. Emprego e desenvolvimento tecnológico: artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 1999.
- NASCIMENTO, E. P. do. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. In: BURSZTYN, M. (Org.) No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- NOGUEIRA, M. A.. **Um Estado para a sociedade civil**. 2^a ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- NETO, O. C.; MOREIRA, M. R. e SUCENA, L. F. M.. **Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. Obtido em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf. Acessado em 03 de agosto de 2010.
- OFFE, C.. **Trabalho: a categoria-chave da sociologia?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 10, v. 4, p. 5-20, junho, 1989.
- OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, L.. **Os excluídos ‘existem’?** Notas sobre a elaboração de um novo conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, nº. 33, ano 12, pp. 49-61, fevereiro de 1997.
- OLIVEIRA, R. de. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.
- OLIVEIRA, R. V. de (Org.). **Qualificar para quê? Qualificação para quem?** Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, 2006a.
- _____. **O PNQ e as perspectivas e desafios da política pública de qualificação**. In: _____. (Org.). Qualificar para quê? Qualificação para quem? Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, 2006b.
- _____. **A qualificação profissional como política pública**. In: SAUL, A. M. e FREITAS, J. C. de (Org.). Políticas públicas de qualificação: desafios atuais. São Paulo: A+ Comunicação, 2007.
- OLIVEIRA, R. V. de e SOCHACZEWSKI, S.. **Comissões/Conselhos de emprego atuantes no Brasil: traços do perfil e problematizações**. In: OLIVEIRA, R. V. de (Org.). Novo momento para as comissões de emprego no Brasil? Sobre as condições da participação e controle sociais no sistema público de emprego em construção. São Paulo: A+ Comunicação, volume 2, 2007.

ORTEGA, A. S., OCANÃ, C. M. e FARELO, R. M.. **Paro, exclusión y políticas de empleo: aspectos sociológicos**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.

PAIVA, V.. **Inovação tecnológica e qualificação**. Educação & Sociedade, Campinas: Papirus, v. XVI, n. 50, p. 70-92, abril/1995.

_____. **Novos padrões econômicos e demanda de qualificação e competências**. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, Venezuela, año 6, nº 12, pp. 139-153, 2000.

_____. **Sobre o conceito de "Capital Humano"**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 113, Jul., 2001.

_____. **Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social**. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3ª edição, São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PARAÍBA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e da Produção. **Relatório PLANTEQ 2007**. João Pessoa, SEDESP, 2009.

PARAÍBA. Secretaria de Desenvolvimento Humano. **Apontamentos Acerca da Dimensão Político-pedagógica**. João Pessoa, Hotel Marinas. SEDH, FAT, MTE, Governo da Paraíba. Seminário realizado em 12 de março de 2010a.

_____. **Relatório circunstancial de avaliação, supervisão e monitoramento dos cursos do PlanTeQ/PB**. João Pessoa, Casa Caiada, PNQ/PlanTeQ-PB, 2010b.

PAUGAM, S.. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: EDU/Cortez, 2003.

PEREIRA, P. A. P.. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, I., BEHING, E. R. et al. (Orgs.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, C. R. J.. **Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro**. Lua Nova, São Paulo, v. 74, p. 35-58, 2008.

POCHMANN, M.. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002.

POSTHUMA, A. C.. **Transformando o sistema brasileiro de formação profissional: o primeiro quadriênio do Planfor**. In: _____. (Org.). Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. São Paulo: Editora 34; OIT, 1999.

PRESTES, E. M. da T.. **Considerações sobre o PLANFOR e suas experiências de avaliação**. In: OLIVEIRA, R. V. de (Org.). Qualificar para quê? Qualificação para quem? Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje. São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. (Orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAMOS, M. N.. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.

REPA, L.. **Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de Teoria Crítica**. In: NOBREGA, M. (Org.). Curso livre de Teoria Crítica. Campinas: Papirus, 2008.

RIBEIRO, N. e KRAUSE, S.. **Participação e representação política nas comissões/conselhos de emprego, trabalho e renda: a democracia participativa em**

construção. In: OLIVEIRA, R. V. de (Org.). Novo momento para as comissões de emprego no Brasil? Sobre as condições da participação e controle sociais no sistema público de emprego em construção. São Paulo: A+ Comunicação, v. 2, 2007.

RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2007.

ROCHE, J.. **A dialética qualificação-competência**: estado da questão. In: TOMASI, A. (Org.). Da qualificação à competência: pensando o século XXI. Campinas: Papirus, 2004.

ROSANVALLON, P.. **A crise do Estado-providência**. Goiânia, Editora da UFG; Brasília: Editora da UNB, 1997.

SANTOS, B. de S.. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia representativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 11ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M.. **O espaço do cidadão**. 7ª edição, São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SAUL, A. M., FREITAS, J. C. de e PONTUAL, P. C.. **Diretrizes para a supervisão do Plano Nacional de Qualificação – PNQ**. In: SAUL, A. M. e FREITAS, J. C. de (Org.). Políticas públicas de qualificação: desafios atuais. São Paulo: A+ Comunicação, 2007.

SAUL, A. M.; FREITAS, J. C. de; PONTUAL, P. C. *et al.* **A avaliação do Plano Nacional de Qualificação PNQ - construindo referenciais**. In: SAUL, A. M. e FREITAS, J. C. de (Org.). Políticas públicas de qualificação: desafios atuais. São Paulo: A+ Comunicação, 2007a.

_____. **Indicadores de qualidade social e pedagógica para avaliação do Plano Nacional de Qualificação – PNQ**. In: SAUL, A. M. e FREITAS, J. C. de (Org.). Políticas públicas de qualificação: desafios atuais. São Paulo: A+ Comunicação, 2007b.

SAUL, A. M., FREITAS, J. C. de; KOYAMA, S. M. *et al.* **Síntese avaliativa dos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs**. In: SAUL, A. M. e FREITAS, J. C. de (Org.). Políticas públicas de qualificação: desafios atuais. São Paulo: A+ Comunicação, 2007a.

_____. **Pesquisa com egressos dos PlanTeQs**. In: SAUL, A. M. e FREITAS, J. C. de (Org.). Políticas públicas de qualificação: desafios atuais. São Paulo: A+ Comunicação, 2007b.

SCHWARTZ, Y.. **Os ingredientes da competência**: um exercício necessário para uma questão insolúvel. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol.19, n.65, p. 101-140, dez. 1998. ISSN 0101-7330. Obtido em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000400004&lng=en&nrm=iso>. Doi:10.1590/S0101-73301998000400004. Acesso em 10 de março de 2010.

SENNETT, R.. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 11ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, M. O. da S. e; YASBEK, M. C. e GIOVANNI, G. di. **A política social brasileira no século XXI**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2006.

SMITH, A.. **A Riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, v.1, 1983.

SOARES, S. A. G.. **Políticas públicas, qualificação profissional e a educação do trabalhador no final da década de 90 no Brasil**: empregabilidade ou inserção social? 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

SOUSA, A. de A. e OLIVEIRA, E. G. (Orgs.). **Educação profissional**: análise contextualizada. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

SOUSA, S. de M. P. S. e PEREIRA, M. E. F. D.. **A apropriação da noção de competência nas políticas de educação profissional desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 1990**. In: SILVA, M. O. da S. e e YAZBEK, M. C. (Orgs.). Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luiz: FAPEMA, 2006.

SOUZA NETO, J. C. de. e LIBERAL, M. M. de. (Orgs.). **A metamorfose do trabalho na era da globalização**. São Paulo: Expressão e Arte, 2004.

SILVA, M. O. da S. e; M. C. YASBEK e GIOVANNI, G. di. (Orgs.). **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.

SINGER, P.. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 1998.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios**: a promessa não-cumprida de benefícios globais. 4ª edição, São Paulo: Futura, 2002.

STROOBANTS, M.. **Qualificação ou competências?** Padrões de geometria variável. In: DESAULNIERS, J. B. R. (Org.). Formação & trabalho & competência: questões atuais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998a.

_____. **Trabalho e competência**: recapitulação crítica das pesquisas sobre saberes. In: DESAULNIERS, J. B. R. (Org.). Formação & trabalho & competência: questões atuais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998b.

SULZER, E.. **Objetivar as competências de interação**: crítica social do saber-ser. In: TOMASI, A. (Org.). Da qualificação à competência: pensando o século XXI. Campinas: Papyrus, 2004.

TARTUCE, G. L. B. P.. **Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 353-382, Ago. 2004. Obtido em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200004&lng=en&nrm=iso>. Doi: 10.1590/ S0101-73302004000200004. Acessado em 17 de março de 2010.

TAVARES, M. A.. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, E.. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo, Cortez; Recife: Equipe; Salvador: UFBA, 2001.

TELLES, V. da S.. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Editora 34, 2001.

_____. **Mutações do trabalho e experiência urbana**. Revista Tempo Social, USP, v. 18, n. 1, Jun., 2006.

THOMPSON, E. P.. **A formação da classe operária inglesa**. 7ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, V. 1, 2 e 3, 1997.

TODESCHINI, R.. **A construção do sistema público de emprego no Brasil e a gestão tripartite**. In: OLIVEIRA, R. V. de (Org.). Novo momento para as comissões de emprego no Brasil? Sobre as condições da participação e controle sociais no sistema público de emprego em construção. São Paulo: A+ Comunicação, v. 1, 2007.

TOLEDO, E. de La G.. **La Flexibilidad del trabajo en América Latina**. Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo, São Paulo, ano 03, nº 05 (p. 129-157), 1997.

TOMASI, A. (Org.). **Da qualificação à competência: pensando o século XXI**. Campinas: Papirus, 2004a.

_____. **Qualificação ou competência?** In: _____. (Org.). Da qualificação à competência: pensando o século XXI. Campinas: Papirus, 2004b.

TONET, I.. **Educar para a cidadania ou para a liberdade?** Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 459-484, jul./dez. 2005. Obtido em <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acessado em 02 de março de 2009.

TOURAINÉ, A.. **A organização profissional da empresa**. In: FRIEDMANN, G. e NAVILLE, P.. Tratado de sociologia. São Paulo: Cultrix, v. 1, 1962.

UNITRABALHO. **Plano Nacional de Qualificação**. Avaliação externa/ 2003 a 2006. MTE/SPPE/DEQ: A+ Comunicação, 2007.

VIANNA, M. L. T. W.. **Reforma do Estado e política social: notas à margem do tema**. In: BEHRING, E. R. e ALMEIDA, M. H. T.. (Orgs.). Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PSS/UERJ, 2008.

WEBER, M.. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, v.1, 2004a.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, v. 2, 2004b.

WITTORSKI, R. **Da fabricação das competências**. In: TOMASI, Antonio (Org.). Da qualificação à competência: pensando o século XXI. Campinas: Papirus, 2004.

ZARIFIAN, P. **O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas**. São Paulo: SENAC, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de entrevista para o coordenador do PlanTeQ-Paraíba

1. Implementação do PNQ/PlanTeQ, seus princípios e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho no estado da Paraíba.
2. Percepção da questão da qualificação profissional hoje. O papel da secretaria na qualificação profissional.
3. Participação/interferência sobre as decisões, as escolhas, os ajustes das diretrizes do programa, a demanda dos cursos, os procedimentos pedagógicos a serem utilizados, entre outros.
4. Relação da coordenação do PlanTeQ com as comissões de emprego.
5. Diálogo da coordenação com as instituições executoras e prestadoras de serviços da educação profissional. Principais sujeitos deste processo.
6. Papel da qualificação profissional diante da questão do emprego.
7. Entendimento sobre a noção de cidadania.
8. Sobre a inclusão do trabalhador no mercado de trabalho.
9. Acompanhamento dos alunos inscritos nos cursos de formação quanto:
 - a) a intermediação para o mercado de trabalho junto aos órgãos parceiros;
 - b) ao reflexo do curso em termos do desempenho, interesse, iniciativa, segurança, preparação dos alunos em suas novas funções.

ANEXO B - Roteiro de entrevista Para o Sistema Nacional de Empregos – SINE – Paraíba e SINE municipal de João Pessoa

1. O papel do SINE na qualificação profissional.
2. As ações empreendidas na intermediação da mão-de-obra no estado (ou na prefeitura).
3. A relação/parceria do SINE com a SEDH na execução do PlanTeQ-Paraíba.
4. Implementação do PNQ/PlanTeQ, seus princípios e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho no estado da Paraíba.
5. Papel da qualificação profissional diante da questão do emprego.
6. Sobre a inclusão do trabalhador no mercado de trabalho.
7. Entendimento sobre a noção de cidadania.
8. Acompanhamento dos alunos inscritos nos cursos de formação quanto:
 - a) a intermediação para o mercado de trabalho junto aos órgãos parceiros;
 - b) ao reflexo do curso em termos do desempenho, interesse, iniciativa, segurança, preparação dos alunos em suas novas funções.

ANEXO C - Roteiro de entrevista para o Serviço Nacional do Comércio – SENAC e para o Serviço Nacional da Indústria – SENAI

1. Percepção da questão da qualificação profissional hoje.
2. Papel do SENAC ou SENAI na qualificação profissional.
3. Relação da instituição com o programa de qualificação profissional PlanTeQ-Paraíba.
4. Implementação do PNQ/PlanTeQ, seus princípios e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho no estado da Paraíba.
5. Seleção dos instrutores dos cursos e sua formação.
6. Participação/interferência sobre os procedimentos pedagógicos a serem utilizados.
7. Papel dos cursos oferecidos quanto à necessidade de qualificação dos trabalhadores.
8. Aceitação dos cursos de qualificação pelo público envolvido.
9. Papel da qualificação profissional diante da questão do emprego.
10. Sobre a inclusão do trabalhador no mercado de trabalho.
11. Entendimento sobre a noção de cidadania.
12. Acompanhamento dos alunos inscritos nos cursos de formação quanto:
 - a) a intermediação para o mercado de trabalho junto aos órgãos parceiros;
 - b) ao reflexo do curso em termos do desempenho, interesse, iniciativa, segurança, preparação dos alunos em suas novas funções.

ANEXO D - Roteiro de entrevista para a Secretaria de Desenvolvimento Social – João Pessoa

1. Percepção da questão da qualificação profissional hoje. O papel da secretaria na qualificação profissional.
2. Sobre o Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional – PlanSeQ-Bolsa Família/João Pessoa (diretrizes, público alvo, ações).
3. Relação do programa de qualificação profissional PlanTeQ-Paraíba com o PlanSeQ Bolsa Família.
4. Definição das demandas, das executoras e dos cursos oferecidos.
5. Sobre os parceiros envolvidos.
6. Aceitação dos cursos de qualificação pelo público alvo.
7. Papel da qualificação profissional diante da questão do emprego.
8. Sobre a inclusão do trabalhador no mercado de trabalho.
9. Entendimento sobre a noção de cidadania.
10. Acompanhamento dos alunos inscritos nos cursos de formação quanto:
 - a) a intermediação para o mercado de trabalho junto aos órgãos parceiros;
 - b) ao reflexo do curso em termos do desempenho, interesse, iniciativa, segurança, preparação dos alunos em suas novas funções.

ANEXO E - Roteiro de entrevista para os sindicatos de trabalhadores

1. Percepção da questão da qualificação profissional hoje. O papel dos sindicatos.
2. Papel da qualificação profissional diante da questão do emprego.
3. Relação do sindicato com o programa de qualificação profissional PlanTeQ- Paraíba.
4. Implementação do PNQ/PlanTeQ, seus princípios e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho no estado da Paraíba.
5. Participação/interferência sobre as decisões, as escolhas, os ajustes das diretrizes do programa, a demanda dos cursos, os procedimentos pedagógicos a serem utilizados, entre outros.
6. Percepção sobre os conselhos de emprego (estadual e municipais).
7. Papel dos cursos oferecidos quanto à necessidade de qualificação dos trabalhadores.
8. Aceitação dos cursos de qualificação pelo público alvo.
9. Sobre a inclusão do trabalhador no mercado de trabalho.
10. Entendimento sobre a noção de cidadania.
11. Críticas ao programa de qualificação profissional PlanTeQ- Paraíba.
12. Questão da participação dos trabalhadores (sindicatos) na política de qualificação profissional no estado.

ANEXO F - Roteiro de entrevista para as ONGs

1. Percepção da entidade sobre a questão da qualificação profissional hoje.
2. Papel da qualificação profissional diante da questão do emprego.
3. Relação da entidade com o programa de qualificação profissional PlanTeQ- Paraíba.
4. Implementação do PNQ/PlanTeQ, seus princípios e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho no estado da Paraíba.
5. Participação/interferência sobre os procedimentos pedagógicos a serem utilizados.
6. Seleção dos instrutores dos cursos e sua formação.
7. Papel dos cursos oferecidos quanto à necessidade de qualificação dos trabalhadores.
8. Aceitação dos cursos de qualificação pelo público alvo.
9. Sobre a inclusão do trabalhador no mercado de trabalho.
10. Entendimento sobre a noção de cidadania.
11. Acompanhamento dos alunos inscritos nos cursos de formação quanto:
 - a) a intermediação para o mercado de trabalho junto aos órgãos parceiros;
 - b) ao reflexo do curso em termos do desempenho, interesse, iniciativa, segurança, preparação dos alunos em suas novas funções.

ANEXO G - Roteiro de entrevista para os alunos e para o grupo focal

1. Escolaridade e idade média da turma.
2. Visão sobre o mercado de trabalho.
3. Entendimento sobre a qualificação profissional.
4. Compreensão sobre o que é necessário para conseguir um emprego.
5. Número de cursos já realizados.
6. Motivação para a escolha do curso em que está matriculado. Especificar o curso.
7. Sobre a gratuidade ou não do PlanTeQ-Paraíba para a realização do curso.
8. Papel do curso no preparo do aluno para o mercado de trabalho.
9. Diferença entre os que fazem e os que não fazem cursos profissionalizantes.
10. Motivação para se qualificar (família, sociedade, patrão, entre outros).
11. Avaliação sobre os instrutores/professores.
12. Avaliação dos recursos utilizados nos cursos (material didático, instrumentos, equipamentos, práticas etc.).
13. Impacto do curso sobre a vida do sujeito (relevância do curso, mudança no ambiente de trabalho, da família, comportamento político, entre outros).
14. Entendimento sobre cidadania.
15. Significado do trabalho para a vida do sujeito.
16. Assuntos que fazem parte das discussões/debates com amigos ou família.
17. Visão sobre os sindicatos de trabalhadores e de patrões.
18. Importância de participar em sindicatos, associações, na política em geral.
19. Informação a respeito do órgão/programa que promove o curso.
20. Informação sobre algum programa de qualificação. Em caso positivo, a opinião sobre o mesmo.
21. Se conhece o PNQ/PlanTeQ- Paraíba. Em caso positivo, a opinião sobre o programa.

ANEXO H - Curso de hotelaria: módulo de formação social



[illegible]



ANEXO J - Curso de hotelaria: módulo de alimentos





ANEXO L – Certificado: curso de recepção e atendimento - SENAC

		Nº 86925
Paraíba		
CERTIFICADO		
Certificamos que REJANE GOMES CARVALHO concluiu o(a) CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM RECEPÇÃO E ATENDIMENTO, realizado no período de 10/02/2010 a 09/03/2010, com carga horária de 40 horas, obtendo a média de aprovação 9,00		
		João Pessoa, 06.04.2010
Componentes Curriculares/Competências		
Técnicas de Trabalho		
		
		
Participante		Luiz Antônio Carneiro de Castro Gerente do Centro de Educação Profissional JP CPF 301.405.384-72 SENAC-PRINCÍPIA
Registro Senac 329/2010 P 34		